

UNIVERSIDADE DO MINHO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TESE DE MESTRADO EM ANTROPOLOGIA

O PATRIMÓNIO REENCONTRADO

**CENTRO HISTÓRICO DE GUIMARÃES, PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE:
A CIDADE ENQUANTO MEMÓRIA, ESPAÇO DE IDENTIDADE E
CIDADANIA**

Candidata: Alice Maria Pinto de Azevedo Carneiro
Orientador: Prof. Doutor Jean-Yves Durand

Braga, 2004

“Uma hora não é apenas uma hora,, é um vaso repleto de perfumes, de sons, de projectos e de climas. O que chamamos realidade é uma determinada relação entre sensações e lembranças a envolverem-nos simultaneamente...”

*Marcel Proust, Em busca do tempo perdido,
O tempo reencontrado.*

RESUMO

A requalificação urbana e posterior classificação de Património da Humanidade observadas no centro histórico de Guimarães valorizaram de forma significativa a área da cidade que permanecia mais degradada, fruto de um abandono que gradualmente deixou “esquecido” um conjunto notável de edifícios de habitação, ruas, praças e monumentos cujo valor reside acima de tudo na autenticidade, integridade e unidade da linguagem construtiva do seu tecido urbano, de origem medieval. Fruto de preocupações reafirmadas por directivas internacionais que impõem a todos a necessidade de defender o património artístico, histórico e arquitectónico, o poder político local desenvolveu ao longo de quinze anos um plano de intervenção urbanística que impediu a continuação de práticas demolidoras, reabilitou espaços públicos e privados, construiu de novo quando necessário, alargou a noção de património. São preocupações que produziram nas últimas décadas um interminável número de reflexões teóricas que reafirmam o interesse que as questões relacionadas com o património e o passado assumiram nas sociedades contemporâneas: o entusiasmo por deslocações a centros históricos, por exemplo, tem a ver com uma ideia generalizada de que as cidades antigas mantêm raízes e valores quando tudo à volta se descaracteriza, perdendo continuidade com o passado; *inventar* património tornou-se um objectivo do poder político pela forma como o passado pode fornecer recursos materiais e simbólicos que alimentam a indústria do turismo e legitimam protagonismos e hierarquias.

A pesquisa antropológica efectuada procurou relacionar requalificação e classificação de Património da Humanidade com o tecido humano da área intra-muros de Guimarães, trabalho de observação e análise que registou novas configurações sociais resultantes da transformação do espaço físico: casos de gentrificação, abandono por parte da população mais jovem e desertificação, sectorização e desinteresse pelo comércio tradicional, pressão turística, perda de privacidade. A afirmação do valor histórico, artístico e patrimonial do centro histórico criou, no entanto, momentos, rotinas e formas de apropriação do espaço urbano que compuseram percursos identitários, ligaram a comunidade e legitimaram laços sociais, resultando dessa relação melhorada entre património construído e social uma imagem mais coerente de cidade. A genuína estima que muitos afirmaram sentir pelo espaço onde moram ou trabalham foi interpretado como sinal de que o passado, quando resultado de uma activação patrimonial, pode dar mais sentido ao presente.

ABSTRACT

The urban requalification and the inscription of the historic centre of Guimarães on the World Heritage List enhanced the worth, in a significant way, of the area of the city that was most dilapidated. This dilapidation was the result of a gradual neglect that resulted in this remarkable group of buildings, streets, squares and monuments being totally overlooked. Its worth resides, above all, in its authenticity, integrity and harmony of construction of the medieval origin urban plan. As a result of International laws that impose the need to protect our artistic, historical and architectural heritage, the local political authority has developed, in the last fifteen years, an urban intervention plan that stopped the pulling down of buildings, rehabilitated public and private areas, rebuilt when necessary and broadened the concept of heritage. In the last decades, these issues shaped a never-ending stream of theoretical reflections, which reiterated the significance that the past and patrimony related concerns had in contemporary societies. This new enthusiasm for visiting historic centres, for example, arises from the notion that old towns keep their roots and values, while everything around them loses its character, its link with the past; to *make up* architectural heritage has become a goal for the political authority exactly because the past can provide material and symbolical resources that feed the tourist industry and legitimise protagonisms and hierarchies.

This anthropological research endeavoured to correlate the urban requalification and the inscription of the historic centre of Guimarães on the World Heritage List with the human factor within the wall area of Guimarães. It was done through observation and analysis, which registered new social arrangements that resulted from the changes in the geographical area: cases of gentrification, desertion of the area by the younger generation and desertification, sectionalism and loss of interest for the local shops, tourist pressure and loss of privacy. The avowal of the historical, artistic and patrimonial value of the historic centre created, however, moments, routines and ways of appropriating the urban area that designed identity itineraries, united the community and legitimised social bonds. This improved relationship between built and social heritage, resulted in a more coherent image of the city. The genuine affection that many people say they feel for the area where they live or work was seen as a sign that the past, when it is a result of a heritage initiative, can give more meaning to the present.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	7
1. TRABALHO DE PESQUISA: UMA OBSERVADORA NA CIDADE.	8
1.1 Da pertinência de certos trajectos.....	8
1.2 Percursos e protagonistas.....	12
2. TRABALHO DE MEMÓRIA: PERCORRER OS DIAS PARA SENTIR A CIDADE. 23	
2.1 A vida nas margens.....	23
2.2 Um espaço reencontrado	26
3. AS MARCAS DO TEMPO: HISTÓRIA, GLÓRIA, DESAPARECIDOS E SOBREVIVENTES.....	30
3.1 Um burgo, dois burgos, três burgos.....	30
3.2 Constituição de um espaço urbano.	32
4. PRÁTICAS PATRIMONIAIS: REINVENTAR A CIDADE.	37
4.1 Um velho camartelo à solta.	37
4.2 <i>S.O.S: save our souls</i>	44
5. OS USOS SOCIAIS DO PASSADO: A SAGRAÇÃO DO PATRIMÓNIO.	47
5.1 Dar sentido <i>in situ</i>	47
5.2 Baralhar e voltar a dar.	48
5.3 Património, tempo, espaço.....	50
5.4 Monumental sem monumentos.....	54
5.5 Noções de património.	60
5.6 Património social e identitário.....	66
6. LUGARES DE PODER E DE MEMÓRIA: LEMBRAR PARA MANDAR.	70
6.1 Valor histórico <i>versus</i> valor social.	70
6.2 Domesticar a história.	74
6.3 Memória e esquecimento.....	76
6.4 Engalanar o património.	78
6.5 Bolsa de valores (patrimoniais).	81
6.6 Aprender com a experiência dos outros.	83

7. A UNESCO E O PATRIMÓNIO MUNDIAL: TESTEMUNHAR VALORES E EXCEPÇÕES.	88
7.1 Representar, testemunhar, fornecer, oferecer, constituir, estar...	88
7.2 Só argumentos a favor.	92
7.3 “All’s well that ends well”	97
7.4.Património intangível.	99
8. OUTRAS CLASSIFICAÇÕES: UM DEBATE ALARGADO	104
8.1 Trilhos urbanos.	104
8.2 “De ombro na ombreira”	108
8.3 Olhar-se ao espelho pelo buraco da fechadura.	117
8.4 Ser autêntico é parecer-se com a imagem dos seus sonhos...	121
9. TERRITÓRIOS DE SOCIABILIDADE: VIVER EM ACORDO SEM SER DIVINO.	126
9.1. Novos palcos e plateias	126
9.2 Espaços que (re)produzem padrões sociais.	129
9.3 Colectividades de bairro.	132
9.4 Retrato de uma rua “à moda antiga”: trabalhar “por gosto” para manter ou recriar rituais.	136
9.5 Ceias, saudades e convívios	144
9.6 Janelas (in)discretas.	147
10. O PASSADO COMO DESTINO TURÍSTICO: PERFIL DE UM IMPACTO ANUNCIADO.	150
10.1 Obras da “engenharia cultural”	150
10.2 Os turistas parecem-se com os carneiros.	155
10.3 Turistas Ocidentais.	160
10.4 Sectorização, standardização e <i>tax-free</i> .	162
11. TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE: MARGENS E CONFLUÊNCIAS.	166
11.1 O património como espelho dos valores de uma comunidade.	166
11.2 Metonímia (in)voluntária	170
11.3 Querer e poder.	173
11.4 Balanço com sinal intermitente.	176
11. 5 A identidade reconstruída.	183
12. CONCLUSÕES.	187
BIBLIOGRAFIA	200

AGRADECIMENTOS

Devo a consecução desta tese de mestrado, em primeiro lugar, à notável disponibilidade e colaboração prestadas pelas dezenas de pessoas que entrevistei ao longo de meses no centro histórico de Guimarães. Também fundamental para este trabalho, impõe-se referir toda a documentação oficial- mapas, textos, candidatura, etc.- relativa à classificação de Património da Humanidade que me foi generosamente confiada pelo Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Guimarães, agradecendo, em particular, à Arquitecta Alexandra Gesta pela resposta atenta a todos os meus pedidos. Agradeço igualmente aos serviços da Zona de Turismo de Guimarães pelos dados estatísticos fornecidos.

Dos meus amigos, fica a marca de todas as palavras de encorajamento por acreditarem no meu trabalho e a paciência com que se mostraram interessados. Ao Luís devo palavras em especial: foi com quem partilhei livros, viagens e ideias durante dois anos e a quem confiei angústias e inseguranças como quem deixa estalar o verniz. À Dulce, à Célia, à Margarida e à Rosa agradeço os momentos de descontração marcados ao ritmo imposto pela D. Goreti, bem como o imprescindível “apoio técnico” sempre oferecido. À Bé tenho que agradecer o entusiasmo com que leu várias partes do texto. À Isabel S. Simões e ao António José agradeço terem-me confiado tantos dos seus livros pessoais. À família prefiro prometer: há vida depois da tese.

À Dulce e à Margarida agradeço ainda terem-se disponibilizado para me auxiliar na tarefa interminável de revisão do texto e à Elisabete a tradução de alguns textos.

A tarefa delicada e insubstituível de impressão do trabalho devo ao Carlos e à Sílvia.

Resta-me, finalmente, reconhecer e agradecer ao Prof. Doutor Jean-Yves Durand a sua permanente disponibilidade, orientação, críticas e sugestões, fundamentais para a realização deste trabalho.

1. TRABALHO DE PESQUISA: UMA OBSERVADORA NA CIDADE.

1.1 Da pertinência de certos trajectos

A recente classificação do centro histórico de Guimarães como Património da Humanidade, resultado de um prolongado processo de requalificação urbana que teve por objectivos a recuperação e a preservação de um património construído de grande qualidade formal e estética, bem como a melhoria das condições de vida da sua população residente, pareceu-me, de imediato, um momento oportuno para reflectir aprofundadamente sobre questões relacionadas com a patrimonialização da área classificada e a sua envolvente social que me interessavam e mantinham atenta- embora de forma descomprometida- desde longa data. Coincidindo no tempo, a disciplina curricular de Etnomuseologia, que frequentei no âmbito do Curso de Mestrado em Antropologia e na qual foi feita uma apresentação histórica, bem como uma análise da crescente importância dada ao património nas sociedades ocidentais, permitiu-me igualmente um contacto com estas temáticas, orientando, desde o início do curso, pesquisas e recolhas bibliográficas que permitiram uma leitura crítica das práticas patrimoniais ocorridas, um pouco por todo o lado, no mundo ocidental e, de forma específica, em Guimarães, o espaço urbano que melhor conheço e posso, por isso, comparar e entender.

Uma análise atenta do processo de requalificação do centro histórico permitiu observar a evolução do valor do património e levantar questões importantes sobre o papel cultural, económico e social que tem actualmente, não só nesta cidade, mas de um modo geral, nas sociedades contemporâneas. Ser ou não património dependeu sempre do tempo e do lugar: a qualidade patrimonial não tem uma existência própria, é algo que é atribuído. É por isso uma interpretação- classificar uma coisa e não outra- que diz muito sobre o que cada sociedade é. Há hoje mais necessidade de preservar para afirmar raízes, num contexto de globalização? Como parte constitutiva da memória e da identidade de uma comunidade, estará a classificação do património ajustada aos padrões de vida actuais e ao dinamismo e qualidade de vida que se pretende para toda a sociedade? O que se ganhou e o que se perdeu em termos sociais, culturais e cívicos desde o início da requalificação do centro histórico de Guimarães com a consequente

pressão turística que surge sempre associada a este tipo de movimentos? Como convivem neste momento os seus moradores com a inevitável massificação e pressão do turismo? Como se adaptam a esta lógica do espectáculo e às novas exigências expositivas? Ajustam-se à nova realidade, mudando gostos, valores e práticas e por isso também conteúdos identitários, mas de forma gradual e mantendo o contacto social e reorientando essa definição identitária ou, por outro lado, afastam-se bruscamente dos seus referentes levando a perdas de consenso, conflitualidade e desestruturação social?

Entendendo o património como abrangendo tanto os bens materiais como os traços imateriais considerados definidores da história, da memória e da identidade de um determinado grupo socio-cultural e integrante da cultura desse mesmo grupo, pode-se compreender a importância que a classificação, a protecção e a conservação dos bens culturais têm assumido na vida social contemporânea. Em 1907, Riegl foi o primeiro historiador de arte a interpretar a conservação dos monumentos antigos por uma teoria dos valores: valor nacional, valor educativo e cognitivo, valor económico, valor de antiguidade e valor artístico e estético. A hierarquia destes valores (a qual dar prioridade?) foi mudando ao longo dos tempos de acordo com os momentos históricos e as transformações socio-económicas. A Carta de Veneza, em 1964, considerando os monumentos não como elementos isolados mas como integrantes de um ambiente urbano que vale pelo seu conjunto foi uma importante tomada de posição no sentido de garantir a preservação da memória colectiva. “A noção de monumento histórico compreende não só a criação arquitectónica isolada, como também o ambiente urbano ou paisagem que constitua o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção aplica-se não só às grandes obras como também às obras modestas que, com o tempo, adquiriram um significado cultural” (Art. 1º da Carta de Veneza).

A ideia de que tudo podia ser classificado e preservado obrigou a que muitos intelectuais repensassem a ideia de património. Um deles foi Marc Guillaume que escreveu em *La Politique du Patrimoine* (1980: 11): “Tout devient patrimoine: l’architecture, les villes, le paysage, les bâtiments industriels, les équilibres écologiques, le code génétique”. Mas quem tem poder para dizer o que é património, o que é autêntico, o que deve ou não ser preservado? Para Guillaume (1980: 16) quem tem esse poder é o Estado: “Les gouvernements des pays occidentaux ont donc enrichi leur arsenal de propagande d’un artifice nouveau: la *politique* du patrimoine. (...) A travers ces nouveaux appareils, se précise l’idéal de l’État moderne: s’assurer le monopole de la

mémoire du tout à la mémoire inscrite, conservée, autorisée”. A tourada em Barrancos foi o caso mediático que mais questões a este nível levantou recentemente em Portugal: merece ser preservada como tradição ou apesar de ser tradição não deve ser protegida por suscitar questões de outra ordem? Desautorizando o poder político, aqui o povo decidiu pela manutenção da tourada, dando-lhe carácter patrimonial.

Nesse processo contínuo de produção da memória colectiva, segundo Alain Babadzan (2001), o Estado começou por preservar palácios e edifícios religiosos, transformando-os em monumentos e só depois considerou os elementos das culturas populares património, quando estas se tornaram emblemáticas da cultura nacional: “On sait que l’émurgence puis le renforcement d’un État assis sur une forme de légitimation basée sur la souveraineté du Peuple s’est accompagnée d’un processus continu de production de la mémoire collective” (Babadzan, 2001: 3).

Llorenç Prats definiu património como uma construção social- não existe na natureza, não nos é dado, nem é universal- que é concebida por alguém para determinados fins o que implica que pode mudar historicamente, de acordo com novos critérios ou interesses. O seu carácter simbólico e a sua capacidade para representar simbolicamente uma identidade são as razões por que se mobilizam tantos recursos para o conservar (Prats, 1997: 22). Para Prats (1997: 35) o poder político é o principal agente de activação patrimonial mas a sociedade civil, com o apoio do poder, surge também como activadora de repertórios patrimoniais através de agentes sociais diversos ou mediadores culturais. O património afirma-se como uma frente avançada da democracia cultural quando, em vez de separar os objectos do seu contexto, lhes dá um lugar e um sentido *in situ*, para a população do local e para um público mais amplo e mais diversificado do que o dos monumentos (Fabre, 2000a).

A nação criou o património nacional ou o contrário? (Ashworth, 1997: 68). Hobsbawm defendeu em *The Invention of Tradition* (1983) que as etno-histórias (apresentadas como tradições) são frequentemente invenções ou mitos reciclados. Por outro lado, o que um grupo ou nação decide preservar para apresentar a outros diz muito sobre o que essa “comunidade imaginada” pensa que é. Para B. Anderson (1991), na essência deste processo de identificação está uma cultura e histórias imaginadas: uma construção que a ascensão dos nacionalismos favoreceu. O turismo, fazendo uso desses locais e artefactos conservados do passado, contribui para a apreciação individual dos sítios e por isso para uma identificação política.

Valene Smith abordou igualmente as questões do turismo cultural em *Hosts and Guests* (1989): os contactos entre turistas e locais podem dar origem a tensões uma vez que estes podem não estar dispostos a ver a sua intimidade usada como atractivo público-turístico. Apresentou casos em que se reconhece os efeitos do turismo (massificação cultural) na distorção das culturas locais. Obviamente, o património e o turismo estão relacionados mas não necessariamente interdependentes: o património tem autonomamente um papel de educação formal, pesquisa e conservação que não estão relacionados com o turismo e lazer (Herbert, 1997: 2).

Françoise Choay em *L'Allégorie du Patrimoine* (1992: 185-198) referiu o perigo que os centros e bairros antigos corriam com a recente valorização cultural e turística, com os excessos de consumo patrimonial, com a implantação de actividades terciárias, criando migrações diárias e tráfego em total dissonância com a sua morfologia e escala. A partir do momento em que deixar de ser objecto de um culto irracional e de uma valorização incondicional (hipótese improvável para Choay), o enclave patrimonial poderá tornar-se no terreno sem preço de uma recordação de nós mesmos no futuro.

Para Isac Chiva (1991) constata-se a existência de todo um movimento de ideias que vai da biologia ao direito, passando pela filosofia, a sociologia, a economia, etc. à volta da noção de património. Há também o aspecto da urgência em todo este movimento: urgência de observação que não se justifica só por um gosto incontrolado pelo passado, mas se deve ao fluxo de mudanças e à emergência de criações culturais de todo o género, alterações provocadas pela urbanização, as vagas de migrantes internos e externos.

O caso concreto de Guimarães pareceu-me, mesmo que várias décadas depois de muitas destas reflexões, um desafio ainda oportuno e pertinente por permitir repensar todas as questões relacionadas com a patrimonialização de sítios históricos e a classificação de toda a espécie de bens culturais. É oportuno, também, por ter constatado não haver, até à data, nenhum trabalho de investigação em antropologia que abordasse as questões patrimoniais, sociais e culturais surgidas ao longo da requalificação urbana e posterior classificação de Património da Humanidade a que o seu centro histórico foi submetido, fenómenos específicos que a antropologia bem sabe tratar pela sua “sensibilidad a al diversidad cultural, la proximidad a la vida diaria continua que se relaciona com la observación participante como método principal de investigación, y una disponibilidad para definir los problemas de un modo amplio, «holísticamente», más que de una forma estrecha” (Hannerz, 1993: 13).

1.2 Percursos e protagonistas.

A classificação do Centro Histórico de Guimarães como Património da Humanidade não podia deixar de ser, para qualquer vimaranense, um momento de intensa emoção. São, assim, também afectivas as razões que me levaram a escolher um trabalho de investigação que tem como pano de fundo a minha cidade natal. Por me ser extremamente fácil o acesso e o contacto com a cidade, dada a proximidade da residência e do local de trabalho, e por isso dominar com relativo grau de conhecimento a zona intra-muros recentemente distinguida, foram outras das razões. O trabalho de campo e a recolha de dados realizados ao longo de toda a investigação resultaram, por estes factos, mais profícuos, emotivos e envolventes.

Conhecia, no entanto, a expressão “A angústia do antropólogo no momento do trabalho de campo” de Cardeira da Silva (1991) e as suas referências aos períodos de insegurança e susceptibilidade que antecedem a partida para o campo obrigando-nos a repensar qual o lugar que ocuparemos, afinal, no mundo que vamos observar. Era um desafio que me incluía a mim também como objecto de reflexão, esforço certamente gratificante pois “Para além da objectivação do sujeito que possa derivar desse exercício introspectivo, ele permite a comparação entre a reflexão feita no início da pesquisa e as reflexões posteriores. Dessa maneira poder-se-á acompanhar o processo de transformações sofridas pelo próprio sujeito com o confronto com a realidade, ou, melhor dizendo, com «outras representações da realidade»” (Cardeira da Silva, 1991: 134). Compreendi então que ia ser não só investigadora mas também informante.

O trabalho de investigação que iniciei permitiu-me que, através do olhar da Antropologia, revisse percursos e itinerários num deambular subjectivo e pessoal por ruas, praças, cafés, espaços públicos e privados procurando os verdadeiros protagonistas deste trabalho: as pessoas. Encontrei uma realidade que desconhecia, apesar da proximidade e da aparente intimidade. Senti-me muitas vezes uma estranha em contacto com atitudes, práticas e rotinas de uma realidade complexa que é a vida de uma cidade onde se sobrepõem várias cidades.

Os contactos que estabeleci com dezenas de pessoas- moradores, comerciantes e utilizadores de algum modo do centro histórico- tiveram uma importância fulcral no meu trabalho de campo, completando e alargando profundamente (através de análise qualitativa) o conhecimento que possuía da realidade social desta área que se convencionou chamar “centro histórico de Guimarães”. Este envolvimento directo que o

investigador de campo tem com o grupo social que estuda dentro dos parâmetros das próprias normas do grupo (observação participante) é um instrumento fundamental do trabalho de campo que procura, no conjunto da informação sobre o presente e o passado, contextualizar as relações sociais que observa (Iturra, 1987: 149).

Centrei a minha investigação na área urbana delimitada pelas muralhas medievais por ser esse o espaço que foi classificado de Património da Humanidade pela UNESCO. Em relação aos aspectos metodológicos, defini que o método teria de ser “assumido”, pelo que natureza e objectivos da investigação foram claramente enunciados a entrevistados e colaboradores (Hornsby-Smith, 1993). A todos foi pedida autorização para usar os seus depoimentos de forma a integrarem o texto desta dissertação, garantindo que o seu uso se restringia unicamente a este destino. Assegurei de igual modo total confidencialidade e anonimato, explicando que os seus nomes seriam referidos pelas iniciais e só registaria no caderno de campo aquilo a que me autorizassem- dando mesmo muitas vezes a ler o que tinha escrito para que confirmassem se tinha registado, da forma como tinha sido verbalizada, determinada ideia. A escolha desses interlocutores e encadeamento das entrevistas/conversas obedeceu a critérios que justificarei mais detalhadamente no Capítulo 8. **Outras classificações: um debate alargado**, momento da dissertação em que, de forma mais sistemática, dou voz a esses relatos de histórias de vida, rotinas, formas de entender o património histórico, sua revalorização e classificação.

Durante as entrevistas/conversas, respeitei regras fundamentais (Robson, 1993) que facilitaram esses diálogos: coloquei questões de forma clara e amável, evitei condicionar as respostas, ouvi mais do que falei. Para que se sentissem mais à-vontade, na maior parte das vezes encontrei-me a sós com os interlocutores desse momento e raramente recorri a registos em suporte magnético, optando por escrever em folhas de rascunho e copiar para um caderno de argolas mal terminasse cada entrevista- nunca comecei uma outra sem antes ter reescrito, ordenado e clarificado tudo quanto me tinha sido transmitido- acrescentado de elementos da minha própria observação (foi também nesse caderno que em primeiro lugar registei todas as ideias que o trabalho de campo me sugeria, fazendo anotações sobre os mais *insignificantes* pormenores).

Paralelamente, desenvolvi um trabalho de recolha bibliográfica centrada nas Ciências Sociais, com especial destaque para a Antropologia, a Sociologia e a História, procurando apreender a complexidade da realidade em análise através dessas reflexões teóricas. Ao longo do trabalho, leituras, observação e entrevistas/conversas tiveram que

se ir adaptando ao contexto em análise pois “a construção do objecto não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de acto teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efectua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma espécie de correcções” (Bourdieu, 1989: 26-27).

Constatei que a minha presença assídua no centro histórico desde há muitos anos, frequentando cafés e esplanadas e usando determinadas zonas como espaços de lazer, não tinha passado despercebida junto de muitos moradores e comerciantes, o que era um cartão de visita para esses contactos, ponto de partida para o trabalho de natureza etno-sociológica que então começara. “Sair à rua significa correr o risco de ser reconhecido...”, diz Certeau (1998: 47). Também eu conhecia *de vista* muitos deles e foram sobretudo estes que escolhi como interlocutores. Evitei, assim, ouvir moradores, comerciantes ou quaisquer utilizadores do centro histórico que me fossem já familiares e cujas histórias de vida, opiniões sobre políticas de património ou sobre gestão do centro histórico eu já conhecesse anteriormente. Foi esta distância que me permitiu ao longo da pesquisa sentir alguma estranheza na tarefa de observador participante, olhar específico que implicou, classicamente, métodos e interrogações que definiram a originalidade da ciência antropológica, marcando uma tradição de pensar e estudar as diferenças entre sociedades e cultura- que a pos-modernidade pôs em questão.

Estudando essas diferenças e comparando-as, a antropologia destinou a si própria a tarefa de pensar o *Outro*. E é também essa distância que permite que o antropólogo seja, na tarefa de observador participante, o *Outro*, noção necessária à própria afirmação da identidade. “Comment l’autre est vu par moi? Comment moi suis-je vu par lui?” resume para Affergan (1987: 133) o que há de essencial: a manifestação fenomenológica da alteridade. “Une des conditions essentielles pour que le regard soit pertinent consiste dans l’éloignement de ce qui est vu. La proximité est aveugle car elle induit trop de ressemblance avec le regardant. C’est bien cela que Segalen voulait dire: le regard doit être exotique pour pouvoir être interprété” (Affergan, 1987: 157).

Hannerz (1993) escrevia em 1980 que até há pouco mais de uma década apenas existia uma antropologia: a dos lugares distantes, em sociedades exóticas. Só a partir de então, mesmo que definido amplamente, o campo da investigação antropológica se

alargou ao estudo da vida urbana¹, reconstrução necessária “Para cumprir com su pretensión de ser «la ciencia da la humanidad» (Hannerz, 1993: 15). Mas, para Testard, a preferência que recentemente muitos antropólogos mostram pela antropologia urbana é sinal de afastamento do objecto tradicional e implicaria também o abandono de todas as suas especificidades: “Si la tendance qui pousse vers ces nouveaux objets, déjà très forte, venait à s’accentuer, elle conduirait inmanquablement à l’abandon de l’objet traditionnel de l’anthropologie. Cette évolution serait catastrophique parce qu’ainsi disparaîtraient tout d’abord les interrogations et problématiques qui lui sont liées” (Testard, 1986: 150). Apesar de considerar essa fidelidade (conservar o objecto e o método antropológicos) importante e o seu abandono catastrófico, Testard aceita, no entanto, que a antropologia se abra a novos territórios, próximos, urbanos e industriais: “Ces nouveaux objets d’étude sont, comme tout autre objet, légitimes en eux-mêmes” (Testard, 1986: 149).

É o olhar específico da antropologia a perder os contornos bem definidos que a distinguia de outras ciências sociais? Lévi-Strauss aponta a redução do campo de estudo como uma das causas da redução desse olhar distanciado, ameaça, no entanto, mais qualitativa do que quantitativa uma vez que haverá sempre “nichos culturais onde vão refugiar-se os saberes tradicionais e que asseguram um abrigo temporário contra os assaltos da civilização industrial: linguagem, parentesco, etno-botânica, etno-zoologia, etc.” (Lévi-Strauss, 1989: 60).

A noção de Grand Partage continua hoje a apresentar-nos os *outros* como objecto tradicional da antropologia. “A cesser de le faire, elle romprait avec son projet et la philosophie qui lui donne sens” (Lenclud, 1992: 29)². Esta noção de Grand Partage (ou Grande Dicotomia) permitiu aos antropólogos evidenciar, desde sempre, as diferenças entre *nós* e *os outros*, isto é, todos os outros, todas as sociedades em oposição à nossa, em que nós próprios nos assemelhamos culturalmente. E nós não somos, de facto, nem semelhantes, nem uniformes, razão pela qual a alteridade pode também procurar-se e estudar-se nos que nos estão próximos.

¹ “La contribución especial de la parte urbana al conjunto de la antropología consiste en el conocimiento de una gama de fenómenos sociales y culturales, que en otros sitios se encuentran con menor frecuencia o nunca, y que han de observarse teniendo en cuenta el ambiente de la variación humana en general” (Hannerz, 1993: 15).

² Lenclud define Grand Partage como uma tradição etnológica que consiste em estipular a existência de uma linha unívoca de separação entre dois únicos tipos de sociedade e culturas: sociedades primitivas e sociedades civilizadas, sociedades simples e sociedades complexas, sociedades tradicionais e sociedades modernas (Lenclud, 1992: 11).

A possibilidade de encontrar o *outro* perto de nós é, para Lenclud (1986: 155), também uma “bonne altérité”, noção que ficaria muito reduzida se a etnologia e a antropologia se limitassem às sociedades, que por tradição, têm sido objecto de estudo. Para Lenclud, as pesquisas etnológicas sobre as sociedades complexas são absolutamente legítimas desde que se procure respostas para as questões que caracterizam a antropologia: “formuler les propriétés de la vie sociale, rendre compte de la variabilité des cultures humaines, mettre en évidence les logiques sociales et symboliques, découvrir les conditions de reproduction et de transformation des sociétés historiques” (Lenclud, 1986: 157). Marc Augé (1989: 19-33) defendeu que por já não podermos considerar as sociedades que se estudava como conjuntos estáveis e sem história, a etnologia “chez nous” é um dever. Segalen (1989: 7-14) considerou importante o afastamento do antropólogo em relação ao objecto de estudo mas referiu a necessidade de repensar todas as certezas antigas e construções teóricas sobre cultura e grupos sociais.

A produção de conhecimento distribuiu-se durante longo tempo segundo uma grelha de culturas definidas a que Appadurai (1986) chamou “The gatekeeping concepts”, descrevendo um processo de conhecimento que se vai construindo sobre uma construção, produzindo uma reificação da cultura. Para James Clifford (1998), a escrita etnográfica não tem escapado ao uso de dicotomias e essencializações, mas pode pelo menos esforçar-se por não retratar os “outros” abstractos e ahistóricos. Agora que o Ocidente não pode apresentar-se mais como o único garante de conhecimento antropológico sobre os outros, temos de imaginar um mundo de etnografia generalizada: com as comunicações alargadas e as influências interculturais, interpreta-se os outros e a si mesmos numa pasmosa diversidade de línguas o que faz com que seja cada vez mais difícil conceber a diversidade humana como algo inscrito em culturas fechadas e independentes (Clifford, 1998: 142). Esta consciência deu origem, na década de 70, ao Pos-modernismo. A ideia de que as culturas podiam estar confinadas a um lugar era um mito da antropologia e, por isso, insustentável. Clifford introduziu uma postura alternativa a essa reificação publicando em 1986 *Writing Culture*- o primeiro texto pos-modernista: “in his introduction, attacks the idea of ethnography as a representation of the wholeness of culture and stresses the incompleteness of ethnographic expression, even in the hands of indigenous scholars. He argues for an appreciation of ethnography as writing, but rejects the extremist view that it is only writing or that the recognition of ethnography as a kind of poetry precludes objectivity” (Barnard, 2000: 169).

Clifford Geertz (1973), uma das figuras mais influentes do pos-modernismo, foi mais radical: popularizando a metáfora das culturas como textos, como algo que pode ser interpretado (o objectivo da análise não seria explicar como decorrem os acontecimentos sociais e culturais- quer sejam discursos, práticas ou instituições- mas interpretar o que significam), defendeu em *The Interpretation of Cultures* que a antropologia é simplesmente “a kind of writing” (Barnard, 2000: 163).

A nova antropologia tornou obsoletas as velhas formas de tratar com a diversidade cultura- e fazendo-o conheceu-se a si mesma (Strathern, 1998: 228). Por isso Leach (1982: 41) advertiu: “quando encontrar um antropólogo que escreva acerca de culturas no plural, ou que escreva como se a cultura da sociedade fosse uma espécie única de vestuário, na qual cada peça pode ser descrita separadamente das outras, cuidado!”. Estar-se-á a essencializar a cultura, a descrevê-la como um mapa, como quando um estrangeiro se socorre de tal para se orientar numa região desconhecida, suprindo a falta do domínio prático que só ao indígena pertence, por meio de um modelo de todos os itinerários possíveis (Bourdieu, 2000: 139).

“Este conhecimento prático, que assenta na descodificação contínua dos índices “percebidos” e não “percebidos” do acolhimento dado às acções já efectuadas, opera continuamente os controlos e as correcções destinadas a assegurar o ajustamento das práticas e das expressões às expectativas e às reacções dos outros agentes e funciona à maneira de um mecanismo de auto-regulação encarregado de redefinir continuamente as orientações da acção em função da informação recebida sobre a recepção da informação emitida e sob os efeitos produzidos por essa informação” (Bourdieu, 2000:140).

Os antropólogos têm sempre que lidar com o problema particular da produção literária e o problema é técnico: como criar um conhecimento de diferentes mundos sociais quando se dispõe unicamente de um conjunto de termos pertencentes ao próprio? Como se “imagina” um mundo natural com um vocabulário e uma sintaxe criados pelo mundo social? O êxito está na narrativa:

“Preparar una descripción requiere estrategias literarias específicas, la construcción de una ficción persuasiva: una monografía se debe disponer de tal modo que pueda comunicar composiciones de ideas originales. Esto es una función de su propia composición interna, de la organización del análisis, de la secuencia en que se presentan los conceptos al lector, de la forma en que se juxtaponen las categorías o se revierten los dualismos. Afrontar el problema es afrontar la disposición del texto. Que un escritor escoja (digamos) un estilo “científico” o uno “literario” señala el tipo de ficción que es; no existe la posibilidad de escapar a la ficción” (Strathern, 1998: 225-226).

Alertada por Bourdieu (1980b: 38) para o facto, uma dificuldade do meu trabalho foi encontrar o estilo de escrita: “la difficulté du style provient souvent de toutes les nuances, toutes les corrections, toutes les mises en garde, sans parler des rappels de définitions, de principes, qui sont nécessaires pour que le discours porte en lui-même toutes les défenses possibles contre les détournements et les malversations”. Outra dificuldade, produzir um discurso objectivo. A investigação de campo em antropologia refere-se sempre ao estudo de situações reais, quer sejam manifestações simbólicas, relações afectivas ou quaisquer outras (Santana, 1997); o que lhe falta muitas vezes é um olhar científico, ao mesmo tempo objectivante e compreensivo, porque os discursos sobre o mundo social são quase sempre performativos- encerram desejos, exortações, censuras, ordens- o que se deve ao facto de normalmente se referir, não aquilo que ele é, mas o que se desejava que fosse (Bourdieu, 1980b: 40-42).

Os diálogos que mantive com muitos dos informantes, que como já referi anteriormente desconhecia na maioria, revelaram-se, no início, frios e distantes terminando, depois, de forma emotiva e empenhada, desvendando intimidades e privacidades, numa atitude comovente e generosa de total confiança no interlocutor. O tempo despendido nestes contactos pessoais acabou por me proporcionar um relacionamento privilegiado com este espaço social urbano, dando-me uma sensibilidade particular para atender dificuldades do quotidiano, confrontar histórias de vida e saber ouvir os outros, obrigando-me a reflectir sobre os meus próprios percursos.

Vi neste trabalho, cuja observação e análise assentou em conceitos e metodologias específicos da antropologia, uma forma de estudar a realidade social e cultural de um área urbana limitada- o centro histórico de Guimarães sob o efeito de uma recente classificação de Património da Humanidade- mas com o sentimento de estar a registar, em certos aspectos, um mundo em desaparecimento, retrato de um Portugal rural que foi até há algum tempo objecto quase exclusivo da Etnologia portuguesa. Observando a preparação e o arranjo da Rua Egas Moniz com tapetes de flores e colchas e bandeiras às janelas para a passagem da Procissão do Corpo de Deus no dia 19 de Junho, a cargo de duas senhoras lá moradoras desde sempre, mas em que acabam por se envolver todos os vizinhos “nós temos ainda o sentimento de estarmos perante uma só família” tal como se referiu Jorge Dias a Rio de Onor e Vilarinho das Furnas, por ele considerados casos de comunitarismo. “O seu estudo permite-nos encontrar a explicação para um certo número de formas de tendências associativas, de auxílio mútuo e trabalho por favor, frequentes nas regiões serranas e planálticas do

Minho, Trás-os-Montes e Beiras, nem por isso se podem ignorar em regiões menos arcaizantes e até onde domina a propriedade capitalista, como é o Baixo Minho” (Dias, 1990: 192).

Não deixa, de facto, de ser surpreendente encontrar actualmente no centro urbano vimaranense estes “arcaísmos” coexistindo com padrões de vida marcados por uma proverbial indiferença e gostos massificados. E no dia-a-dia rotineiro e mais calmo, é, também, comum observar em determinadas ruas ou praças, vizinhas que, indiferentes a telefones e telemóveis, batem a portas trazendo recados, pretexto sempre para outras conversas. Fernando Galhano evoca lembranças de infância passada na Serra da Gralheira, também de portas entreabertas ao contacto com o mundo em que “Pelo postigo da porta, sempre aberta, via-se passar a gente na calçada, e por ele vinham, também, as novidades e bisbilhotices do lugar.(...) Eram dias felizes!” (1989: 187). É evidente o conforto que, também no centro histórico de Guimarães, as pessoas sentem por poderem a qualquer momento ouvir e serem ouvidas, por encontrarem facilmente momentos de convívio que noutras zonas da cidade *nova* seriam mais difíceis.

Morar num bairro faz toda a diferença: um bairro é o espaço de uma relação com o outro como ser social, exigindo um tratamento especial. Sair de casa, andar pela rua, é efectuar de tudo um acto cultural não arbitrário: inscreve o habitante numa rede de sinais sociais que lhe são preexistentes (Certeau, 1998: 43). Abordando o espaço no sentido do quotidiano, para Certeau uma vizinhança só acontece quando é vivenciada- o espaço nunca nos é ontologicamente dado.

Bourdieu explica e toma consciência do paradoxo de certas práticas sociais através do conceito de *habitus*: determinadas condutas são o produto de um sentido prático e não de um cálculo consciente ou inconsciente e têm a coerência parcial das construções práticas (1987: 20). Não há prática que não tenha o *habitus* no seu princípio: “L’habitus n’est autre chose que celle loi immanente, *lex insita* dans les corps par des histoires identiques, qui est la condition non seulement de la concertation des pratiques mais aussi des pratiques de concertation” (Bourdieu, 1980a: 99). De facto, se é certo que as práticas produzidas pelos *habitus*- as maneiras de andar, de falar, de comer, os gostos e as repulsas-, apresentam todas as propriedades dos comportamentos instintivos, continua a ser verdade que uma forma de consciência parcial e descontínua acompanha sempre as práticas quer seja sob a forma desse domínio de vigilância que é indispensável para controlar o funcionamento dos automatismos, quer sob a forma de discursos destinados a racionalizá-los (Bourdieu, 2000: 200). Não é a aquisição ou a

aprendizagem (fenómenos visíveis) mas o adquirido, o *habitus*, que desempenha aqui o papel central: o interesse de Bourdieu está na génese das práticas, naquilo que as produz, sustentando a explicação de uma sociedade pelas estruturas. Reduzidas ao *habitus*, essas estratégias inconscientes proporcionam a Bourdieu o meio de explicar tudo e tomar consciência de tudo. É uma abordagem do lugar como dado socioeconómico e geográfico (Certeau, 1994: 133): o sentimento de pertença a um lugar- não necessariamente o lugar onde se nasceu- é mantido e reproduzido socialmente por todo o género de rotinas do quotidiano.

Locais privilegiados de sociabilidade mas condenados a desaparecer por falta de sócios jovens e cansaço dos mais velhos de trabalhar por *carolice*, algumas sociedades recreativas resistem ainda, abrindo diariamente as portas para jogos e conversas entre associados ou organização de festas anuais. Restam algumas tascas (uma na Rua Egas Moniz e outra no Largo A. L. de Carvalho) de frequência quase unicamente masculina, sendo o jogo de cartas, tal como outros jogos, “um núcleo criador de solidariedade vicinal” (Cordeiro, 1989: 298).

A carga histórica do lugar, reforçada por uma classificação de grande prestígio foi usada, antes de todos, pelo poder municipal como instrumento eficaz de desenvolvimento local. Várias publicações foram, entretanto, editadas, apostando sobretudo no registo fotográfico que tira partido não só das belezas arquitectónicas mas também das figuras populares que conferem a este centro histórico uma “identidade própria”, contribuindo para gerar uma imagem de marca, elemento fundamental para o desenvolvimento do turismo urbano em Guimarães, questão sempre presente em todos os discursos quer oficiais, quer da parte de moradores, comerciantes ou quaisquer outros vimaranenses. Esse objectivo de criação de uma imagem de marca parece-me evidente porquanto todas estas publicações, particulares, da Câmara Municipal ou da Zona de Turismo de Guimarães, apostam no “rótulo” Património Mundial atribuindo-o a toda a cidade, ignorando, à primeira vista, que só o centro histórico foi classificado. São sinais dos tempos que o *produto* “Aqui nasceu Portugal” surja agora nessas publicações em clara desvantagem ou seja mesmo omitido.

A conservação e defesa do património local tornou-se uma prioridade e um imperativo no mundo contemporâneo mesmo que o uso da noção “património” seja encantatório e demasiadas vezes meramente retórico, desprovido de considerações acerca das implicações económicas e sociais de uma verdadeira política de tipo patrimonialista (Durand, 2003: 29). Para Guillaume, no entanto, “Il n’est pas possible de

s'opposer à cette politique. Sa force vient de ce qu'elle se nourrit de tous les deuils, de toutes les nostalgies qu'engendre un monde qui disparaît et n'assure plus un minimum vital de symbolicité. D'ailleurs, si elle ne conserve du passé que des fantômes, des restes matériels cryogénisés, elle est souvent la moins mauvaise stratégie compensatoire, la seule solution d'urgence possible" (Guillaume, 1980: 16).

Assistindo às reacções e aos depoimentos de residentes e comerciantes aquando do reconhecimento pela UNESCO da excelência do centro histórico de Guimarães, pude testemunhar, pela rádio, televisão e no local, a genuína estima que esses indivíduos sentem agora pelo lugar onde moram ou trabalham. Após décadas de exaltação de Guimarães como o "berço da nação" e da carga simbólica que esse facto teve em termos identitários para a maioria dos vimaranenses- e de um modo geral para a maioria dos portugueses-, é uma área, de certo modo um *bairro*, antes muito degradado e desprestigiado, que surge valorizado ao olhos de todos e por isso aos dos próprios utilizadores. O encontro entre a cidade verdadeira e a cidade imaginada dá-se nesse momento, dando a ver a sua verdadeira alma.

Inquietava-me, por isso, descobrir até que ponto a classificação de Património da Humanidade fora criadora de identidades, contribuindo para aproximar as pessoas, perpetuar a memória, recuperar rituais, desenvolver sustentadamente. Encontrei na história e no património, o pretexto para muitas histórias, todas pessoais porque partilhadas, que, através da antropologia, suscitaram questões, deram respostas, definiram objectivos e prioridades.

A classificação de Património da Humanidade, a partir da qual Guimarães e o seu centro histórico obtiveram visibilidade pública, foi pois pretexto para aceder a múltiplas manifestações, práticas sociais diversas e realidades complexas ou mesmo contraditórias que procurei ter presente ao longo desta tese, combinando discursos com base em trabalho de campo/observação participante e inúmeras leituras. Assim, com a mesma regularidade diária de quem sai de casa para o trabalho, percorri durante um ano lectivo (2002/2003) o espaço urbano confinado entre as muralhas medievais registando meticulosamente o que via e ouvia, encontrando a metodologia num trabalho de campo e observação participante que me forneceram as ideias verdadeiramente originais deste trabalho, sempre pertinentes porque verdadeiras, quer fossem procuradas para dar resposta a questões postas inicialmente, por sugestão de muitas leituras feitas entretanto, ou por simplesmente me parecerem bons pontos de partida para outras leituras ainda. Foi um trabalho de campo que não dei, no entanto, por concluído, mantendo até à

conclusão deste trabalho visitas periódicas ao centro histórico de Guimarães de forma a actualizar dados recolhidos anteriormente, usando os dados obtidos em diferentes tempos para enriquecer as conclusões.

Leituras e trabalho de campo permitiram-me observar um centro histórico através do seu património histórico-cultural. Mas, de que falamos, quando falamos de património? Falamos *simplesmente* da sua invenção, valorização, definição, políticas e evolução, contradições, fragilidades e rupturas; de noções de identidade e memória, tradições, Estado, pátria e nação; de saberes técnicos, cultura erudita e popular; de cidade, espaço e tempo, contextos urbanos, lugares e não-lugares, práticas culturais e sociais, vizinhança, quotidiano, histórias perdidas, bairros e redes; de espaço social, espaços públicos e privados, territórios, gestos costumeiros, histórias familiares, nós e os outros; de auto-estima, cidadania, paixões e abusos, emoções e inteligência; de qualidade estética, objectos, monumentos e monumentos históricos, obras de arte, arquivos, documentos e saber, educação, pesquisa e lazer; de passado, presente, futuro, conservação e degradação; de turismo cultural, benefícios económicos, emprego e riqueza, artesanato e idealização da cultura, produto e mercado, valor e valores, autenticidade, manipulação, imagem, escolhas e poder; de antropologia, etnologia, cultura e sistemas de relações sociais, histórias de vida; de qualidade ambiental, arquitectura, paisagem, natureza, história material e imaterial, bens classificados, Cartas, museus, monumentos *in situ* e descontextualização... Aqui organizados de forma a dar-lhes coerência, são temas que desenvolverei ao longo deste trabalho, pensado, escrito e mil vezes reescrito em Guimarães, num quarto com vista para a cidade.

Os enormes cartazes espalhados pela cidade, anunciando “Guimarães: Património Mundial”, foram entretanto retirados, as conversas sobre o tema perdendo oportunidade e já só os turistas se lhe referem, confirmando essa distinção com elogios rasgados à beleza do centro histórico. De facto, mais de dois anos depois da classificação de Património da Humanidade e passada a euforia dos primeiros tempos, começam já a rarear as marcas da festa. Também eu mais sossegada, reconheço que a questão que então me interessou acima de tudo, motivando e orientando todo este trabalho de pesquisa, foi observar e registar pessoalmente o que, na minha perspectiva, de mais significativo resultou para moradores e outros utilizadores, de um moroso e cuidado trabalho de requalificação urbana: o encontro da auto-estima perdida.

2. TRABALHO DE MEMÓRIA: PERCORRER OS DIAS PARA SENTIR A CIDADE.

2.1 A vida nas margens

Foram as igrejas que anunciaram aos vimaranenses a elevação do centro histórico da cidade a Património da Humanidade. Vencendo regras e critérios apertados e exigentes, Guimarães passava, a partir de Dezembro de 2001, a integrar a lista de sítios classificados pela UNESCO e a ser considerado um bem comum da humanidade que, por isso, tem de ser preservado e defendido. Reconhecimento de um persistente trabalho de reabilitação urbana realizado pela Câmara de Guimarães através dos seus técnicos, a classificação distinguia a área que se encontra dentro das antigas muralhas da cidade a que recentemente nos habituámos a chamar *centro histórico*.

As imagens a que o país pôde assistir através da televisão deram uma pequena ideia da emoção que esses sinos provocaram em quem nasceu, reside ou trabalha em Guimarães. A alegria e a comoção estavam patentes em todos os rostos e lágrimas, impedindo muitos de expressar com clareza as palavras certas para ocasião tão solene e histórica. Não fui indiferente a essa emoção. Sem nunca ter vivido no centro histórico, mas moradora há muitos anos na cidade, acompanhava de perto o esforço de recuperação de edifícios e espaços públicos: ele estava patente em cada fachada, rua ou praça num crescendo de intervenção que me devolvia espaços antes ignorados, vivências e memórias.

No início dos anos 80, a vida social e cultural dos jovens da minha geração desenvolvia-se quase totalmente à margem das rotinas e práticas sociais desenvolvidas pelo tecido social extremamente heterogéneo constituído pelos moradores da vasta zona de origem medieval intra-muros. O Largo do Toural era, pela sua localização, a “sala de visitas da cidade”, o centro social e comercial, o espaço de encontro sobretudo para quem frequentava os cafés e as pastelarias que existiam na altura, a toda a volta da praça. Muitos desses cafés foram entretanto substituídos por bancos, escritórios ou lojas comerciais continuando o Toural a ser o principal centro de negócios da cidade de Guimarães mas não o seu centro cívico e social. Ainda hoje é frequente ouvir dizer “Vou ao Toural” significando ir ao centro da cidade como no Porto ou Lisboa se diz “Ir

à Baixa” e os passeios, sobretudo do lado nascente, enchem-se de homens reunidos em grupos³, mas de, um modo geral, esta praça é um sítio de passagem, de peões e carros.

Há duas décadas, era ainda frequente ouvir lamentar a perda do Café Oriental, (com painéis murais de esfinges, batalhas, faraós e colunas- cópias reduzidas de templos egípcios), destruído em 1968 para dar lugar a um banco, no Toural. Não conheci esse café mas quando mais tarde (em 1985) vi fotografias no livro *Guimarães do Passado e do Presente* compreendi a falta irreparável que um espaço assim fazia na memória da cidade e de quem o tinha frequentado. Ouvia essas conversas com a ideia de que algo de muito importante tinha emergido entretanto: a indiferença pública era já impensável e haveria, em meados da década de 80, consciência e poder para travar máquinas e instrumentos demolidores e manter de pé o Café Oriental.

Não existindo ainda o termo *centro histórico*, referiamo-nos a este espaço usando o nome de cada rua, praça ou espaço público que dele faziam parte. Nesta altura muitos dos serviços encontravam-se ainda nesta área (Delegação de Saúde, Finanças, P.S.P., Tribunal do Trabalho) tornando obrigatória a passagem pelas ruas que lhes davam acesso. A biblioteca, instalada nos antigos Paços do Concelho, no Largo da Oliveira, era então local de alguma vitalidade quer pela sua actividade regular, quer por disponibilizar o espaço para a projecção de filmes, realização de concertos, debates ou exposições. A Pousada da Oliveira, contígua à biblioteca, já existia desde os anos 70, tendo implicado demolição e alteração profunda de um conjunto de casas no topo norte da praça, entre a Rua de Santa Maria e os Paços do Concelho.

A degradação e marginalização da zona histórica da cidade eram evidentes. O burgo, cujo crescimento se foi fazendo por reutilizações sucessivas das estruturas existentes evidenciava uma sobrelotação e uma pressão patentes na fraca qualidade da habitação. O crescimento da cidade nas áreas envolventes do burgo medieval originou um deslocamento das principais funções comerciais e de serviços, perto de melhores vias de acesso, transformando o centro histórico num tecido urbano e social esquecido.

A C., comerciante de antiguidades e velharias na Rua de Sta Maria, onde viveu também até alguns anos atrás, recorda um espaço totalmente diferente do actual: “*Há 40 anos, esta rua era porca, tal como a Praça de Santiago. Era muito frequentada por mulheres de vida fácil. Não havia casas de passe mas havia tascas. Havia pessoas que*

³ “Por muitos considerado verdadeira sala de visitas de Guimarães, o largo do Toural é o rosto da cidade, verdadeiro ponto de encontro das pessoas, centro de negócios e principal sítio de referência da urbe, mesmo para os forasteiros. (...) Desde logo porque o largo é ponto de confluência de algumas das estruturas viárias mais antigas de Guimarães.” (Público, 4-7-2004).

não passavam aqui com medo. A rua era de tal ordem que as pessoas chegavam à esquina e evitavam passar onde estivesse muita gente. Aqui era como uma zona de barracas. Era de “faca e alguidar”. Morar aqui antigamente era complicado, complicadíssimo. Havia o Casarão [actualmente a Pousada da Oliveira] onde viviam talvez 60 famílias. Eram sítios pior que barracas. Hoje toda a gente é respeitada”.

A resposta municipal a uma situação próxima da ruptura e a pressões sociais, políticas e culturais será a criação de um Gabinete do Centro Histórico (mais tarde, G.T.L), ao qual caberá assegurar a gestão e a coordenação das intervenções privadas e públicas e a definição de uma estratégia para a reabilitação urbana desta área. Foi um esforço reconhecido, de um modo geral, por todos os moradores: “*Se não fosse a intervenção da Câmara...*”, diz o mesmo comerciante; “*A Câmara mandava ofícios a pedir para as pessoas terem cuidado. Antes atiravam tudo para a rua. A Câmara mandava também ofícios para alindar as varandas*”.

A denúncia partiu também de um grupo de pessoas que constituíram a Associação Muralha, em 1981, preocupadas com um património de reconhecido valor em avançado risco de degradação: “...a criação de associações cívicas, como a Muralha, divulgarão, através de acções e intervenções diversas, os novos conceitos de património urbano global, com ênfase para os espaços naturalizados, na senda das recomendações da Carta de Florença e para a ingente necessidade de criação de novo património” (Ferrão, 1998). Algumas acções de sensibilização levadas a cabo, quer pela Câmara, quer por associações, no início da década de 80 foram determinantes para a criação, junto do público em geral, de uma atitude de reconhecimento da importância dos valores culturais e ambientais que têm de ser preservados. Não fui indiferente a esta preocupação, participando a partir de então em visitas guiadas, exposições e colóquios, e iniciando uma prática de reflexão sobre questões de defesa, valorização e preservação do património que fui desenvolvendo e aprofundando até ao presente.

As propostas efectuadas por F. Távora no Plano Geral de Urbanização de Guimarães, que a Carta Europeia do Património Arquitectónico confirmará, “muito contribuíram para a consideração de que a totalidade daquela área urbana fosse entendida como um «valor cultural», o que pressupunha a sua preservação e recuperação de modo crítico, mas de forma global” (Ferrão, 1998: 32). A partir de 1981, o arquitecto F. Távora está presente em muitas das actividades de índole cultural, orientando visitas guiadas a diversos locais de interesse histórico e participando em debates abertos à participação pública. A sua figura, personalidade e trabalho passaram

a fazer parte de conversas de café ou quaisquer outros momentos da vida social vimaranense- pelo menos na vida social que os meus amigos e eu integrávamos, aquela que sentíamos fazer mover a cidade e que, por isso, nos interessava.

O surgimento desta preocupação com as zonas mais degradadas da cidade é acompanhado então pela curiosidade pós-revolução de Abril que muitos sentem pelo que é popular, “genuíno” ou, de certo modo, marginal: muitas das *tascas* da cidade, as lojas mais antigas, as mercearias ou a prostituição de rua eram no centro histórico. Sem que fossem ainda áreas privilegiadas de lazer, determinadas ruas intra-muros constituíam, para muitos jovens, um espaço de transgressão e risco onde era possível estabelecer relações sociais de outro tipo. Muitos adultos que nunca viveram no centro histórico se referem ainda a um tempo em que estavam proibidos pela família de aí brincar, jogar à bola, permanecer ou circular em determinadas ruas: todos reconhecem que tiveram que mentir pois era lá que encontravam os seus melhores amigos.

Até ao início da requalificação do centro histórico, o facto de esta área estar intra-muros passava mais ou menos despercebida. Quem passava pela Rua da Rainha, o Largo João Franco ou o Largo Condessa do Juncal via-os como um contínuo da cidade, zonas tão prestigiadas quanto outras e um prolongamento do Largo do Toural ou da rua mais comercial, a Rua de Santo António. Só algumas praças ou ruas pareciam à margem desta unidade: a Praça de Santiago, a Rua Egas Moniz, a Rua da Tulha ou o Largo da Oliveira. Menos prestigiadas e menos centrais, estas áreas não tinham sofrido os efeitos da pressão do sector terciário nem da implantação comercial que se encontrava na sua periferia imediata e que se faziam sentir sobretudo no plano viário. Começou, por isso, a crescer a ideia de que era preciso inverter a situação de marginalização que pesava sobre estas áreas. O município assumiu parte dessa responsabilidade, quer adoptando medidas imediatas pontuais, quer programando e planeando a longo prazo a reabilitação do centro histórico.

2.2 Um espaço reencontrado

Durante anos vai assistir-se ao reaparecimento de uma cidade que, de certo modo, vivia escondida. A abertura de novos cafés e bares, sobretudo no Largo da Oliveira e na Praça de Santiago, todos com esplanadas, permitiu o aparecimento de novas zonas de lazer

numa altura em que as áreas mais tradicionais estavam quase completamente perdidas para a vida social em Guimarães. No Largo do Toural resistia um único café- O Milenário- com uma clientela habitual, masculina e envelhecida. Surgem, na área intra-muros, novos pólos de atracção da actividade urbana e da vida cívica onde antes havia parques de estacionamento caóticos ou trânsito automóvel. As novas esplanadas, amplas, soalheiras e longe do trânsito das ruas extras-muros atraíram de imediato pessoas de todas as zonas da cidade, passando a ser uma imagem de marca, um ex-libris da vida urbana vimaranense e locais de intensa sociabilidade.

Para que tal fosse possível, muitos recursos foram entretanto mobilizados. Espaços públicos e edifícios municipais foram reabilitados e a iniciativa privada recebeu, em certos casos, apoio técnico e financeiro. Requalificado, o comércio passa a ser também mais atractivo- neste momento há no centro histórico catorze lojas de artesanato abertas todo o ano, muitas iniciadas recentemente- e assiste-se à procura de muitos dos espaços recuperados para a actividade terciária. Visava-se a recuperação e preservação do património construído, de qualidade formal e funcional, cuja autenticidade é necessário manter no seu todo pelo que a reabilitação passava pela utilização dos materiais e técnicas construtivas tradicionais. Um outro objectivo era a manutenção da população residente, criando melhores condições de habitar (Gesta, 1998: 67). Todo este esforço foi reconhecido: pelos prémios que o projecto entretanto recebeu e pela satisfação de quem visita e de quem mora na zona intra-muros.

O que esses novos espaços de lazer revelaram, para além da beleza de monumentos, espaços públicos de circulação e fachadas, foi também rotinas, práticas diárias individuais e sociais de moradores e comerciantes que antes “escapavam” mais facilmente ao modo como se vivia e usava a cidade. Nos locais públicos que eram antes os mais degradados física e socialmente, começa-se a parar, a contemplar, a ter espaço e tempo para reconhecer pessoas, perceber relações de parentesco, cumprimentar só por que se cruzam diariamente na mesma rua, lembrar quem assoma a determinadas janelas para regar sardinheiras porque as quer mais bonitas. São assim os bairros antigos: espaços heterogéneos criados e fundamentados por uma inumerável narratividade oral feita de histórias familiares ou locais, de gestos costumeiros ou profissionais, de recitações de caminhos e paisagens (Certeau, 1994: 211).

À medida que a requalificação avança, é notória a atenção que a maioria dos moradores passa a dedicar a entradas e fachadas de casas em determinadas ruas. Embelezam as varandas para si e para os outros, os muitos vimaranenses e turistas que

param e elogiam cores e cuidados, invejando a escala mais humana dessas habitações, ruas e praças. “*Hoje o centro histórico é uma parte nobre da cidade. Há 35 anos era uma parte degradada da cidade, quer os prédios, quer as pessoas*”, diz A. C., comerciante na Rua de Sta. Maria.

É com orgulho que passam a ouvir lamentar não ser a cidade toda como o centro histórico, todas as cidades e todos os centros históricos. Por outro lado, é com preocupação que outras vozes lembram patrimónios valiosos para os quais é mais difícil mobilizar recursos. “Guimarães despreza património concelhio” pode ler-se no Diário do Minho (30-7-03) a propósito do abandono e desprezo a que é votado o património cultural situado fora da cidade, nomeadamente a Citânia de Briteiros, exemplar maior da cultura castreja na região. Também a protecção do património natural tem sido preterida, ignorando a grande riqueza dos espaços rurais e dos seus elementos paisagísticos e hipotecando irremediavelmente a natureza como um bem da humanidade.

O número de utilizadores dos locais de lazer do centro histórico vai crescendo em número significativo, procurando nesses espaços uma intimidade e um reconhecimento cada vez mais difíceis nas áreas periféricas da cidade onde imperam as grandes superfícies, auto-estradas ou grandes conjuntos urbanos que, segundo Marc Augé (1998: 89), conduzem o indivíduo à solidão e ao anonimato, à medida que esta paisagem se desclassifica, perdida entre um passado sem rasto e um futuro sem forma. Augé (1992) chamou-lhes não-lugares: espaços em que quem os atravessa não pode interpretar nada sobre a sua própria identidade, nem sobre as relações com os demais ou sobre a sua história comum. Estaremos condenados a viver em periferias modernas e desclassificadas de que ninguém parece cuidar por força de só o histórico ser merecedor de atenções e paixões? Obrigados a usufruir dos centros históricos de forma distante e só com o objectivo de lazer, teremos sempre que viver em espaços que fragilizam a sociabilidade quando reconhecemos as estratégias que a favorecem? É obrigatório que só o que é histórico seja central, remetendo para a condição de periférico o que é moderno e pensado pelos e para os indivíduos da modernidade? Penso que não. Na realidade, saímos todos a perder das opções políticas que têm definido, nas últimas décadas, o rosto das nossas cidades, os nossos espaços vitais. Não só os *periféricos* mas também os que passaram a ser *centrais*...

Para quem se desloca assiduamente a determinadas praças, nomeadamente o Largo da Oliveira e a Praça de Santiago, a pressão do turismo parece, recentemente,

ameaçar gradualmente a qualidade de vida e a harmonia de quem mora numa zona de trânsito limitado, com uma grande unidade e coerência arquitectónica e elevado valor estético. É com preocupação que assisto a esta espectacularização da realidade urbana. Como se adaptarão os residentes do centro histórico a esta lógica e às novas exigências expositivas? O centro histórico tornou-se um lugar de consumo e diversões, “un espectáculo para quienes, en la periferia llena de «poblados» y de «pabellones», se consideran como «fuera de escena»” (Augé, 1998: 128). Com regularidade, sobretudo no Verão e à noite, o Largo da Oliveira e a Praça de Santiago são palco de inúmeras manifestações culturais: concertos ao ar livre, dança, teatro, cinema, feiras medievais, desfiles de moda, cortejos históricos, procissões. Muitos moradores parecem não se incomodar com esta invasão sistemática: “*Até faz companhia!*”, dizem quando questionados sobre isso. Assistem das varandas, outros preferem sentar-se nos passeios em cadeiras ou bancos que trazem de casa, prolongando salas-de-estar pelo espaço colectivo. Raramente se sentam nas esplanadas: não é necessário. Só os “forasteiros” são obrigados a consumir para poderem aceder à plateia da urbe em festa.

O dia-a-dia passado no centro histórico sossega-me: a calma e a rotina imperam nesses mesmos espaços. Longe de automóveis e da pressão do cimento armado, “espera porém um outro tempo, a continuidade de um quotidiano, cujos gestos e ritmos ainda se encontram cimentados por uma outra cultura de sedimentação mais prolongada”(Torres, 1989). Pelo pregão da sardinheira sei que já é meio-dia, o cliente do café que chega sempre antes de mim está quase a deixar o jornal livre, o monsenhor da colegiada vai atravessar a praça que a hora de almoço já está próxima, a senhora que vai buscar o neto à escola, de caminho compra o pão para ela e para a vizinha. “*Tostado, já sabes!*”, ouve-se, então pedir. E quem atende sabe: por isso se chama a este comércio personalizado.

Ao longo de vários anos, são histórias como estas que me vão integrando e familiarizando, fazendo-me sentir *da casa* por exemplo quando mostro o centro histórico a gente de fora. Diante de um património tão simbólico e valioso, o meu orgulho e entusiasmo são os mesmos de qualquer morador que tem nesse espaço o suporte físico de parte da sua identidade, memória e história, facto que me obrigou, desde que me propus iniciar o presente trabalho, a um esforço de objectividade suplementar na realização de uma exposição clara e sóbria dos factos observados, princípio fundamental da ciência etnológica (Mauss, 1993: 21-25) de que não podia abdicar.

3. AS MARCAS DO TEMPO: HISTÓRIA, GLÓRIA, DESAPARECIDOS E SOBREVIVENTES.

3.1 Um burgo, dois burgos, três burgos...

A zona classificada pela UNESCO de Património da Humanidade compreende o tecido urbano medieval intra-muros, de grande diversidade de tipologias mas de grande homogeneidade física, onde sobressaem alguns edifícios de excepção, muitos dos quais são hoje monumentos nacionais- Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, Padrão do Salado, Antigos Paços do Concelho, Torre da Alfândega e Pano da Muralha- ou imóveis de interesse público- Casa da Rua Nova, Igreja da Misericórdia, Casa das Rótulas e Casa dos Lobos Machado- ou ainda em vias de classificação- Casa dos Laranjais. Para além destes imóveis classificados, muitos outros de grande valor patrimonial se encontram na área intra-muros.

De facto, o centro histórico de Guimarães concentra uma significativa quantidade destes elementos, sobreviventes dado o seu carácter singular, isto é, edifícios em que a melhor qualidade dos materiais utilizados lhes permitiu resistir a todo o tipo de agressões- incêndios, inundações, guerras, etc. No entanto, mesmo estes foram alterados, pois todos os tempos introduziram modificações de acordo com conveniências pessoais, interpretações e utilizações mais racionais, melhorando o que estava velho e introduzindo novidades- materiais, cores, formas: destacando-se com afirmativa nitidez ou esbatendo-se em tímidos vestígios, sobrepondo-se ou rejeitando-se, podem-se encontrar distintas paisagens urbanas numa mesma cidade ou vila, sugerindo, assim, outros tempos e outros quotidianos (Falcão Ferreira, 1989). Restos de um passado que teimam em permanecer de pé para nosso deslumbramento quotidiano, valorização e reconstituição histórica, monumentos, imóveis de vários tipos, ruas e quaisquer outros espaços públicos onde quotidianamente nos movemos, transportam consigo dinâmicas sócio-temporais diversas, materialidade da evolução de modelos culturais, relações sociais e estilos de vida (Peixoto, 1995: 147)⁴.

⁴ “Quem já olhou as nossas cidades dos seus pontos mais elevados e viu as cruces das igrejas erguerem-se bem acima dos restantes edifícios foi testemunha de como as gerações passadas celebraram e representaram no espaço a sua identidade cultural” (Peixoto, 1995: 147).

Observando as estruturas da cidade, compreende-se que Guimarães se desenvolveu de forma polarizada em torno do Castelo- referência militar- e do mosteiro da Oliveira- referência religiosa e cívica. “Guimarães é um dos raros exemplos portugueses de uma cidade cuja origem radica no processo da Reconquista. Com efeito, apesar de ser possível que a área da actual cidade tenha conhecido ocupação em épocas mais remotas, ela não assumiu os contornos de um fenómeno urbano” (Barroca, 2000a: 16). A malha urbana gerada a partir desses dois pólos ganhou organização e limites com a construção da muralha.⁵ As muralhas são, efectivamente, um fenómeno técnico, militar, económico, social, político, jurídico, simbólico e ideológico: definem o de fora e o de dentro e as relações dialécticas entre a cidade e os arredores. As muralhas são, por isso, um elemento essencial para o ideograma urbano (Le Goff, 1991: 11). Estava também definida a malha urbana do que hoje apelidamos de centro histórico: “Constituída por agricultores, comerciantes e artesãos dedicados fundamentalmente à produção de cutelarias, ourivesaria e curtumes, Guimarães viverá até aos finais do século XIX densificando a cidade intra-muros” (Gesta, 1987: 32).

O mais longo e bem conservado pano de muralha que se pode observar ainda hoje delimitando o lado nascente da zona classificada (ao longo da Avenida Alberto Sampaio) e um mais reduzido junto do Tournal, a Sul (Torre da Alfândega), foi o que resistiu de inúmeras atitudes destruidoras que demoliram ou deixaram disfarçadas atrás de fachadas (como é o caso dos poucos vestígios de muralha que existem ainda entalados entre o casario da Alameda, por um lado, e da Rua Egas Moniz, pelo outro) a longa muralha medieval, mandada concluir por D. Dinis. Atitudes renovadoras que destruíram a continuidade que a muralha possuía na Idade Média: as suas marcas permaneceram, no entanto, e ainda hoje desenha o centro histórico (uma elipse orientada quase totalmente no sentido Norte/Sul), delimitando uma área de 19.5 hectares que abrange três freguesias: Oliveira, S. Paio e S. Sebastião.

Os locais escolhidos para a implantação dos novos mosteiros reflectem o crescente sucesso urbano do «burgo baixo», onde florescia a actividade artesanal e comercial, e a progressiva decadência do burgo alto, implantado em torno do Castelo. D. Afonso III ainda procurou contrariar esta tendência, assinando em 1258 o diploma que instituíra feira trimestral junto do Castelo. Mas o diploma régio foi incapaz de travar

⁵ “Elemento essencial de qualquer localidade medieval, as muralhas dão-nos indicações variadas sobre a dinâmica da urbe, como seja ajuizar do crescimento e desenvolvimento da vila mediante os alargamentos que a muralha vai sofrendo. Pode ainda fornecer indicações sobre as dimensões da vila em análise e mesmo sobre a sua população (Carvalho, 1989: 26).

a irreversível decadência da zona alta face à crescente afirmação do burgo mercantil e burguês (Barroca, 2000b: 33). De D. Afonso III a D. João I, assim permaneceu Guimarães, feita de «duas vilas e um só povo». Na realidade só em 1389 se extingue definitivamente o concelho do Castelo, passando a liderar a vila de baixo, Guimarães: a muralha que separava as duas vilas foi então derrubada (Falcão Ferreira, 2000: 39).

3.2 Constituição de um espaço urbano.

Numa fase inicial do crescimento do burgo, as construções seriam predominantemente *terreiras* sendo as casas com um *sobrado* raras e inexistentes as que possuíam dois. Os paços são as habitações de funcionários reais de maior prestígio e dimensão. A partir do século XII, terá surgido uma nova tipologia no espaço urbano vimaranense: a da Casa-Torre. Outras casas, escapando a qualquer lógica planeadora, são construídas de forma descontínua e irregular, prática que tende a terminar durante os séculos XIV e XV: “tentemos imaginar a sucessão acidentada de alçados irregularmente alinhados, avançando sobre a rua em sacadas, muxarabis⁶, balcões, predominando a madeira sobre a cal e o improviso sobre o senso” (Rossa, 1995: 253). As mudanças efectuadas para restauro e conservação tentam assistir às exigências de quem as habita mas igualmente às exigências da tipologia inicial da habitação.

Diferentes estilos, formas e tratamentos não significam, neste caso, falta de harmonia: frequentemente, ruas que comungam presenças arquitectónicas com origens secularmente afastadas, mantêm presente uma forte unidade espacial, dada pela perfeita articulação dos materiais comuns, pelo uso e ritmo de alguns elementos, pela incorporação de detalhes similares, pelo controlo de volumes e cérceas e mesmo pela disciplina do contraste; muitas das ruas medievais mais sedutoras são compostas por fachadas com alturas irregulares, chegando a variar com alguma frequência até dois pisos de diferença, mas, se mantida essa cadeia de diferenças, mantêm-se a unidade da rua, especialmente reforçada pelos pisos mais baixos (Alves, 2000: 71).

A partir do século XV há uma grande transformação da imagem urbana, produzida pela classe média que pela primeira vez cristaliza no seio da sociedade

⁶ Rótulas de madeira, feitas de ripas cilíndricas, usadas como janelas nos árabes, de forma a deixar passar a luz e o ar, preservando a privacidade (Dicionário de Termos de Arte, Edward Lucie-Smith).

portuguesa (Rossa, 1995: 261). Há também um aumento da construção de *paços*, para a habitação da nobreza. “Fernão de Sousa mandará construir, em finais do século XV, na rua de Santa Maria, os seus «paços», usando como material a pedra” (Ferrão, 1998: 41). A criação de novas ruas deu origem a frentes urbanas mais regulares e a uma regularização do loteamento urbano com o conseqüente alinhamento das frentes e nivelamento das alturas. “Os casos frequentes, mesmo junto ao centro urbano, de lotes profundos, levam a que a imagem de densidade sentida na rua seja traída pela existência de grandes espaços não edificados como miolo dos quarteirões” (Rossa, 1995: 254)⁷. Mantém-se a ausência de uniformidade: casas grandes de maior prestígio e pequenas, terreiras e de dois sobrados, a par de pardieiros (Falcão Ferreira, 1989: 222). “Casebres escuros e infectos, promíscuos de gentes e animais, os lares dos nossos longínquos avós foram viveiro alegre de ratos, pulgas e pestes. No Norte mais que no Sul. E agora, sim, pode dizer-se: realmente os nobres, os cleros e os burgueses, considerando o povo, dormiam em palácios” (Mattoso, 1993: 384). A casa servia para distinguir os homens. “Ao edifício corrente com um sistema muito pouco apurado e precário de construção em pedra, barro (cozido em alvenaria ou em taipa) e madeira opunha-se a obra com algum aparato erguida fundamentalmente em pedra” (Rossa, 1995: 254).

“As «ruas novas», conforme o nome diz, foram rasgadas modernissimamente (no século XV, a do Porto) e significavam na altura grande progresso urbanístico. Apesar de lamacentas, malcheirosas e atravancadas por pessoas, coisas e animais. Delas se orgulharam os residentes e as câmaras” (Mattoso, 1993: 380). Numa planta medieval de Guimarães, José Mattoso (História de Portugal, vol. 2: 247) mostra uma única Rua Nova, a Rua Nova do Muro, que mais tarde se chamará Rua Nova dos Mercadores e hoje Rua Egas Moniz. Os moradores e muitos vimaranenses continuam a referir-se-lhe por Rua Nova.

A partir do século XVI, as casas burguesas utilizavam já o granito aparelhado nas suas fachadas e as pertencentes à nobreza tinham frontarias cuidadas e decoradas e exibiam pedras de armas. Nas habitações correntes, a maioria do tecido urbano, é usual o piso térreo em pedra, sobre o qual assenta madeira ou taipa. O colmo é ainda o material mais usado na cobertura destas habitações. Com a intenção de minorar os frequentes incêndios e valorizar esteticamente as cidades, D. Manuel ordenou pela primeira vez demolições para desafogo urbano e realinhamento. Proibiu a construção ou

⁷ “Numa sondagem feita a dez ruas pudemos verificar que os edifícios ultrapassavam em profundidade cerca do dobro da sua largura, o que se torna esclarecedor” (Falcão Ferreira, 1989: 235).

reconstrução de balcões ou sacadas, obrigando os donos dos existentes a desmontá-los (Rossa, 1995: 261) Surgem em Guimarães as casas “alpendradas”, viradas aos terrenos de maior movimento de feiras, pois serviam sobretudo para o negócio abrigado.

Ao longo do século XVII há uma tendência para uniformizar as alturas- piso térreo e dois sobrados- e regularizar as frentes, padronizando os lotes urbanos. Nas ruas mais antigas, as dimensões das parcelas mantiveram-se em relação às habitações medievais que as actuais substituíam. O uso da pedra nas fachadas começa a ser mais frequente, tomando o lugar da taipa. “Surgiu assim um tipo de alçado que até há pouco tempo configurava o grosso do espaço público urbano português. Correspondendo a um edifício construído em alvenaria de pedra e/ou tijolo, é plano, alinhado com os confrontantes e, por imposição regulamentar, sem saliências que vão além de palmo e meio incluindo o beirado” (Rossa, 1995: 262).

Na segunda metade do século XVIII surgem casas nobres urbanas, de decoração rocóco, que se integram e enquadram na malha urbana. É exemplo disto a casa Lobo Machado que respeita as frentes em que se insere, embora utilizando lote de maiores dimensões do que os das casas contíguas. A demolição de parte da muralha, reconhecendo a sua inutilidade, dá-se nos finais do século XVIII, dando lugar a uma extensa frente no Toural e possibilitando o reordenamento dessa praça, “permitindo que cada um nas suas testadas possa abrir as portas que forem necessárias para formar lojas de comércio” sem prejuízo do campo onde se realizava a feira, o Toural- Provisão Régia de 19 de Julho de 1793 (Conceição, 2001). Esta frente uniforme, pombalina mas tardia, tem ainda a marca do modelo igualitário e da repetição em série usado em Lisboa após o terramoto de 1755. “As dificuldades económicas, aliadas à necessidade de fazer rapidamente, levaram a uma arquitectura standardizada, algo monótona pela repetição. Ao edifício diferenciado, a Lisboa Pombalina opõe um bloco de prédios de rendimento” (Pereira, 1992: 136). Também em Guimarães, este foi o primeiro conjunto de prédios de rendimento, servindo de modelo a muitos outros que se construíram a partir de então.

Este processo de demolição da muralha prolongar-se-á até meados do século XIX, destruindo vastos panos de muralha e as suas torres e sendo a sua pedra vendida pela Câmara. Muitos outros passam a fazer parte integrante dos prédios. É o caso do prolongamento do Toural, em que surgem para um lado- Rua de Santo António- e para o outro- Alameda de S. Dâmaso- novos conjuntos urbanos, de grande regularidade em altura e dimensão dos lotes mas sem o igualitarismo pombalino do Toural (Vieira Braga, 1953), que escondem no seu interior partes da muralha.

O Liberalismo e o Romantismo promoverão o aparecimento de novas e indiferenciadas tipologias urbanas de habitação, deixando a distinção entre a *casa nobre* e a *casa burguesa* de ter razão de ser. Paralelamente, dá-se o aparecimento de novos equipamentos ligados à administração, ensino e abastecimento (Ferrão e Afonso, 1998: 51). Em 1867, Guimarães conhecerá o seu primeiro plano, da autoria do Engenheiro Almeida Ribeiro- professor de arquitectura civil e naval da Academia Portuguesa de Belas-Artes. Este plano, que revela preocupações urbanísticas e encomendado pela Câmara Municipal, não introduzirá grandes mudanças arquitectónicas no burgo medieval. Propunha o alargamento de ruas- zona do Paço dos Duques e Castelo- folha nº2; a inutilização ou desaparecimento de outras- parte Sul do Largo Martins Sarmiento, “a actual Rua de Infesta e o lado austral da Rua do Poço”- folha nº3; melhorar outras ainda- a zona histórica da Oliveira- folha nº8 (Oliveira, 1985: 17-23). É a ideia de melhoramento que surge constantemente ao longo das treze folhas do plano, recorrendo ao alargamento de ruas ou ao desaparecimento de outras, com critérios de grande sensibilidade urbana, segundo Ferrão (1998: 25).

Até finais dos anos 20, observar-se-á uma atitude destruidora a par de uma posição patrimonial conservadora, ilustrada pela “recolha e controle dos bens da Igreja e na alteração dum conjunto de ousados projectos efectuados em 1914” (Ferrão, 1998: 27). O plano de urbanização de Luiz de Pina (em 1925) propõe um alargamento da cidade em relação à cidade antiga, alternativo mas articulado. “A área abrangida pelo plano ultrapassava a dimensão da cidade intramuros” (Távora, 1985: 41). O Ante-Plano de Urbanização de 1949, do arquitecto Moreira da Silva é gerador da expansão nascente da cidade- Bairro do Liceu.

O Estado Novo vai protagonizar um dos momentos mais demolidores da história recente de Guimarães, sacrificando significativas extensões de muralha⁸ e vastas áreas habitacionais consideradas então sem valor histórico- o bairro de Santa Cruz, por exemplo- com o fim de revalorizar o património monumental que exaltasse o passado glorioso de Portugal. A criação da *Colina Sagrada*, reintegrando e dando outra visibilidade ao Castelo, Paço dos Duques e Igreja de S. Miguel e a recuperação da Igreja da Oliveira são exemplos desta atitude e actividade restauradoras. Exceptuando estas intervenções cujo objectivo se enquadrava na conjuntura ideológica e política dos anos

⁸ Foi no Largo Navarros de Andrade que se deu a demolição mais recente da muralha, em 1943: uma extensão total de cento e cinquenta metros ao longo da actual avenida General Humberto delgado. Do alto desta avenida até ao Castelo nada ficou da muralha (Machado, 1985: 46).

40, de afirmação do poder através da exaltação dos feitos pátrios, ocorreram muitas outras intervenções de evidente desvalorização patrimonial. Em 1971, a demolição de casas para construção do edifício dos C.T.T., na Rua de Santo António, foi uma provocação à cidade medieval (Simões, 1985: 15) bem como a construção do quartel da G.N.R., ambos excluídos posteriormente da zona proposta para classificação de Património da Humanidade. Também a construção da Pousada da Oliveira, obrigando à demolição de várias casas do Largo da Oliveira e da Rua de Santa Maria e de que resultou um edifício *a imitar* a traça de velhas casas de habitação do burgo medieval, surge como um exemplo de intervenções que não preservaram as marcas da história nem tampouco a memória da cidade.

De facto, a zona intra-muros parecia, até à década de 80, votada ao esquecimento. Copiando modelos em voga, o poder local incentivava desde há algum tempo a construção em altura nas zonas mais periféricas, alargando o perímetro da cidade e transformando radicalmente a sua fisionomia. A zona histórica não correspondia de modo nenhum aos interesses especulativos do poder autárquico e estava igualmente desajustada dos gostos de uma maioria da população que se deslumbrava com a chegada da modernidade. Tal como Daviña (2001) escreveu a propósito do centro histórico de Ourense, também em Guimarães, a estreiteza das suas ruas, a dificuldade de construir elevadores, o acesso restrito dos automóveis, a dificuldade de juntar edifícios que permitissem volume de construção rentáveis para os promotores, a degradação socioeconómica de muitas das suas ruas e as modas, mantiveram este espaço longe das atenções do poder político e dos particulares.

A recuperação do centro histórico, iniciada em 1985, produziu uma alteração significativa deste espaço urbano: valorizou infra-estruturas básicas, espaços públicos, implantação de equipamentos e regulação do tráfego. Em 1997, cerca de 90% dos espaços públicos estavam reabilitados- dotados de infra-estruturas e novo desenho-, tendo o arranjo urbanístico de cada praça ou largo mantido o seu carácter próprio de acordo com a sua forma, as suas funções, o seu ambiente construído- o Largo da Câmara carácter “barroco”, a Praça de Santiago “medieval”, o Largo João franco “renascentista”, o Largo Condessa do Juncal “romântico”-, caracteres diferentes inseridos num percurso urbano intra-muros que garantia a sua unidade dentro da diversidade. No caso dos edifícios, só 30% tinham sido intervencionados, englobando obras de beneficiação e intervenções de fundo (Projecto de Revitalização Comercial, 1997).

4. PRÁTICAS PATRIMONIAIS: REINVENTAR A CIDADE.

4.1 Um velho camartelo à solta.

Depois do reconhecimento local e nacional, o reconhecimento internacional da qualidade formal e funcional do centro histórico de Guimarães tornou mais uma vez visível o interesse que as questões da preservação e do respeito pelo património ganharam recentemente no contexto das sociedades Ocidentais. Em 1992, Françoise Choay (1992: 10) escrevia que o património histórico se tornou a palavra-chave da tribo mediática, sendo o seu culto revelador do estado de uma sociedade e das questões que se lhe colocam. O percurso da área construída intra-muros em Guimarães é bem ilustrativo de como o interesse e os comportamentos patrimoniais dos cidadãos e das instituições foram evoluindo ao longo da sua história. O estado de degradação em que se encontrava até à intervenção iniciada pelo GTL é revelador do desinteresse que durante décadas o poder político e a sociedade civil manifestaram por este espaço, não só enquanto herança do passado e lugar de memórias, mas também como área residencial de muitos milhares de habitantes.

A paixão pelo passado que, de forma sistemática, institucional e pública, tornou imperativa a conservação do património construído, impedindo que se destruía o que se recebeu como legado dos antepassados, surgiu, no caso de Guimarães, em simultâneo às preocupações que o poder político assumiu no pós-25 de Abril em relação à garantia de melhores condições de vida e justiça social. O facto de este centro histórico ter chegado, em certa medida, intacto até finais do século XX deveu-se tanto a essa paixão pelo que é histórico- surgindo Martins Sarmento como um pioneiro da defesa do património histórico no século XIX, alertando para a sua degradação natural e a provocada por restauros- como ao desinteresse que o poder político foi manifestando ao longo de décadas pela qualidade da habitação, como direito dos cidadãos. É assim que a área construída intra-muros chega até nós com uma qualidade que advém mais da sua autenticidade do que das condições de habitabilidade dos edifícios.

A Associação Muralha, constituída em 1981, tinha por objectivos protestar e alertar para situações de património destruído ou em risco, através da sensibilização do público em geral para o significado e importância dos valores culturais e ambientais,

assumindo uma responsabilidade didáctica perante o que foi legalmente instituído pela Lei do Património: “É direito e dever de todos os cidadãos preservar, defender e valorizar o Património cultural” (*Historial da Muralha*). A mensagem chegou a muitos, percurso sem retrocesso num tempo em que conservar exprime mais do que uma simples nostalgia do passado: é um verdadeiro luto perante um mundo que desaparece irreversivelmente (Guillaume, 1980: 12). A construção do edifício dos CTT, em 1971, e a consequente demolição do Palacete de Minotes juntamente com outras casas, fazendo todos parte da zona intra-muros e provocando a exclusão dessa área da classificação, dez anos mais tarde teriam originado um enorme coro de protestos, que teriam certamente impedido a sua concretização. No início dos anos 80 já é um *escândalo* substituir caixilhos de madeira das casas antigas por alumínio, passando a ser proibido por legislação específica, numa clara opção por critérios estéticos e em desfavor de alguma comodidade e sentido prático- o alumínio é mais barato e não se degrada.

A história da cidade está repleta de momentos em que o critério que presidiu às mudanças foi este mesmo: o sentido prático. É o que acontece, por exemplo com o cinto de muralhas da velha vila de Guimarães. “Com o cerco de 1385 estava terminada a actividade bélica do Castelo e das Muralhas, consequência, por certo, do aparecimento da artilharia que, localizada na encosta da Penha, anulava a função defensiva daquelas fortificações” (Machado, 1985: 44). Intactas até finais do século XVII, as muralhas vão desaparecendo, quer por demolição, quer ficando absorvidas no interior de habitações pela inutilidade relativamente à função de defesa para que foram construídas. E por outras razões ainda: “Toda a gente, a começar pelos governantes locais, agiu no sentido de adquirir material da muralha e torres, procedendo aquelas entidades governativas a leilões da histórica pedra e dos terrenos em que esta assentava, com o objectivo de equilibrarem as finanças municipais!” (Machado, 1985: 46).

Escapou o Castelo. “Em 1829, um tal Custódio José de Sampaio queria adquirir a Torre de Menagem; e sete anos decorridos, em 1836, uma entidade que dava pelo nome de Sociedade Patriótica Vimaranesa, propunha a completa demolição do Castelo de Guimarães, para com a pedra calcetar as ruas da vila” (Machado, 1985: 47). Em 24 de Outubro de 1880 foi classificado como monumento nacional. Panos de muralha são, no entanto, demolidos- zonas da Porta de Freiria e de Santa Cruz, Porta de Santa Bárbara, Porta de Santo António⁹- e outros ficam integrados em prédios- Torre da

⁹ “ O mais usual era a porta estar incrustada na própria muralha, com saída para o exterior sem ponte levadiça, que de resto perderia qualquer sentido se não houvesse fosso. Com o desenvolvimento da

Alfândega e toda a Alameda de S. Dâmaso. Também as igrejas de S. Tiago e de S. Sebastião são demolidas.

Nos finais do século XIX, o Padre Ferreira Caldas que testemunhou o desaparecimento de ruas e de “velhíssimos casebres” bem como a demolição de um chafariz, um frontão majestoso e uma estátua colossal e a conversão de um sítio solitário num bairro concorrido e várias outras transformações, escrevia em *Guimarães, apontamentos para a sua história* que “Não pode dizer-se, como geralmente se diz, que Guimarães ficará num estado indolente, em face do movimento progressivo das mais cidades do país; pois estudada esta terra, na sua parte material, depressa nos convencemos que, há uma década de anos, a maior parte das suas ruas e largos têm experimentado importantes reformas, dando-lhes um aspecto completamente novo e agradável” (Caldas, 1996: 133).

Há, no entanto um confronto entre uma posição demolidora e uma conservadora/restauradora, surgindo na cidade um movimento de defesa do património, encabeçado por Martins Sarmiento que leva ao restauro da Igreja de S. Miguel e à manutenção do Castelo. No século XIX, a noção de património histórico urbano sofreu, de um modo geral nas sociedades ocidentais, uma evolução- sem significar ou implicar, no entanto, medidas imediatas e imperiosas de conservação e preservação que só muito mais tarde seriam implementadas¹⁰ (Choay, 1992: 135-139)- e Guimarães acompanha, a par de outras cidades, um movimento de afirmação da sociedade liberal e romântica, gerado no contexto e no ambiente da intervenção pública da intelectualidade que implicou o reconhecimento de um conjunto de valores patrimoniais, sobretudo monumentais, históricos e nacionais, que importava transmitir às gerações vindouras como herança do passado (Custódio, 1993: 33). Em *Dar Futuro ao Passado*, Jorge Custódio (1993) destaca a importância de Alexandre Herculano na criação dessa mentalidade junto da opinião pública pelo seu papel pioneiro de defesa do valor do património cultural português. “Em diversos artigos, estudos e romances Herculano insurge-se contra o vandalismo dos «modernos Hunos», a incúria das instituições e o camartelo municipal que grassava pelo país demolindo os monumentos pátrios” (Custódio, 1993: 35).

arquitectura urbana, a porta deixou de estar incrustada na muralha e passou, nalguns casos a estar aberta numa torre (Carvalho, 1989: 31).

¹⁰ “Mais opposer les villes du passé à la ville du présent ne signifie pas pour autant vouloir conserver les premières. L’histoire des doctrines de l’urbanisme et de leurs applications concrètes ne se confond nullement avec l’invention du patrimoine urbain historique et de sa protection” (Choay, 1992: 139).

A revista *O Panorama*- editada pela primeira vez em 1837- permitirá a Herculano, como director, estabelecer uma rede de correspondência, sob a forma de apelos, protestos ou informação, através da qual tomará conhecimento da degradação de castelos, palácios, conventos e igrejas.¹¹ A sua acção não se limitou a denúncias de situações de delapidação do património ou sensibilização da opinião pública: em 1840 criou a *Sociedade Conservadora dos Monumentos Nacionais* e entre 1840 e 1842, como deputado do Parlamento, consegue que sejam votadas verbas para monumentos históricos; no entanto “O Estado só assumia responsabilidades públicas no respeitante a obras de inegável valor histórico e nacional” (Custódio, 1993: 45). Muitas das obras de restauro deveram-se, então, à iniciativa de instituições locais, organismos e associações privadas: no caso de Guimarães, é exemplo o já referido restauro da Igreja de S. Miguel do Castelo.

Uma das actas do Congresso de Proto-História Europeia publicada na *Revista de Guimarães* da autoria de Ana C. N. Martins (1999: 221) com o título de *Martins Sarmiento e Possidónio da Silva. Um olhar sobre a troca epistolar* refere-se a este mesmo restauro: “Em 1876 Martins Sarmiento tomou a iniciativa de restaurar a aludida Igreja daquela cidade, respeitando a sua traça original, seguindo o seu estilo primitivo. «O Sr. Sarmiento compreendeu, que a restauração d’aqule templo deveria fazer-se o mais rigorosamente possível, no estylo e costumes da epocha em que primitivamente fôra construido»...Consequentemente, foi a Igreja de S. Miguel do Castelo «...reedificada e restaurada, conservando a sua antiga simplicidade e pureza de estilo, exemplo muito raro nas construcções dos edificios antigos, a que se tem procedido n’este reino»”, tendo Martins Sarmiento¹² encontrado apoio em parecer da Associação dos Architectos e Arqueólogos Portugueses (Custódio, 1993: 47).

Em 1904 a Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses apresentou uma lista dos monumentos nacionais mas só em 1909, o Ministério das Obras Públicas publicou pela primeira vez uma lista oficial sobre a qual se podia basear para orientar prioridades e orçamentos do Estado. Alguns monumentos foram

¹¹“É só em 1838-1839 que Herculano resolve publicar uma série de quatro artigos sobre «Os Monumentos» que constituem o primeiro manifesto sobre a problemática da salvaguarda do património arquitectónico e artístico português” (Custódio, 1993: 37).

¹² Demarcando-se da tendência dominante na historiografia portuguesa desde Alexandre Herculano, Martins Sarmiento que viveu e trabalhou em Guimarães desenvolveu importantes teses «lusitanistas»: “as teses de Martins Sarmiento, embora tivessem encontrado alguma resistência polémica, tinham a seu favor a sedução de uma explicação de Portugal que ancorava a existência remota da nação em antecedentes étnicos não apenas particularmente recuados mas também claramente originais, sobretudo por referência a vizinha Espanha” (Leal, 1996: 24).

classificados antes, ao abrigo de leis especiais: foi o caso do Castelo de Guimarães, em 1908 (Custódio, 1993: 53).

A I República consagra a lista de monumentos a classificar mas reorganiza, com o Decreto de 26 de Maio de 1911, os serviços artísticos e arqueológicos: reconhecendo o papel primordial dos artistas, historiadores e críticos de arte, abre-lhes as portas à participação na salvaguarda dos bens culturais do país (Custódio, 1993: 55). “Durante a República e até finais dos anos 20, mantém-se em Guimarães, e na continuidade dos procedimentos do século XIX, não só uma posição patrimonial conservadora, traduzida na recolha e controle dos bens da Igreja e na alteração dum conjunto de «ousados» projectos urbanos efectuados em 1914, como também e em simultâneo, uma atitude destruidora, ilustrada pelas inconvenientes consequências locais que provocaria a execução da proposta, então efectuada, para criação de um parque envolvente do castelo e paço ducal, só mais tarde realizados” (Ferrão, 1998: 27). Em 1925 realizar-se-á, por outro lado, um dos muitos “pastiches” efectuados pela Ditadura Nacional: a invenção de um cotovelo no pano nascente da muralha, onde se praticou uma falsa porta medieval¹³ para serviço da cerca do Convento de Santa Clara (Ferrão, 2002: 217).

Por outro lado ainda, “detecta-se já, então, um alargamento da problemática patrimonial, em resultado da acção de Martins Sarmiento e do papel desde logo assumido pela arqueologia e da intervenção de Alberto Sampaio e da relevância entretanto protagonizada pelo artesanato, industria e cultura popular” (Ferrão, 2002: 214). O Museu de Alberto Sampaio foi criado por Alfredo Guimarães em 1928 com a finalidade de albergar as colecções da Colegiada de Santa Maria da Oliveira e outros objectos de valor, peças classificadas que a Sociedade Martins Sarmiento guardava até então, deixando transparecer uma atitude conservadora. Evita-se o abandono a que estavam votados os bens artísticos e culturais da Igreja em sequência de legislação promulgada entre 1911 e 1917 (Ferrão, 2002: 215). Também “Em 1917, a Sociedade Martins Sarmiento consegue impedir que a Sala do Capítulo dos claustros da colegiada fosse entregue para armazém de secos e molhados, assim como outras dependências contíguas o haviam sido” (Lino, 1984: 237).

“Num mesmo quadro de preservação patrimonial e sob proposta da Sociedade de Defesa e Propaganda de Guimarães, efectuada em 1931, criará a autarquia uma comissão de estética urbana, com o objectivo de «submeter à sua jurisdição todos os

¹³ Onde antes seria a Torre dos Cães (Mapa das muralhas de Guimarães, *Guimarães do Passado e do Presente*).

projectos que visem alterar quaisquer edifícios com carácter arquitectónico ou a estrutura geral da cidade»¹⁴ (Ferrão, 2002: 219).

Efectivamente, a prática demolidora mantém-se no século XX. Durante o Estado Novo, a muralha continua a ser destruída- nos Palheiros e entre o Largo da Mumadona e o Largo Cónego J. M. Gomes- e as casas em volta do Castelo e do Paço dos Duques são demolidas bem como toda a Rua de Santa Cruz- “comboio” de Santa Cruz, como antigos moradores ainda hoje se lhe referem- por não servirem uma perspectiva monumentalista e por serem “consideradas carentes de significado histórico e dignidade, já em clara contradição com as contemporâneas directivas das Cartas de Atenas e de Veneza (Ferrão, 1998: 29). Paralelamente, incrementa-se uma atitude restauradora de “purificação estilística”, defendendo “um nacionalismo passadista e imperial de nautas, santos e cavaleiros” (Rosas, 1994: 292). Era uma tentativa de devolver a Guimarães o estatuto de capital política do país. “A acção de restauro de igrejas, castelos e palácios, que recebeu notável incremento em 40, através da Direcção dos Monumentos Nacionais, foi sobretudo obra do arquitecto Baltasar de Castro, que devotada e longamente a orientou (1936-49), em princípios arqueológicos de refazimento conjectural e de purificação bebidos em Viollet-le-Duc mais do que numa consciência histórica da vida e da utência sucessiva dos edifícios. Com isso (que era, em certa medida, critério epocal mas se prolongou até finais de 60) mitificou-se uma situação medieval especiosamente «romântica»...” (França, 1991: 463). A Colina Sagrada surge, assim, reintegrando o Castelo, o Paço dos Duques e a Igreja de S. Miguel, todos restaurados nesta altura, “não passando de uma operação de cosmética sem conteúdo” (Ferrão, 2002: 220).

Em 1940, Alfredo Guimarães¹⁵, a propósito do restauro do castelo, descrevia em *O Castelo e as Muralhas de Guimarães* feitos heróicos relacionados com Guimarães e que “Tudo isto se vai consagrar em breve, pela admiração de muitos e a ternura de todos. Tudo isto se vai reviver, espiritualmente, em 4 de Junho próximo” (Guimarães, 1940: 15). A Igreja de S. Miguel foi também restaurada em 1940. O Paço dos Duques, majestosa casa senhorial do século XV¹⁶, foi progressivamente sendo abandonado até

¹⁴ “Esta comissão, a que se ficará a dever a renovação da rua de Santa Maria, uma acção à época inédita no país (...) era constituída em 1939 por A. Vieira Braga, Alfredo Guimarães, António de Azevedo, Luíz de Pina e Arq. José António Sequeira Braga” (Ferrão, 2002: 219).

¹⁵ Alfredo Guimarães era, em 1940, director do Museu Alberto Sampaio e do Castelo de Guimarães.

¹⁶ “É de todos os tempos ostentar sinais de grandeza conformes ao estatuto que se tem ou se deseja possuir. Nos séculos XIV e XV como hoje” afirma José Mattoso referindo-se à opulência do Paço dos Duques de Bragança, em *História de Portugal*, vol. 2, pag. 376.

tornar-se quartel militar- entre 1807 e 1935-, atingindo um avançado estado de ruína. Em *Guia de Turismo*, Alfredo Guimarães (1953) afirmava que “Em Guimarães não havia em tal data o conhecimento da existência ali de um tão raro Monumento histórico e artístico, ou seja, o da construção do mais notável edifício de arquitectura civil do século XV. Era simplesmente «o quartel»..”¹⁷. O restauro foi inaugurado em 24 de Junho de 1959. A consciência desse valor surgiu finalmente: “A pedido de vários vimaranenses, o Palácio (que no seu conjunto e mesmo nos pormenores não tem parceiro, perante o seu carácter artístico, entre as construções senhoriais do seu tempo em todo o território da península ibérica), foi restituído ao seu primitivo esplendor (...), com o apoio interessado de Salazar” (Lino, 1984: 201).

Até à década de 70, valores arquitectónicos de Guimarães vão continuar a ser sacrificados. A consciência de defesa do património visa a preservação de monumentos e áreas consideradas de maior valor. As consideradas de pouco valor continuam a ser demolidas, ignorando as directivas das Cartas de Atenas (1931) e de Veneza (1964)¹⁸, “como pode verificar-se no rasgamento das avenidas do Conde de Margaride e do General Humberto Delgado, tal como na destruição da rua de Santa Cruz e dos quarteirões da baixa que incluía a Igreja de S. Dâmaso e como parece suceder, também, na opção segregadora de preservação patrimonial assumida no Ante-Plano de Urbanização do casal Moreira da Silva” (Ferrão, 2002: 226).

Já na década de 70, muitos outros imóveis pertencentes à área intra-muros seriam demolidos para dar lugar a prédios novos de traça e materiais assumidamente modernos (como o caso do edifício dos Correios) e outros em que tudo foi demolido, voltando-se a construir de modo a parecer o antigo (caso da Pousada da Oliveira). Quer num caso quer noutra, resultaram imóveis sem graça, cujas fachadas interrompem uma harmonia feita de paredes, telhados, janelas e cores marcados pela passagem do tempo e, por isso, significantes.

¹⁷ Alfredo Guimarães esteve na origem do restauro do Paço dos Duques que durou cerca de 25 anos.

¹⁸ “...le Deuxième Congrès International des Architectes et des Techniciens des monuments Historiques, réuni à Venise du 25 au 31 mai 1964, a approuvé le texte suivant: Art. 1.La notion de monument historique comprend tant la création architecturale isolée que le site urbain ou rural porte témoignage d’une civilisation particulière d’une évolution significative où d’un événement historique. Elle s’étend non seulement aux grandes créations mais aussi aux œuvres modestes qui ont acquis avec le temps une signification culturelle” Charte International sur la Conservation et la Restauration des Monuments (Custódio, 1993: 65).

4.2 S.O.S: *save our souls*.

Nos finais da década de 60, desenvolve-se em Portugal uma outra ideia de salvaguarda do património em que não só a criação arquitectónica isolada devia merecer a acção legisladora, mas o conjunto urbano e rural e em que a especificidade civilizacional e a história eram os princípios orientadores da selecção. Esta ideia defendida por Jorge Custódio (1993: 60-61) dá-nos também a noção de que o próprio conceito de monumento estava em mudança e não estavam então em causa apenas as grandes criações da humanidade, mas também «os monumentos modestos», início de um longo e sinuoso percurso que continua ainda hoje a colocar problemas aos obreiros da salvaguarda do património.

A Carta Europeia do Património Arquitectónico (1975) reafirmará isto mesmo: o património “é formado não somente pelos nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades e as nossas aldeias tradicionais, integradas nos seus ambientes natural e construído”. É nesta perspectiva de preservação global que Fernando Távora realizou, em 1979, o Plano Geral de Urbanização de Guimarães, propondo uma visão qualificadora que não se limitasse apenas a monumentos, edifícios de arquitectura erudita ou conjuntos urbanos ou rurais com interesse, mas que considerasse toda a área urbana um «valor cultural» (Ferrão, 2002: 230). Ainda segundo Bernardo Ferrão, o alargamento da noção de património arquitectónico que Fernando Távora pôs em prática neste plano articulava-se plenamente com a recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea (1976), realizada no quadro da UNESCO, onde se clarificam os conceitos de “conjunto histórico e tradicional” e de “salvaguarda”. A noção de conjunto histórico e tradicional é definida como “uma fixação humana, em meio urbano ou rural, cuja coesão e valor são reconhecidos dos pontos de vista arqueológico, arquitectónico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural” e a noção de salvaguarda como “a identificação, protecção, conservação, restauro, reabilitação, manutenção e revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais (...) e do seu tecido social, económico e cultural”.

A tomada de consciência da necessidade de defender o património local torna-se pública. Valorizado progressivamente aos olhos de um número significativo de gente, defende-se o estudo, divulgação e preservação do Património Cultural e Natural, bem como a prática de quaisquer outras actividades de índole cultural.

Politicamente, estas preocupações vão fazendo parte de planos municipais e programas até ao surgimento, em 1983, de um Gabinete do Centro Histórico- mais tarde Gabinete Técnico Local-, “ao qual caberá assegurar a gestão e a coordenação objectivadas das acções privadas e públicas e paralelamente a definição duma estratégia para a intervenção municipal” (Gesta, 1987: 51). Ainda segundo Alexandra Gesta, que coordenou praticamente desde o início o G.T.L., de todo o tecido urbano dariam prioridade aos edifícios que pela sua localização, tipologia, estado de conservação e vocação podiam servir como marcos exemplares para toda a operação. Quanto aos imóveis a adquirir pelo município, a escolha recairia nos de maior carga significativa ou qualidade arquitectónica, enquanto objectos isolados ou parte integrante de um conjunto (Gesta, 1987: 93).

Da estratégia definida pelo G.T.L. fazia igualmente parte uma reabilitação urbana que preservasse a autenticidade de materiais e técnicas tradicionais de construção, orientação de natureza técnica que começou por esbarrar na falta de profissionais com conhecimentos dentro desta área: para colmatar essa carência, o G.T.L. organizou cursos de formação de aprendizes e de operários especializados em técnicas e ofícios de construção tradicional destinados aos desempregados da população residente do centro histórico, no final dos quais surgiu uma equipa municipal de operários- canteiros, carpinteiros, pintores, calceteiros, trolhas, jardineiros- que integrou as obras de requalificação e aplicou essas técnicas aos casos concretos. Evitou-se o fachadismo e intervenções de grande impacto, manteve-se valores sociais, identidade cultural e valores económicos ligados aos usos, às actividades e à produção que dá vida (Aguiar, 2002: 96). “*Todos os materiais foram mantidos, a não ser que estivesse em ruína. O que é possível manter, mantém-se, o que está em ruína é demolido e reconstruído igual ao original*”, explicou J. T., empreiteiro e formador dos cursos promovidos pelo G.T.L. “Ou seja, o G.T.L. não só superou a falta de mão-de-obra especializada, como resolveu grande parte dos problemas sociais com que se deparava”, balanço particular (Público, 14-12-2003) e optimista, pelo menos no que diz respeito aos problemas sociais, que tive dificuldade de comprovar no terreno.

Ainda segundo Ferrão (2002) e relatório do G.T.L., desde 1985 e ao nível dos espaços públicos procederá o G.T.L., dentre outras acções, à requalificação das Ruas Gravador Molarinho, Dr. Avelino Germano, Nuno Álvares Pereira, Tulha e Escadinhas da Alameda, Largo do Serralho e Rua da Rainha, Rua do Anjo e Rua Egas Moniz e ruas adjacentes. Concluirá também a renovação da Praça de Santiago e Largo da Câmara,

estas sob desenhos de F. Távora accessorados pelo gabinete e ainda do Largo Condessa do Juncal e Largo João Franco, segundo projectos do mesmo architecto. Por sua vez e no que concerne a edificios municipais promoverá o G.T.L. a recuperação das suas próprias instalações na Rua Nova, ainda sob orientação de F. Távora, da Biblioteca Municipal, dos Postos de Turismo da Alameda e da Praça de Santiago, da Albergaria de S. Crispim, da Casa dos Pobres, da Associação Muralha e de alguns espaços interiores da Câmara Municipal, projectando também uma fonte para a Rua de S. António, algum mobiliário urbano e as instalações sanitárias da Praça de Santiago e da Alameda; importará não esquecer também, e no quadro da sua acção, a importantíssima tarefa de acompanhamento e controle dum extenso número de projectos de iniciativa privada, levados a efeito na sua área de intervenção e, também, fora dela (Ferrão, 2002: 237). Assim, a maioria dos espaços públicos foi reabilitada (cerca de 90%) e dos 493 edificios da área intra-muros, 314 foram intervencionados, dos quais 103 foram objecto de intervenção com financiamento da Administração Central e Local (P.R.I.D. e R.E.C.R.I.A.) e 225 intervencionados pela iniciativa privada sem qualquer participação.

Em todo este esforço de reabilitação foi restaurado o que era possível ainda preservar recorrendo a técnicas, produtos e materiais tradicionais, mas é evidente que muito foi construído de novo, sobretudo ao nível dos espaços públicos. Ruas e praças foram repavimentadas, dando lugar a novos espaços de circulação: “Nunca houve a ilusão de se estar perante uma tentativa de recriação da feição urbana vimaranense dos finais da Idade Média, onde necessariamente haveriam de ressurgir (...) ruas e vielas pestilentas, muitas vezes transformadas em chiqueiros (...) num tempo em que não existia abastecimento público de água potável nem sistema de saneamento...Uma cidade onde hoje ninguém quereria viver” Neves (2001).

Este trabalho de reabilitação urbana justificou a atribuição de vários prémios ao longo da requalificação (em 1993, o Prémio Nacional de Arquitectura; em 1996, o Prémio da Real Fundação Toledo; em 1999, Prémio Nacional Imagem da Cidade, pela reabilitação das Casas Alpendradas) que a Câmara Municipal procurou rentabilizar, publicitando-os nos folhetos distribuídos nos Postos de Turismo. A classificação de Património Cultural da Humanidade em 2001 culminou esse processo, atribuindo ao centro histórico a distinção mais desejada e cobiçada. Pelo menos nos folhetos, as referências a todas as outras passaram a ser omitidas: com o passar do tempo quem as lembrará como elementos de um percurso complexo e diverso?

5. OS USOS SOCIAIS DO PASSADO: A SAGRAÇÃO DO PATRIMÓNIO.

5.1 Dar sentido *in situ*.

Dos 34 itens que compõem o Guia da Cidade editado pela Zona de Turismo de Guimarães em 2002 e que é distribuído gratuitamente nos Postos de Turismo a turistas e quaisquer outros interessados, o Castelo figura em primeiro lugar, seguido da Igreja de S. Miguel e dos Paços dos Duques de Bragança. Todos os outros itens se dividem por monumentos classificados, igrejas, capelas e conventos, museus, praças, ruas, palácios, casas e parques, procurando dar uma visão de conjunto em que se ignora, de forma explícita, novas áreas urbanas ou marcas de evolução tecnológica, só contrariado pela imagem do teleférico para a Penha. Num outro folheto também fornecido nos Postos de Turismo de Guimarães pode ler-se que “A sua história, riqueza monumental, artística, museológica e natural são razões suficientes para proporcionar uma visita inesquecível”, podendo-se “fruir a História e a atmosfera medieval dos primórdios da nacionalidade”.

Esta saliência conferida à antiguidade, podendo ser vista como resultante da escassez de processos modernizadores capazes de impor novas marcas simbólicas e novas características identificadoras, deve acima de tudo ser encarada como estratégia de afirmação de uma identidade sólida e estável que é legitimada pela história, caucionada por símbolos, e que é capaz de resistir à erosão do tempo e de converter o passado em elemento renovador (Fortuna e Peixoto, 2002: 22). Num passado mais ou menos recente, conforme o grau de instrução dos sujeitos em causa, a memória colectiva apoiava-se frequentemente em “mitos”, alguns deles criados justamente para servirem de suporte da crença na perpetuidade, ou mesmo na sacralidade da Pátria, mas na sociedade actual, a História constitui um dos fundamentos mais importantes da memória colectiva e, por conseguinte, da consciência de identidade (Mattoso, 2001).

Enquanto que a fruição da História através dos monumentos é uma prática já velha de pelo menos dois séculos, a fruição da atmosfera- medieval, urbana e necessariamente popular- proposta no folheto é um conceito que surgiu recentemente nas sociedades modernas ocidentais. Alargando a noção de património a uma concepção antropológica, passámos a considerar os imóveis e os objectos como conjuntos, cuja integridade também deve ser objecto de conservação. Nesta perspectiva, património são

os objectos e os conjuntos de objectos ligados a uma actividade humana e ao edifício que lhe dá abrigo (Poisson, 1996: 216). Para Françoise Zonabend (*cit. in* Daniel Fabre, 2000a: 13) o património afirmou-se como uma frente avançada da democracia cultural porque em vez de separar os seus objectos do contexto, deu-lhes um lugar e um sentido *in situ*, para a população do local e para um público mais amplo e mais diversificado que o dos museus.

Este alargamento da noção de património é consequência de uma “demande social”, ocorrida um pouco por todo lado e de um avanço cultural, em geral, que os antropólogos seguiram, dando prova da capacidade holística da antropologia que lhe permite penetrar em todas as formas do saber, do trabalho e das ideias e prova, também, de que, na prática, o seu objecto de estudo continua a ser a cultura e os sistemas de relações sociais: na nova paisagem antropológica¹⁹, a relatividade dos pontos de vista culturais, das relações recíprocas inerentes a cada grupo e as diferentes estratégias de decisão dos actores sociais continuam a oferecer-nos a possibilidade de conhecer «otros mundos» e «otros paraísos» (Santana, 1997: 14).

5.2 Baralhar e voltar a dar.

Em Guimarães, a classificação em 2001 de todo o conjunto intra-muros alargou enormemente a quantidade de objectos patrimonializados, desfocando as atenções que se centravam quase exclusivamente no Castelo, Paço dos Duques, Museu de Alberto Sampaio e Sociedade Martins Sarmento, Igreja de N. Sra. da Oliveira e Igreja de S. Francisco- os locais de interesse mais procurados pelos turistas.

Este facto não passou despercebido à proprietária de uma das lojas de artesanato em frente ao Paço dos Duques²⁰ que lhe atribui a diminuição do volume de vendas desde 2001, contrariando, no entanto, os números fornecidos pela Zona de Turismo de

¹⁹ “Los estudios sobre «los otros» que en muchos casos somos «nosotros» desde la particular visión de la antropología han pasado de la contemplación monográfica de un pueblo o grupo al completo tratamiento de temas-problema específicos, dibujando un nuevo paisaje antropológico parcelado por la economía, el parentesco, la religión, la política o las diversas formas de organización social, abandonando al «hombre primitivo» y abrazando primero al campesino, después al «hombre tercermundista», más tarde al urbano para acabar con distinciones disciplinares de todo tipo, por campos, subcampos y elementos de los mismos”(Santana, 1997: 14).

²⁰M. F., nasceu e mora ainda na Rua D. Henrique, que limita a poente a Colina Sagrada. Começou como vendedora de artesanato aos sete anos, na rua, e em 1989 adquiriu a loja.

Guimarães que revelam um aumento significativo de turistas a partir de então, clientes quase exclusivos dessas mesmas lojas de artesanato. Justifica essa diminuição com duas razões que não têm nada em comum: a abertura de uma loja dentro do Paço onde os guias turísticos aconselham a comprar e, essencialmente, maior brevidade na permanência na Colina Sagrada, para poderem visitar o centro histórico: “*Descem todos por aí abaixo; muitos mal param aqui*”, diz M. F., referindo-se aos turistas, que até então permaneciam mais tempo nas imediações, por a Colina Sagrada ser considerada o *ex-libris* da cidade. Prevê tempos ainda mais difíceis: pensa que a proibição de circulação automóvel naquela zona significará o fim da sua actividade pois sabe pelos motoristas das camionetas, que se obrigarem os turistas a ficar longe da Colina Sagrada deixarão de se deslocar para lá, ficando pela zona baixa da cidade antiga, o coração do centro histórico. E ninguém passará diante da sua loja. Entendo, pelo que me relata de forma emocionada, que o seu desgosto por sentir esta zona tão abandonada não se limita só à sua actividade comercial. Para esta moradora e comerciante da zona classificada, o que Guimarães tem de mais valioso é a sua história e os museus: sempre foram o seu maior motivo de orgulho de ser vimaranense. O Paço dos Duques é, para ela, o monumento mais importante da cidade. Não entende, por isso, esta eventual falta de estima em relação a monumentos que considera tão importantes.

D. S., também proprietário de uma loja de artesanato em frente ao Paço dos Duques (há 15 anos), ao contrário da sua vizinha, registou um aumento significativo de clientes, sobretudo nacionais, desde 2001. Agradou-lhe também o facto de serem, segundo ele, cada vez mais exigentes e informados. Sabe isso porque a loja funciona como um Posto de Turismo: dá informações, conversa com os turistas. Afinal, está aberto mais horas que o Posto. Conhece bem a cidade: nasceu e viveu parte da vida no Largo da Oliveira, no centro histórico. Quando era mais novo, dizia simplesmente que “*Morava na cidade. Ninguém distinguia o Toural, Rua de Camões, Rua de Santo António: era tudo a cidade...*”. Ainda hoje sente “*um grande respeito pela Oliveira*”, é o local do centro histórico “*que mais lhe toca*”. No entanto, quando era criança os pais não autorizavam que brincasse na rua: “*Pelo mau ambiente*”. Por isso, passou muito tempo da infância na Igreja da Oliveira, que conhece bem por dentro e por fora. “*Lembro-me de tudo: as missas, os sinos, os toques de incêndio*”. Considera que a história e, sobretudo, o facto de ser considerada o Berço da Nacionalidade são os símbolos mais significativos da cidade. Por isso, sentiu do seguinte modo os reflexos da classificação do conjunto do centro histórico como Património da Humanidade: “*Desde*

2001, a maioria dos turistas é nacional e esses perguntam sobre o centro histórico. Hoje já ninguém fala da Colina Sagrada. O Berço da Nacionalidade está a cair no esquecimento. As atenções estão só viradas para o centro histórico. Muito mal. Só o centro histórico é que conta: o resto está a cair no esquecimento. Havia respeito pelo Berço da Nacionalidade. Já nem o termo existe nos folhetos turísticos; «Altar da Pátria» desapareceu. O Estado Novo fez mais pela cidade do que depois do 25 de Abril. Os responsáveis [agora] só estão virados para o centro histórico”. Esta área pertence, no entanto, ao centro histórico facto que D. S. parece não reconhecer.

Sabendo através desta mesma entrevista que, com a classificação, o número de clientes desta loja aumentou- ao contrário da comerciante referida anteriormente-, compreendo que o sentimento de mágoa que as palavras de D. S. e de M. F. reflectem tenha origem, indubitavelmente, no medo da perda do que sentem ser um símbolo de uma herança, memória e factor identitário não só dos vimaranenses mas, até certo ponto, de toda a gente em Portugal e não da perda de condições para a sua actividade comercial. Esta atitude parece ter também origem na grande proximidade física que estabelecem com a Colina Sagrada: é um facto que unicamente estes dois comerciantes se lamentaram e repararam no desinteresse crescente que os monumentos desse conjunto têm vindo a suscitar junto do público, todavia interessado em questões patrimoniais. Nenhum dos outros comerciantes de artesanato do centro histórico ou mesmo quaisquer outros entrevistados se referiram a esta problemática.

5. 3 Património, tempo, espaço.

A partir do momento em que sítios, percursos, vestígios, são reencontrados e transformados sob o pretexto de se lhes restituir a glória de outros tempos, uma outra história começa, fabricada por um vasto trabalho de restauro (Bensa, 2001: 3). Também em Guimarães, se “fabricou” a história: nos anos 40, o Estado Novo “criou” a Colina Sagrada, restaurando o Castelo, o Paço e a Igreja de S. Miguel, demolindo todas as construções urbanas em volta e anulando espaços públicos numa operação de reenquadramento estético ao serviço de uma perspectiva monumentalista- obra de Rogério Azevedo. Por um lado “emerge e acentua-se uma posição restauradora, já iniciada na fase anterior com a igreja de S. Miguel, mas agora muito ampliada, embora

sempre referida apenas ao património monumental e à edificação isolada em si mesma e tendo por base projectual o princípio da «purificação estilística», como pode verificar-se nas reintegrações iniciais da Castelo, paço dos Duques e igreja de S. Miguel e posteriores, das igrejas de S. Francisco, S. Domingos e N.ª. Sr.ª da Oliveira; por outro lado ainda, e por clara desadequação cultural dos responsáveis pela salvaguarda patrimonial, permanece uma atitude demolidora que, em nome de uma perspectiva monumentalista, sacrifica elementos arquitectónicos e malhas urbanas históricas de enquadramento e envolvimento, consideradas carentes de significado histórico e dignidade, já em clara contradição com as directivas das Cartas de Atenas e de Veneza” (Ferrão, 1998: 29).

Nesse período, os três monumentos ganharam visibilidade e foram protegidos como obras isoladas, ignorando manifestamente as novas concepções de preservação do património que ao longo do século XIX foram emergindo. Thomas Gaehtgens, em *Patrimoine, temps, espace- patrimoine en place, patrimoine déplacé* (1996: 48) expõe que foi por volta de 1800 que se desenvolveu a ideia de que o que merecia ser protegido não era somente o monumento isolado mas o monumento *in situ*²¹. Quer dizer que não era suficiente estudar e proteger o objecto de arte isolado mas era também preciso ter em consideração o contexto físico e espiritual: os monumentos como conjuntos significativos do ponto de vista da arte, da história da arte e da história da cultura. As primeiras medidas legislativas, no entanto, só surgiram no início do século XX.

Para Gaehtgens, só por volta do ano 1900 é que se viu formulada a exigência de garantir a protecção dos monumentos no seu ambiente ou mesmo de conjuntos culturais significativos mesmo que não contivessem no seu seio qualquer obra significativa. Para esta nova concepção de preservação do património contribuíram nomes como Viollet-le-Duc- para quem as construções medievais em ruína deviam não só ser protegidas mas também completadas²²-, John Ruskin- que se opunha ao restauro por considerar que destruía o monumento- e Wilhelm Lubke, Cornelius Gurlitt, Riegl, Camilo Sitte, Paul Schulze-Naumburg e Georg Dehio, com novos quadros teóricos (Gaehtgens, 1996: 53).

²¹ No início, a preservação de monumentos históricos só dizia respeito à obra de arte isolada que parecesse ser digna de ser conservada do ponto de vista da história da arte e da história da cultura. Opondo-se a que as obras de arte fossem retiradas do contexto para que tinham sido criadas, Quatremère de Quincy foi pioneiro e determinante na reflexão que posteriormente se fez sobre a protecção dos monumentos (Gaehtgens, 1996: 49).

²² “Viollet-le-Duc, aliás, irá influenciar toda uma geração de arquitectos contemporâneos, com a sua teoria e programa de restauro da unidade formal de estilo que deveria ser estabelecido de forma completa no edifício a recuperar, tratava-se de devolver a pureza inicial de estilo a uma obra de arte alterada durante séculos” (Custódio, 1993: 42).

Ainda segundo Choay (1992: 21-23), Riegl pôs em evidência uma diferença fundamental entre monumento (cuja criação é deliberada) e monumento histórico (que não foi inicialmente criado para tal): o monumento tem por fim fazer reviver no presente um passado engolido no tempo; o monumento histórico mantém uma relação quer com a memória viva quer com a duração. Riegl define o monumento histórico pelos valores de que foi investido ao longo da história, organiza um inventário e define uma nomenclatura. A sua análise está estruturada pela oposição de duas categorias de valor: valor comemorativo, ligado ao passado e em que intervém a memória, valor de antiguidade, as marcas do tempo e valor de contemporaneidade, pertencendo ao presente (Choay, 1992: 129).

Conforme esta tipologia, qual o valor ou valores dos monumentos que compõem a Colina Sagrada? Ainda segundo Choay (1992), Riegl defendeu compromissos nessa avaliação, negociáveis em cada caso particular, em função do estado do monumento e do contexto social e cultural em que se insere. O Castelo, lembrando um período da História, tem uma intenção comemorativa e impondo ao presente as marcas do passado tem simultaneamente um elevado valor de antiguidade. Como documento (restaurado) de uma época, considera-se o seu valor histórico. Dada a profunda reconstrução de que foi alvo, para os historiadores é ainda um documento sobre o Estado Novo.

O outro aspecto, de facto a salientar, diz respeito ao valor simbólico da Colina Sagrada como “Berço da nacionalidade” e “Altar da Pátria”, realçado pelo Estado Novo, com o propósito claro de afirmação do poder através da exaltação dos feitos pátrios. Foi preciso a democratização da sociedade portuguesa e a perda das colónias para que o passado deixasse de ser visto como um tempo glorioso ou como uma «idade de ouro» (Mattoso, 2001: 104). Para Eric Hobsbawm (1983), esses tempos e idades *de ouro* são invenções de tradições feitas com um claro objectivo de reforçar o poder político: uma forma de manter a obediência, lealdade e cooperação por parte de todos os cidadãos e um modo de afirmar a sua legitimidade aos olhos de todos. Os Estados um pouco por toda a Europa- e, para Hobsbawm, sobretudo nos 30 ou 40 anos antes da I Guerra Mundial, reflexo das profundas e rápidas transformações sociais desse período- necessitavam de novos dispositivos que assegurassem a coesão social, a identidade e as relações da estrutura social. Em Portugal, para um poder autoritário como o do Estado Novo, e de certo modo por toda a Europa como nos refere Hobsbawm (1983: 263-268), a criação de tradições, cerimónias públicas, heróis e símbolos tornaram-se importantes como elementos “irracionais” na manutenção do tecido e da ordem sociais.

Que mudanças trouxe a democratização do sistema político e a consequente força da sociedade civil quanto às nossas práticas monumentais? O valor essencialmente simbólico desses monumentos nacionais perdeu-se na medida em que a mensagem que veiculava deixou de ser significativa nos nossos dias. Sintoma dessa perda de valor simbólico será, por exemplo a realização de uma feira semanal no Campo de S. Mamede, contíguo ao Castelo e fazendo parte da Colina Sagrada? Sê-lo-á também o facto de esta mesma zona se ter tornado um local de prostituição (masculina e feminina), sobretudo à noite (referido por M. F., comerciante de artesanato em frente ao Castelo) motivo porque a Colina Sagrada é hoje uma das zonas mais inseguras da cidade? Ou, por outro lado, haver uma certa inoperância e opção deliberada por parte da Câmara, pois, no entender de D. S., *“De 1982 para cá não se fez nada. O Estado Novo fez mais pela cidade do que depois do 25 de Abril. Agora só o centro histórico é que conta. O resto está tudo a cair no esquecimento”*?

Segundo Régis Debray (1999: 25-27), o monumento perde visibilidade quando o poder se torna invisível: quando há uma depressão institucional, o mais ostentatório dos aparelhos ideológicos de Estado que é o monumento é o primeiro a sofrer. Para Debray, o gesto de celebrar é sempre um acto de autoridade e o Estado democrático já não se reconhece o direito de impor valores: a vitória do monumental sobre o monumento traduziria a proeminência da sociedade civil sobre o Estado. O autor associa a isto ainda o desaparecimento das grandes causas: a Nação, a República, o Proletariado, a Raça, a Revolução, todos com letra grande, apelando a um sentimento de obrigação que o reinado do indivíduo e da economia tornaram inútil.



Figura nº1- Vista da feira semanal no Campo de S. Mamede, observável de cima das muralhas do Castelo.

5. 4 Monumental sem monumentos.

Todas as culturas e “todas as comunidades têm, pois, os seus documentos que são como que as âncoras onde se afirma a memória das pessoas e a prosápia das comunidades, que são os indicadores da sua identidade e da sua classificação. Eles dão segurança às comunidades, servem-lhes de referência, ajudam a axializar os seus itinerários e incitam a perspectivar o futuro” (Ferreira de Almeida, 1993: 411). Por esta mesma razão Alcantud (2003: 35) afirma que a relação entre património e memória é fundamentalmente simbólica, uma vez que as nossas sociedades não suportam a destruição, o fim das coisas e dos indivíduos, criando numerosos meios para prolongar a existência social. É este último aspecto que Guillaume (1980: 15) aponta como objectivo fundamental da *política do património*: mobilizar os grupos sociais cada vez mais ameaçados de anomia resultante da perda de memória e identidade²³.

De facto, toda a comunidade humana teve e sempre terá de ter as suas referências de memória, isto é, os seus “monumentos”. Segundo a definição de Choay (1992: 15), monumento é todo o artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos para lembrar ou fazer lembrar a outras gerações, acontecimentos, sacrifícios, ritos e crenças. Para Choay (1992: 26), o monumento histórico- cujo nascimento se pode localizar em Roma por volta do ano 1420- aparece no Ocidente com um movimento intelectual surgido do culto das ruínas da Antiguidade, que confirmava o passado fabuloso de Roma : lembra o seu esplendor e lamentam a sua destruição. No entanto, a consagração do monumento histórico surge directamente ligada, na Grã-Bretanha e na França, com o despertar da era industrial (Choay, 1992: 106).

Régis Debray (1999: 11) definiu monumento como um suporte de memória e um modo de partilha: se chamamos cultura à capacidade de herdar colectivamente uma experiência individual que não vivemos pessoalmente, o monumento é a habilidade suprema do único mamífero capaz de produzir história. Assim, Debray (1999: 13) acrescenta, na sua definição de monumento, um outro enquadramento: a invenção do monumento como bem colectivo emerge com a consciência de história, que coloca o

²³ “Les classes sociales et leurs cultures spécifiques qui naguère structuraient fermement la société s’estompent pour laisser place à une immense classe moyenne, à un amalgame de groupes sans culture commune bien définie. A ceux qui n’ont plus ni territoire ni identité sociale propre, la seule possibilité qui reste ouverte est de se reconstruire des «racines», un espace compensatoire fictif dans le passé, une *pseudo-topie*, pour tenter d’y recréer artificiellement les différences que le présent ne tolère plus. Le passé, comme l’écologie, devient valeur-refuge. Pour briser l’uniformité et le fonctionnalisme du paysage industriel et des logements, pour les rendre *habitables*, les débris anciens restent le dernier recours” (Guillaume, 1980:15).

passado distante do presente, permitindo objectivar em documentos as criações antigas. O ocidente moderno foi onde pela primeira vez os vestígios deixados pelos antepassados foram valorizados por eles mesmos e não pelo seu valor funcional. Em França, foi no século XVIII que se deu essa desvalorização quanto ao aspecto funcional e uma maior atenção ao aspecto estético. Debray associa este salto qualitativo no sentido da modernidade ao nascimento simultâneo da história da arte e da estética como disciplinas- com Baumgarten e Winckelmann- e do monumento histórico como categoria aparte- com o abade Grégoire e Alexandre Lenoir-. Em 1931, a Conferência de Atenas institucionaliza, a nível europeu, o culto moderno pelos monumentos históricos e em 1972 atinge-se a escala mundial com a Convenção sobre a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural da UNESCO, com 112 países signatários desde 1991.

De acordo com as anteriores definições de monumento, para uma cidade com tão grande valor patrimonial, o Centro Histórico de Guimarães dispõe de um reduzido número de Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público classificados- um total de doze, segundo carta do GTL com a zona classificada e a zona tampão: Castelo de Guimarães²⁴, Igreja de S. Miguel do Castelo, Paço dos Duques de Bragança²⁵, Igreja Nossa Senhora de Oliveira, Padrão do Salado, Antigos Paços do Conselho, Pano da Muralha (Av. Alberto Sampaio), Torre da Alfândega (Alameda de S. Dâmaso), todos Monumentos Nacionais e Casa da Rua Nova- G.T.L. (R. Egas Moniz), Igreja da Misericórdia, Casa das Rótulas e Casa dos Lobos Machado e Cruzeiro Manuelino, Imóveis de Interesse Público.²⁶

²⁴ A este propósito, Padre F. Caldas conta em *Guimarães, Apontamentos para a sua História* (1996 a partir de 1ª edição de 1881: 411) que “Um dos membros da Sociedade Patriótica Vimaranesa, em sessão de 31 de Janeiro de 1836, propôs a demolição deste notável e precioso monumento, para com a sua pedra se ladrilharem as ruas e calçadas de Guimarães, dando como razão de tão desastrado alvitre haver este castelo servido de prisão política no tempo de D. Miguel!...Em compensação (...) em conformidade da portaria do ministério das obras públicas, de 24 de Outubro de 1880, diz-se a respeito deste notável monumento: «O castelo de Guimarães, de entre todos o mais apreciável, certamente pela sua antiguidade (...) merece tão especial atenção e cuidado, não só para que seja protegido contra a barbárie dos homens, mas também para que o ajudem a resistir à acção assoladora do tempo, quando esta o ameaçar de ruína, que pareceu à comissão dever assinalar-lhe lugar na primeira classe». Efectivamente assim o classificaram, ficando portanto o nosso castelo considerado *o único monumento histórico de primeira classe* em toda a província do Minho. Veja-se *Diário do Governo* nº62, de 19 de Março de 1881”.

²⁵ “Este palácio foi considerado monumento histórico de segunda classe pela Real Associação dos architectos civis e arqueólogos portugueses, em assembleia geral de 30 de Dezembro de 1880, cujo extracto se publicou no *Diário Governo* nº 62 do ano de 1881; onde se diz, que este monumento é um vastíssimo edificio muito interessante para o estudo da construção das habitações dos grandes senhores, e dos costumes naquela época”(Caldas, 1996: 414).

²⁶ Em *Projecto Especial de Revitalização Comercial do Centro Histórico de Guimarães*, de 1997, estudo encomendado pela Câmara Municipal de Guimarães e algumas associações locais pode ler-se (pag.25) que “Para além destes imóveis classificados, existem outros de grande valor patrimonial, que não contêm

Distinguindo “monumento” de “monumento histórico”, Françoise Choay (1992: 15) ajuda-nos a compreender os critérios que imperaram na classificação monumental em Guimarães. Partindo da sua definição de monumento como “tout artefact édifié par une communauté d’individus pour remémorer ou faire remémorer à d’autres générations des personnes, des événements, des sacrifices, des rites ou des croyances” concluímos que nenhum “monumento” foi classificado. O papel do monumento, entendido no seu sentido original e com funções comemorativas, simbólicas e filosóficas perdeu progressivamente importância nas sociedades ocidentais: as sociedades desenvolvidas deixaram praticamente de construir monumentos simbólicos e transferiram o seu fervor para os monumentos históricos²⁷. Pelo contrário, “le monument historique exige, dans la logique de ce savoir, et au moins en théorie, une conservation sans condition”(Choay, 1992: 23). Os Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público de Guimarães são, sem dúvida, monumentos históricos também segundo a distinção feita por Riegl: monumento é uma criação deliberada, enquanto monumento histórico não foi deliberadamente pensado e criado para tal (Choay, 1992: 21).

Segundo estas duas classificações, Guimarães não é, evidentemente, rica em “monumentos” de grande dimensão. Possui, no entanto, um razoável número de estátuas, bustos e esculturas de notável valor artístico: Estátua de D. Afonso Henriques (de Soares dos Reis), Monumento a João Franco (pedestal de Marques da Silva), Estátua de Mumadona (de Bré), Fonte do Milénio (de Moreira da Silva)²⁸, diversas esculturas de António Azevedo (busto de Alberto Sampaio, Fauno e Rapariguinha), de Irene Vilar (busto de Abel Salazar), de Clara Menéres (Monumento ao Caixeiro Viajante), de José de Guimarães, de João Cutileiro.

Talvez por não serem “históricos”, não se lhes faz referência em qualquer dos guias da cidade fornecidos nos postos de turismo (e não são classificados). Estes

qualquer classificação mas que, pelas suas características arquitectónicas, são dignos de referência, nomeadamente: conjunto de fachadas da Praça de S. Tiago; fachadas de feição pombalina, no Largo do Toural; casas alpendradas do Largo da Oliveira; antigo Convento de St^a. Clara- C.M.G. (Lg. da Câmara); Capela N^a. Sr^a. da Guia (R. Alfredo Guimarães); Igreja de S. Pedro (Lg. do Toural); Capela do Anjo da Guarda e de S. Crispim (R. Da Rainha); Albergaria de S. Crispim (Viela de S. Crispim); Casa do Fidalgo do Toural- Vaz Vieira (Lg. do Toural); Casa dos Coutos (Rua da Rainha); Casa da Torre (Lg. João Franco); Casa dos Navarros de Andrade (R. Gravador Molarinho); Casa “Muralha” (Lg. Condessa do Juncal); Casa dos Carneiros- B.P.L. (Rua de St^a Maria); Casa do Arco (Rua de St^a Maria); Oratórios (sitos na R. St^a Maria, no Lg. João Franco, nas ruas Egas Moniz e Alfredo Guimarães)”.

²⁷ O apagamento progressivo da função memorial do monumento teve, para Choay, duas causas principais: por um lado o lugar cada vez mais destacado que as sociedades foram dando ao conceito de arte a partir da Renascença e por outro o desenvolvimento e difusão das memórias artificiais com a invenção da imprensa (Choay, 1992: 17).

²⁸ Erigida em 1953, em comemoração dos mil anos da fundação de Portugal.

monumentos também não aparecem contemplados na lista de imóveis não classificados, mas de grande valor patrimonial. Nenhum dos entrevistados lhes faz igualmente referência. Questionados sobre os monumentos mais valiosos e emblemáticos da cidade, nenhum se refere a quaisquer monumentos comemorativos, simbólicos, erguidos para fim de rememoração. A Fonte do Milénio situada no Largo do Toural goza de grande exposição quer pela sua localização, quer pela sua dimensão: todos tiveram, no entanto, dificuldade de precisar a sua origem e significado. Em relação à estátua de D. Afonso Henriques, situada na Colina Sagrada, não houve também qualquer menção; no entanto, não passa despercebida à maioria dos turistas que se desloca ao Castelo e Paço dos Duques: todos a fotografam, fazendo questão de lá aparecerem também.

O Estado já não se reconhece o direito de impor valores e os monumentos sem cerimónias morrem, diz Debray (1999). Haverá então uma relação entre o aumento em poder do património e a descida em evidência do monumento? Less (monumento) is more (património)?

A escultura de José Cutileiro- encomenda da Câmara Municipal- representando D. Afonso Henriques e inaugurada em 2001 foi a única a que alguns dos entrevistados se referiram, sobretudo para a contestar, implicando mais valores afectivos do que estéticos e artísticos: deve-se ao facto de o artista ter “desconstruído” em pedra um rei maior, cuja figura realista de guerreiro imponente desenhada por Soares dos Reis marcou durante mais de 100 anos o imaginário colectivo. “Quando se olha para ele toda a gente o identifica”, “Sempre foi representado assim, é sempre representado com o escudo e o montante”, disse Cutileiro numa entrevista publicada após a inauguração (Povo de Guimarães, 6-7-2001). Numa reportagem do mesmo jornal local pôde ler-se, na mesma altura (29-6-2001), que durante a inauguração se ouviram as primeiras críticas: “aquela figura muito dificilmente representava D. Afonso Henriques”. Quanto à localização- numa das entradas do centro histórico e uma das mais significativas, a Porta da Vila- o escultor disse na mesma entrevista: local “Estratégico no sentido até militar. Acho que é um sítio tão nobre, que eu não podia dizer para ali é que é”.

Não tendo, no caderno de campo, registos pessoais das reacções públicas à instalação da escultura de Cutileiro (anterior ao meu trabalho de campo), fui, no entanto, testemunha de inúmeras reacções negativas aquando da inauguração, inclusivamente de ouvir referir a ameaça de destruição. Passados mais de 30 anos “do seu D. Sebastião de Lagos, do ano de 1972, em que o D. Sebastião surge vestido como um motard, presença insólita numa praça de Lagos, que evidentemente causou o escândalo das mentalidades

conservadoras do antigo regime”(Chicó, 1999: 275), novamente uma estátua de Cutileiro causa escândalo, só que no ano 2001. Não deixei de ficar surpreendida com o facto de a arte poder causar, ainda, reacções públicas tão violentas.

Entrevistado depois no âmbito deste trabalho, um comerciante (L. C.) do largo onde está situada referiu-se-lhe do seguinte modo: *“A estátua do Cutileiro foi controversa, pela negativa. A maior parte do cidadão comum, o menos informado, não gostou, achou que era um desconchavo porem aqui uma estátua do Cutileiro. Algumas pessoas com alguma sensibilidade estética acham que o enquadramento não é o melhor. Também não foi muito favorável a cor do Tribunal. As pessoas não gostam porque o largo é branco e aquela cor foge um bocado...”*.

Afinal, segundo este entrevistado, ninguém gostou. Sei, no entanto (caderno de campo), que uma moradora e vendedeira de fruta da Praça de Santiago (H. F.) se lhe referiu como sendo um dos símbolos da cidade e um dos seus mais valiosos monumentos, a seguir ao Castelo e ao Largo da Oliveira: foi a única.



Figura nº 2- Escultura de João Cutileiro, fotografada por Maria Sousa.

A paixão com que muitos atacaram esta representação de D. Afonso Henriques será sintoma de medo de desvio histórico e, conseqüentemente, perda identitária? Considerando o seu valor artístico e por isso patrimonial seria de esperar uma reacção diferente: o centro histórico ficou valorizado e ganhou mais um motivo de interesse.

Mais consensuais, sem dúvida, são a Igreja da Oliveira, o Paço dos Duques e o Castelo: são, por esta ordem, os monumentos históricos da área classificada que os entrevistados mais valorizam. Mas, para a maioria, o valor do centro histórico não passa exclusivamente pelos monumentos históricos pois tão importantes quanto estes, são determinados espaços públicos, todos entretanto requalificados. À pergunta “O que é que Guimarães tem de mais valioso?” muitos responderam ser a sua riqueza monumental tão valiosa quanto a beleza das ruas e praças- sobretudo o Largo da Oliveira, a Praça de Santiago e a Rua de Santa Maria- num claro alargamento da noção de bem e património culturais, coincidente com as opções de política patrimonial entretanto desenvolvidas internacionalmente e com reflexos em Guimarães. As referências aos valores históricos da cidade não se limitaram, no entanto, ao centro histórico- alguns apontaram a Citânia de Briteiros, o Campo da Feira (Largo República do Brasil) ou mesmo “*tudo o que é antigo*”(F. F.). Como valioso, foi igualmente referido o Monte da Penha (a par de valores históricos como o Castelo ou Igreja da Oliveira) e a industria, verdadeiro *ex-libris* da cidade para muitos.

Para A. Xavier, ex-presidente da Câmara de Guimarães- em funções aquando da criação do Gabinete do Centro Histórico e do início da requalificação urbana da área intra-muros- esse alargamento tinha surgido como consequência da própria valorização patrimonial ocorrida após a intervenção na Colina Sagrada, tendência que se pode resumir numa frase-feita do género *património gera património*: “Goste-se ou não, enalteça-se ou conteste-se a forma de intervenção deste arranjo, o que é verdade é que aquela importante e integrada obra criou um tríptico monumental de rara beleza e que passou a ser o *ex-libris* de Guimarães, onde os Vimaranenses orgulhosamente se revêem. Esta intervenção teve um enorme impacto a nível nacional, atraindo multidões, despertando quer os vimaranenses quer os governantes para as potencialidades monumentais de Guimarães, levando o governo de então, a dar prioridade à preservação dos restantes monumentos existentes em Guimarães. Assim ao longo dos quarenta anos seguintes fez-se o restauro da Colegiada da Oliveira, da Igreja de S. Francisco e da Igreja de S. Domingos e mais recentemente o convento da Costa” (Xavier, 2001).

5. 5 Noções de património.

Uma das questões levantadas pelos comerciantes situados em frente ao Paço dos Duques diz respeito à desvalorização dos monumentos que constituem a Colina Sagrada e conseqüente valorização do núcleo urbano intra-muros. O que se modificou entretanto ao nível social, cultural, económico e das instituições do poder para provocar este desmerecimento de monumentos com tão elevado capital histórico e simbólico, quer ao nível local, quer nacional? Ainda segundo a sua percepção, há responsáveis para tal ter sucedido dessa forma: fez-se uma escolha, uma opção em termos de valor.

Até há pouco “só” monumentos nacionais, o Castelo, o Paço dos Duques e a Igreja de S. Miguel são agora património. E património há muito, parecendo a sua descoberta um filão interminável. Debray (1999) chama *abuso* a esse surto patrimonial, Le Goff (1998) e Guillaume (1980) *paixão*, Babadzan (2001) *frenesim*, Fabre (2000) *recuo* e Choay (1992) *invenção*.

O valor do património ou os valores do património foi uma reflexão iniciada no início do século XX pelo austríaco Alois Riegl com a obra *Der moderne Denkmalkultus*, publicado em Viena a pedido da Comissão dos Monumentos Históricos da Áustria, e reconhecida como a maior contribuição para a teoria do património. O alcance do termo património era, no entanto, muito mais limitado do que o entendimento que dele fazemos hoje: na sua obra, Riegl estudou unicamente os monumentos históricos e artísticos. Para Françoise Choay (1992) esta é uma obra fundadora pois apresenta uma análise crítica da noção de monumento histórico: é tratado como objecto social e filosófico.

É na observação transversal de diversas abordagens- da económica à estética, passando pela histórica, acabando por se plasmarem todas na grande e menos nítida abordagem em termos de cultura- que se observa a dispersão que a contemporaneidade sente como força atomizante e, ao mesmo tempo, geradora de forças integradoras, das quais suspeitamos ser o património um dos seus vectores: esta começa por ser manifesta na pluralidade de formas e sentidos que assume a expressão *património* na contemporaneidade, variando de sentido conforme o contexto, mesmo ao nível da morfologia da língua (Esperança, 1997: 67). E o contexto pode ser o momento histórico, o espaço territorial, grupo social ou expressão cultural.

Para Alcantud, (2003: 19-20) a grande ruptura a propósito do conceito de património na história da arte e o surgimento da noção moderna e ocidental de

património derivou directamente dos efeitos iconoclastas da revolução francesa: “Los revolucionarios, pasados momentos de euforia, quieren estalecer, además, un orden semiótico sobre el mundo, jerarquizado y diáfano, en el cual los restos de la historia ocuparon un lugar señalado, que hay que conservar dentro de las nuevas taxonomías que se van abriendo paso” (Alcantud, 2003: 20). Todo o tipo de degradação e profanações ocorridas nessa altura fez com que o sentido da expressão que envolvia os bens fundamentais inalienáveis da comunidade se estendesse às obras de arte, tanto pelos valores tradicionais que estas transportam, como e especialmente por esta nova ideia de bem comum, de riqueza moral e aglutinante de toda a nação (Esperança, 1997: 70-71).

Também para Babelon e Chastel (1994: 11), o termo património, tal como o entendemos nos nossos dias nas sociedades ocidentais, é uma noção recente²⁹: diz respeito, de forma vaga, a todos os bens e todos os tesouros do passado e às atitudes e regras relacionadas com objectos privilegiados que merecem escapar à degradação provocada pelo tempo. “Il faut en rapprocher le sort de certains objets usuels, armes et bijoux, et même d’édifices, qui, pour des raisons diverses, ont échappé à l’obsolescence et à la destruction fatale pour se voir doter d’un prestige particulier, susciter un attachement passionné, voire un véritable culte” (Babelon e Chastel, 1994: 12).

A atenção dada ao passado e a uma certa forma de conservação não aparece, segundo Guillaume (1980: 103-105) como um fenómeno isolado: o nascimento de uma política de conservação do património tem lugar num vasto movimento ideológico que permite, antes mesmo da Revolução Industrial, uma mudança nas configurações do saber e do poder. No fim da Idade Clássica, o homem é órfão da história unitária que imaginou, uma história universal englobando na mesma historicidade as coisas, a natureza, a língua e as próprias actividades humanas, ficção que acaba com as novas configurações epistemológicas (e a autonomização das ciências humanas). O interesse emergente pelo passado surge, então, da necessidade de reconstruir essa historicidade fragmentada e de torná-la compatível com o novo paradigma do saber, sendo importante referir, no entanto, que para Guillaume (1980: 105) não é a valorização do passado que produz a conservação mas sim a conservação que dá ao passado um novo valor de

²⁹ “Una gran figura de la historia del arte, André Chastel, señalaba hace pocos años que el término patrimonio, «es una noción global, vaga e invasora a la vez, cuya aparición data de dos siglos apenas» (Chastel, 1986: 405). Efectivamente, esto es así por lo que se refiere al patrimonio colectivo europeo, y los historiadores del arte han sido los más diestros en mostrarnos unos orígenes bien precisos. Empero, si bien el término y su relación con los patrimonios artístico, arquitectónico y arqueológico, tiene un nacimiento prístino, el patrimonio como concepto económico, temporal, parental, comunal, etc. hunde sus raíces mucho más atrás, y es más extenso espacialmente (Alcantud, 2003: 14).

operador social: de facto, segundo Guillaume, é a *invenção* de uma política do património que engendra o interesse repentino pelo passado e a necessidade de o conservar e não o contrário.

Coelho (1992: 31) propõe um conceito mais abrangente de património, pois envolve não só todas as realizações do homem, como também o meio em que vive e os recursos apresentados pela natureza e que são por ele transformados para prover as suas necessidades materiais e espirituais: é o conjunto de bens móveis e imóveis cuja conservação seja de interesse social, quer pela ligação com factos históricos relevantes, quer pelo excepcional valor artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico, compreendendo os monumentos naturais, os sítios e as paisagens que seja importante conservar e proteger, pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Este alargamento- em que a natureza é também considerada como parte de uma patrimonialidade comum da humanidade³⁰- é um sinal da modernidade que, a par de outros fenómenos, tem obrigado a repensar o conceito de património (Alcantud, 2003). Efectivamente, se é verdade que o património é uma noção recente, com origens mais ou menos definidas, é assim em relação ao património colectivo europeu, porque o património como conceito económico, temporal, parental, comunal, etc. encontra as suas raízes muito mais atrás e é mais extenso espacialmente; não reconhecer isto é bloquear intencionalmente a possibilidade de alargamento da noção de património a âmbitos extra-europeus e pré-modernos: “todos los pueblos premodernos, tanto europeos como extraeuropeos, han poseído un determinado concepto de *patrimonio*, sobre todo si le otorgamos a éste connotaciones *económicas*. Ese patrimonio algunas veces ha sido privado, pero más frecuentemente aún ha sido *común o colectivo*” (Alcantud, 2003: 16-17). Para Alcantud, “como consecuencia de la incorporación de países extraños inicialmente al concepto, este se convierte en dialógico: «El diálogo patrimonial- escribe François Laplantine- reclama entonces en estas condiciones una

³⁰ “La relación entre patrimonio y naturaleza se ha vuelto más compleja desde el punto de vista epistemológico, sobre todo desde el momento en que entran en juego países no-europeos, irrelevantes desde el punto de vista del patrimonio *par excellence*, o sea del artístico y arquitectónico. Es el caso, por ejemplo, de Brasil, donde al margen de la existencia de un breve patrimonio colonial, que desde hace poco tiempo atrae la atención de los poderes públicos, tiene que repensar la noción de patrimonio en torno a la naturaleza exuberante cuyo paradigma es la selva amazónica, y a la arquitectura moderna, cuyo horizonte es Brasilia. El valor antigüedad no es operativo allá. Brasil sería el país que habían soñado los futuristas, enemigos acérrimos de todo lo que recordase al patrimonio del pasado. Sin embargo, tanto la Amazonía como Brasilia son «patrimonio de la humanidad»; son unos amplios espacios patrimoniales cuya noción descriptora nos obliga a negociar y repensar el concepto de patrimonio” (Alcantud, 2003: 29).

teoría de la *alteridad* que se constituye en un acto de ruptura tanto con las epistemologías (ciencias sociales) como con las estéticas (arquitectura) de la *identidad* por identificación exclusiva, es decir por sustración» (Laplantine, 1996: 58)” (Alcantud, 2003: 31). Daí concluir que passado, alteridade e multiplicidade conduzem, em definitivo, à noção de pluralidade patrimonial (Alcantud, 2003: 32).

Na origem ligado às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo, o termo património sofreu uma transformação semântica que originou significados diversos cujas ambiguidades e contradições articulam e desarticulam dois mundos e duas visões do mundo: a expressão património histórico passou a designar um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença comum ao passado (obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos), sendo revelador do estado da sociedade e das questões que nela existem (Choay, 1992:9).

O lugar cada vez mais destacado que as sociedades foram dando ao conceito de arte a partir da Renascença (Choay, 1992: 17) é sinal evidente dessa evolução nas mentalidades. Fruto de uma mentalidade, também, nas sociedades ocidentais a invenção do património urbano dá-se no século XIX com a transformação do espaço urbano como consequência da revolução industrial, convertendo-se a cidade antiga em objecto de investigação e saber histórico: “On ne peut nier que la plupart des romantiques français aient été traumatisés par les aménagements des «élargisseurs» et qu’ils aient vu disparaître avec nostalgie des villes anciennes dont ils célébraient le charme et la beauté” (Choay, 1992: 137). A noção de património histórico constituiu-se, assim, em sentido contrário ao processo de urbanização dominante, isto é, à medida que o espaço urbano se vai modificando e se vai destruindo as cidades antigas, mais estes espaços ganham identidade conceptual e aumenta a vontade de os proteger e conservar (Choay, 1992: 139).

O modo como a expressão evoluiu nos países anglo-saxónicos a partir de Inglaterra denuncia uma diferença genealógica, especialmente relacionada com a especificidade dos problemas e práticas dos ingleses relativamente àquilo que normalmente designam por *heritage* (Esperança, 1997: 71). O termo *heritage* aproxima-se mais do que em francês se designa por *héritage*, evocando os bens privados que se transmitem de uma geração para a seguinte: “«Patrimoine», dont l’étymologie se

rapproche de celle du terme «patrie», suggère une idée de biens collectifs, tandis qu'en anglais *heritage* évoque une idée de propriété privée” (Hewison, 1997: 357). Esta evolução semântica divergente de outros países da Europa tem a ver com o facto de, na Grã-Bretanha, os bens que constituem o património serem, em grande parte, privados, noção que está fortemente enraizada na vida social e pública, bem como o facto de não terem ocorrido quaisquer destruições ou pilhagens na sequência de revoluções sociais e políticas. Assim, as principais iniciativas no sentido de proteger, conservar e definir o património na Grã-Bretanha foram sempre tomadas por pessoas privadas ou grupos de pressão mais ou menos estruturados, mantendo-se a tradição da propriedade privada (Hewison, 1997: 358).

O uso do termo património liga-nos à esfera linguística francófona mas a evolução das práticas patrimoniais em pouco se assemelha, tal como Jorge Custódio (1993) expõe numa reflexão sobre os antecedentes históricos da salvaguarda do património em Portugal, que aqui se apresenta resumidamente. Ainda durante o século XIX a responsabilidade do Estado na salvaguarda do património era quase inexistente e dos municípios nem se falava; predominava uma visão histórica e arqueológica na interpretação dos monumentos e a valorização artística continuava por fazer. “Finalmente, por portaria de 24 de Outubro de 1880, do ministro das Obras Públicas, foi solicitado à associação (Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses) a indicação de edifícios que pudessem ser classificados pelo Governo como monumentos nacionais” (Custódio, 1993: 49), lista que constituiu um marco notável na história do património cultural em Portugal. A República, fazendo tábua rasa da legislação monárquica, fez surgir legislação fundamental, regulamentando-se os aspectos da propriedade, da administração, da conservação e restauro.

O Estado Novo foi um recuo em relação às tradições e às experiências herdadas, quer da Monarquia Constitucional, quer da I República: caminhou-se no sentido do centralismo das decisões e de concepções oitocentistas de restauro de carácter medievalista bem como na estrita observação dos princípios do purismo arquitectónico, segundo a teoria de Viollet-le-Duc, cujas “linhas de força acabaram por ser mitigadas pela pseudoleitura de arquitectura original do monumento, o que transformava o arquitecto dos monumentos num quase arqueólogo, cujo saber e prática se constituía à medida que a sua experiência aumentava. A raiz da força da DGEMN era devolver aos monumentos «a pureza da sua traça primitiva», como se as campanhas dos séculos XVII e XVIII não constituíssem outras tantas informações credíveis da evolução das artes e

da estética. As teses do engenheiro Director dos Monumentos Nacionais representavam, em 1931, um recuo epocal de tal ordem que, anacronicamente, se revisitava Alexandre Herculano com a sua teoria de unidade formal de estilo, integradora da arquitectura medieval, contra todos os barroquismos e excrescências modernistas de Luís XIV” (Custódio, 1993: 57-58).

Os esforços de críticos, historiadores de arte, arqueólogos e etnólogos no sentido de implementar a defesa de símbolos municipais, o interesse pela arqueologia científica, a renovação do lugar da etnologia e da antropologia na fundamentação de determinado património de raiz popular, o interesse cada vez mais acentuado pelo renascimento, pelo barroco e pelo maneirismo na história da arte portuguesa, o crescimento e desenvolvimento dos museus, foram forças corrosivas na desestruturação da ideologia patrimonial do Estado Novo, luta cultural que se afirmou na década de 50.

Em 1964, Portugal, representado por sete arquitectos e técnicos, participou na redacção final da Carta de Veneza³¹: “Era o início de uma nova fase da história da história do movimento português da salvaguarda do património cultural, aberto pela primeira vez, segundo julgamos, à internacionalização, à troca de experiências, à cooperação científica e à interdisciplinariedade das ciências e técnicas de restauro. A noção de monumento encontrava-se em mudança. Não era só a criação arquitectónica isolada que deveria merecer a acção legisladora, mas o conjunto urbano e o rural. A especificidade civilizacional e a história eram os princípios orientadores da selecção. Agora, não estavam em causa apenas as grandes criações da humanidade, mas também «os monumentos modestos»”³²(Custódio, 1993: 60-61).

Só mais tarde a Lei n.º 13/85 do Património Cultural Português definiu os seus princípios fundamentais (Esperança, 1997: 79-80). Artigo 1.º: O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a

³¹ “Para os obreiros da Carta de Veneza, restaurar era antes uma operação que deveria guardar um carácter excepcional com o fim de conservar os valores estéticos e históricos de um monumento, com base na respeito pelos seus elementos ou essência antiga e pelos documentos autênticos que o constituíam. Segundo eles, o restauro acabaria quando a hipótese começasse. No plano das reconstruções conjecturais todo o trabalho de reconhecido complemento dever-se-ia destacar incorporando a marca do nosso tempo. Dá-se relevo ao estudo arqueológico prévio anterior ao restauro, ao mesmo tempo que se evidencia a necessidade de respeito por todos os testemunhos de todas as épocas, dado que a unidade de estilo não era o fim que se pretendia alcançar com uma operação de restauro. Repudia-se a falsificação dos documentos da arte e da história em nome da autenticidade” (Custódio, 1993: 61).

³² “Uma nova escola de razão crítica introduzia-se no contexto do movimento de salvaguarda do património cultural português, onde pairavam atitudes dogmáticas e uma mão-cheia de examinações polémicas. Pelo menos, a nível europeu atingia-se a época da maturidade” (Custódio, 1993: 61).

permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo. Artigo 2.º: 1. É direito e dever de todos os cidadãos preservar, defender e valorizar o património cultural; 2. Constitui obrigação do estado e demais entidades públicas promover a salvaguarda e valorização do património cultural do povo português.

5.6 Património social e identitário.

Para Furet (1996: 424-426) a criação de um novo campo em matéria de preservação dos monumentos ampliando a noção de objectos merecedores de ser protegidos aos conjuntos naturais históricos tem a ver com o crescente desenraizamento das sociedades modernas: a sociedade está descontextualizada e mais solitária, feita de indivíduos afastados do seu meio, privados das suas raízes e arrastados pela agitação do mercado. Por isso, é difícil não relacionar esta descontextualização existencial dos cidadãos modernos com a sua paixão pelo reenraizamento num passado que lhe pertence, quer dizer patrimonial. E Furet afirma ainda que é o que explica que o património de hoje não seja de natureza aristocrática moderna- como durante o Ancien Régime- ou revolucionária romântica- como no século XIX- ou republicana e nacional- como antes da Grande Guerra- mas social e identitária³³, destinada a ligar o indivíduo à comunidade através de traços culturais que reconheça: “Cette demande sociale est un des éléments qui explique l’effort fait pour recontextualiser les œuvres et les objets du passé” (Furet, 1996: 425).

O alargamento da noção de bem cultural, tendo por objectivo o reforço das identidades locais- em França como reacção à longa ditadura de Paris-, provocou um generalizado entusiasmo pelo património identitário que se alimenta da obra integrada no seu meio mais do que do objecto de arte isolado. Mas Mac Gregor (1996: 385) lamentou, de certo modo, esta tendência para a integração: não podemos esquecer que as deslocações implicam novas organizações de um património, novos sistemas de classificação que enriquecem a apreciação do nosso património e o dos outros.

³³ A este propósito, também Colardelle (1998: 125) refere uma evolução notável: num clima geral de redescoberta dos «patrimónios locais», o património monumental diversificou o seu objecto em direcção às arquitecturas que testemunham outros segmentos da sociedade para além dos clássicos (o poder do Ancien Régime, monarquia, nobreza e igreja, que continua, no entanto a ter a parte de leão dos orçamentos do Estado).

Alargando a noção de património a uma concepção antropológica, passámos a considerar os imóveis e os objectos como conjuntos cuja integridade também deve ser objecto de conservação. Nesta perspectiva, os objectos do património são os objectos e os conjuntos de objectos ligados a uma actividade humana e ao edifício que lhe dá abrigo (Poisson, 1996: 216). Para Bensa (2001: 1-12), é a verdade sociológica que se evidencia em relação à verdade histórica, apesar de haver épocas estereotipadas que são privilegiadas, sendo a Idade Média uma delas; em França, por causa dessa febre de história, lugares esquecidos transformaram-se em «sources de puissance» onde moradores e turistas, tal como os peregrinos de antigamente, procuram emoção e reconforto.

A deslocação a um centro histórico implicará sempre a fruição do património integrado, modalidade que hoje em dia parece apaixonar cada vez mais gente mas que continua a colocar problemas de conservação. Os monumentos não são protegidos por aquilo que são, mas pelo seu carácter e charme de cenário. Já Viollet-le-Duc e Sitte estavam de acordo ao ver na encenação o fundamento da arte urbana, uma forma de apresentar o monumento como um espectáculo ou de o dar a ver da forma mais favorecida (Choay, 1992: 163). E Gaehtgens (1996: 60) denuncia esta situação, prevenindo que se antes, o mais importante era conservar monumentos, obras de arte³⁴; hoje uma nova tarefa se impõe aos serviços dos monumentos históricos: proteger os monumentos não só dos inimigos mas sobretudo dos amigos mais calorosos.

Os monumentos e o património históricos são obras que dispensam saber e prazer, colocadas à disposição de todos, diz Choay (1992: 163). Mas será que, na verdade, todos os usufruem do mesmo modo? Num trabalho levado a cabo no centro histórico de Évora, Esperança (1997) concluiu que a relação afectiva especial resultante do privilégio de se habitar um centro histórico parece afectar unicamente os habitantes mais recentes e com formação acima da média; a generalidade dos restantes habitantes, mais idosos ou herdeiros, não sofreram ou sentiram tanto as solicitações mais recentes dessa valorização. Também em Guimarães pude observar que frases como “*Há um «género» de pessoas que começa a viver no centro histórico: quem gosta de coisas antigas é diferente das outras pessoas*”, (F. R.) ou “*Os frequentadores do centro histórico pertencem a um género de pessoas, diferente de quem frequenta os centros*

³⁴ “On peut véritablement parler d’un renversement de situation. Si, autrefois, l’essentiel du travail de conservation consistait à entretenir les œuvres d’art les plus importants, il en va presque à l’inverse aujourd’hui. L’ensemble définit un cadre et appelle à la reconstitution des monuments disparus” (Gaehtgens 1996: 60).

comerciais. Há quem vá a Paris e só entre em centros comerciais e quem procure os museus. Quem frequenta o centro histórico são estes que vão habitualmente a museus, o que não quer dizer que também não gostem de centros comerciais. Quem vive nos arredores de Guimarães quase não conhece o centro histórico”, (A M.), proferidas por dois dos comerciantes de artesanato do centro histórico, referem igualmente essa “febre de história” que tocou moradores e visitantes e impele ao consumo de bens artísticos e culturais, dando origem a um público de monumentos históricos.

O mesmo património deslocado em museus ou recriado em ecomuseus teria o mesmo público? Satisfeitas as necessidades de contemplação a par de objectivos estéticos, científicos ou pedagógicos, atrairiam esses museus o mesmo público que se desloca aos centros históricos? É o mesmo público que frequenta museus e centros históricos, como pensa A. M., ou surgiu um público de um tipo novo, à procura de construir uma imagem da identidade humana, por via da acumulação de todos esse bens, vasto espelho no qual nós, os membros das sociedades humanas dos finais do século XX, contemplaríamos a nossa própria imagem (Choay; 1992: 188)? Ou será que simplesmente procuramos descobrir quem somos em função daquilo em que acreditamos ter sido originados e daquilo que está à nossa espera- o destino- cujo sentido procuramos desesperadamente determinar e compreender (Jorge, 2003: 16) ?

O uso de imagens do passado para a construção social de identidades tem sido o objectivo de muitos estudos. Pesquisas realizadas em Ayrshire, Escócia (Strathern e Stewart, 2001, *cit* por Stewart e Strathern, 2003: 39), mostraram como sítios com significado histórico podem ser apropriados através do seu estatuto de património cultural para reforçar identidades locais pois, em termos de identidade, há dois elementos que entram em linha de conta: noções de *memória* e *espaço*, que, juntas, ocupam um espaço conceptual análogo ao de *comunidade* na antropologia social de algumas sociedades. Mas quando referem passado e memória, estes mesmos autores não recuam sempre (des)necessariamente no tempo. Assim, um outro exemplo de sítio com significado histórico é encontrado em Nova York, cidade que dificilmente referiríamos como exemplo de cidade histórica: “The 11 September 2001 terror attacks in New York city have shown how important objects of the urban landscape (e.g. buildings) can be in the formation of identities (in this instance symbols of «America»). Memories of this landscape have been reflected in the narratives of New Yorkers since the event and will be referred to in historical accounts for years to come” (Stewart e Strathern, 2003: 10).

Um lugar é, neste contexto, um espaço socialmente identificável ao qual foi atribuída uma dimensão histórica: serve como marcador fundamental da continuidade com o passado, assim como assegura a identidade do presente e do futuro.

A noção de perda do “sentido de lugar” aparece normalmente associada à perda do lar em termos de espaço físico mas tem sido utilizada também para descrever um sentimento mais geral de perda da totalidade, um descrédito dos valores morais, das relações sociais genuínas, da espontaneidade e expressividade (Turner, 1987 *cit. in* Featherstone, 2001). Partindo do argumento de que o sentimento de pertença a um lugar se sustenta numa memória colectiva que, por sua vez, depende de práticas e cerimónias ritualísticas e comemorativas (Connerton, 1989 *cit. in* Featherstone, 2001)

“a questão central reside em que a nossa noção de passado está longe de depender das fontes escritas, mas passa, acima de tudo, por práticas ritualísticas, de algum modo regulamentadas e pelo formalismo da linguagem ritual. Aqui enquadram-se rituais comemorativos, tais como casamentos, funerais, festas de natal, de Ano Novo e a nossa participação ou envolvimento, como espectadores, em rituais locais, regionais e nacionais (casamentos célebres, feriados nacionais, etc.). Estes podem ser vistos como alimentadores das ligações emocionais entre as pessoas, que renovam o sentimento do sagrado. Este sagrado só raramente funciona como um invólucro integrador em relação ao Estado-nação (Featherstone, 2001: 92-93).

O património apresenta-se-nos, também, como um valor da memória que, de certo modo, projecta na contemporaneidade a presença daquelas origens que nós, protagonistas da actualidade, constituímos como nossas. E, por esse motivo, diz Centeno Jorge (2003), em rigor, todo o património, nesta acepção, só poderá ser imaterial, não existindo como materialidade, fisicamente tangível: os objectos são suporte de uma herança, tornando-se a expressão de conteúdos que não são materializáveis já que pertencem ao domínio do espiritual. “Em consequência disso, eles existem como reunião entre um suporte material, o objecto físico- um edifício, uma pintura ou uma canção- e um conteúdo imaterial- aquilo que eles exprimem enquanto formas e enquanto herança” (Jorge, 2003: 11-13).

6. LUGARES DE PODER E DE MEMÓRIA: LEMBRAR PARA MANDAR.

6.1 Valor histórico *versus* valor social.

O início da requalificação urbana a que o centro histórico foi submetido deu corpo ao fortalecimento de um espaço físico até então desvalorizado socialmente, apesar de incluir a maior parte dos monumentos classificados existentes em Guimarães. Esta falta de correspondência entre valor social e valor histórico e patrimonial diz bastante sobre as opções políticas e sociais que, durante muito tempo, foram tomadas pelos sucessivos poderes instituídos, por um lado, e sobre a falta de intervenção cívica dos directamente afectados, por outro.

Em Portugal, a intervenção em matéria de conservação e preservação do património histórico e arquitectónico estava, de um modo geral, centralizada no Estado até à Lei nº 13/1985 do Património Cultural Português, que remeteu para os municípios algumas iniciativas de defesa do património. Esta descentralização de poderes permitiu um salto qualitativo em termos de protecção pois foi um passo decisivo no sentido de interessar os cidadãos pelas questões culturais, interesse que decorreu da proximidade com os centros de poder e de um reajustamento e reenquadramento das necessidades desses mesmos cidadãos por parte do poder político local.

Os representantes do poder político local *agarraram* esse gosto emergente pelo património e transformaram-no numa arma política poderosa; os cidadãos encontraram aí uma forma de dar visibilidade às suas especificidades culturais e de se promoverem, sem que para isso tivessem de se envolver activa e empenhadamente. Digamos que o património se vulgarizou e democratizou, com as mesmas virtudes e contradições das democracias. Hoje “São património, no sentido contemporâneo mais geral, «coisas» (que podem ser imateriais, quaisquer que sejam as dificuldades ou até as impossibilidades decorrentes daí) que passam por ter um valor mas cuja reprodução e continuidade, apesar deste valor colectivamente reconhecido, são vistas como incertas e que, em consequência, aparentam necessitar de uma intervenção protectora determinada e controlada pela comunidade” (Durand, 2003: 26).

A mudança de atitude por parte do poder político local, revelando, a partir de certa altura, sensibilidade perante as graves ameaças que o tempo vinha infligindo sobre um património arquitectónico de tão grande valor, tem também que ser encarada como um sinal de modernidade e de aproximação a uma tendência que era já patente na maioria dos países ocidentais. Para Bromberger e Chevallier (2004: 11) a sensibilidade para as questões do património e memória dos locais, as reivindicações regionais e a política de descentralização (entre outros) favoreceram esta preferência pelo autêntico e pelo particular; o declínio das ideologias universalistas e do mito do progresso bem como os grandes medos suscitados por produtos agro-industriais perigosos contribuíram igualmente para esse movimento de procura no local e tradicional de uma suposta autenticidade em vias de desaparecer.

A reescrita da história, as reconstruções do passado e a revitalização de tradições por toda a Europa surgiram a par da globalização económica e da modernização pós-industrial: a comemoração de tradições (recentemente inventadas) como autênticas, a defesa de identidades regionais através de práticas simbólicas de algum modo relacionadas com um alegado passado comum, a produção de uma legitimidade a partir de práticas de conservação e essencialização, bem como a noção de que «velho» ou «original» são equivalentes de «bom», têm sido algumas das estratégias praticadas pelas sociedades contemporâneas, razão pelas quais essas sociedades são por definição e de um modo geral *pós-tradicionais* (Knecht e Niedermüller, 2002: 89).

Apresentando o exemplo da França, para Chiva (1991) o termo «patrimoine», na ordem do dia desde 1975, ganhou pertinência científica e cultural e contribuiu para o desenvolvimento da etnologia em França quando foi criada no Ministério da Cultura, em 1977, a *Direction du patrimoine*³⁵ que reagrupou as subdirecções dos Monumentos históricos, da Arqueologia e do Inventário geral das riquezas artísticas do país. Um outro passo para a consolidação do termo foi dado em 1980 quando Claude Lévi-Strauss escreveu sobre a necessidade de enriquecer o património cultural da humanidade (cuja sobrevivência se encontra na manutenção da diversidade), nomeadamente através do estudo e defesa dos elementos culturais fundadores das identidades culturais e étnicas, quer regionais, quer locais, paralelamente aos mecanismos de identidade genética, influenciados por regras e valores de origem social (Chiva, 1991: 229).

³⁵ “Le propre de cette nouvelle direction était d’assurer la connaissance, la protection et la mise en valeur de biens culturels matériels in situ, à la différence de ceux qui constituent les collections des musées, dont la gestion, la tutelle ou le contrôle relèvent de la Direction des musées de France” (Chiva, 1991: 229).

Patrimonializar- aceitando esta sufixação bárbara- é, no entanto, pôr à parte, é operar uma classificação, constatar uma mudança de função e de uso, sublinhar a consciência de um valor que já não é vivido na reprodução da sociedade mas que é decretado na protecção de traços, testemunhos e monumentos. Diferentemente de outras disciplinas próximas- caso da sociologia-, a etnologia está próxima dessas práticas, podendo mesmo dizer-se que esta forma de acção está estreitamente associada à sua definição original (Fabre, 1997: 64-65).

Constatou-se a existência de todo um movimento de ideias que ia da biologia ao direito, passando pela filosofia, a sociologia, a economia, à volta da noção de património: foi esse movimento que preparou a emergência da noção de *património etnológico*. A par da diversidade, uma outra concepção compunha, ainda segundo Chiva (1991) essa noção: a de urgência. Urgência de observação em consequência de tantas mudanças, alterações e desaparecimentos mas também do surgimento de criações culturais de toda a espécie que afectaram as sociedades humanas na transição rápida provocada pela urbanização, industrialização e vagas de migrações internas e externas. Surgiu, então, uma definição explícita: “Le patrimoine ethnologique d’un pays comprend les modes spécifiques d’existence matérielle et d’organisation sociale des groupes qui le composent, leurs savoirs, leur représentation du monde, et, de façon générale, les éléments qui fondent l’identité de chaque groupe social et le différencient des autres” (Chiva, 1991: 236). No espírito público, património e etnologia são noções associadas: pelo menos em França a etnologia é frequentemente considerada como uma actividade que visa a preservação, a conservação e a valorização do património material e imaterial, sendo o próprio processo de patrimonialização um objecto legítimo de pesquisa etnológica (Babadzan, 2001: 1).

Ainda segundo Chiva (1991), a noção da importância do património etnológico por comparação com o património arqueológico, histórico, natural, da arte erudita e monumental foi recebida pelos poderes públicos como irreversível, levando, no caso da França, à necessidade de uma regionalização das iniciativas e das actividades científicas e culturais neste domínio, em que o objectivo (estático), implícita ou explicitamente, era conservar a todo o preço. Esses esforços de conservação, competindo desigualmente com os mecanismos das sociedades ocidentais- votadas por natureza ao desenraizamento, à perda de valor e à destruição- não impediram a hegemonia do consumo e do efémero e que se salvasse grande coisa do esquecimento, mas proporcionaram aos governos dos países ocidentais um novo recurso para os seus

arsenais de propaganda: a política do património, uma política no verdadeiro sentido da palavra, que defendeu simultaneamente continuidade e mudança, conservação e criação, para que não se perdesse o que restava de identidade, coesão social e diversidade (Guillaume, 1980: 12-15). A ordem política moderna procurou uma legitimidade nova ou suplementar; a folclorização e a patrimonialização das culturas populares surgiram neste contexto histórico com o objectivo de criar uma identificação entre o Estado e a nação (Babadzan, 2001).

O que ocorreu nos séculos XVIII e XIX, nas sociedades *modernas*, em que as grandes mudanças sociais resultantes do fim de monarquias absolutas e do aparecimento de novos regimes e da industrialização levaram a que os Estados e as classes dirigentes sentissem a necessidade de inventar tradições, rituais e símbolos que se adaptassem aos novos modelos- recriando muitas vezes práticas antigas e usando velhos modelos com novos objectivos- para manter o poder ou assegurar a legitimidade (Hobsbawm, 1997), encontra hoje em dia paralelo na forma como a retórica do património se apresenta como um avatar- muito mais subtil- do paternalismo estatal, ajudando a definir o ideal e a ideologia do Estado moderno: assegurar o monopólio da memória e reduzir a memória de tudo à memória inscrita, conservada, autorizada³⁶ (Guillaume, 1980: 14-16). A produção do passado tornou-se uma actividade essencial dos Estados modernos: não há nenhuma nação que não tenha os seus monumentos-emblema prolongando o simbolismo de bandeiras, hinos, festas, etc.(Guillaume, 1980: 184).

Para Pomian (1990: 194-198) também a história da constituição do património cultural foi condicionada por uma série de rupturas- mudanças nas crenças colectivas e modos de vida, transformações técnicas, propagação de estilos novos que substituíram os antigos- que implicaram que muitos artefactos fossem afastados da sua função, perdendo o seu valor de uso, mas salvos do abandono e esquecimento pela musealização que abarcou todas as categorias de objectos de todas as épocas³⁷. A ideia de um

³⁶ “Pour assurer cette fiction, les «machines à mémoire» (archives, musées, monuments, villes sauvegardées, etc.) étendent leurs domaines d’intervention” (Guillaume, 1980: 16).

³⁷ “La constitution du patrimoine culturel s’étend sur plusieurs siècles: presque quinze si l’on en envisage les éléments les plus anciens qui, après être passés par les trésors et les collections particulières, sont arrivés jusqu’à nos musées. Elle commence en Italie et se propage de là vers le nord de l’Europe au fur et à mesure que progresse le christianisme, qui porte avec lui les *scriptoria* et les trésors des églises et des princes. Et elle recommence en Italie, à la Renaissance, avec les collections particulières, les musées et les premières mesures de protection des monuments. Le renversement de la direction de ce mouvement se produit au XIX siècle quand entrent dans les collections et les musées les objets médiévaux et préhistoriques, quand apparaissent des musées qui recueillent exclusivement les uns ou les autres, et quand on étend la protection à des objets de culture paysanne et à des restes des anciennes industries. Car cette vague-là se propage du nord vers le sud, de l’Angleterre et de la Scandinavie vers la France, l’Italie

património cultural comum à Europa surgiu unicamente depois da II Guerra Mundial, propagando-se por todo o mundo a partir da Europa Ocidental através de instituições de conservação do património- colecções, museus, serviços de protecção dos monumentos de toda a espécie; com o aperfeiçoamento das técnicas de reprodução e da transmissão de imagens, o aumento do turismo e das migrações e a multiplicação das exposições temporárias (muitas vezes itinerantes), o património cultural mundial tornou-se, mesmo fora do âmbito da UNESCO, uma realidade em emergência.

Para Pomian (1990), o ritmo acelerado da constituição do património cultural nos últimos trinta anos manifesta uma mudança radical no modo de vida humano na terra e uma nova ruptura (cujo alcance desconhecemos ainda) entre o nosso presente e o passado que faz com que os objectos sejam recuperados antes de desaparecerem e se lhes dê funções e finalidades diferentes, servindo de intermediários entre o passado e o futuro.

6.2 Domesticar a história.

Em *Patrimoines en Folie*, Jeudy (1990) defende que a produção de consensos sobre valores fundamentais através de grandes cerimónias e festas comemorativas é um dos fundamentos das democracias mas não deixa de questionar esses actos comemorativos: são a repetição solene de cenas de origem ou, por outro lado, reescrevem a história? Dando lugar a esquecimentos ou mesmo ocultando determinados factos, a gestão dos patrimónios culturais veio imprimir um certo sentido à história, facto que no caso dos países em desenvolvimento se pode tornar mesmo trágico uma vez que estão a construir a sua história através da organização dos patrimónios e das comemorações. Nos países ocidentais, desde o século XIX a chamada «história» não «explica» nada, em sentido sério: descreve e escolhe o objecto da sua atenção, de algum modo inventa-o e tenta torná-lo inteligível no interior de modelos culturais de que o próprio historiador depende (Lourenço, 2001:147).

et l'Espagne, suite á l'industrialisation, aux transformations de l'agriculture et des rapports sociaux dans les campagnes et à la mise en œuvre, par les Etats, des politiques orientées vers un renforcement de la cohésion nationale”, (Pomian, 1990: 194).

Daniel Fabre (2000a) afirma, a este propósito, que os monumentos, sempre resultado de escolhas e como tal impostos, foram igualmente usados pelas nossas sociedades para «domesticar a história»: por isso os considera construções sociais e é enquanto tal que devem ser conhecidos e interpretados. A sociedade civil impõe a sua presença, revelando o peso inegável dos poderes locais (sobretudo dos presidentes de Câmara): trata-se de encontrar o poder da sociedade civil e os poderes locais no centro da definição dos interesses patrimoniais.

As escolhas dos objectos que vão fazer parte do património cultural consideram a sua capacidade de receber significações relacionadas, principalmente, com sua história anterior, a sua raridade, a aparência externa. Tornados semióforos³⁸, são então submetidos a uma protecção especial (por exemplo sob os auspícios da UNESCO) contra os efeitos corrosivos provocados pelo meio e pelos homens (Pomian, 1990: 180). Este universo semifechado e produtor de sentidos localizados, sempre exerceu grande atracção em todos os sujeitos desejosos do género de poder mediado pelo símbolo (Esperança, 1997: 322).

Referindo-se às colecções conservadas em museus, em que os mesmos objectos podem assumir diferentes significados conforme os indivíduos ou grupos sociais que os observam³⁹, Pomian (1984: 81-84) adverte inclusivamente para a eventualidade de divergências que podem originar conflitos sociais: para citar um exemplo banal, quando se nega o carácter sagrado de todos os objectos que servem ao culto religioso, nega-se também, conscientemente ou não, o próprio fundamento da posição privilegiada do clero, que deixa de ter razão de ser. Por outro lado, ao atribuir um valor proeminente a objectos que vêm do passado, de outras sociedades ou da natureza, justifica-se com isso a actividade dos que se ocupam da pesquisa de tais objectos, da sua acumulação, conservação e estudo.

Conservar é, por isso, uma função do esquecimento, diz Déotte (1990), concluindo a propósito: “C’est là la conséquence de la suspension, de la réduction, de la

³⁸ Pomian (1984: 71) distinguiu entre *coisas* (objectos úteis, passíveis de ser transformados ou consumidos) e *semióforos* (objectos que não têm utilidade, não são manipulados mas expostos ao olhar) que são dotados de significado e que “adquirem assim valor e sentido superiores à sua utilidade, à sua função-de-uso anterior. Pode dizer-se que são convertidos a uma nova utilidade de configuração diferente: a constituição do património cultural consiste, de certo modo, na transformação de determinados dejectos em semióforos.

³⁹ “É preciso que se atribuam aos mesmos semióforos um mesmo significado, o que não é evidente: um camafeu antigo era um semióforo para quem o via como uma relíquia e permanece um semióforo para quem o vê como um exemplar da arte dos antigos, mas sendo o significado do camafeu completamente diferente para quem adopta uma ou outras destas atitudes, a comunicação torna-se por isso difícil, senão impossível” (Pomian, 1984: 83).

mise entre parenthèses, de la suspension du jugement, de l'*épokhé*. C'est notre propension, très *fin de siècle*, c'est l'affaiblissement général des avant-gardes qui nous conduisent à étendre le suaire du *patrimoine* à toutes les réalités déprises, à multiplier les lieux de mémoire. Suspectons cette politique culturelle" (1990: 207).

Por constituírem a matriz da memória material de uma sociedade, os artefactos guardados, conservados e expostos em museus são os que, de algum modo, exprimem melhor a experiência e saberes colectivos dessa mesma sociedade: espaço da "memória petrificada", como lhe chama H.-P. Jeudy (1990), o museu constitui-se na reificação dessa memória colectiva onde os poderes sociais procuram oferecer ao cidadão vias de encontro e identidade num mundo em rápida evolução. O património institucionalizado é, de um modo geral, a materialização e o eco social dessa vontade de preservar (Esperança, 1997: 190-195).

Multiplicados e alargados infinitamente, esses lugares de memória dependem de uma política cultural que decide o que lembrar e o que esquecer. Daí termos que suspeitar sempre: "La politique patrimoniale, si elle prend cette importance, c'est évidemment que des matériaux sont disponibles: les hommes, les parlers, les territoires, les machines, les outils, les pratiques, qui sont «en trop». Mais ce ne sont que des matériaux disponibles pour une politique dont l'enjeu est tout autre. Cet enjeu est, en apparence, un enjeu de mémoire collective. En fait il ne concerne ni la mémoire ni l'oubli, mais bien plutôt l'impossible surface d'inscription ou la remémoration impossible" (Déotte, 1990: 206-207).

6.3 Memória e esquecimento.

O valor da memória reside, segundo Le Goff (1984: 44-46), na capacidade que encerra de salvar o passado para servir o presente e o futuro. "A evolução das sociedades na segunda metade do século XX clarifica a importância do papel que a memória colectiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e a aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória colectiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e

das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção”.

Sem memória não seria sequer possível conceptualizar o património, essa herança que vem obviamente de trás, do que nos precedeu e que justifica aquilo que somos, diz Centeno Jorge (2003: 12). Por ser um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou colectiva, a busca da memória é uma das actividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, razão pela qual se tornou um dos objectos da sociedade de consumo que se vende bem, “explorada sem vergonha pelos mercadores de memória”, desde que o grande público passou a viver obcecado com o medo de amnésia colectiva. Pois, não é verdade que esse sentimento de identidade, isto é, de situação num tempo e num lugar específicos de acordo com o desempenho de um papel específico, que é aquele que atribuímos a nós mesmos no nosso tempo, depende, exactamente, da nossa aceitação dos produtos do imaginário colectivo socialmente instituído (Jorge, 2003: 12).

Será Guimarães um local de memória, tal como foi definido por Pierre Nora? A sua noção de *lieux de mémoire* define esses locais como signos em estado puro, que são eles mesmos o seu próprio referente e que reenviam a si próprios: “ne sont pas ce dont on se souvient, mais là où la mémoire travaille; non la tradition elle-même, mais son laboratoire” (1997a: 17-18). Vivendo da sua capacidade de se metamorfosearem, os lugares de memória resultam da vontade de bloquear o esquecimento, de imortalizar a morte e de materializar o imaterial para encerrar o máximo de sentido no mínimo de signos. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea pelo que se torna necessário criar arquivos, comemorar aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres: sem vigilância comemorativa, a história arrumaria rapidamente as memórias.

A análise feita por Palumbo (2000) a uma placa (*balata*) com uma inscrição que faz parte de uma igreja do século XVIII na Sicília oriental, apresenta um exemplo de um lugar carregado de sentido que, segundo o autor, é insustentável definir como signo, sem valor referencial ou signo em estado puro. Tal como para os lugares de memória, pode-se, no caso da *balata*, definir o objecto pela sua força significante: cristaliza a memória, torna-se um signo que produz memória para além de toda a referência ao que realmente se passou. No entanto, a *balata*, objecto e acontecimento, está ligada por relações de sentido precisas e laços discursivos evidentes a outros objectos-signos, a outros acontecimentos-signos: sem acontecimentos exemplares que activam a memória

e as narrativas locais, a balata não seria um acontecimento e o objecto balata não seria um signo. Afirmar que a *balata* é um signo em estado puro é, para Palumbo, reduzir as relações entre memória e história a uma interacção mecânica entre aumento e ausência de sentido, entre perda de memória e necessidade de significação histórica, entre passado e modernidade- esquematização que lhe parece impossível num contexto onde um objecto ou acontecimento não podem tornar-se lugares de memória a não ser que se inscrevam num modelo particular de história, numa realidade onde essa história seja, ela própria, história exemplar, história-memória, história-signo. Por isso o regime de historicidade em que se inscrevem os *lugares de memória* dessa cidade da Sicília é profundamente diferente do que é tratado em *Les Lieux de memoire* de Pierre Nora⁴⁰.

Guimarães e o seu centro histórico, onde alguns dos seus monumentos, nomeadamente o Castelo, o Paço dos Duques e a Igreja da Oliveira, são hiper-lugares- por oposição aos *não-lugares* de Augé (1992)- através dos quais se produz e se transmite o sentido da história, da memória e da identidade (Palumbo, 2000), é igualmente um local de grande força significativa, mas não se pode considerar unicamente um lugar de memória pois, tal como a *balata* siciliana, relaciona memória, história, acontecimentos e relatos, de forma dinâmica, materializando em primeiro lugar a vida e só depois o passado revisitado em memória.

6.4 Engalanar o património.

Os visitantes são atraídos pela ritualização do passado no presente e, simultaneamente, os naturais não podem ficar indiferentes a um quadro que polariza tantas atenções exteriores: o encontro quotidiano com visitantes, o estatuto jurídico particular do espaço onde vivem e o controlo administrativo que implica lembram quotidianamente aos naturais que vivem num espaço diferente (Fabre, 2000b: 207), carregado de memórias que vão reconstruindo a história.

⁴⁰ Nora considera memória um conceito oposto de história e não sinónimo: “La mémoire est la vie, toujours portée par des groupes vivants et à ce titre, elle est en évolution permanente, ouverte à la dialectique du souvenir et de l’amnésie, inconsciente de ses déformations successives, vulnérable à toutes les utilisations et manipulations, susceptible de longues latences et de soudaines revitalisations. L’histoire est la reconstruction toujours problématique et incomplète de ce qui n’est plus. La mémoire est un phénomène toujours actuel, un lieu vécu au présent éternel; l’histoire, une représentation du passé. (...) La mémoire est un absolu et l’histoire ne connaît que le relatif” (Nora, 1997: 24-25).

David Herbert (1997: 10-12) considerou esta reconstrução da história, que se observou em muitos locais, de que resultou uma distorção ou recriação do património e a conseqüente perda de autenticidade, um dos aspectos negativos do uso do património para atrair visitantes. O impacto sobre as populações locais e o meio, podendo a exploração do património significar invasão da privacidade ou ameaça ao meio ambiente, bem como a selecção/exclusão que quem explora o património faz ao oferecer os seus «bens» ao público, são outros dos aspectos negativos: não se mostra maus cheiros, sons e marcas de pobreza mesmo que as haja, nem se levanta questões éticas⁴¹ pois a história é sempre mostrada como pitoresca e idílica.

Para Bromberger e Chevallier (2004) também as festas- quer celebrem ou não um produto como o vinho, mel ou chouriços- visam restaurar ou mesmo modificar a imagem pública de uma dada colectividade: por isso o poder político encoraja a realização de umas negligenciando outras politicamente menos correctas. De facto, o património é normalmente engalanado, diz Lowenthal (2003): melhora-se, revendo o passado a partir de perspectivas actuais exemplares e dota-se o presente com traços idealizados dos tempos passados, duas atitudes que colocam o património junto dos deuses. Mas é também muitas vezes voluntariamente esquecido⁴², com o objectivo de perdoar, libertar, imortalizar, punir ou eliminar: longe da vista, longe do coração.

Para quem visita Guimarães, a cidade foi e é, desde há décadas, um local “histórico”, um local com o valor de antiguidade (*Alterswert*) tal como Riegl o definiu⁴³, cuja apresentação implica que a coisa antiga esteja claramente separada da que não é, isto é, do novo, e sobre o qual o tempo deixou materialmente a sua marca, realizando uma espécie de epifania do passado que provoca nos sujeitos modernos, qualquer que seja a sua origem e formação, uma enorme emoção, fascínio e prazer: o

⁴¹ A este propósito Herbert (1997: 11) levanta questões tais como: em locais como Auschwitz são respeitadas questões éticas? O sofrimento humano e a pobreza são alguma vez mostrados a turistas?

⁴² “Unlike historical writings, museums are meant to show only sanctified or sometimes scandalous bits of the past. Hence museums in Brazil (unlike Stockholm) celebrate largely an imperial and religious heritage (c. 1700-1920), omitting primitive Indians, slavery, and post-colonial decline hence New York’s Museum of Immigration on Ellis Island makes no reference to the immigrant underworld of Sicilian Mafiosi and Jewish prostitutes. Hence a Vietnam memorial would wrongly hallow the war, argued a veteran: «Let’s not perpetuate the memory of such dishonourable events by erecting monuments to them». Hence animal rightists damned a proposed museum of British hunting as glorifying «part of our heritage we ought to eradicate altogether from our minds». They did not mean to delete hunting from *history*; its evils had to be chronicled. But to museumize hunting implied approving it as *heritage*. Conversely, a British Peoples Museum is now said to deserve a central London showcase, for «we have a history as proud as the French or the Americans». Pride- tribal, local, or national- is what most museums are for” (Lowenthal, 2003:160).

⁴³ “L’*Alterswert* de Riegl n’est pas l’*antico*, la valeur d’antiquité reconnue depuis l’aube de la Renaissance italienne comme la source des plus hautes émotions de l’art et du savoir (...). L’*Alterswert* est la mise en relation, à travers un monument ou un objet, avec le passé en tant que tel” (Fabre, 2000b: 202).

valor de antiguidade de Riegl é exaltado pelo reconhecimento do público e pela reprodução de imagens (Fabre, 2000b).

O reconhecimento público da expressão “Berço da Nacionalidade” (mesmo que racionalmente falando não consiga exprimir a complexidade histórica que rodeia o nascimento de uma nação) compreende-se pois as origens de Portugal estão indissoluvelmente ligadas à vila, depois cidade que foi *honor* dos Condes de Portucale e dos seus descendentes, os reis de Portugal (Mattoso, 1998: 10). O significado simbólico deste acontecimento histórico foi, no entanto, o que prevaleceu no imaginário colectivo local e nacional: o *produto* “ Aqui nasceu Portugal” vendeu-se durante décadas, centrando as atenções de visitantes e naturais num conjunto arquitectónico- Colina Sagrada- *fabricado* com sentido comemorativo pelo Estado Novo, que procurava através dessa monumentalidade exaltar os feitos pátrios, construindo um discurso de grandiosidade nacional a partir de estilizações historicistas (Tostões, 1995).

Em Portugal, como de uma forma geral em toda a Europa, a construção de monumentos públicos memoriais foi uma das formas de afirmação dos poderes políticos (Hobsbawm, 1997). Efectivamente, entre as manifestações importantes ou significativas da memória colectiva encontra-se o aparecimento, no século XIX e no início do século XX, de dois fenómenos: o primeiro, a seguir à Primeira Guerra Mundial, é a construção de monumentos aos mortos- desenvolvendo a construção funerária, em numerosos países é erigido um Túmulo ao Soldado Desconhecido, procurando ultrapassar os limites da memória, associada ao anonimato, proclamando sobre um cadáver sem nome, a coesão da nação em torno da memória comum; o segundo é a fotografia, que, revolucionando a memória, multiplica-a e democratiza-a, dando-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas e permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica (Le Goff, 1984).

Décadas mais tarde, é novamente a época medieval que é exaltada e invocada para legitimar a excelência do centro histórico de Guimarães. A importância histórica da cidade volta a ter visibilidade depois de alguns anos de dúvidas- surgidas com o regime democrático pós-25 de Abril- em relação à forma sobrevalorizada como monumentos e acontecimentos históricos de Guimarães encaixavam no passado nacional. Quem decidiu, entretanto, do seu “valor histórico”? Foram os historiadores e arqueólogos ou quem procurou, uma vez mais, usar o património com outros objectivos para além do âmbito cultural, educação formal, pesquisa ou conservação? Se nos anos 40, a invenção de uma tradição (Hobsbawm, 1997) foi uma clara forma de o poder central se afirmar

política e ideologicamente, nos nossos dias a requalificação urbana e posterior classificação de Património da Humanidade do centro histórico de Guimarães, proporcionou, sem dúvida, agora a nível local, protagonismo político, prestígio social e cultural, benefícios económicos. Saber qual ou quais pesaram mais em termos de decisões técnicas e institucionais é uma das questões para a qual não obtive resposta ao longo deste trabalho. Bem como não obtive resposta para a questão de saber se o centro histórico de Guimarães teria ou não sido classificado pela UNESCO⁴⁴ se não se tivesse criado esta tradição anteriormente: uma cidade ser berço de toda uma nação.

6.5 Bolsa de valores (patrimoniais).

O património é um produto que resulta da transformação, feita pelos os poderes políticos, de locais em património. Usando o passado, são esses que normalmente intervêm no sentido de criar esse produto que, como qualquer outro, se destina a ser consumido (Althabe, 1990). Estará, como qualquer outro produto, sujeito às leis normais do mercado? Será, igualmente, produzido para satisfazer necessidades económicas imediatas? A oferta estará sempre dependente do preço?

Numa abordagem dentro desta linha, Johnson e Thomas (1997: 170-187) analisam as características da oferta e da procura de património e levantam questões deste género a propósito do que ocorreu na Grã-Bretanha: referem uma considerável variação da quantidade de património desde os anos 80, ajustamentos necessários às leis do mercado que implicam aumentos e reduções constantes nas listas de bens classificados. Tendo consciência de que o património é um negócio- apesar de ser um produto menos rentável quando a sua importância é essencialmente cultural e histórica- que usa recursos e produz um rendimento que é valorizado pela sociedade, para estes autores importa sobretudo saber se estamos a conservar muitos ou poucos edifícios ou se são os que devem ser conservados e encontrar a proporção certa.

Que rendimento produz uma área urbana patrimonializada cujo valor histórico e cultural são a sua mais-valia? Tem valor mas não um valor de troca, valor

⁴⁴ Na breve descrição da UNESCO a propósito da classificação pode ler-se: “The historic town of Guimarães is associated with the creation of the Portuguese national identity in the twelfth century.” in <http://whc.unesco.org/brief.htm>

economicamente mensurável, diz Guillaume (1997: 40): na sua essência, o património é uma reserva de incomensurabilidade, uma singularidade no campo dos valores económicos. Passou de recurso a produto capaz de gerar riqueza e emprego, diz Tresserras (2001: 203) e, por isso, tem sido negócio florescente, vendendo-se bem em qualquer época (Lowenthal, 1998).

Abordando a situação alemã, onde a procura social e o público do património estão directamente relacionados com os recentes desenvolvimentos entre as Alemanhas de Leste e Ocidental antes⁴⁵ e depois da reunificação, Wiesand (1997) aponta as mesmas cedências em favor de lógicas comerciais e recurso frequente ao mecenato- 90% dos gastos com a protecção dos monumentos históricos são assegurados por privados-, ou mesmo a disparidade entre atitudes restauradoras em determinados casos e destruidoras noutros, em contradição com os discursos dos poderes políticos em que se afirma a valorização do património, mesmo que de forma menos centralizada que a maioria dos países europeus.

Na Grã-Bretanha, a maior parte dos bens que constituem o património são propriedade privada, o que significa que nem mesmo castelos, fortalezas medievais ou palácios são propriedade do Estado (em muitos casos são propriedade da Coroa): as principais iniciativas em matéria de definição, protecção e conservação do património foram sempre tomadas por particulares ou associações, recusando-se o Estado a intervir directamente. A partir dos anos 70 o termo *heritage* passou a estar presente, com frequência, no discurso político e bruscamente associado à venda e consumo de bens diversos, tendência reforçada durante os anos 80- governos de M. Thatcher- em que se apelou aos valores vitorianos e às glórias do passado imperial. Esta nova concepção de património e o aumento da exploração turística constituíram uma fonte de rendimentos que, para Hewison (1997), poderão impedir toda a investigação crítica do passado, apesar de indispensável para compreender as condições do presente: a versão, indulgente, que nos apresentam do passado, tingem-se de nostalgia. O culto do património não nos devolve a história, mascara-a. Assim, para muitos, o património não é aquilo

⁴⁵ “En R.D.A., la recherche de l’identité était particulièrement développé: les responsables est-allemands, par une politique désignée expressément sous le nom de «politique du patrimoine» (Erbepolitik), s’efforcèrent de souligner que «les rapports à un grand héritage culturel et historique représentaient le principe d’une politique d’État». (...) Ces excès est-allemands ont sans aucun doute contribué à discréditer à l’Ouest la popularité des notions et des concepts d’une «politique de l’héritage culturel ou patrimonial» considérés comme rétrogrades et passésistes. On privilégiait inversement les formes culturelles contemporaines comme la musique et le théâtre” (Wiesand, 1997: 345).

que herdámos, mas aquilo que perdemos, algo que somente simulacros e artifícios mais ou menos grosseiros, fabricados pela indústria do património, permitem reencontrar.

6.6 Aprender com a experiência dos outros.

Estudado por M- G. Colin (2000), o exemplo de Carcassonne, cuja importância histórica e arqueológica residem na antiguidade das suas origens, tem interesse para a presente abordagem por permitir reflectir sobre muitas destas perspectivas e apresentar, igualmente, algumas semelhanças com o centro histórico de Guimarães. Importante até ao século XVII como praça forte de excepcionais fortificações, Carcassonne perdeu a partir de então relevância estratégica, o que levou ao seu declínio. No século XIX, após ameaça de destruição, a cidade foi finalmente classificada monumento nacional em 1849. De 1853 a 1910, foi alvo de trabalhos de restauro orientados por Viollet-le-Duc⁴⁶: durante mais de 50 anos, a cidade foi alvo de um notável trabalho de reabilitação empreendido pela comunidade nacional após pressões das elites locais. Foi sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial que Carcassonne conheceu um desenvolvimento contínuo de actividades turísticas e culturais e um novo uso dos monumentos, permitindo a cada um, desde o académico anónimo ao cineasta de renome, dar corpo ao imaginário medieval colectivo e individual. Estima-se que a cidade seja anualmente visitada por dois milhões e meio de pessoas, entre os quais se conta mais de 40% de visitantes estrangeiros. Este número aumentou 15% desde 1997, data em que a cidade histórica fortificada de Carcassonne foi incluída na lista de Património da Humanidade.

⁴⁶ Foucart (1997: 1615-1641) fez a seguinte análise da política de restauro seguida por Viollet-le-Duc, responsável pela face que o património adquiriu em França a partir do século XIX, controversa porque “Une restauration est une décision grave, exceptionnelle, tant elle implique un effort financier particulier et de difficiles choix intellectuels”: “Dans le mépris ou la sympathie, Viollet-le-Duc appelle l’excès des grandes passions, des brutales simplifications. Hier calomnié, il serait aujourd’hui presque trop célébré. (...) Achille Carlier, cet architecte grand prix de Rome qui se voua, au sacrifice de sa carrière dans l’administration des Monuments historiques, à la dénonciation du vandalisme restaurateur, le traite simplement de criminel: «Viollet a fait disparaître l’âme du passé, crime historique le plus odieux qui puisse être (...) Viollet-le-Duc est un des plus grands criminels de l’histoire. Il est un des plus funestes tant par l’importance des œuvres qu’il a ruinées lui-même à tout jamais que par l’influence qu’il a eue sur son époque et qui a permis à une nuée de disciples de ruiner de la même façon d’autres œuvres non moins considérables». (...) Les reproches de Carlier sont à la hauteur de la supériorité intellectuelle et de la capacité technique reconnues au premier des restaurateurs de son temps. Il était le plus doué, le plus intelligent, et donc le plus responsable. Son principal défaut serait l’esprit de système, la sécheresse: il remplaçait, reproduisait, substituait, copiait”. Então, Foucart concluiu, procurando ultrapassar a polémica: “Pour Viollet-le Duc la restauration, quand elle fait se retrouver ces deux amants démocrates si longtemps séparés que sont le XIX siècle et la période gothique, ne peut être qu’un acte de création”.

A classificação de Património da Humanidade evidenciou o seu valor cultural universal mas trouxe também ao de cima a fragilidade deste lugar. Em Carcassonne as casas pertencem a pessoas privadas que, no entanto, residem na maioria, fora da área muralhada. Nessas casas implantaram comércio, sobrecarregando o espaço e transformando a imagem da cidade que se mantém viva e com animação urbana, resultado não da sua identidade própria, mas unicamente à custa de uma intensa actividade turística e comercial própria de um local que perdeu a maior parte dos seus habitantes e abandonou muito da sua alma na adaptação a novos usos (Colin, 2000).

Althabe interroga-se precisamente sobre estes novos usos do património: “Comment vit-on dans un patrimoine? Des quartiers sont désignés et construits comme des patrimoines. Est-ce possible? On ne vit pas dans un monument. La transformation des centres-villes en patrimoine suppose une articulation entre la production de lieux, la mise en valeur d’un passé dans une ville, en même temps que la production d’une identité urbaine liée à la centralité. Impossible de séparer cette transformation de lieu urbain en patrimoine de la notion de centralité!” (1990: 270). É a história que se repete, agora ao nível planetário, diz Chastel (1997: 1463): “Les grands sanctuaires étaient pour la chrétienté la preuve tangible et nécessaire de son existence; les pèlerinages y amenaient les fidèles de tous pays. Il existait ainsi pour la conscience occidentale un ensemble privilégié, son patrimoine religieux. On peut penser que les hauts lieux touristiques ont pris le relais dans la civilisation de masse du XX siècle: au *Denkmalkultus*⁴⁷ succède l’attraction touristique nationale et internationale, qui peut devenir elle aussi, malheureusement destructrice de son objet”⁴⁸.

Para Colin (2000), todos em Carcassonne são responsáveis pela degradação que o turismo de massas tem provocado a um património arquitectural e um lugar de memória de riqueza histórica excepcional: os comerciantes, que não abdicam dessa actividade, o município, que não controla, o Estado que não se impôs. Só os esforços conjugados de todos estes permitirão atitudes aparentemente contraditórias mas equilibradas como as seguintes: por um lado a necessária reconversão de uma região pouco industrial para a qual o desenvolvimento turístico é uma oportunidade decisiva,

⁴⁷ Culto dos monumentos, em alemão no original.

⁴⁸ Chastel acrescenta a esta causa de degradação uma outra que se prende com a passagem do tempo e a fragilidade da condição humana: “la cause permanente et efficace de la dégradation, c’est bien l’usage, c’est -à-dire le passage de la vie, l’usure du temps, le risque même de l’existence. L’attention au fonds patrimonial du pays est invinciblement associée au sentiment poignant du vieillissement, de la fatigue” (1997: 1465).

por outro a afirmação, em matéria de qualidade, do conteúdo cultural e do respeito pela autenticidade dos monumentos.

Diante da manifesta espectacularização do quotidiano e da reinterpretação de rituais- com uma crescente e generalizada revitalização de tradições e festas-, Bromberger e Chevallier (2004: 17) defendem igualmente um compromisso equilibrado entre tradição e inovação, procura de autenticidade e desejo de segurança, espírito do lugar e sociedade global, que possa contribuir, de forma original, para novas formas de desenvolvimento local.

As rupturas sociais, culturais e ambientais em meios urbanos sujeitos a grandes pressões, provocadas sobretudo pela requalificação e valorização patrimonial e pelo aumento do número de visitantes que origina intensa actividade turística e comercial- como o caso atrás observado de Carcassonne- parecem consequências inevitáveis dos usos que se faz actualmente do património. São excessos que derivam da pressão para a mediatização e da ideia de que o que não é mediático, não existe (Peixoto, 2000: 120).

Usa-se o passado como fonte de riqueza, como meio de promover culturalmente ou socialmente um determinado espaço ou para criar ou perpetuar identidades colectivas- os poderes políticos podem transformar lugares em património e produzir património- mas as repercussões sociais e culturais são frequentemente esquecidas ou preteridas. Quer no caso de Carcassonne, quer no de Guimarães, a sectorização- nestes casos, uma concentração evidente de cafés, restaurantes e lojas de artesanato nos centros históricos classificados- provocou um gradual abandono de actividades comerciais e artesanais cuja diversidade espelhava um determinado sistema de relações sociais e a riqueza cultural e patrimonial das áreas agora classificadas. Se a população residente abandonar o centro histórico de Guimarães por exigir melhores condições de habitabilidade ou por não poder competir em termos de especulação imobiliária ou ainda por perder significativamente a qualidade ambiental que possuía ou por, simplesmente, deixar de se identificar com o lugar onde habita, a zona histórica de Guimarães assemelhar-se-á definitivamente à zona histórica de Carcassonne, isto é, um centro histórico explorado comercialmente, sem qualquer vida urbana que não seja a agitação provocada por visitantes sôfregos de rever, a qualquer preço, as glórias do passado representadas ao vivo, seja em tamanho natural ou em miniaturas, história e *souvenirs* convertidos em objectos de consumo.

A consciência da fragilidade do património posto ao serviço de políticas imediatistas e populares fez com que, em Guimarães, todo o trabalho de reabilitação

levado a cabo pelo município através dos seus técnicos do GTL fosse acompanhado do princípio “valorizar o património, conservando as pessoas”. Pelo menos, foi deste modo verbalizado: “A reabilitação do Centro Histórico de Guimarães visa a recuperação e preservação do Património construído de qualidade formal e funcional cuja autenticidade é necessário manter no seu todo pelo que a reabilitação passa também pela utilização dos materiais e técnicas construtivas tradicionais. O segundo objectivo é a manutenção na totalidade da população residente, sendo-lhes dadas melhores condições de habitar é desta relação íntima entre pré-existência construído e social que resulta uma imagem coerente da cidade”, escreveu Alexandra Gesta (coordenadora do GTL) no texto da Candidatura a Património da Humanidade (1998: 67).

“Est-il donc possible de vivre dans un patrimoine?” pergunta Althabe (1990: 271) a propósito do caso de Boulogne, onde, tal como em Guimarães, se procedeu a uma dupla conservação, a do contexto arquitectónico e a dos habitantes, com a ideia de contrariar o processo clássico do mercado: restauro dos centros históricos e expulsão dos seus habitantes, substituídos por quem pode alimentar a posterior especulação imobiliária. Em Boulogne optou-se por manter as camadas populares nos centros (participando mesmo na reconstrução), evitando que fossem instaladas nas periferias, à mercê das regras do mercado. O que ocorreu mais tarde evidenciou grandes contradições entre a valorização patrimonial produzida pelo poder municipal e pelos intelectuais que aconselham esse poder e a realidade social. Os espaços transformados em património tornaram-se estigmatizados⁴⁹, espaços da cidade a evitar por causa da delinquência, droga e marginalização da população autóctone: visitava-se a cidade sob terror. De facto, a reabilitação deste espaço e a sua produção como património, introduzindo a autoridade municipal no seu meio, acabou por provocar divisões sociais internas: as relações sociais e redes que existiam anteriormente romperam-se para dar lugar a uma distanciação muito maior (Althabe, 1990: 272-273).

Tal como em Boulogne, em Guimarães o impulso inicial para a requalificação do centro histórico não partiu dos moradores (poder-se-á adiantar a justificação de pertencerem, em grande parte, a grupos sociais com pouca capacidade reivindicativa e

⁴⁹ “En ces lieux stigmatisés, la population n’était pas la classe ouvrière, c’était une population éloignée du travail salarié, vivant de pensions, d’expédients... plus l’autorité municipale semblait établir un lien privilégié avec ce type de population, plus elle se coupait politiquement de la population qui était sa base, et qui se situait dans les HLM. Ainsi, le *Courrier picard* pouvait annoncer: «Le maire inaugure une maison réhabilitée», et le lendemain, «Crime à Saint-Leu»...La contradiction ne faisait que grandir entre la logique municipale, et la mise en scène d’une alliance, qui se jouait avec cette population «marginale»” (Althabe, 1990: 272).

pouco motivados para questões culturais, tais como conservação e valorização do património, autenticidade ou manutenção de técnicas e materiais tradicionais?) nem de outros cidadãos da cidade ou de fora dela (menos implicados directamente mas mais motivados para a defesa do património). Partiu do poder político local que foi sensível às preocupações de defesa do património mundialmente difundidas e ao papel que a cultura desempenha nas sociedades modernas, evidenciando igualmente a vontade de prestigiar e dar visibilidade não só a uma área da cidade mas a toda uma região (e obter prestígio político também). O que resultou em termos sociais não se assemelha, no entanto, a Boulogne: em Guimarães, a maioria dos moradores faz actualmente uma avaliação positiva da requalificação urbana e, até ao momento, não se pode referir divisões sociais provocadas pela intervenção municipal, contrariando Prats (1997: 37-38) para quem o património, por representar uma identidade, constitui um campo de confrontação simbólica inevitável entre grupos sociais.

7. A UNESCO E O PATRIMÓNIO MUNDIAL: TESTEMUNHAR VALORES E EXCEPÇÕES.

7.1 Representar, testemunhar, fornecer, oferecer, constituir, estar...

A UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, fundada em 1946 como entidade dependente da ONU definiu, entre outros, o objectivo de defender e preservar o Património Cultural, contando actualmente com Comitês Nacionais em quase todos os países do mundo⁵⁰.

A política de protecção do Património Cultural Mundial levada a cabo pela UNESCO teve, nos anos 60, um marco decisivo para o seu avanço: a construção da barragem de Assuão, que implicava que os importantes templos egípcios de Núbia desaparecessem debaixo das águas, alertou toda a comunidade internacional para a necessidade de encontrar os meios técnicos, humanos, económicos e institucionais que permitissem salvar esse património. E este marco reforçou muitos outros: “In doing so, UNESCO showed the world that it assumed responsibility, in the name of the international community, for protecting the common heritage of humanity and ensuring it was handed down to future generations. The campaign to save one of the principal Buddhist monuments of the world, at Borobudur, reinforced awareness of the absolute necessity of protecting the monuments of humankind and the riches of nature, which are as inseparable from the history of humanity as they are essential to its future” (Barré,

⁵⁰ Convenção para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural (aprovada pelo Decreto 49/79, de 6 de Junho) “**III – Comité intergovernamental para a protecção do património mundial, cultural e natural.** ARTIGO 8.º 1- É criado junto da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura um comité intergovernamental para a protecção do património cultural e natural de valor universal excepcional denominado Comité do Património Mundial. Será composto por quinze Estados parte na Convenção, eleitos pelos Estados parte na Convenção reunidos em assembleia geral no decurso de sessões ordinárias da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. O número dos Estados membros do Comité será elevado até vinte e um, a contar da sessão ordinária da conferência geral que se siga à entrada em vigor da presente Conferência para, pelo menos, quarenta Estados. 2- A eleição dos membros do Comité deverá assegurar uma representação equitativa das diferentes regiões e culturas do Mundo. 3- Assistirão às sessões do comité com voto consultivo um representante do Centro Internacional de estudos para a Conservação e Restauro dos Bens Culturais (Centro de Roma), um representante do Conselho Internacional dos Monumentos e Locais de Interesse (ICOMOS) e um representante da União Internacional para a Conservação da Natureza e Seus Recursos (IUCN), aos quais poderão ser acrescentados, a pedido dos Estados parte reunidos em assembleia geral no decurso das sessões ordinárias da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, representantes de outras organizações intergovernamentais ou não governamentais com objectivos idênticos” (Ferreira, 1998: 246-247).

1996: 6). Salvou-se monumentos e conseguiu-se que, mundialmente, as sociedades tomassem consciência de que determinados bens culturais não são património de um país concreto mas de toda a humanidade e por isso responsabilidade de todos. “The Convention on the protection of world heritage (cultural and natural) adopted by UNESCO in 1972 was the fruit of this process of growing awareness” (Barré, 1996: 6).

Em 1972, a comunidade mundial reconhece a sua responsabilidade sobre este tema e adopta- por meio da Conferência Geral da UNESCO- **a Convenção Internacional para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural**, assinada até há data por 140 países. Quatrocentos e quarenta bens culturais e naturais de 102 países passaram, nos últimos 20 anos, a fazer parte da Lista do Património Mundial da UNESCO, prova irrefutável dos esforços de cooperação internacional para a sua salvaguarda. A lista é ampliada cada ano, em conformidade com os critérios estabelecidos conjuntamente com a aliança Mundial para a Natureza (UICN), o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e o Centro Internacional de Estudos de Conservação e Restauração dos Bens Culturais (ICCROM).

Aprovada em Paris, a “Convenção Internacional para Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural”, que entrou em vigor em 1975, define no seu Art. 1º “Património Cultural”, considerando como tal: - **Os monumentos:** obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; - **Os conjuntos:** grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; - **Os locais de interesse:** obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (Ferreira, 1998).

Segundo o Artigo 3º “Competirá a cada Estado parte da presente Convenção identificar e delimitar os diferentes bens situados no seu território e referidos nos artigos 1º e 2º acima” (Ferreira, 1998: 244). Para aceder à classificação de Património da Humanidade, qualquer um destes bens- monumentos, conjuntos ou locais de interesse- deve gozar de protecção jurídica e dos mecanismos de gestão que assegurem a sua conservação. A existência de legislação de protecção a nível nacional é indispensável e tem também que reunir os requisitos de autenticidade- mais bem conservado

comparando com outros do mesmo período- e ser de valor universal excepcional segundo os seguintes critérios: 1.-Representar uma obra-prima do génio criador humano; 2.-Testemunhar uma troca de influências considerável durante um dado período ou numa área cultural determinada, sobre o desenvolvimento da arquitectura, ou da tecnologia das artes monumentais, da planificação das cidades ou da criação de paisagens. 3.-Fornecer um testemunho único ou excepcional sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida. 4.-Oferecer um exemplo eminente de um tipo de construção ou de conjunto arquitectónico ou tecnológico ou de paisagem ilustrando um ou vários períodos significativos da história humana. 5.-Constituir um exemplo eminente de fixação humana ou de ocupação do território tradicionais representativos de uma cultura (ou de várias culturas), sobretudo quando o mesmo se torna vulnerável sob o efeito de mutações irreversíveis. 6.- Estar directa ou materialmente associado a acontecimentos ou tradições vivas, a ideias, a crenças ou a obras artísticas e literárias com um significado universal excepcional.

As primeiras cidades que alcançaram a classificação de Património da Humanidade foram Cracóvia e Quito, em 1978 e nos anos imediatamente posteriores, as declarações tenderam a recair sobre cidades mortas do terceiro mundo, exemplos de culturas desaparecidas e sobre os centros históricos de cidades vivas, maioritariamente Sul-americanas. Esta tendência foi-se modificando- a Europa tem mais cidades classificadas que a África e a Ásia juntas, em parte porque todas as nações europeias assinaram a Convenção e muitos outros países não- e actualmente, na Lista do Património Mundial, as cidades históricas vivas são as mais numerosas, conceito que, segundo as orientações da Convenção pode revestir quatro formas:

1º.-Cidades típicas de uma época ou de uma cultura, conservadas quase integralmente e pouco alteradas por desenvolvimentos posteriores.

2º.-Cidades de carácter evolutivo exemplar que tenham conservado, por vezes num enquadramento natural excepcional, uma organização do espaço e das estruturas urbanas características de fases sucessivas da sua história. Neste caso destacam-se sobre a envolvente contemporânea.

3º.-«Centros históricos» que ocupam o perímetro da cidade antiga, hoje englobada na cidade moderna.

4º.-Sectores, bairros ou ilhas, mesmo que residuais, mostra coerente de cidade histórica.

A inscrição de um bem na lista do Património Mundial⁵¹ tem de partir de proposta feita por estado membro da “Convenção”, demonstrando que cumpre os requisitos exigidos: razões pelas quais considera que responde a um ou vários critérios fixados, avaliando o bem em comparação com outros do mesmo tipo; avaliação do bem em comparação com outros similares de outros lugares; indicações relativas à autenticidade do bem.

De facto, são os centros históricos que com mais frequência têm sido classificados como Património Mundial e a razão não é somente por lá se concentrarem os principais monumentos mas pelo protagonismo que alcançaram nos anos 70 os novos ideais urbanísticos: lutar contra o cansaço causado pela cidade igualitária contemporânea, carente de identidade e de exclusividade, pensando a cidade antiga como objecto estético, cultural e espaço idealizado de autenticidade e especificidade.

Na Proposta de Candidatura de Guimarães a Património Mundial apresentada pela Câmara Municipal de Guimarães pode ler-se na alínea *d) Critérios segundo os quais a inscrição é proposta* (pag. 17-18): O centro Histórico de Guimarães é como conjunto, testemunho de um desenvolvimento urbano, agrupando exemplos eminentes de um tipo particular de construção. Pela sua unidade, sistema construtivo- técnicas construtivas tradicionais-, características arquitectónicas- tipologias diferenciadas, constituindo exemplos de evolução da cidade nas suas diferentes épocas- bem como, a sua integração na paisagem, constitui um valor universal excepcional.

A zona proposta a classificação contém um tecido urbano de origem medieval que conforma uma sucessão de praças de grande valor formal e cuja estrutura edificada- na sua maioria seiscentista-, embora tipologicamente diferenciada, se encontra construída com as técnicas construtivas tradicionais, nomeadamente, taipa de rodízio e taipa de fasquio- técnicas de construção em que se utiliza a madeira como elemento primordial. A autenticidade e a integridade da linguagem construtiva das técnicas tradicionais, constituem uma permanência viva da cidade. Este tipo particular de

⁵¹ “Os seis lugares de Portugal incluídos na Lista do Património têm uma grande relação com as nossas viagens marítimas dos séculos XV e XVI. É o caso da cidade de Angra do Heroísmo na Ilha Terceira, do arquipélago dos Açores, assim como o denominado estilo manuelino influenciado pelos nossos descobrimentos marítimos, (...). Uma das muitas obras-primas deste estilo é o Mosteiro dos Jerónimos, uma merecida homenagem que D. Manuel I decidiu render ao Infante D. Henrique. D. Manuel I também resolveu construir uma fortificação comemorativa da façanha de Vasco da Gama, a Torre de Belém, uma das jóias da arquitectura portuguesa. O Centro Histórico de Évora, (...) constitui uma cidade-museu que contém ruínas romanas e restos do período visigodo, muçulmano e medieval mas, sobretudo, testemunhos dos séculos XV e XVI, a idade de ouro portuguesa. Três importantes mosteiros completam estes lugares: o Mosteiro gótico da Batalha, (...), o Mosteiro de Alcobaça, (...) e o Convento de Cristo em Tomar (...)” texto de Apresentação do Tomo IV de Património da Humanidade, 1997, UNESCO/ Grupo Planeta.

construção preenche densamente a malha urbana assumindo uma herança cultural inerente ao património a salvaguardar.

A autenticidade e a força da imagem do centro histórico de Guimarães tem sido consequência da protecção que o centro histórico tem tido por parte da autarquia, sendo criada uma unidade operacional, sediada no Gabinete Técnico Local, para assegurar a protecção e salvaguarda do centro histórico. A política de reabilitação urbana adoptada, assente na promoção da recuperação pela requalificação e valorização do espaço público, na manutenção da população residente, na salvaguarda e manutenção das preexistências erguidas com as técnicas construtivas tradicionais, bem como no rigor de execução, teve como resultado uma acção exemplar que distingue Guimarães das outras cidades do país.

As técnicas tradicionais em Guimarães derivam da prática, da transmissão oral que transporta o passado para o presente, o fazer continuado e a manualidade. É na conjugação destes factores que reside a riqueza própria das técnicas tradicionais, sendo o homem, o agente da prática e da tradição.

7.2 Só argumentos a favor.

Ainda para ser incluído na Proposta de Candidatura de Guimarães a Património Mundial, técnicos da Câmara Municipal de Guimarães e diversos especialistas em urbanismo, história e cultura vimaranenses foram, então, convidados a expor, de acordo com o âmbito dos seus trabalhos, as razões pelas quais o centro histórico se devia inscrever na Lista do Património Mundial, definindo um percurso histórico até aos nossos dias, avaliando o actual estado de conservação dada a evidente antiguidade, dando indicações sobre a sua autenticidade ou marcando um espaço vivo de sociabilidade e cultura. Estes textos, então enviados à Convenção, foram mais tarde publicados, primeiro numa edição de 1998, que incluí extractos dos textos, e posteriormente numa edição de 2003, publicação integral.

No texto de José Mattoso (1998) incluído na *Candidatura de Guimarães a Património Mundial*, diz o historiador a favor da sua classificação: “De facto uma nação não tem registo de nascimento: vai-se formando de forma tão lenta e progressiva, passa por tantas metamorfoses, que não é possível dizer exactamente quando nasce. Seja

como for, as origens de Portugal estão indissoluvelmente unidas à vila, depois cidade, que foi honor dos condes de Portucale, do conde D. Henrique e dos seus descendentes, os reis de Portugal. Se a Nação pudesse ter algum local de nascimento seria certamente em Guimarães” (pag. 10). Para o historiador é esta a marca da singularidade de Guimarães, mesmo que não se lhe reconheça por isso valor universal excepcional- um dos critérios de selecção- e somente valor nacional.

Também apresentado à Convenção em 2000, o longo texto- todo o Volume I de *Guimarães Cidade Património Mundial- Um Objectivo Estratégico- A Evolução da Forma urbana de Guimarães e a Criação do seu Património Edificado*, da autoria de Prof. Arq. Bernardo Ferrão e Dr. J. Ferrão Afonso (2002), passa em revista 1000 anos de criação de património arquitectónico: a bipolarização românica (950 a 1279), a unificação gótica (1279 a 1498), a qualificação renascentista, maneirista e barroca da cidade (1498 a 1750), a reforma rocóco, pombalina e neoclássica (1750 a 1863) e a ampliação e renovação moderno monumental (1926 a 1974). Em cada período os autores encaixam os edifícios mais significativos da cidade- e não só do centro histórico- num total de 73 monumentos, igrejas, capelas, casas nobres, burguesas e rurais, palácios e cruzeiros, muitos dos quais são bens classificados. É a história, a monumentalidade e a variedade arquitectónica de Guimarães que é posta em destaque e usada como argumento.

Em *Guimarães: cidade e urbanidade*, Jorge Gaspar (2002) dá ênfase à forma sustentada como se pensou o desenvolvimento urbano da cidade: “De facto, se considerarmos de forma combinada um certo número de indicadores relevantes para aferir o nível de desenvolvimento urbano- económicos, patrimoniais, culturais e paisagísticos- verificaremos a posição destacada de Guimarães. As novas formas de urbanização- físicas, funcionais e sociais- podem provocar a fragmentação da cidade, pondo em causa o conceito de cidadania. Em algumas das situações observa-se o reforço dos localismos ou o aparecimento de identidades espaciais sobrepostas, com os habitantes a viverem em comprimentos de onda incompatíveis, em espaços diferentes. Também neste contexto Guimarães aparece como um exemplo a reter, um caso exemplar, a merecer um estudo aprofundado” (pag. 15). A variedade, riqueza e equilíbrio da paisagem urbana é também defendida por Jorge Gaspar. “Daí resultam espaços cívicos plenos de urbanidade, que só são possíveis quando a cidade é plena. Esse sentido de pertença pública está bem patente no equilíbrio da arquitectura do núcleo histórico, onde as diferenças são admitidas e integradas- nas expressões

espaciais, nas cores, na dimensão social e económica” (pag.22). “ Guimarães deverá mesmo constituir o exemplo para a maior parte das cidades portuguesas, no que respeita a articulação entre economia e cultura, entre passado e presente. Sendo das cidades mais laboriosas, não deixa de ser das mais ricas do ponto de vista patrimonial e cultural”(pag.37). São também estes os motivos que a distinguem e lhe dão singularidade.

No texto *O G.T.L. e o Planeamento Urbanístico do Conselho*, Miguel Frazão (2002) classifica a intervenção urbanística no centro histórico de eficiente e um sucesso porque permitiu criar “um espaço de eleição para todos aqueles que aqui vivem ou queiram viver” (pag. 49) e para José Aguiar (2002)- texto da candidatura *A experiência de reabilitação urbana do G:T.L. de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares*- a tónica é posta na recuperação que evitou o fachadismo⁵² e intervenções de grande impacto. É por isso que a questão da autenticidade é para Aguiar tão importante: o valor do centro histórico de Guimarães reside na manutenção dos valores sociais, da identidade cultural e dos valores económicos ligados aos usos, às actividades e à produção que dá vida. “O que nos coloca uma interrogação fundamental: como conciliar a preservação da autenticidade do património urbano com o poder da mudança? (...) Como impedir, ou conduzir mudanças que sabemos imprescindíveis para melhorar as condições de vida e para garantia do funcionamento das actividades produtivas nas cidades históricas, sem as quais estas podem definhir e morrer (ou musealizar-se)?” (pag.118).

M. Adelaide Moraes (2002) faz um percurso pela toponímia da cidade, convidando à contemplação e deleite (pag.137) e Óscar Pires (2002) encontra a presença de Guimarães nas letras nacionais (pag.171). Finalmente, Alexandra Gesta (1998), coordenadora do G.T.L., aponta em *Sentimentos Nativos* o segredo da notoriedade pública do “seu” centro histórico: “rigor dos critérios e os discretos cuidados com que durante alguns anos a Autarquia Vimaranesa foi processando e patrocinando uma intervenção que ressuscitando formas e renovando funcionalidades reabilitou para a cidade e para o presente antigas e esquecidas espacialidades” (pag.65). É uma ideia de qualidade e rigor de intervenção que A. Gesta deixa passar neste texto

⁵² “O ICOMOS e a UNESCO, com outras organizações internacionais, estão hoje particularmente preocupadas com a evolução do Fachadismo, assim como com as suas consequências sobre o património urbano Europeu. O Fachadismo, rompendo os estreitos laços entre tipologia e morfologia urbana na cidade histórica, tornou-se a expressão mais visível de uma cultura consumista na arquitectura, cultura que quer delapidar ou esgotar, já hoje, todos os espaços ainda livres da cidade, anulando a sedimentação da arquitectura e dos seus espaços que fora produzida ao longo da história” (Aguiar, 2003: 96).

incluído na candidatura e que resume o espírito das suas propostas: reabilitar toda a cidade para todos.

As duas edições (1998 e 2002) resultaram em excepcionais roteiros do centro histórico, objectivo pretendido que as fotografias de Luís Ferreira Alves- de grande beleza- ajudaram a concretizar: acentuam as ideias de harmonia, antiguidade, qualidade ambiental, singularidade, riqueza patrimonial, autenticidade, entretanto elogiadas ao longo de todos os textos. Por conhecer bem o centro histórico sei, no entanto, que estas imagens e ideias representadas pelas fotografias se deveram, em parte, à perícia do fotógrafo. Tal como defendido por Urry e Crawshaw (1995), os elementos que entram numa fotografia «bonita e comercial» não são senão características essencialmente naturais, de maneira a transmitir uma paisagem romântica: “De fora ficam os veículos, os automóveis, tudo o que possa datar as fotos. Tudo o que obstrua a vista ou que choque. Gente com roupas demasiado coloridas, gente com sacos de plástico na mão (...) árvores mortas, arame farpado (...) edifícios em ruínas, andaimes. Sinais rodoviários. (...) Lixo. (...) Calções compridos e garridos” (Urry e Crawshaw, 1995: 62).



Figura nº 3-Praça de Santiago. Fotografia de L. Ferreira Alves.

Nestas fotos de L. Ferreira Alves, a rara presença humana, por exemplo, parece surgir unicamente para acentuar o carácter nostálgico ou pitoresco de certos espaços: vê-se velhos, roupa a secar, varandas floridas. Não há, também, carros, edifícios em ruínas, turistas, plástico, lojas modernas. São situações semelhantes que levam Urry e Crawshaw (1995: 64) a afirmar a este propósito: “As imagens são artefactos de uma estética paisagística que teve o seu desenvolvimento no século XIX e que foi sendo transmitida ao longo dos anos. Elas reconfortam-nos com a ideia de que nem tudo é superficial e transitório, pois que certos lugares perduram, ainda que apenas nos guias de férias”. Daí afirmarem, em conclusão, que a fotografia faz parte do processo pelo qual as subjectividades se formam e que ela se interliga de muitas maneiras com as esperanças das pessoas, bem como com os seus medos, recordações, actividades, gostos, amores, etc. (Urry e Crawshaw, 1995: 67)⁵³.

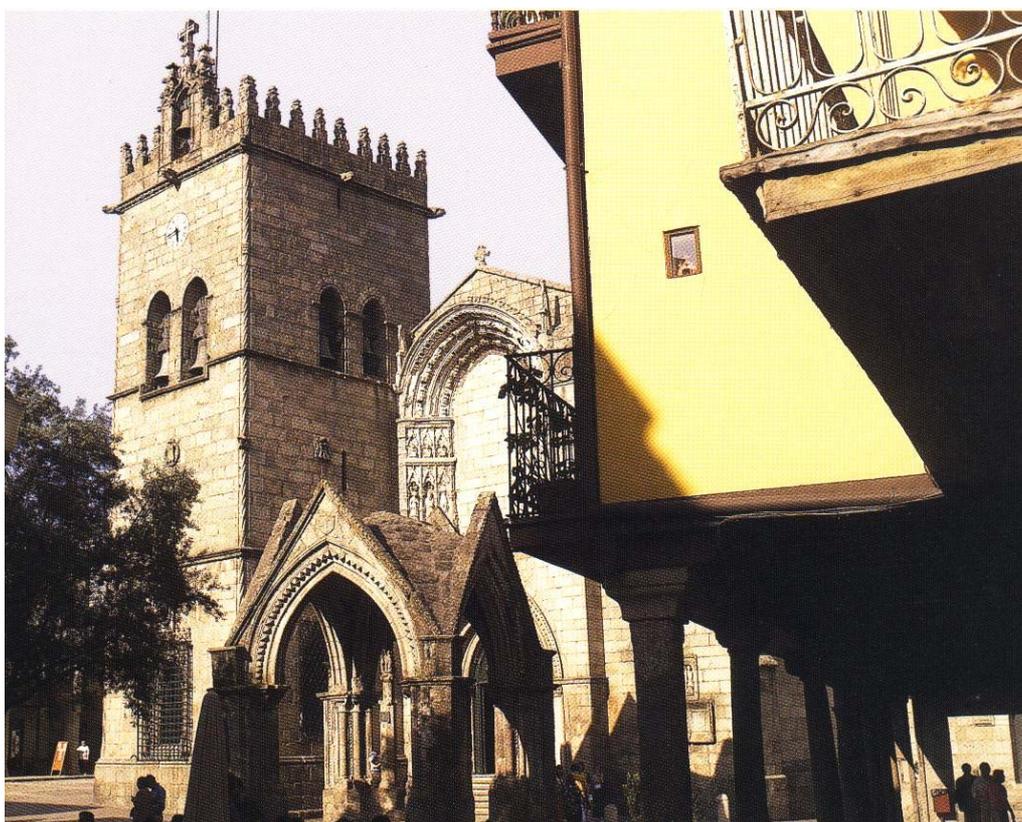


Figura nº 4- Largo da Oliveira. Fotografia de José Pastor do livro *Guimarães- Património Cultural da Humanidade* (2002).

⁵³ “Susan Sontag observa também que a fotografia é a forma contemporânea da «flânerie», pelo que este facto sugere igualmente que as práticas fotográficas não se limitam a reforçar uma estética visual dominante (Sontag, 1979. 55)” (Urry e Crawshaw, 1995: 67).

7.3 “All’s well that ends well”.

O centro histórico de Guimarães foi classificado pela UNESCO (25ª Sessão do seu Comité Especializado) como bem cultural da humanidade por satisfazer os critérios⁵⁴ (ii), “Testemunhar uma troca de influências considerável durante um dado período ou numa área cultural determinada, sobre o desenvolvimento da arquitectura, ou da tecnologia das artes monumentais, da planificação das cidades ou da criação de paisagens”, (iii), “Fornecer um testemunho único ou excepcional sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida” e (iv), “Oferecer um exemplo eminente de um tipo de construção ou de conjunto arquitectónico ou tecnológico ou de paisagem ilustrando um ou vários períodos significativos da história humana”⁵⁵.

Numa breve descrição, a UNESCO justifica cada um destes critérios⁵⁶: “The historic town of Guimarães is associated with the creation of the Portuguese national identity in the twelfth century. It is an exceptionally well-preserved and authentic example of the evolution of a medieval settlement into a modern township. The town’s rich building typology represents the specifically Portuguese development from the fifteenth to the nineteenth centuries, consistently using traditional building materials and techniques”.

Todas as urbes que têm sido reconhecidas como Património da Humanidade foram-no pela sua condição de *Conjuntos*: grupos de construções, isoladas ou reunidas, cuja arquitectura, unidade e integração na paisagem lhes dê um valor excepcional desde o ponto de vista da história, da arte ou da ciência. Os conjuntos foram ainda distinguidos em três grupos: *as cidades mortas ou testemunhos arqueológicos* de culturas desaparecidas; *as cidades históricas vivas*; as novas cidades do séc. XX, criações legíveis e autênticas do *urbanismo contemporâneo*. De todas elas, as mais numerosas na Lista do Património Mundial são as cidades históricas vivas, conceito que, segundo a “Convenção”, pode revestir quatro formas: 1º- Cidades típicas de uma época ou de uma cultura, conservadas quase integralmente e pouco alteradas por desenvolvimentos posteriores; 2º- Cidades de carácter evolutivo exemplar que tenham conservado, por vezes em enquadramento natural excepcional, uma organização do espaço e das estruturas urbanas características de fases sucessivas da sua história- neste

⁵⁴ Os critérios considerados baseiam-se nos parágrafos 24 b) e (b) ii das “Orientations devant guider la mise en oeuvre de la Convention du patrimoine mondial”.

⁵⁵ Fonte: <http://www.unesco.web.pt/> “Património Mundial”.

⁵⁶ Fonte: <http://whc.unesco.org/brief.htm> “Sites inscribed on the World Heritage List- Brief Descriptions.”

caso, prevalecem sobre a envolvente contemporânea; 3º- “Centros históricos” que ocupam o perímetro da cidade antiga, hoje englobada na cidade moderna; 4º- Sectores, bairros ou ilhas, mesmo que residuais, mostra coerente de cidade histórica.

O centro histórico de Guimarães foi, sem dúvida, classificado dentro da categoria das *ciudades históricas vivas*: não surgiu de escavações arqueológicas nem o seu tecido urbano construído pode ser confundido com qualquer arquitectura contemporânea. Para além disto, a sua *história* está comprovada e um tecido social com fortes ligações ao meio garantem-lhe a *vida*. Mas, das 4 formas acima referidas, qual ou quais terão prevalecido? À primeira vista, foi classificado por ser um “centro histórico” que, ocupando o perímetro da cidade, está circundado pela cidade moderna- 3ª possibilidade. No entanto, a autenticidade das pré-existências construídas, conservadas quase integralmente, e a “autenticidade” de práticas e gestos sociais, ambas pouco afectadas por desenvolvimentos posteriores, tornam o centro histórico de Guimarães uma cidade típica, testemunho de uma época e de uma cultura- 1ª possibilidade. Por outro lado, “a unidade do seu tecido urbano de origem medieval, (...) caracterizada (...) por tipologias arquitectónicas diferenciadas, erguidas com os sistemas construtivos tradicionais, constituindo exemplos de evolução da cidade nas suas diferentes épocas”⁵⁷ constitui um exemplo de cidade com carácter evolutivo que conservou, de forma modelar, a organização do espaço e as estruturas urbanas características das sucessivas fases da sua história. A requalificação e a posterior classificação deram-lhe um protagonismo que o faz prevalecer sobre a envolvente contemporânea- 2ª possibilidade. Finalmente, a requalificação deu ao centro histórico uma unidade que antes não possuía, tornando mais perceptível o seu estatuto de intra-muros e reforçando a sua coerência como cidade histórica. A apertada dimensão e a condição de espaço demarcado- pelos limites da muralha- e exclusivo- pela classificação de Património da Humanidade- fazem com que o centro histórico de Guimarães se pareça cada vez mais com um bairro. Pelo menos, segundo a concepção que Certeau (1998: 40) tem de bairro: porção de espaço público em geral- anónimo, de todo o mundo- em que se insinua pouco a pouco um espaço privado, particularizado pelo uso quotidiano desse espaço. A coerência como cidade histórica e a rigorosa delimitação do espaço pelas muralhas foram objecto desta classificação- 4ª possibilidade.

⁵⁷ In *Proposta de Candidatura a Património Mundial*.

7.4. Património intangível.

Ao longo de todo o texto da Proposta, as referências à autenticidade do centro histórico focam unicamente o tecido urbano construído, as características arquitectónicas, as pré-existências erguidas com técnicas construtivas tradicionais. É natural: do burgo medieval só as construções em pedra podem permanecer. E o ambiente social? Evidentemente modificado, mantém, no entanto, gestos e vivências, obviamente não medievais, mas de certo modo inesperados- talvez mais rurais⁵⁸ - na forma como se usa e ocupa normalmente o espaço social urbano. Práticas usuais no centro histórico como assar sardinhas na rua e oferecer a quem passa, sentar num banco no passeio porque é aí que há sol e gente para conversar, pôr uma colcha à janela para não destoar das vizinhas, continuar com a loja aberta para manter uma tertúlia e muitas outras práticas de coexistência social ou ambientes que fazem da cidade um organismo vivo e actuante (Leite, 2003: 24), resistiram igualmente ao tempo e são uma cultura viva que a maior parte dos moradores e comerciantes nunca dispensaria.

São formas de “autenticidade” difíceis de classificar, mas igualmente de grande valor patrimonial. Para mim, e provavelmente para muitos outros frequentadores, o centro histórico- pelo menos em comparação com as zonas modernas- é um espaço urbano onde se está de forma diferente porque mantém esses gestos que são pontes que nos aproximam com o passado e “devemos ter consciência de que, quando falamos de património, nos estamos portanto a referir à memória, quer esta se apresente no plano do individual, quer se apresente no plano do colectivo. Aliás, sem memória não seria sequer possível conceptualizar o património, essa herança que vem obviamente de trás, do que nos precedeu e que justifica aquilo que somos” (Jorge, 2003: 12). No centro histórico, o passado não é um país tão longínquo: é uma memória que facilmente actualizamos, acrescentamos e enriquecemos pois “Parece-nos indiscutível que são os valores da memória que o património consagra. (...) Portanto, a matéria do património é, também, a memória que os diversos discursos e narrativas artificializam através de objectos que usamos e cujos conteúdos actualizamos através desse uso”(Jorge,2003:15).

⁵⁸ “Isto significa que existiu uma profunda coerência cultural nas sociedades rurais até uma época recente. (...) a dinâmica de mudança, nelas, era lenta e não apreendida ao nível do pensamento consciente. É uma banalidade recordar que o mundo mudou muito mais desde o começo do século (a situar por volta de 1920) do que no decorrer dos dois milénios precedentes. Mas no interior mesmo desta mudança, sem precedentes na história, dos modelos tradicionais- géneros de vida e modos de pensar- subsistem, em numerosas zonas, modelos de que são ainda hoje portadoras a maior parte das pessoas de idade” (Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut, 1999: 3).

Ao defender-se o património de um centro histórico tem de se lembrar a sua forma de estar própria, os seus gestos rotineiros e sentidos, a sua cultura porque é isso que constitui a vida de uma cidade. Por si só, “Um espaço de património bem construído e conservado não faz uma cidade. Porque um conjunto de construções, obras de arte, ornamentos, decorações, ruas e avenidas, em si mesmas, não afirmam a razão vital, a força criadora, a capacidade de mudança (ou pelo contrário, de permanência) que corporizam a cidade”. Foi Helder Pacheco (1996: 12) quem o afirmou, atento aos trabalhos de requalificação da zona histórica do Porto que antecederam a classificação de Património da Humanidade que poderia transformar a “sua” cidade numa cidade “para turistas verem, para vender em postais coloridos ou para servir de enquadramento de fotografias em Kodak” (Pacheco, 1996: 18).

O que tem então de se preservar para que uma cidade não perca as suas referências, a sua identidade, o seu património intangível ou imaterial? De que precisa uma cidade?

“Precisa, antes do mais, de gente com ternura pelos sítios e as coisas, passadas e presentes, que corporizam o espírito dos lugares. E precisa, depois, de gente que, num mundo que se despersonaliza e onde as diferenças se liquefazem no amorfismo cinzento do número, mantenha desperto o sentido vital de pertença a uma comunidade- rua, largo, viela, bairro, freguesia- identificável. A uma comunidade que harmonize as identidades sem as unificar, tonifique a solidariedade sem dependências, concite a comunicação sem abafar as vozes. O silêncio das ruas desabitadas é, mais do que um crime, uma abjecção do mundo contemporâneo, que deixa perder ou assassina o sentido da existência. Porque uma cidade é feita de vizinhos. É feita de bulícios, gestos, choros, falas, congruências e incongruências. Passado e presente, memória e esquecimento. Uma cidade é feita de actos de viver: (...) atitudes concretas que fazem parte de um universo habitável e poético onde cada um, por humilde e apagado que seja, desempenha o seu papel no jogo complexo e contraditório de ser cidadão”(Pacheco,1996:29-39).

Após a adopção da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, em 1972, alguns Estados-membros manifestaram interesse em alargar a noção de património de forma a poder identificar, proteger, revitalizar e classificar manifestações do património oral e imaterial. Surgiu então o conceito de “património intangível ou imaterial” definido pela UNESCO⁵⁹ como tudo aquilo que

⁵⁹ “A UNESCO, por iniciativa do seu actual director-geral, o japonês Koichiro Matsuura, procurou nos últimos anos definir os fundamentos jurídicos de uma Convenção sobre o Património Imaterial (ou Intangível) da Humanidade. Concebida como instrumento jurídico abrangente que consolidasse as concepções programáticas que se encontram inscritas na recomendação da UNESCO sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, de 1989, bem como no seu Projecto de Proclamação das Obras Primas

engloba manifestações culturais tradicionais, formas de expressão popular, saberes colectivos produzidos por uma certa comunidade e fundados sobre uma tradição, transmitidos oralmente, através de gestos, modificados através dos tempos por um processo de recriação colectiva- por exemplo, a música, a dança, os rituais, as festividades, a medicina, a farmacopeia tradicional, os jogos, a mitologia, artesanato, as artes da mesa, as formas tradicionais de comunicação e informação, etc. A primeira edição da Proclamação teve lugar em 2001 e foram proclamadas 19 Obras-primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade.

Não tem sido, no entanto, um percurso fácil: se hoje conseguimos estabelecer mecanismos para preservar o património construído, o dito património material, a obra de arte, a arquitectura, o mesmo já não acontece em relação ao património imaterial, até porque este, na realidade, ainda não está identificado ou não foi identificado na sua totalidade (Leite, 2003: 24-25). A protecção do património imaterial apresenta, de facto, uma maior dificuldade porque não há um suporte físico, ou nem sempre há um suporte físico, como no chamado património edificado (Reis, 2003: 89).

Para além destas dificuldades que limitam, de um modo geral, a salvaguarda das tradições culturais e património imaterial, o próprio conceito de património imaterial ou intangível tem vindo a ser questionado.

“Uma das questões mais preocupantes da proposta Convenção da UNESCO sobre o património imaterial da humanidade, como base para uma suposta salvaguarda da diversidade cultural, é o modo como ela surge alheada em termos de uma salutar consciência auto-referencial. Como é possível, com efeito, propugnar a salvaguarda da diversidade cultural através de mecanismos legais equalizadores que, para além de imputar aos estados uma tal gestão, provêm de um molde discursivo culturalmente determinado? Dito de outro modo, qual a validade de aplicação universal de um critério de classificação dependente de um molde teológico, linguístico e filosófico cristão ocidental? Como poderemos estar seguros que a dicotomia material/imaterial⁶⁰ faz algum sentido fora das estreitas fronteiras do dualismo cristão ocidental e da padronização linguística latina- por mais invasiva e colonizadora que ela se manifeste?” (Ramos, 2003: 54-55).

do Património Oral e Imaterial da Humanidade, de 2001, a Convenção foi aprovada a 17 de Outubro de 2003” (Ramos, 2003. 7).

⁶⁰ “Em Dezembro de 2001, ao entrevistar um pintor etíope sobre um retrato de Cristo que ele estava então a executar, fui surpreendido com esta afirmação, que ele pretendeu reportar em inglês: *-I'm painting the spirit body of Christ*. Esta formulação remete-nos claramente para uma problemática teológica que é estranha ao dogma do cristianismo calcedónio. A ideia de um «corpo-espírito» parece confusa a quem é educado numa perspectiva cristã dualista- duofisita. No contexto ortodoxo etíope, no entanto, a tradição-suportada por uma morfologia linguística não indo-europeia mas semita- postula ideias de consubstancialidade forte entre «espírito» e «corpo», entre «substância» e «pessoa» (Ramos, 2003: 54).

Para todas estas questões, João Ramos encontra uma chave fundamental: quando falamos de salvaguarda das tradições culturais e de património imaterial da humanidade ou intangibilidade, referimo-nos indirectamente ao património ideológico e discursivo, legado por autores como Lévi-Strauss, que condicionaram o campo de análise antropológica e de acção política nos círculos da UNESCO; no entanto, devemos reconhecer que, num certo sentido, pessoas de culturas e de línguas diferentes vivem em universos mentais diferentes, por mais que certos antropólogos nos pretendam persuadir do contrário (Ramos, 2003: 53). Tem sido a prática do Ocidente: atribui sentidos porque não tem qualquer consideração pelos sentidos que outras culturas atribuíram aos objectos de que nos apropriámos (Pinto, 2003: 73).

De facto, a influência das teorias estruturalistas de Lévi-Strauss manteve-se e o estruturalismo foi ao longo da sua história um fenómeno tanto internacional como transdisciplinar que deixou uma tradição na antropologia (Barnard, 2000: 137). As críticas ao formalismo das suas ideias orientaram pos-estruturalistas e pos-modernistas cujas ideias desafiavam a autoridade da escrita etnográfica e os métodos de análise característicos da antropologia estrutural, rejeição que esteve na base da sua própria essência: “They depend, at least in anthropology (perhaps less so in literary criticism, for example), on their own structural opposition to structuralism itself” (Barnard, 2000: 184). Esta dependência levou Reynoso (1998) a afirmar que a antropologia contemporânea se limita a desconstruir, de forma gratuita e com características próprias das modas intelectuais, a obra dos outros antropólogos, muitas vezes sob o disfarce de um interesse pelos aspectos literários da escrita etnográfica. Para Barnard (2000: 182) as velhas teorias antropológicas nunca morreram: em geral foram incorporadas em novas tendências ou regressaram mais tarde com outra aparência.

Mesmo que limitada por estes condicionalismos que afectam a ciência antropológica, a UNESCO (cuja inspiração muito lhe deve), através de inúmeras recomendações, apoio técnico a projectos de conservação e reabilitação de conjuntos históricos, informação e verificação, tem praticado uma política de defesa e preservação do património material da humanidade que, conseqüentemente, tem salvado da destruição muitas manifestações culturais- imateriais- que encontram na materialidade o seu suporte físico e estruturante. É o conjunto das duas manifestações- material e imaterial- que exprime de forma indissolúvel a cultura de um povo. Só defendendo o património como um bem cultural completo se garante a identidade de uma comunidade pois dá segurança às comunidades, serve-lhes de referência, ajuda a axializar os seus

itinerários, serve de ancoradouros de memória, transmite valores e padrões (Ferreira de Almeida, 1993: 411-412). Esta perspectiva dinâmica de património não o encara como uma reserva ou recordação do passado mas como algo que tem de fazer parte do nosso presente. E, como parte do nosso quotidiano, tem que ter vida.

Um centro histórico seduz e atrai quem o visita mas torna-se difícil definir porquê: de facto, não se explica levianamente a alma de um lugar. À falta de melhor, chamam-lhe património imaterial, o que o distancia, no entanto, do património material quando sabemos que um não vive sem o outro. Só assim pode inspirar os poetas que deambulam com os sentidos sempre atentos e o olhar demorado:

“O encanto dos velhos burgos, principalmente daqueles que preservam melhor os traços da sua inspiração medieval, não é seguramente uma mera sugestão da indústria turística. Ele existe mesmo, reconhecemo-lo de imediato, embora não o possamos definir nem apreender discursivamente. Ruas tortuosas, vielas esconsas, fachadas tortas, interiores soturnos e desconfortáveis, condições higiénicas muito duvidosas- por que têm tanto encanto? Talvez porque aí ainda é possível ficar a ouvir a chuva. Talvez porque aí há sempre um gato bem-aventurado a dormir ao sol de fim de Outono” (Falcão, 2004: 48).

No caso de Guimarães, a classificação de Património da Humanidade não consagrou tradições populares ou quaisquer obras-primas do património oral e imaterial da humanidade. Dificilmente o faria, na minha opinião: as vozes, gestos, sons, cores, procissões, desfiles, rituais e demais práticas sociais que se pode observar no centro histórico são os mesmos que, descontando pequenas diferenças, se pode encontrar em qualquer espaço da mesma natureza, em Portugal. Reflectem a comunidade que os produz e têm que ser preservados para que o centro histórico se mantenha um espaço vivo e autêntico mas não têm a originalidade e importância como fonte de inspiração, troca intercultural e papel cultural e social na comunidade envolvida, de outras distinções já atribuídas pela UNESCO, como é o caso da Praça das Palavras em Marraquexe ou mesmo o caso das propostas apresentadas por Portugal em 30 de Dezembro de 2000: Impérios dos Açores, Representação do Auto de Floripes, em Viana do Castelo, Bailinhos de Carnaval da Ilha Terceira, Fado e Doçaria Tradicional portuguesa. Na falta desta classificação, tem de ser mesmo a preservação do património material, artístico, monumental e arquitectónico, esse sim, de valor excepcional, que tem de contribuir para salvaguardar- sem musealizar ou artificializar- as especificidades do ambiente social deste espaço urbano, facto que, a não ocorrer, provaria o fracasso desta classificação de Património da Humanidade.

8. OUTRAS CLASSIFICAÇÕES: UM DEBATE ALARGADO.

8.1 Trilhos urbanos.

Quer durante o processo de candidatura, quer depois da classificação de Património da Humanidade, o cidadão comum- morador, comerciante ou utilizador do centro histórico ou mesmo qualquer outro vimezanense- não teve, por qualquer meio, acesso aos critérios impostos pela Convenção. Só os técnicos dominavam a legislação entretanto fornecida, de forma a cumprir cabalmente todos os requisitos exigidos e enviar a candidatura à Convenção, que avaliaria todo o processo num espaço de um ano.

Quando em 2001 a perspectiva de classificação de Património da Humanidade surgiu fora do âmbito restrito dos técnicos e instituições e foi alargada aos cidadãos, abordava-se de forma abstracta e com emoção toda essa problemática. Desconhecendo os critérios de classificação, ninguém poderia avançar uma razão solidamente fundamentada que justificasse essa distinção. Mesmo assim, quase todos responderiam, em Guimarães, que era merecida. A monumentalidade e antiguidade do centro histórico associada, mesmo que de forma difusa, à ideia da fundação da nacionalidade seriam apresentadas pela maioria como argumento determinante para a classificação. A sua conservação decorrente de uma recuperação prolongada e sistemática, intervenção vivida e participada um pouco por todos na cidade, tinha paulatinamente criado a expectativa pública desse reconhecimento.

No início do meu trabalho de pesquisa, importou-me ouvir moradores e comerciantes sobre a importância que para eles teve a requalificação do centro histórico e saber a que razões atribuíam a decisão de o classificar de Património da Humanidade. Conhecendo os critérios de classificação, por força do trabalho de investigação que então começara, interessava-me perceber se os próprios utilizadores/moradores/comerciantes reconheciam o valor da cidade histórica e se o faziam pelos mesmos motivos da UNESCO. A unanimidade em relação aos benefícios da requalificação dos espaços públicos, da recuperação de imóveis e da classificação, pensava eu que fosse total. Vi que estava enganada, pois desconhecia o tecido humano implicado, com diferentes maneiras de morar e trabalhar no centro histórico, percursos de vida e modos de sentir tão diversos como no adágio popular que dita *cada cabeça, sua sentença*.

No seguimento do trabalho de pesquisa pedi a todos os entrevistados para relatarem pormenorizadamente factos da vida privada/familiar/profissional que me permitissem compreender a sua relação com o centro histórico, isto é, histórias de vida que tivessem esse espaço como centro aglutinador de vivências e memórias, relações de vizinhança, locais de trabalho, residência e lazer, possibilidades de conhecimento dos outros e reconhecimento de si próprios. Mais especificamente, necessitava ouvir de todos os entrevistados o que pensavam de uma tão prolongada requalificação urbana que durante tantos anos tinha interferido nos quotidianos de todos- aspectos positivos e negativos- e como tinham reagido à classificação de Património da Humanidade. Procurei igualmente informar-me sobre os espaços privados, públicos, monumentos e património que mais valorizavam, antes e depois da classificação. A todos estes utilizadores, moradores e comerciantes pedi uma reflexão sobre as consequências da requalificação urbana e classificação de Património da Humanidade, espécie de balanço cujo saldo dependeu tanto das emoções e da afectividade como do reconhecimento da riqueza patrimonial do espaço onde trabalham e moram. Procurei definições de património: devolveram-me uma cidade enquanto espaço de memória, identidade e cidadania.

Havia, então, que definir a metodologia relacionada com a observação participante: a grande proximidade física que me ligava ao centro histórico não coincidia de modo algum com o facto de, na prática, desconhecer pessoalmente a maior parte dos seus moradores, comerciantes e outros utilizadores. Começar pelos poucos que conhecia dava-me, por outro lado, a sensação de *déja vu* que queria evitar pois as suas opiniões já eventualmente conhecia. Assim, criei uma espécie de *rede* com início numa loja de artesanato onde entrei em primeiro lugar por me sentir, de certo modo, uma turista e por estar convicta de que esse comerciante estaria, por isso, mais aberto a ver-me como tal, sem me confundir com uma jornalista, técnica da Câmara ou simplesmente vendedora de uma qualquer coisa- o que veio a acontecer várias vezes ao longo dos meses que durou o trabalho de campo, dificultando a tarefa de observação participante. Esgotada a primeira *rede*, mas vencido o embaraço inicial, foi necessário começar de novo. Ao fim de algum tempo tinha já várias *redes*- incluindo no total 50 pessoas- que coincidiam com determinados espaços da zona classificada, onde, pela proximidade, mais facilmente se percebia relações de parentesco, amizade ou vizinhança: área em frente ao Paço dos Duques, Rua de Sta. Maria, Praça de Santiago, Largo da Oliveira, Rua Egas Moniz, Largo Condessa do Juncal, Largo João Franco. Foi

um instrumento de análise que tive que usar de forma flexível pois, como defendeu Hannerz (1993: 198), numa estrutura tão diferenciada como as estruturas sociais complexas, o indivíduo tem muitos tipos de participações situacionais, isto é, papéis, e as oportunidades de fazer com eles diversas combinações são consideráveis pois a cada papel corresponde uma ou mais relações com outras pessoas⁶¹. Daí o autor concluir que o facto de terem ou não interesse analítico depende da medida em que os papéis choquem uns com os outros, de forma que se possam discernir relações entre as relações. A distribuição dos entrevistados por categorias- papéis- de utilizadores, moradores e comerciantes revelou-se, assim, imprecisa- muitos dos comerciantes são igualmente moradores e todos são utilizadores, relacionando-se com o espaço e os outros de acordo com o papel desempenhado nesse momento- mas útil como ponto de partida para a investigação e instrumento de análise.

Conhecia as referências de Hannerz (1993: 347) sobre o facto de os antropólogos poderem ser eles próprios elementos organizadores dessas redes⁶², levando provavelmente “una especie de doble vida”, bem como a situação experimentada por Cardeira da Silva que se referiu, deste modo, ao seu caso de investigadora em Marrocos: “Vinda de longe, eu tinha aproximado mulheres numa nova rede de *qarabâ* que, de ali em diante, passou a agir independentemente da sua origem. Tinha partido para Salé com a ideia de observar o funcionamento das redes femininas através da análise de um espaço de frequência particular: o *hammam*. (...) Mas depressa compreendi que, se as limitações à mobilidade feminina justificariam outrora essa escolha, hoje ela restringiria muito a sociabilidade feminina que se desenvolve em tempos e espaços mais multiplicados” (Cardeira da Silva, 1999: 94).

Todas as vezes que entrei num determinado espaço- sobretudo pequenas lojas de bairro onde a área comercial se confunde, pela proximidade, com o espaço privado de habitação- para entrevistar uma pessoa e acabei rodeada por várias outras que se iam acercando para intervir e acrescentar algo à conversa, tive a noção de dar origem, com a minha presença, a uma rede nova de sociabilidades e relações de vizinhança. À medida que se avolumavam as minhas notas de campo e o conseqüente conhecimento de

⁶¹ “Según el funcionalismo estructural de viejo estilo, la sociedad se podía considerar constituida por grupos e instituciones duraderos; las personas que pasan a través de ellos realizan sus papeles según una prescripción, de modo que la descripción de las normas puede ser una explicación adecuada de la conducta social. Ahora estamos un tanto insatisfechos con esta perspectiva.” (Hannerz, 1993: 198).

⁶² “(...)probablemente en otras ocasiones prefiramos dejar las diferentes redes de nuestro *alter* tal como estén, en gran parte sin conexión entre ellas, de modo que el trabajo de campo implique una segregatividad en la que nos dividamos entre diversos contextos de campo” (Hannerz, 1993: 347).

peças e respectivas histórias de vida, rotinas quotidianas, relações sociais e familiares, contextos socioculturais e apreciações sobre o espaço onde trabalham e moram, também eu me sentia elemento estruturante de uma rede em cujo ponto de partida se situava o meu trabalho de investigação.

Com excepção dos poucos casos de gentrificação identificados, os depoimentos que exponho- extraídos do caderno de campo e transcritos em itálico- pertencem, na maioria, a utilizadores, moradores e comerciantes do centro histórico⁶³ desde longa data, por se relacionarem de forma privilegiada com a vida de bairro que se mantém na maior parte das ruas, mas com a noção de estar a “inventar” categorias de utilizadores e um território de sociabilidades- o centro histórico- por oposição a outros territórios- as periferias-, sabendo, no entanto, quão complexos e diversificados são um e os outros e inúteis e enviesadas quaisquer fronteiras. Os espaços urbanos não condicionam em absoluto as vivências sociais e, por isso, a maior parte das pessoas- no centro histórico, como nas periferias- tem relações mistas, ambíguas e contraditórias: entre todos os entrevistados, ninguém “vive” confinado ao centro histórico e este é cruzado, continuamente, por habitantes de outras áreas da cidade que utilizam o centro pelas mais diversas razões. Sendo isto verdade, é, no entanto, comum ver opor centro e periferia, surgindo esta dicotomia em muitos discursos actuais sobre “o problema das cidades”, num discurso maniqueísta em que o centro histórico é para preservar, dinamizar e reabilitar e as periferias surgem como símbolos de descaracterização dos espaços urbanos:

“..., a visão maniqueísta generalizada faz concluir, por redução ao absurdo, que existe um conjunto de bons cidadãos que habitam e trabalham no centro, deslocam-se a pé ou de transporte público, se abastecem no comércio tradicional e são agentes activos na dinamização da vida cultural da cidade (como espectadores, pelo menos), por oposição a um outro grupo que, tristemente, habita na periferia, se desloca em transporte individual e passa a generalidade dos seus tempos livres nas grandes superfícies comerciais, onde se abastece” (Fernandes, 2003: 9).

“Na verdade o mundo não é apenas constituído por homens e mulheres, por brancos e negros, ricos e pobres, nem tão-pouco por antropólogos e investigadores: é

⁶³ Registei depoimentos de:

- representantes de associações localizadas no centro histórico: Associação Cultural e Recreativa “Os Vinte Arautos”; Marcha Gualteriana (o dirigente mora no centro histórico); Grupo Desportivo Oliveira do Castelo; Cine-Clube de Guimarães; Convívio; Muralha. Organizadoras do Desfile do 1º de Dezembro, Procissão do Corpo de Deus e Festa do Senhor dos Desamparados; colaboradora na organização da Procissão de N. S. da Oliveira (10);
- comerciantes de artesanato (14);
- outros comerciantes e/ou moradores (26).

simultaneamente constituído por homens e mulheres, brancos e negros, ricos e pobres, antropólogos e investigadores entre mil e um *outros* que devem ser interpretados como categorias e não como grupos formais”, afirmou Cardeira da Silva (1999: 63) a propósito das mulheres marroquinas e do *seu* mundo.

8.2 “De ombro na ombreira”

As lojas do centro histórico são o que resiste de um comércio local, envelhecido e desactualizado que persiste em continuar, completamente à margem das modas e do consumo de massas, para alegria dos turistas, dos fotógrafos e dos curiosos das coisas do património. Mas são, acima de tudo, locais de convívio, pontos de encontro fundamentais para que não se perca definitivamente os laços de redes já bastante enfraquecidas, erodidas pelo envelhecimento, pela pressão do turismo e pela indústria do lazer. As nossas conversas eram sempre interrompidas por quem entrava nas lojas ou quem passava na rua, o que me permitia observar inúmeras coisas ao mesmo tempo, enriquecendo as notas de campo com comentários úteis para o meu trabalho.

Para T., morador na Rua Gravador Molarinho desde sempre, e aí comerciante⁶⁴ há 50 anos, os trabalhos de requalificação nunca o entusiasmaram: “*Ficou bonito. Mas sempre foi bonito. Já estava tudo construído. As casas são as mesmas*”. Por isso a notícia da classificação tão-pouco o deixou emocionado. Não se emociona “*por tão pouco*”. Sempre morou por cima do estabelecimento- um belo edifício do século XVIII em alvenaria de granito com brasão- e voltaria atrás se pudesse, pois antigamente vivia-se melhor na rua. “*Toda a gente se conhecia. Eram amigos. Davam-se bem. O convívio era interessante. Agora não. Já não mora aqui praticamente ninguém. Foram desaparecendo e os filhos foram talvez para apartamentos. Os tempos modernos são assim*”.

Compreendo pelas palavras deste morador que há coisas que a classificação não teria nunca capacidade de resolver, apesar de prioritárias: uma delas é a saudade do tempo passado, outra o avanço inexorável da idade. A classificação de Património da

⁶⁴ O estabelecimento comercial foi aberto pelo pai como casa de penhores e mais tarde foi loja de tecidos. Em 1951, T. abriu uma mercearia, que continua até hoje. Mantém as mesmas estantes, balcão e decoração desde o início o que faz com que seja um local visitado por turistas, sobretudo estrangeiros. “*Gostam de ver. Gostam de ver as medidas antigas, que não conhecem. Acham graça. Tiram fotografias*”.

Humanidade consagra um espaço que para este morador perdeu sentido como espaço social porque foi abandonado, perdeu história e especificidade, tornando-se abstracto. Os tempos modernos são assim: neutros, transparentes, inocentes. A *sua* cidade, se bem que as casas sejam as mesmas e bonitas, foi reapropriada, tornando-se espaço de lazer e local de encontro de forasteiros. São esses que agora convivem e se conhecem e reconhecem no centro histórico. Talvez mesmo os “filhos que foram para apartamentos” usem agora praças e ruas do centro histórico por não “se encontrarem” na cidade nova, entretanto construída para eles. Henry Lefebvre, em *La production de l'espace* (2000), chama nostalgia a essa fuga da modernidade, que faz com que cada vez mais pessoas procurem espaços rústicos ou cidades com centros históricos, apelidados, por exemplo, de medievais. Mas quem sempre morou e trabalhou numa zona histórica espera, como este comerciante, uma continuidade sem quebras nem rupturas e que, pelo menos, os objectos permaneçam para ajudar a memória- o seu património material e imaterial- uma vez que a mobilidade das pessoas- sobretudo dos estratos sociais mais baixos- produz normalmente o mesmo efeito: as amizades, ao contrário das relações de parentesco, não resistem às mudanças de residência (Herbert e Thomas, 1990: 265)..

Contrariamente a este entrevistado, para M. A., também comerciante no centro histórico⁶⁵ há perto de 50 anos, no Largo Condessa do Juncal, “A atribuição de património foi uma vaidade”. Não viu um único aspecto negativo na classificação de Património da Humanidade nem na requalificação da zona histórica. “O trabalho de restauro do centro histórico só pode ser visto como positivo. É tudo de preservar. Tem tudo valor. O facto de não haver gente que anime o comércio não tem a ver com a requalificação. A vida mudou: acabaram as costureiras, as modistas. Havia em Guimarães 20 ou 30 casas de venda a retalho. Havia mais vida. O restauro não foi o culpado disso. Os tempos é que mudaram”. Conta-me que o Largo Condessa do Juncal já foi uma zona muito comercial: até há 30 anos era o local da feira semanal de tecidos, roupa e calçado- ainda hoje o largo é conhecido pela “feira do leite” ou “feira do pão”- e nessa altura era uma zona animada. Agora há sobretudo serviços- escritórios, consultórios médicos, cabeleireiros, gabinetes; não há casas desocupadas, mas já não vivem famílias. Continua a abrir a loja todos os dias mas não vende nada.

⁶⁵ Sempre vendeu tecidos, malhas e miudezas. O nome *Tabelados* vem do tempo em que os tecidos eram tabelados, com preço fixo. “Nessa altura todos os tecidos tinham uma margem, uma orela verde e vermelha, porque se destinavam a ser vendidos nas ex-colónias”. A loja mantém-se com o mesmo mobiliário original, muito envelhecido e deteriorado, mas, segundo o proprietário, muito apreciado: “Os turistas entram, tiram fotografias. Querem tirar fotografias: é muito típico”.

Apercebo-me pelo movimento que frequentemente vejo dentro e à porta da loja que está sempre disponível para uma boa conversa: esta é a sua *sala-de-estar*. Afirma ter vaidade de estar no centro histórico mas ocorre-me que, independentemente de ser Património da Humanidade, não passa, nem ele nem quem o visita, sem este espaço de convívio diário. Não vive no centro histórico, nem nunca viveu mas sente-se uma grande familiaridade com quem lá mora ou passa. O contacto interpessoal que se efectua nos encontros de bairro é aleatório, não calculado previamente; define-se pelo acaso dos deslocamentos exigidos pelas necessidades da vida quotidiana, diz Certeau em *A invenção do quotidiano* (1998). Não sei se todos os encontros são assim tão aleatórios e não calculados pois encontrar um interlocutor para uma boa conversa facilmente se transforma numa rotina necessária. Mas Certeau (1998: 39) reconhece-o: o bairro aparece, assim, como o lugar onde se manifesta um engajamento social, uma arte de conviver com parceiros- vizinhos ou comerciantes- que estão ligados pelo facto concreto da proximidade e da repetição. É também para que não se perca esta arte e o sentido de coesão que M. A. defende que “*Conservar é uma obrigação. Manter o passado é sagrado. É bom que os melhoramentos se façam, mas não aqui no centro histórico. O Pavilhão Multiusos está muito bem longe do centro*”.

Outro comerciante, F. F.- proprietário de uma mercearia da Rua da Tulha há mais de 50 anos- considerou a classificação um pouco imerecida: “*Os prédios interiormente estão todos podres. É tudo muito bonito, mas por dentro está tudo a cair. Amanhã vai ser tudo ruínas. A câmara devia ajudar*”. Diz-me que o pedido que fez à Câmara de renovar o interior da casa- por cima da mercearia- foi recusado. “*Precisava de renovar e a Câmara não deixa. Dentro devia-se poder fazer obras. Mantinha-se a fachada e melhorava-se o interior*”. Penso de imediato que este é um dos problemas da preservação de bens patrimoniais conservados *in situ*. Para manter intacto o seu valor simbólico e patrimonial não se pode mudar, para que não se perca a relação com o contexto original, retirando-lhe o sentido. Claro que não verbalizo esta ideia diante dos meus interlocutores: não a compreenderiam, provavelmente, porque o que querem é, acima de tudo, uma casa confortável para morar. F. F. diz-me, entretanto, que acabou por comprar uma casa nova fora do centro histórico para onde se vão mudar em breve. Não têm grande pena de sair. Vão fugir ao barulho: “*O barulho à 6ª feira e ao Sábado é*

insuportável. O povo queixa-se, sobretudo na Praça de Santiago. O mal é as licenças. A Câmara não devia passar tantas licenças”⁶⁶.

Um comerciante de calçado da Rua da Rainha⁶⁷, J. M. S., sempre morou no que é hoje considerado o centro histórico mas só recentemente o considera um lugar de eleição. “*Antes não ligava. Nem ninguém falava disso. Só agora é que se dá valor*”. Afirma que nunca ligou muito à questão de o centro histórico ser classificado ou não mas “*Foi bom. Foi merecido. O valor que isto tem é por ser histórico. Agora é preservar*”. Considera, no entanto, que não foi a propaganda que se fez a propósito da classificação de Património da Humanidade que fez aumentar, e muito, o número de pessoas que agora passam na rua. “*Foi desde que começou o arranjo. Foi desde essa altura. A classificação veio ajudar, mas isto já tinha começado*”. Essa altura, e por todo o lado segundo Lloenç Prats (1997), foi também o momento em que se *inventou* o património, em que se activou os repertórios patrimoniais- antes inviáveis- que entraram na lógica do espectáculo e se adaptaram a novas exigências expositivas, provocando profundas transformações no tratamento do património. Por isso antes “*Ninguém falava disso*” e “*Só agora é que se dá valor*”.

A. B. mora no centro histórico desde 1980, no Largo Condessa do Juncal e ocupa as manhãs numa loja propriedade de um filho na Rua Egas Moniz. Lembra-se do dia da atribuição da classificação de Património da Humanidade, (“*Fiquei encantado*”, diz), mas no dia-a-dia tem tendência a esquecer esse facto ou a duvidar mesmo, pois o que vê parece desmentir qualquer classificação: “*Tenho dúvidas se o centro histórico é Património Mundial. Não sei como é que classificaram de Património Mundial casas tão degradadas. Às vezes até vejo turistas tirar fotografias a casas completamente degradadas. No miolo do Ourado ainda há muito problema por resolver*”.

Sente também que a Rua Egas Moniz e o Largo Condessa do Juncal são espaços que, para além de degradados são mais abandonados, comparados com outros do centro histórico. “*Gostava que todo o centro histórico tivesse o ambiente da Praça de Santiago. A Praça de Santiago é festa de Verão e Inverno. Em Espanha, por exemplo*

⁶⁶ Há mais ou menos 6 anos foram obrigados pela Câmara a fazer obras na mercearia. “*Questões de higiene. O balcão tinha 60 anos e as estantes. Era preciso restaurar mas ficava caro. Teve-se que pôr isto novo. Antes muitos turistas tiravam fotografias. Não deixaram pôr portas de vidro na entrada, tinha-se que manter as portas velhas. Claro, é um frio que não se aguenta. Até chove aqui dentro*”. Se fosse mais novo abriria um bar: “*Ao fim-de-semana é uma romaria*”.

⁶⁷ Em 1961 alugou o espaço actual para abrir uma sapataria. “*Nessa altura, anos 60 e 70, não havia grande comércio. Era uma rua de passagem. Ninguém passava na rua da Rainha. Era a rua dos ourives. O Toural e a Rua de Sto. António é que eram as ruas comerciais. Mais tarde começou a Rua de Gil Vicente*”.

Baiona, é porta-sim, porta-sim. Só trazia benefícios. Era mais chic. A Praça da Oliveira é uma das coisas lindas do mundo, com aquela vida toda. A Câmara devia organizar mais eventos, mais espectáculos no Largo Condessa do Juncal. Dar mais vida ao largo. A rua [Egas Moniz] é bonita . Há sempre turistas a passar. Passa muita gente. Mas aqui podia ser um sítio muito mais chic, mais bonito”.

A Rua Egas Moniz, que para mim é uma das ruas mais interessantes do centro histórico pela forma como concilia, de forma equilibrada, beleza arquitectónica, vida de bairro, comércio e associativismo, não é suficientemente bonita para este morador: falta-lhe vida, o que neste caso significa *movida* e espectáculo. Apetece-me, por isso, dizer-lhe que falta nesta rua, segundo a sua opinião, o que outras, segundo a opinião de muitos moradores e a minha própria, têm a mais. Claro que não digo. Mas escreveu-o Álvaro Siza recentemente, preocupado com a desertificação dos centros urbanos, quer de dia, quer à noite: “há uma certa obsessão de animar as cidades. O que é preciso é animar as pessoas, não as cidades” (2003: 21).

H. F. explora um pequeno negócio de fruta e legumes na Praça de Santiago⁶⁸. Nasceu nesta mesma casa, há 70 anos. Diz-me que sente que viu tudo nesta praça porque nasceu aqui e foi acompanhando todas as mudanças. Senhora de grande serenidade e delicadeza, elogia a requalificação, sem reservas: “*Fiquei contente e estou contente por tudo o que se tem feito. A Câmara, já se sabe... Há muita gente que critica mas esses criticam sempre tudo. Este Presidente tem feito muita coisa boa. A rua é limpa todos os dias, é tudo desinfectado à mangueirada. Dantes era uma porcaria. Hoje toda a gente quer ser limpa. Esta rua era esterco por todos os lados. A rua agora está bonita. O que era preciso era ter 20 anos para aproveitar. Agora...*”. Diz que na Praça mora muito menos gente que há uns anos atrás. “*Muitos vizinhos morreram e outros foram para os Jagunços [bairro social]. Arranjaram-lhes lá casas e eles até se matavam para ir para lá. Eu nunca quis ir porque gosto muito da minha rua*”. Não foi indiferente à classificação de Património da Humanidade⁶⁹: “*Fiquei contente, já se sabe.*

⁶⁸ A loja onde vende fruta é a entrada da casa. Trabalhou no mercado como vendedeira durante 60 anos (começou a trabalhar aos 10 anos) e vende à porta de casa há um ano. Nota-se um grande cansaço na forma como conta tudo isto: “*A minha vida é um romance que não acabava de contar*”. H.F. não sabe ler nem escrever. Faz as contas em escudos e pede aos clientes para fazer a conversão em euros. “*Vou morrer sem me habituar aos “oiros”*”. *Agora já não aprendo nada. Isto é para os mais novos*”, diz quando lhe faço notar que pode ser enganada.

⁶⁹ Não foi assistir à festa organizada pela Câmara porque desde que o marido morreu nunca mais foi “*a nada*”. Durante as nossas conversas lamentou constantemente a perda do marido. “*Agora já não me interessa nada. Agora estou para aqui, à espera que tudo isto acabe*”. Ficou com uma “*cruz*”: tratar de um irmão deficiente, de 63 anos, de quem cuida como de uma criança.

Engrandeceu a cidade. Há coisas que eles fizeram muito boas. Desde essa altura já atendi gente que me quer comprar a casa, mas eu nem pensar. Gosto muito disto. Não trocava por dinheiro nenhum. Antes os ricos nem passavam na Praça, agora todos querem comprar casas”, diz num desabafo de quem sabe muito e quer mudar pouco.

Faço-lhe notar que é uma das poucas moradoras da praça que se senta num banco, fora da porta, no passeio e que é a única que está sempre rodeada de vizinhas que se sentam também em bancos, mantendo uma conversa constante, quer entre elas, quer com quem passa na rua e pergunto-lhe se isso é um dos motivos porque gosta tanto de viver naquela praça. Responde-me: *“Não, não gosto nada! Quem me dera não ter de falar com ninguém. Eu não sou de falatórios, meto-me na minha vida e é isto que quero. Quando trabalhava na praça [mercado] vinha directamente para casa e não falava com ninguém. Agora é que tenho de estar ali fora para vigiar os caixotes da fruta”*. O que posso observar ao longo da entrevista faz-me pensar que detesta ser confundida com *falatórios* mas é afável e comunicativa: vizinhas e clientes entram continuamente na loja e avançam para o espaço imediatamente a seguir, uma cozinha onde nos encontramos as duas. Cumprimentam, contam sempre alguma coisa das sua vida privada, sentam-se a ouvir o que estamos a dizer, intervêm e interrompem, numa familiaridade que me faz supor ser habitual estarem a conversar naquele espaço, íntimo e privado. Quanto ao movimento constante de pessoas na praça já não é tão reservada: *“Até é bom. Sinto-me sempre acompanhada. Se estiver doente dou um berro e vem logo alguém. Passo a ferro aqui neste sítio [de forma a ver a rua] e vejo sempre as pessoas a passar”*.

No bairro, sair de casa, andar pela rua, é efectuar de tudo um acto cultural, não arbitrário: inscreve o habitante numa rede de sinais sociais que lhe são preexistentes, diz Certeau (1998: 43). E quem passa “por passar”, para se sentar numa esplanada ou se dirigir ao Posto Turismo- mesmo ao lado- ou à Pousada da Oliveira, saberá a importância que a sua presença, mesmo que fugidia e anónima, tem no quotidiano atento e disciplinado desta senhora, para quem passar a ferro é, mais do que uma herança e necessidade, uma prática social e gesto de humanidade?

A poucos metros, na Rua de Sta. Maria, outra vendedeira de fruta, M. F. P., elogia também desmedidamente a requalificação do centro histórico. Afirma mesmo que, apesar das dificuldades por que passa ainda hoje⁷⁰, cada vez gosta mais de viver na

⁷⁰ É viúva, não tem filhos, passa o tempo a trabalhar. Recorda: *“Já fiz de tudo. O que a minha vida foi. Se eu lhe contasse...Já fui farrapeira e vendi peixe na rua, desde criança. A minha vida dava um romance...”*.

Rua de Sta. Maria. *“Tem a ver com as obras. Melhorou muito, no turismo e tudo. Há mais que ver. Agora tem mais vista. A cidade melhorou muito. As pessoas passam aí e dizem: -Ah! minha senhora, que sítio bonito! A senhora é que mora num sítio bonito”*. E continua: *“Muita gente se arrepende agora de ter saído do centro histórico. Dizem que agora é que está bonito, quem me dera morar aqui outra vez. Eu cada vez gosto mais de viver aqui. Tem a ver com as obras”*. Daí a grande estima que sente pelo Presidente da Câmara, nas suas palavras o único responsável pela requalificação. *“Temos um Presidente que nem posso explicar. Olhe como é que ele tem a cidade. O povo é que faz a porcaria. Ele próprio apanha um papel que vir no chão. Dantes era uma porcaria. Era pior que numa aldeia. Eu também quando vejo um papel no chão, apanho logo. Tenho um gosto nisto que sei lá!”*. É especialmente sensível aos comentários *“dos de fora”*. *“Eles passam aí e é tudo: - A senhora tem uma rua tão bonita! Compram sempre alguma coisa, mas pouco. Mas é um gosto ouvi-los. Eles apreciam isto”*. Quando lhe pergunto se compreende os turistas estrangeiros responde-me: *“Percebe-se sempre qualquer coisa”*. Sei, no entanto, que não domina qualquer língua estrangeira. Não estudou, nem sequer até à 4ª classe, não sabe ler, nem escrever. Queixa-se, a propósito, da adesão ao euro: *“Já sou velha de mais para aprender isso dos euros [que pronuncia oiros]”*. Tal como a vendedeira da Praça de Santiago, faz as contas da fruta que vende em escudos e pede depois às clientes- algumas das quais parecem tão confundidas quanto ela própria- para fazer a conversão em euros. Pergunto-lhe se não receia que as clientes a enganem mas responde-me não ter outra solução. A partir de então, sempre que estou presente, sou eu a fazer as contas que apresento às clientes.

Em relação à festa organizada pela Câmara pela classificação de Património da Humanidade só diz o melhor. Esteve presente em todos os momentos da festa, em todas as comemorações. *“Foi a coisa mais rica do mundo. Foi uma coisa que não se pode esquecer”*. Explica, no entanto, que as condições em que vive melhoraram pouco porque não dependiam directamente da requalificação urbana, *“das obras”*. Continua a trabalhar muito apesar da idade (74 anos), e a viver sem grande conforto. Morou anteriormente numa das casas onde é hoje a Pousada da Oliveira. Várias famílias viviam na mesma casa: cada família ocupava um único quarto. Mesmo depois de casada continuou a morar aí até se mudar para esta, quase em frente. Viveu, por isso, sempre na mesma rua. Diz que muitas das pessoas da rua são as mesmas de sempre. Conhece-as sem excepção mas não tem com todas os mesmos laços de amizade: *“Muitas são umas interesseiras. Podem ver que me estão a roubar fruta [os caixotes estão expostos na*

rua] e não dizem nada. Parece que só querem o mal dos outros. Não são amigas de ninguém...”. Por coincidência, no momento em que me dizia isto uma vizinha avisava do outro lado da rua, de uma janela do 1º andar, que uns moços acabavam de lhe roubar umas peças de fruta. A vendedeira pede-me para ficar a vigiar a loja e parte no encalço dos moços, na direcção que lhe é indicada pela vizinha que continua à janela, à espera do resultado da busca. Quando regressou já tinha mais informações sobre os autores do pequeno furto: “Logo à tarde eles passam aí outra vez. Passam aqui todas as tardes e eu já lhes falo...”. Quando lhe fiz notar que afinal há vizinhas atentas e dispostas a ajudar, respondeu-me simplesmente: “Há de tudo, já se sabe”. Várias vizinhas passaram depois a perguntar se já tinha encontrado quem lhe tinha roubado a fruta, aproveitando para contar alguma coisa das suas vidas particulares, uma vez que o assunto do roubo se esgotou rapidamente.

De pé, à volta dos caixotes da fruta, algumas vestidas de bata de trazer por casa, na rua “mais medieval” da cidade, tornam-se um cliché que nenhum turista quer perder: por isso a vendedeira me diz que lhe tiram constantemente fotografias. “Depois mandam-nas, de todos os países. Gostam muito”. Não será exagero, pois observo que está representada como “figura típica” do centro histórico em grande parte dos livros entretanto publicados sobre Guimarães.

Proprietária de uma lavandaria no largo A. L. de Carvalho, V. B. nasceu no Largo da Oliveira, numa casa agora posta à venda pela família- uma das casas alpendradas do lado Sul, apoiada em colunas com motivos de vieiras. “Tomara lá viver. Nasci lá e é Património Mundial. É um largo muito bonito. As nossas casas são as que aparecem no anúncio da televisão. E o Presidente [da República] foi fotografado entre essas colunas, a apanhar as nossas casas. Não posso ir para lá porque tinha de pagar muito dinheiro aos meus irmãos”. Para V. B., a classificação de Património da Humanidade “Foi uma honra. Muita gente de fora telefonou-me a dar os parabéns. Foi também pelos telefonemas que percebi que era uma coisa importante. O prémio foi um grande privilégio para Guimarães. Mas a cidade merece. É uma cidade muito histórica. Fiquei contente por ser dado a Guimarães. Só gosto da minha terra. Posso ir a qualquer lado mas digo sempre: Guimarães é que é bonito. As ruas estão sempre limpas. O Sr. Presidente está sempre a mandar limpar. Foi uma distinção ser Património Mundial. Este Presidente fez muito pela cidade. E nem é da cidade. Fez mais que outros que eram da cidade”. Ser bairrista deve ser isto: só gostar da nossa própria terra, conhecer outras e achar que só a nossa é bonita. É uma noção de bairro

alargada, ou, por outras palavras, é toda uma cidade que cabe no espaço público por nós particularizado pelo uso e conhecimento que fazemos dele. Pode-se ser bairrista em todo o lado porque as pequenas cidades são bairros grandes e as grandes cidades criam os seus mundos pequenos.

V. B. queixa-se, no entanto, da requalificação do centro histórico. *“As obras duraram quase um ano e foi muito mau para o comércio. Aqui no largo chegaram a insultar o Presidente [da Câmara]. Passava na rua e era insultado. Deviam ter indemnizado o comércio. Mas agora está tudo muito bonito”*. Pretende passar a lavandaria- também no centro histórico- para se reformar. *“É um largo muito bonito mas para o comércio está muito mau. Não há lugar para estacionar e para o comércio é mau não haver estacionamento”*.

A poucos metros, no Largo Condessa do Juncal, outro comerciante, M. D., queixa-se das obras de requalificação do centro histórico. *“O tempo de demora das obras desviou muita clientela”*. Por isso não ficou satisfeito com a classificação de Património da Humanidade e nem foi à festa organizada pela Câmara: *“Porque prejudicou o comércio”*. Para este comerciante (trabalha nesta loja, propriedade de familiares, desde os 7 anos, tem actualmente 64 e mora na periferia de Guimarães) falar da cidade é unicamente referir os aspectos comerciais e por isso diz: *“Estas ruas estão condenadas. O largo está mais limpo mas para a questão do negócio não resultou nada. A Câmara não fez nada para atrair as pessoas ao centro histórico. O Presidente tirou daqui tudo: o Centro de Saúde, a Polícia, o Grémio da Lavoura. É por isso que se vende muito menos e também por causa da maneira como está o trânsito e o estacionamento. É por isso que aqui não há comércio: o povo é comodista”*.

Preocupado com o futuro do estabelecimento onde trabalha desde criança, M. D. responsabiliza o poder político local pela crise comercial patente no centro histórico: requalificação demorada, deslocação de serviços importantes acompanhada de deslocação de pessoas e consequente desertificação do centro, limitações ao estacionamento e trânsito automóvel. São preocupações pertinentes a que o município vai ter de dar respostas de forma equilibrada e responsável. O caso do trânsito, por exemplo, será um dos desafios difíceis a enfrentar pois encontrei divergências grandes quanto às regras a impor: se para moradores é obviamente útil e confortável poder circular pelo centro histórico a qualquer hora do dia e da noite, se para determinados comerciantes é fundamental poder circular e estacionar- caso de uma lavandaria ou de uma loja de móveis-, para os comerciantes de artesanato, cafés e restaurantes o ideal era

transformar todas as ruas em passeios largos, espaços de lazer e fruição feitos à medida dos tempos livres de cada um.

Para além destas questões, importantes por dizerem directamente respeito à sua ocupação profissional, M. D. questiona igualmente certos critérios de selecção usados na classificação. Afirma, por exemplo, que o Largo Condessa do Juncal não merecia pertencer à zona classificada. *“Nem sei porque é que puseram este largo como zona histórica. Não vejo razão para ser Património Mundial. Aquele prédio não tem estética de zona histórica”⁷¹. Na Praça de Santiago, Oliveira e Rua de Sta. Maria há estética de zona histórica. É um conjunto que merece. Aqui não”*. Concluo que este comerciante talvez não saiba que já foram classificadas zonas muito “menos históricas”, como Brasília ou o Parque Güell de Gaudí e conjuntos muito mais dispersos como o Caminho de Santiago ou o Douro Vinhateiro. É natural: os critérios de classificação usados pela UNESCO só são conhecidos de um público manifestamente restrito e a Lista do Património Mundial não pára de crescer. Para além disto, são os centros históricos que com mais frequência têm sido incluídos no rol de bens classificados, deixando na opinião pública a ideia de que só cidades antigas são merecedoras dessa distinção.

8.3 Olhar-se ao espelho pelo buraco da fechadura.

O reconhecimento do investimento feito pelo poder local na recuperação do centro histórico, verbalizado através dos elogios ao Presidente da Câmara, é praticamente unânime entre todas as pessoas que contactei. Quer comerciantes, quer moradores, referiram-se quase todos ao Presidente como o grande obreiro de todas as melhorias, o único responsável por tantas modificações. Frases como *“O Presidente tem sido formidável para o centro histórico”*, *“Isto são as meninas dos olhos dele”*, *“Ele tem um gosto nisto que sei lá...”*, *“Desde que este Presidente foi para a Câmara, esta cidade não parece a mesma”*, *“É o próprio Presidente a apanhar lixo do chão. Já vi. É um*

⁷¹ M. D. refere-se a um dos raros exemplos de demolição autorizada pelo G.T.L. já durante a requalificação do centro histórico, em que a opção foi construir visivelmente moderno. Álvaro Siza (2001: 12) criticou do seguinte modo essas intervenções em edifícios de zonas históricas: *“Quando penso na recuperação de habitações em centros históricos custa-me verificar que se pretende deixar uma espécie de assinatura, com a introdução de marcas modernas no exterior. Esta não é a minha ideia”*. Felizmente, de um modo geral, não tem sido também a ideia do G.T.L., mas sim recuperar de forma a manter a coerência e harmonia que caracterizam este núcleo urbano.

fiscal”, “*O Presidente é uma pessoa fantástica: foi ele que fez tudo*” ou “*Fez mais do que outros que eram da cidade*” foram constantemente proferidas, mesmo por aqueles que simultaneamente se queixavam dos prejuízos causados pelas obras, estes referidos só por comerciantes- de facto, só os comerciantes se referem negativamente ao processo de requalificação, para se queixarem dos prejuízos causados pela falta de acessos um pouco por todo o centro histórico. É, no entanto, o G.T.L que se apresenta como “responsável pela política de reabilitação urbana adoptada para o centro histórico” na Proposta de Candidatura de Guimarães a Património Mundial, sem fazer referência ao Presidente da autarquia. Apesar da proximidade do G.T.L- implantado no centro histórico- e do facto de existir desde 1985, o trabalho e as opções estéticas, culturais e políticas dos seus técnicos passaram despercebidas à maioria dos moradores e comerciantes, pelo menos por aquilo que manifestaram oralmente.

A acreditar na ideia de que “*foi ele [o Presidente] que fez tudo*”, tão-pouco se sentem responsáveis e intervenientes no processo de requalificação e classificação do centro histórico. Desconhecem, certamente, que um dos critérios apresentados na Proposta de Candidatura foi a “manutenção da população residente” bem como a “salvaguarda e manutenção das pré-existências erguidas com técnicas construtivas tradicionais”, relacionando indelevelmente a presença humana com o ambiente construído: “As técnicas tradicionais em Guimarães derivam da prática, da transmissão oral que transporta o passado para o presente, o fazer continuado e a manualidade. É na conjugação destes factores que reside a riqueza própria das técnicas tradicionais, sendo o homem o agente da prática e da tradição” (in *Proposta de Candidatura*). Esta cidade, sem pessoas, não seria nunca classificada porque a sua autenticidade decorre não só do património imóvel construído mas também da forma como este foi vivido e transmitido no quotidiano. A consciência de herança colectiva que, relacionando gerações, testemunhos e memórias, surgiu da relação do passado com o presente, enriqueceu culturalmente os seus residentes e o seu sentido de identidade.

De todos os moradores entrevistados, só um disse ser também responsável pela classificação: “*Ajudei muito para que isso acontecesse*”, afirmou J. T., o empreiteiro que mais trabalhou no centro histórico⁷². “*Todas as obras obedeceram ao parecer*

⁷² J. T. nasceu e mora no centro histórico, onde suponho que é uma das figuras mais populares. Ele próprio diz conhecer *toda* a gente que vive no centro histórico: “*o bom e o fraco*”. Começou a trabalhar na construção civil muito novo porque “*Toda a família era da arte*”. O primeiro trabalho que fez de construção civil (andava ainda na escola primária) foi no Albergue de S. Crispim. “*A Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano foi o primeiro hospital de Guimarães. Dava apoio aos peregrinos de Santiago.*

técnico do GTL. Todos os materiais foram mantidos, a não ser que estivessem em ruína. O que é possível manter mantém-se, o que está em ruína é demolido e reconstruído igual ao original”⁷³. Acha muito bem que seja assim: “Foi assim que se chegou a Património Mundial”. Só lamenta não estar tudo recuperado. E que o que já está, seja vandalizado: “Os passeios estão todos esmoucados. Custa tudo uma fortuna”. Este senhor foi também o único que se referiu aos custos, certamente elevados para a autarquia, de uma obra tão vasta e prolongada, porque, apesar de não ser uma obra particular, dedicou-lhe muito trabalho e gosto. O gosto de poder dizer: “Hoje vive-se melhor no centro histórico do que noutra sítio qualquer. Adoro o centro histórico. A Rua de Sta. Maria é a mais bonita do mundo”.

Dado o seu envolvimento directo nos trabalhos de requalificação, percebe-se que este morador se sinta, de certo modo, responsável pela classificação. Estranho, no entanto, que muitos outros omitam investimentos e colaboração num projecto que teve a sua quota parte de colectivo. Uma das principais linhas estratégicas da Câmara foi garantir apoio técnico e financeiro aos privados que dessa forma se sentiriam encorajados a recuperar edifícios degradados, aliviando deste modo parte dos encargos públicos, indispensáveis para a recuperação dos espaços públicos e imóveis municipais.

Vários dos moradores entrevistados fizeram obras com apoios do Projecto RECRUA, beneficiando de cerca de 50% a fundo perdido, mas lamentaram todos não terem podido alterar o interior ao gosto de cada um. “Os interiores devia-se poder substituir”, conservando ou reconstruindo as fachadas. Para S., uma moradora recente do Largo João Franco- um dos casos de gentrificação que identifiquei-, viver no centro histórico “é um exclusivo de poucos”. A aquisição de uma casa não é para todos, afirma: “Fica caro. E aprovar qualquer coisa no centro histórico é mais complicado”. Neste caso preciso, após levantamento arqueológico, deitaram abaixo todas as paredes e reconstruíram todo o interior; só tiveram que manter a fachada.

A lenda diz que S. Crispim deixou moedas para dar uma ceia de Natal a 20 pobres, todos os anos”. J. T. é actualmente o mesário da Irmandade e o responsável pela Ceia. “Em 2002 apareceram 52 pobres para a ceia de Natal. Os pobres que aparecem são sobretudo toxicodependentes e prostitutas”. Quinze pessoas ajudam regularmente. A sua família ajudou sempre e desde sempre só começam a ceia familiar depois de tudo arrumado no Albergue. “Já aconteceu irmos para casa às 4 horas da manhã. Era quando havia mais pobres”. Para além da ceia, o Albergue serve de residência feminina (tem 10 quartos de dormir). A estadia, totalmente grátis, pode durar décadas. “A última senhora que saiu daqui para o lar, viveu aqui 30 anos. Normalmente estão menos tempo. É conforme. Têm é que ser pessoas válidas, têm que se governar”.

⁷³ O GTL promoveu a realização de cursos de formação de operários da construção civil com a finalidade de se especializarem em técnicas de construção tradicional, exigindo a aplicação prática dessas técnicas aos casos concretos: J. T. foi um dos formadores.

Muitos outros moradores do centro histórico não receberam, no entanto, quaisquer apoios, como nos casos que refiro seguidamente. M. S., morador no Largo da Oliveira há 45 anos, acompanhou a requalificação desde o início. Diz mesmo, como se referisse o início de uma construção: *“O centro histórico começou com o restauro da Praça da Oliveira, com o restauro da Pousada”*. Aparentemente, o “centro histórico” antes, ou não era centro ou não era histórico, ou não era nada que valesse a pena referir. E continua: *“De lá para cá, isto tem sido sempre a progredir. A Câmara põe todas as casas bonitas”*. Se a nossa conversa tivesse terminado aqui, teria pensado que beneficiou dos referidos apoios da Câmara. Não, pois segundo me explicou *“só podia ser quem tivesse caseiros a pagar rendas muito baixas. Nessa altura já era proprietário. Aqui nem a fachada”*. Fez ele próprio as obras, para valorizar não só a casa mas a praça que ele acha *“um lugar sagrado, um lugar nobre”*.

A. A., a mais antiga moradora da Praça de Santiago e também proprietária de uma loja de artesanato, no rés-do-chão, é uma das grandes entusiastas da requalificação do centro histórico. Reconhece que o centro histórico não foi todo tratado (reabilitado) da mesma forma mas pensa que deram mais atenção à Praça de Santiago simplesmente porque *“era mais pobre, precisava mais”*. Tem sido procurada frequentemente para dar entrevistas quer a jornalistas, quer a estudantes e está representada em livros recentes sobre o centro histórico. Tudo isso são motivos de orgulho que lhe dizem muito. Por isso mantém a casa, de que é proprietária, muito bem arranjada e faz *“sempre obras”* quando lhe pedem: pinta a fachada, os caixilhos das janelas, as varandas. Por dentro conserva tudo o que é antigo, *“assim é que é bonito”*.

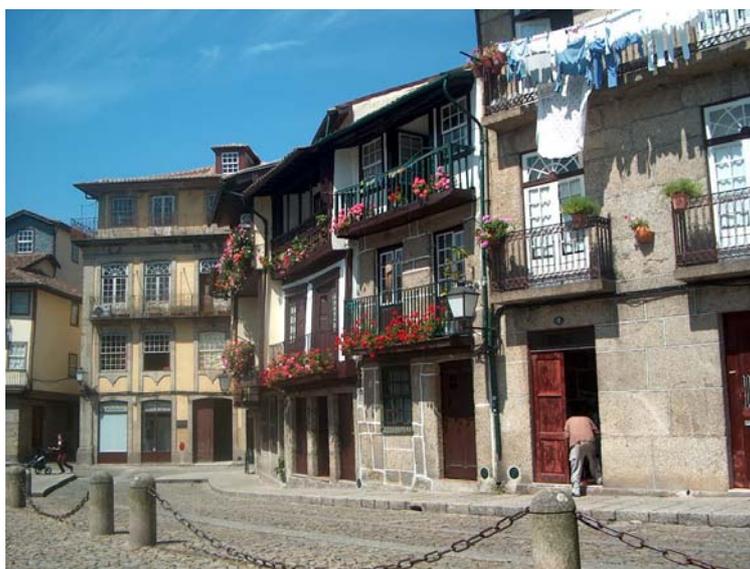


Figura nº 5- Fotografia da Praça de Santiago.

8.4 Ser autêntico é parecer-se com a imagem dos seus sonhos...

Na Proposta de Candidatura elaborada pelo G.T.L pode ler-se: “No seu processo de consolidação, o centro histórico constitui hoje uma obra singular, de grande importância patrimonial, artística e simbólica (...). Quanto ao estado de conservação, a estrutura edificada encontra-se na sua maioria com um carácter envelhecido, sendo pouco visível a sua degradação física, uma vez que foram já intervencionados 60,2% do edificado relativamente ao total de edifícios existentes na zona proposta a classificação (493 edifícios)”. É, no entanto, voz corrente entre moradores e comerciantes- ouvidos no âmbito deste trabalho- que no centro histórico “*está tudo a cair*”. M. A., morador no Largo da Oliveira, é uma dessas vozes preocupadas: “*Só é pena que não recuperem as casas. A Rua Nova está em perigo. Está tudo a cair. É urgente a Câmara tomar posse dessas casas e recuperá-las. É um perigo: ao mexer nas que estão em ruína vão abanar as do lado*”. E acrescenta, procurando uma justificação: “*Em muitas casas não se faz nada porque há o problema das partilhas e também incapacidade monetária dos proprietários*”. Concluiu, então, consciente da importância da sua presença na valorização do espaço classificado: “*é uma pena. Os moradores é que dão alma ao centro histórico*”. É uma pena, mas não se pode patrimonializar as pessoas.



Figura nº 6- Casa na Rua de Sta. Maria apresentando sinais de degradação.

Por ouvir com tanta frequência referir o mau estado generalizado das habitações antigas, sou levada a pensar que o reconhecimento local da reabilitação do centro histórico diz unicamente respeito à requalificação dos espaços públicos e recuperação de alguns imóveis municipais. Quando se referem de forma tão elogiosa e agradecida ao trabalho da Câmara é essencialmente pela parte visível da cidade, o espaço que todos podem visitar e usar, as zonas de circulação e não pelas condições de vida, neste caso precárias, que a habitação lhes proporciona.

“Calculadamente, deu-se prioridade a acções nos espaços públicos. Premeditadamente, adiou-se a elaboração de um regulamento escrito, com a intenção de ir quebrando o gelo, ir ganhando a confiança de quem recebeu com desconfiança a intervenção da Câmara, de ir aumentando os baixos níveis de auto-estima dos residentes, mostrando, por actos, que afinal viver no centro histórico pode ser interessante. Foi uma política de pequenos passos, com avanços e recuos, paciente e tolerante, fechando os olhos a algumas aberrações que não eram e não são irreversíveis, privilegiando arranjos de telhados, de janelas e varandas, de fachadas mais que de interiores, para os quais só se passou quando se sentiu que as populações tomaram em mãos o processo, o fizeram seu, identificando-se com as acções em curso”, escreveu Capela Dias (Povo de Guimarães, 21-12-2001), ex-vereador da Câmara Municipal de Guimarães. E explica igualmente que, politicamente, o mais complicado foi fazer prevalecer a ideia de usar um orçamento camarário, manifestamente apertado, em intervenções na propriedade privada em substituição dos seus proprietários- muitos deles senhorios desinteressados e até hostis às obras executadas pelo G.T.L.

Para Alexandra Gesta (1998: 70), “o Município soube assumir a obrigação do exemplo e a continuidade dessas acções iria produzir nos privados a iniciativa e o gosto pela reapropriação do seu espaço e também a invenção de muitas formas do viver na área antiga da cidade marcando-as com o sentido de Colectividade e o sentido de Humanidade que têm sido e só podem ser o fundamento de uma intervenção comumente assumida”.

Em 1994, data em que a Câmara começa a divulgar a preparação à candidatura, os vimaranenses puderam estabelecer, pela primeira vez, uma relação entre requalificação e classificação. Parece-me notório que a maioria dos moradores, distante dos debates políticos e teóricos sobre questões de defesa e preservação do património mas naturalmente atentos ao desenrolar do processo, aderiu “à causa” e de forma generosa: assistiram à reabilitação de muitos dos espaços públicos mas tiveram que

aceitar que em grande parte das casas, só as fachadas fossem reparadas, adiando provavelmente por muito tempo a melhoria das condições de habitabilidade dessas habitações. Mesmo assim os seus moradores avaliam muito positivamente a intervenção camarária e o seu esforço de valorizar o património imóvel do centro histórico de Guimarães.

Promovida a consciência patrimonial no seio da vida social- não por decreto, mas através de uma identificação de moradores e comerciantes com as acções em curso- a notícia da classificação- a recompensa prometida- só podia ser acolhida de forma tão entusiasta como aconteceu em Dezembro de 2001, esquecendo males particulares para celebrar alegrias colectivas. Provavelmente, acontece sempre desta forma pois “No interior de uma colectividade, não há medida política que não inclua vantagens para uma classe e sacrifícios para outra. (...) Ninguém pode decretar com segurança a medida em que tal indivíduo ou tal grupo deve ser sacrificado ao bem de outro grupo ou ao bem da colectividade global. O bem da colectividade global nunca pode ser definido a não ser por um grupo em particular” escreveu Aron (1994: 501) a propósito do pensamento de Weber sobre a condição humana.

O que é facto é que muitas das obras aprovadas e concretizadas não deram resposta às necessidades de muitos moradores, adiando exigências que modernamente se considera básicas e elementares: segurança, higiene, impermeabilização, condições mínimas de insonorização, iluminação natural. É o caso de F. F., proprietário de uma mercearia há 50 anos, que lamenta que o seu pedido de renovar o interior da casa- por cima da mercearia- tenha sido recusado: acabou por comprar um apartamento fora do centro histórico para onde se vai mudar em breve, apesar de não ser essa a sua vontade.

Os raros casos de gentrificação que conheci- e ultrapassada a dificuldade de distinguir o que são verdadeiros casos de gentrificação- durante o trabalho de campo testemunharam igualmente rigores e exigências apertadas por parte do G.T.L. “*É um exclusivo de poucos. A aquisição de uma casa no centro histórico não é para todos, fica caro. E aprovar qualquer coisa é mais complicado*”, diz S. referindo-se, entre outros aspectos, ao levantamento arqueológico anterior à demolição de todas as paredes e à aprovação do projecto da casa onde mora recentemente. A. C., um outro caso, manteve tudo o que era possível recuperar, “*As paredes são todas em rodízio, não há placas, é só soalho*”. Resultou uma casa muito atraente que não agradaria, no entanto, a muitas pessoas: está distribuída por 4 pisos com 2 pequenos compartimentos em cada um.

Cada caso é realmente um caso e as opções são sempre discutíveis mas a questão do conforto é para Álvaro Siza indiscutível: “É necessário introduzir conforto, novos equipamentos e, pode haver mesmo a ocasião para deitar abaixo e construir de novo” (Siza, 2001: 12). Mesmo que para isso se sacrifique sistemas construtivos tradicionais que são vestígios únicos de um tipo particular de concepção de cidade? Pode acontecer, mas não antes de se criarem as condições para o debate e a troca de experiências a fim de não se optar pela primeira impressão (Siza, 2001: 12). Concordando com uma política de pequenos passos, Siza aconselha o poder local a não ter pressa...

O que foi então proposto para ser classificado pela UNESCO? Todo o centro histórico, o reabilitado e o adiado, ou só o reabilitado, confiando na presença paciente dos moradores para celebrarem em festa colectiva, porque essa é para todos? Propôs-se, seguramente, o conjunto: o reabilitado, pela qualidade e cuidado da execução- espaços públicos, edifícios municipais e parte das habitações- e o que permanece intocável- muitas outras habitações particulares- como garante de autenticidade e integridade. Como justificação, pode ler-se na Proposta de Candidatura a Património Mundial, no primeiro parágrafo de todo o texto: A): “A área proposta a classificação, constitui um **vestígio único de um tipo particular de concepção de cidade**, devido à morfologia do seu tecido urbano medieval, que conforma uma sucessão de praças de grande valor formal e qualidade ambiental bem como, de **um tipo particular de construção**, nomeadamente, um edificado tipologicamente diversificado, integralmente erguido com sistemas construtivos tradicionais (...)”. E mais adiante: C): “A autenticidade do tecido urbano medieval do centro histórico de Guimarães, de matriz espontânea, é absoluta, pois testemunha mais de mil anos de ocupação, e contém um tipo particular de construção. Grande parte da estrutura edificada remonta ao séc. XVII e encontra-se erguida com as técnicas construtivas tradicionais. Estas construções que preenchem densamente a malha urbana, constituem uma herança cultural, inerente ao património a salvaguardar”.

A obrigatoriedade de salvaguardar um património histórico raro pela sua antiguidade é hoje uma ideia comum entre os moradores/comerciantes do centro histórico: frases como “*Conservar é uma obrigação. Manter o passado é sagrado*” e “*O valor que isto tem é ser histórico*” são prova desse sentimento por muitos verbalizado espontânea e calorosamente quando se apercebiam que essa era uma das questões que me importavam para o trabalho.

H. F. (vendedeira de fruta na Praça de Santiago) concorda, por isso, com as limitações à reconstrução das casas do centro histórico. *“Não se pode mudar nada nas portas e janelas. É bom: a rua tem 300 anos. É justo. Se é uma rua histórica... Não temos o direito de mudar. Acho bem tudo o que é antigo. Se é histórico fica como é. Aqui ao lado há uma casa que obrigaram a tirar as persianas de plástico e a pôr janelas aos quadrados. É por isso que depois os turistas gostam... Os turistas dizem que não há coisa mais linda no mundo”*. Quando lhe pergunto como entende os turistas quando são estrangeiros, responde: *“Há muitos que se entende bem. Eu percebo logo que estão a dizer que a rua é muito bonita”*. Entende obviamente o que quer.

Verifiquei, no entanto, que muitos moradores abdicariam de bom grado desta “autenticidade” que, na prática, de tão absoluta, se revela tão desajustada em relação aos padrões modernos do conforto e da funcionalidade. É o que concluo quando, relendo as minhas notas de campo, recordo as palavras de L. A., também moradora na Praça de Santiago desde muito nova: *“Lavo-me à moda antiga. A casa não tem quarto-de-banho. Não me importava de mudar para outra zona, para uma casa nova. Vinha depois visitar as amigas”*. Cozinha no rés-do-chão, na entrada da casa, porque não pode subir as escadas carregada com as compras até ao 3º andar- onde fica a cozinha-, pelo que, normalmente, deixa a porta aberta para a rua para ter luz directa. Disto já não se queixa: pode ver e conversar com quem passa e até se diverte a observar turistas “*pasmados*”, a abanar com a cabeça e a fazer gestos- penso que agradados por poderem apreciar uma prática tão “exótica”. Também eu sou convidada para almoçar e prometo voltar de propósito para isso.

É também por falta de condições de exaustão dentro de casa que, de vez em quando, cozinha no passeio, mesmo junto das esplanadas: *“Às vezes, quando asso sardinhas, vou para a rua por causa do cheiro. Eles olham e eu ofereço. E eles pegam. Mais vale dar que botar fora”*.

É a necessidade prática que aqui impera, mas são imagens como estas que produzem uma ideia de cidade antiga e genuína. São, por isso, práticas que, conscientemente ou não, se repete por saber que agrada a outros, normalmente os turistas, gente que, em princípio, não gostaria de morar em casas com tão fracas condições mas que aprecia estas curiosidades como quem espreita a alma de um lugar, o sentimento de um povo.

9. TERRITÓRIOS DE SOCIABILIDADE: VIVER EM ACORDO SEM SER DIVINO.

9.1. Novos palcos e plateias.

A promoção de eventos culturais no centro histórico foi, a par da requalificação de espaços públicos e imóveis degradados, uma das estratégias adoptadas pelo poder local para a reabilitação desse espaço urbano, iniciada há perto de 20 anos. A animação de espaços públicos e o investimento em algumas infra-estruturas culturais foram assumidos pela Câmara de Guimarães, que em realizações próprias ou conjuntamente com outras entidades- por vezes, associações- durante anos programaram concertos, festivais, cinema, teatro, dança para certas praças e auditórios do centro histórico⁷⁴.

Embora as políticas culturais do Estado estejam sobretudo dirigidas para o arquivo e a conservação, acentuando o perfil patrimonial que tem caracterizado globalmente a sua intervenção, de um modo geral, o Estado tem vindo a re-equacionar o seu papel interventor na cultura, quer como agente estruturador do campo de produção cultural autónoma- segundo uma lógica de intervenção directa-, quer como agente regulador dos mercados culturais, renovando as lógicas de assistência à produção cultural com ensaios de novas modalidades de parceria(s) entre o apoio público e o privado, e estendendo a sua acção às esferas do mercado dominadas pelas indústrias culturais (Santos e Abreu, 2002: 216-241). Não dando grande importância à cultura erudita nem tampouco à chamada cultura popular- nome inventado por quem está de fora- (Certeau, 1994), as cidades envolvem-se na criação deliberada de eventos histórico-culturais que produzem ambientes atractivos e agradáveis com o objectivo de reforçar o seu carácter exclusivo e atrair turistas (Knecht e Niedermüller, 2002: 91-92).

⁷⁴ “A realização de eventos regulares (ateliers, workshops, conferências, seminários, colóquios, concertos, exposições, feiras, etc., cuja expressão máxima se encontra no figurino dos festivais), corresponde, cada vez mais, a estratégias de construção e projecção de imagens, um recurso incontornável para a entrada nas redes de fluxos culturais globalizados, e eventual apropriação ao nível do que Mike Featherstone designa por «terceiras culturas transnacionais» (1995: 86-101). No plano interno, marca ritmos de produção e formação, ritualizações identitárias, momentos de interacção e familiarização entre pares, relação directa com os públicos ou clientelas. Noutra dimensão, esses pontos altos de comunhão e desenvolvimento dos campos respectivos tendem a inscrever-se em geografias menos centrais, e constituem possibilidades de transposição para a localização territorial de elementos de capitalização simbólica, que podem constituir importantes recursos de dinamização cultural, e de «lógicas de aproximação ao centro» de pequenas cidades” (Santos e Abreu, 2002: 227).

Como se adaptaram, entretanto, os moradores do centro histórico a esta lógica do espectáculo e às novas exigências expositivas? Como convivem com esta pressão? Ajustaram-se à nova realidade, mudando gostos, valores e práticas de forma gradual, mantendo, por isso, os contactos sociais e reorientando definições identitárias ou, por outro lado, afastaram-se bruscamente dos seus referentes, dando origem a perdas de consenso, conflitualidade e desestruturação social? Para obter respostas para estas questões foi preciso ouvir quem perdeu o silêncio a que estava habituado, quem se regozijava por ver espectáculos de graça e ao ar livre, quem lamentava a perda de influência e dinâmica das associações, quem elogiava a Câmara por organizar esses mesmos eventos culturais. As apreciações que muitos faziam sobre a intervenção da Câmara e sobre os espaços de sociabilidade ganhos a partir da requalificação e, mais tarde, da classificação do centro histórico baralharam conclusões à primeira vista óbvias: apreciavam o barulho dos bares e espectáculos por se sentirem menos sós, criticavam a Câmara por ultrapassar as associações e organizar eventos culturais caros e mediáticos que muitos não apreciavam por ser de graça.

Atraídos por esses acontecimentos culturais, moradores, frequentadores e visitantes ocuparam, a partir de então, muitos momentos do seu tempo livre a assistir aos mais variados espectáculos, transformando a Praça de Santiago e o Largo da Oliveira, fundamentalmente, e o Largo João Franco ou o Campo de S. Mamede em novos palcos e plateias. Em Dezembro de 2001, as festas organizadas pela Câmara para comemorar a Classificação de Património da Humanidade- e mais tarde o 1º e 2º aniversários- constituíram alguns desses momentos: referidas por muitos como “*a coisa mais linda*” das suas vidas, atraíram ao centro histórico milhares de pessoas que sentiram uma alegria redobrada por ser experimentada colectivamente.

Desde o início da requalificação, assistir a espectáculos gratuitos e ao ar-livre passou a ser uma rotina, sobretudo no Verão, também para quem não tem por hábito esse consumo em salas de cinema ou auditórios. Mesmo que para tal seja necessário levar de casa um banco, não vão as cadeiras não chegar. As plateias que se formam à hora marcada na Praça de Santiago ou Largo da Oliveira prolongam-se por varandas de todas as alturas, privilégio de quem mora ou de quem pede para de lá ver e ouvir a representação. Uma moradora da Praça de Santiago, L. L., abre muitas vezes a porta da casa para deixar assistir, das varandas, a espectáculos ou quaisquer outros eventos. Frequentemente nem conhece as pessoas, como é o caso da Festa das Maçazinhas em que deixa as varandas encherem-se de estudantes. Por isso diz a propósito: “*Há pessoas*

na rua que são contra as festas: não gostam de sujar as escadas e de tirar os vasos das janelas". Esta senhora não se importa, até gosta. Tal como esta, todos os outros moradores e comerciantes se referem de modo favorável à realização de espectáculos no centro histórico. Não é deste barulho que alguns se queixam mas do causado pelos bares e esplanadas, pela noite dentro.

Uma das realizações culturais mais participadas é o "Cinema em noites de Verão", no Largo da Oliveira e organizado pela Câmara Municipal e pelo Cineclube de Guimarães. Um dos membros da direcção desta associação, C. M., explica a origem desse sucesso: *"Há muita gente que vê cinema no Largo da Oliveira porque os filmes são passados nestas condições: é grátis e consegue aliar o estar naquele espaço agradável que é o centro histórico.(...) Já tivemos mais de 1000 pessoas a ver um filme. Há quem veja os filmes das varandas, sentados em bancos. Acabada a sessão de cinema, fecham as portas e vão para a cama, que é meia-noite. Muitas pessoas trazem os seus bancos para o largo porque sabem que as cadeiras não vão chegar..."*.

C. M. classifica de "inter-geracional" a verdadeira multidão que durante algumas semanas se encontra no mesmo espaço para ver cinema ao ar-livre no Largo da Oliveira, criando um lugar de consenso em que as diferenças, implicando acordos tácitos ou pactos de não-agressão, tendem à homogeneidade característica dos espaços abstractos (Lefebvre, 2000: 61-70). Este consenso ou "economia espacial" de que fala Lefebvre não é de desvalorizar quando se assiste no centro histórico a duas tendências antagónicas e distanciadoras: por um lado o envelhecimento da população moradora, que vai perdendo espaços, e por outro a notória conquista de espaços públicos por adolescentes e jovens de outras zonas da cidade. O "barulho" a que muitos moradores se referem é sempre provocado por estes, que tentam "reapropriar-se"- para usos diferentes- de um espaço social- construído por quem lá vive- ou lugar, com valor simbólico ou significado por ter "logrado ligar, reunir, ordenar e identificar a aquellos que habitan esos espacios o que los frecuentam" (Augé, 1998: 98)⁷⁵. O centro histórico passa actualmente por esta prova, decisiva para o seu futuro: ceder espaço sem perder a forma.

⁷⁵ "Paralelamente se puede observar una fuerte concentración de espacios del tipo de los que yo he propuesto llamar no lugares: redes de autopistas, aeropuertos, supermercados, zonas de almacenamiento y a veces de venta, especialmente de productos que aceleran la circulación y la comunicación, a saber, automóviles, aparatos de televisión, ordenadores...El espacio urbano pierde sus fronteras y en cierta medida también su forma" (Augé, 1998: 127).

Sobre as motivações da associação, este dirigente diz ainda: *“O Cineclube concluiu muito antes da classificação que o centro histórico era um sítio interessante: começou há 15 anos a fazer sessões regularmente no Verão, a que chamou “Cinema em noites de Verão”. O centro histórico ainda não era moda, a sua reabilitação estava longe de ficar concluída. Nós próprios fomos sempre uma instituição do centro histórico. As nossas sedes foram sempre no centro histórico: do Largo Condessa do Juncal viemos para o Largo João Franco. Somos utilizadores enquanto moradores, enquanto instituição que tem e teve a sua sede no centro histórico e por outro lado percebemos o interesse em animar isto mesmo antes que isso fizesse parte de uma política cultural definida pelo próprio município. Já no início dos anos 70, o Cineclube de Guimarães fazia sessões no Largo da Oliveira, na Biblioteca Gulbenkian. De algum modo, as instituições de Guimarães e particularmente o Cineclube, antes mesmo da classificação e da preocupação com o nosso centro histórico, achavam que era interessante explorá-lo”*. A animação a que C. M. se refere nesta passagem é também importante porque se refere à presença regular de membros da direcção e inúmeros sócios na sede do Cineclube, actividade diária que mantém *“o Largo João Franco, que era um largo claramente deficitário em termos de movimento, um espaço vivo e mais seguro. Embora não habitemos aqui na casa, alguns de nós estão aqui até tão tarde que o Largo João Franco se torna mais seguro. Temos sempre as luzes acesas e as portas abertas. Portanto, é uma presença viva até altas horas da noite, ao contrário do Tribunal da Relação, por exemplo, que fica deserto”*.

9.2 Espaços que (re)produzem padrões sociais.

A Associação Cultural e Recreativa “O Convívio”⁷⁶, instalada numa casa do séc. XVIII do Largo João Franco, é uma *“referência obrigatória da vida cultural de Guimarães e lugar agradável de lazer e convivência. O Convívio, como instituição, movimentava o largo, sobretudo à noite. Se não fosse o Convívio, era morto”*, diz o seu

⁷⁶ *“O Convívio é uma associação de cariz cultural e recreativa, sem fins lucrativos, fundado em 21 de Outubro de 1961. Tendo sido capaz de integrar no seu projecto muitos dos quadros culturais de maior prestígio na cidade, a acção do Convívio desdobrar-se-á ao longo dos anos em múltiplas realizações e colaborações: conferências, colóquios, exposições, concursos literários, ciclos de concertos de música clássica [Encontros da Primavera], espectáculos de jazz [Guimarães Jazz], Cursos Internacionais de Música, Oficinas de Jazz”*, explica J. M.

presidente, J. M., que reconhece que a associação, apesar de dinâmica, não representa socialmente o centro histórico: dos seus 520 sócios, só 2 moram na zona intra-muros. Não é só o Largo João Franco que tira partido da actividade desta associação: grande parte dos concertos aqui organizados decorrem no Paço dos Duques ou, eventualmente, no Museu de Alberto Sampaio, fazendo deslocar ao centro histórico muita gente da cidade e de fora. Não sendo gratuitos e decorrendo em espaços fechados, estes eventos culturais atraem uma frequência muito mais restrita do que os realizados por outras entidades na Praça de Santiago ou Largo da Oliveira. Apesar da proximidade, por hábito- ou falta dele- a maioria dos moradores do centro histórico não frequenta a sede do Convívio, nem esses espectáculos: decorrem em espaços históricos- o Paço dos Duques, o Museu de Alberto Sampaio e o Auditório da Universidade do Minho- que, segundo Lefebvre (2000: 70-71), a burguesia elitizou e aburguesou, numa espécie de neo-colonialismo que se pode ler na forma como esse espaço foi produzido.

Para Bourdieu (1980: 229-230), a legitimação da ordem estabelecida já não é tarefa exclusiva dos mecanismos tradicionalmente considerados pertencentes à ordem ideológica, como o direito. Actualmente é o sistema de produção de bens culturais que contribui, de forma camuflada, para a reprodução da ordem social sob uma aparência de igualdade formal: os efeitos ideológicos mais seguros são os que, para se exercer, não necessitam de palavras, mas da complacência e do silêncio cúmplice. De facto, as desigualdades sociais no acesso às formas de expressão cultural e artística mais nobres não desapareceram, nem objectiva nem subjectivamente: os domínios e as competências de exercício do poder de hierarquização serão, hoje, menos facilmente identificáveis, e portanto provavelmente mais sujeitos a diversidades de representação, mas não deixarão de (re)produzir padrões, eventualmente mais complexos e segmentados, de referência e distinção cultural (Santos e Abreu, 2002: 215).

Para Castells (1991) a preservação destes lugares para a elite tradicional é um ponto-chave na autodefinição desta elite:

“Es toda la adhesión elitista a los valores de la cultura urbana lo que está en juego, es la defensa de los grupos de la inteligencia, de las sedes de expresión cultural, tradicional: teatros, conciertos, museos, lugares de encuentro, instituciones religiosas, comercio selecto, espectáculos de calidad, etc. Entendámonos: no pretendemos que este conjunto de expresiones culturales sea patrimonio exclusivo de la élite, sino, sencillamente, que se exprese ecológicamente una *cierta cultura* en el viejo centro, al tiempo que las nuevas expresiones «de masa» han encontrado otras localizaciones (por ejemplo, los *drive-in*), o simplemente no tienen ya localización particular (los *mass-media*, las bibliotecas ambulantes)” (Castells, 1991: 352).

Não são unicamente estes os espaços públicos do centro histórico definidos por relações sociais: as esplanadas, entre outros, têm, de facto, um ar citadino e burguês que contrasta com as fachadas das casas circundantes e com quem lá mora. “*Não frequento. Tenho vergonha, mas gosto de ver. Fico contente quando as esplanadas estão cheias. (...) eu até gosto do ruído da Praça. Não vou a lado nenhum, a minha vida é isto e assim até me distraio*”, diz, por exemplo, H. F., moradora na Praça de Santiago. Vários moradores, os mais velhos, me disseram não frequentar essas esplanadas por vergonha: para eles, ruas e praças são locais de passagem que *pertencem* aos utilizadores *de fora* como espaços de lazer. E gostam, mesmo assim, porque *se sentem no seu lugar*. “C’est ce *sense of one’s place* qui, dans les interactions, conduit les gens qu’en français on appelle «les gens modestes» à se tenir à leur place «modestement» et les autres à «garder les distances» ou à «tenir leur rang», à «ne pas se familiariser»”, diz Bourdieu (1987: 153) para quem essas estratégias podem ser perfeitamente inconscientes, mesmo para quem escolhe no conjunto dos bens e dos serviços, os bens que ocupam uma posição homóloga à posição que essas pessoas ocupam no espaço social.

Para Weber, toda a relação social é, em certa medida e em certas circunstâncias, uma relação de poder em que o principal sustentáculo da dominação é o carácter legítimo de que a dominação se reveste aos olhos dos próprios subordinados (Giddens, 1994). Até uma conversa pode ser uma relação de poder (Giddens, 1996b). Muitas vezes esta hierarquização social não coincide com as relações actuais em termos de poder real mas com relações sociais que estão reguladas por valores e por modelos culturais de relações: a nossa vida social tem a marca de uma anterior sociedade rural (*folk society*), cujos sinais característicos de organização eram a vida agrícola, a casa senhorial e a aldeia, influência histórica que não se apagou completamente (Wirth, 2001: 46).

Os jovens moradores do centro histórico souberam resolver melhor a questão da partilha do espaço, e, não abdicando de nada, ocupam espaços públicos, esplanadas, cafés e bares, quer como espaço de lazer, quer como ocupação remunerada, tirando partido dos ventos e da maré e dando origem a novas ordens e reconfigurações sociais que ajudam a compreender a grande variedade de relações e os múltiplos significados de que se reveste o *pertencer* ao centro histórico. Nem é necessário continuar a morar no centro histórico para lhe pertencer: os mais jovens que residem agora em áreas suburbanas alimentam esse sentimento de pertença com a manutenção de rotinas como a de almoçar em casa dos pais ou deixar as crianças com os avós, pretextos para diariamente reverem confortos e memórias.

9.3 Colectividades de bairro.

Outra das associações do centro histórico é o Grupo Desportivo Oliveira do Castelo, criado em 1977, cujo objectivo inicial foi a ocupação dos tempos livres. Dava apoio a equipas de atletismo federado, masculinas e femininas e mais tarde de ténis-de-mesa também federado. Segundo o seu vice-presidente, D. S., “*Actualmente não há qualquer actividade desportiva federada. Podíamos ser fortes nas modalidades mas tínhamos que sair daqui. Aqui não temos espaço. O edifício é da Câmara, é uma cedência*”. Diariamente vinte pessoas frequentam a associação mas ao fim-de-semana triplica. A colectividade continua a animar-se com festas ao longo do ano: aniversário da colectividade, Natal, Passagem de Ano, Carnaval e aniversários dos sócios. “*Se não estivéssemos aqui haveria mais vandalismo. A Câmara tem consciência desse valor. É muito importante existir uma associação como esta aqui no centro. Tentamos ocupar as gentes do burgo para evitar que andem na droga. Nós aqui quando vemos alguma coisa intervimos logo. Esta missão vai caber à Polícia Municipal*”. Quanto a mim, tenho dúvidas que este organismo- a Polícia Municipal- desempenhe tão eficazmente essa função moralizadora como a associação, cujos princípios assentam no voluntariado e participação social e não na vigilância e repressão.

Durante muitos anos a colectividade organizou as festas de S. Pedro na Praça de Santiago, sendo substituída pela Câmara Municipal, que, regularmente, anima agora o centro histórico. “*Tivemos que deixar por causa do Verão Vale a Pena...*”, diz D. S., para quem a requalificação e a posterior classificação de Património da Humanidade implicaram, em vários aspectos, a perda de “*alguma graça e um pouco de liberdade*”. A impossibilidade de organizar uma festa popular numa das praças mais centrais e mais densamente habitadas como a Praça de Santiago, foi certamente sentida como uma limitação, com grandes reflexos na dinâmica interna desta colectividade que ficou a partir de então confinada aos limites da sede, perdendo esse contacto privilegiado com o espaço social e vendo os seus princípios de participação mais reduzidos. Nas sociedades modernas como nas rurais, as festas populares não são unicamente momentos de transgressão e prazer mas modos de consolidar laços sociais através do exercício de uma solidariedade mais intensa. Substituindo as associações, a Câmara Municipal- consciente ou inconscientemente- limitou este exercício a partir do momento em que passou a organizar quase todos os eventos culturais e festas no centro histórico. Para D. S., que nasceu e morou no centro histórico até casar, a classificação de Património da

Humanidade foi, no entanto, “*uma grande alegria pessoal*”. Por isso “*É um orgulho dizer em qualquer lado «Eu nasci no centro histórico», mas já antes usava o sítio onde morava como cartão de visita, para o bom e para o mau. Se me apresentava a raparigas dizia que era mesmo da cidade, do centro, para me distinguir dos das aldeias. Com os rapazes dizia que era da Praça de Santiago para me terem medo...*”.

Os “20 Arautos”, como é conhecida, é outra das associações do centro histórico. Criada em 1926 “por um grupo de jovens que discordavam do costume de usar a taberna como centro de reunião das camadas populares, onde se viciavam no álcool, no jogo e, até, na violência de alguma facada” e “norteados por um desejo de dignificação pessoal e social”, está sediada desde 1952 na Rua Gravador Molarinho, com o nome de “Grupo Cultural e Recreativo 20 Arautos de D. Afonso Henriques”, altura em que “viveu uma época de importante actividade cultural, realizando inúmeras palestras e conferências com personalidades notáveis”⁷⁷. O seu presidente, J. T., lamenta, no presente, a perda de dinâmica a que assiste desde há alguns anos: “*A associação tem cada vez menos gente. Neste momento há uns 15 sócios a pagar. Não dá para pagar os jornais e a água. Há 4 anos havia bailes ao Domingo à tarde, desde as 3 às 7 horas. Chegavam a estar 200 moços e moças aqui, que era bom para não andarem na droga. Começou a haver confusão, barulhos. Às vezes andavam à porrada. Acabámos com isso*”. Em parte, atribui o desinteresse, sobretudo dos mais jovens, à falta de qualidade de instalações e deficientes recursos culturais, desportivos e de entretenimento. “*As colectividades deviam ser subsidiadas, é preciso dinheiro. Se houvesse mais oferta vinham mais jovens. É um círculo vicioso. Se não houver qualidade as pessoas não aderem. É por isso que já não adere tanta gente como há anos*”.

A associação continua a abrir as portas diariamente, tem um pequeno bar em actividade- abre ao almoço e à noite- onde assisti à rotina de jogos de mesa. Parceiros? Os habituais: alguns reformados, sócios e amigos de longa data. As sociedades de cultura e recreio, ou colectividades, sendo organizações formalizadas, espontaneamente criadas por grupos de indivíduos e caracterizadas pela voluntariedade de pertença dos seus membros, constituem núcleos importantes de sociabilidade de bairro, diz Graça Cordeiro (1991), a propósito de uma pesquisa sobre sociabilidades urbanas e associativismo realizada no G.I.L.C.O., “uma das muitas associações recreativas e

⁷⁷ In *Revista da Associação dos Viajantes e Técnicos de Vendas de Guimarães*.

culturais que surgiram no período de implantação da República e que pretendiam criar e difundir a «cultura» por um povo maioritariamente analfabeto” (Cordeiro, 1991: 205).

“*Melhor que isto não há [diz J. T.]: joga-se aqui ténis de mesa, dominó, cartas, futebol num campo alugado*”. Aparentemente, para os jovens há: são os bares e esplanadas das praças ali à volta. E até os mais velhos se afastaram, entretanto, do objectivo inicial, a actividade cultural. Sobre isto, diz ainda Graça Cordeiro (1991: 219): “A vida real do interior das sociedades recreativas, o convívio do jogo e da bebida, as festas e bailes familiares e vicinais, está em maior continuidade com outros espaços urbanos, do que com a «razão de ser » idealizada das associações, como se um «estilo de sociabilidade» se tivesse apropriado e invadido o espaço associativo como lugar alternativo ao desaparecimento de outros (tabernas, retiros, ruas, praças, mercados)”.

Prova de voluntarismo e empenhamento dos seus sócios, a associação mantém a organização das Comemorações do 1º de Dezembro, desfile muito participado e que envolve várias outras colectividades, tornando mais vasto o espaço de relacionamento social⁷⁸. J. T. descreve-a assim: “*Temos um roupeiro que foi a Câmara que ofereceu, feito pelo Moncho [Rodrigues] quando cá estive. A organização das Comemorações é uma parceria com a Câmara. Depois no desfile participam os Trovadores do Cano, que tocam, a Sociedade Musical, duas tunas da Universidade, a Associação Artística e individualmente, quem quiser. No fim do desfile há aqui comes e bebes. Pode vir toda a gente, mesmo quem não assistiu ao desfile. Às vezes saímos daqui às 6 ou 7 da manhã. Há uma adesão popular cada vez maior. A Rua Nova fica toda enfeitada. São duas senhoras que organizam: basta estas duas dizerem que toda a gente participa. São subsidiadas indirectamente, pela Câmara [a associação dá-lhes dinheiro para as despesas e a Câmara fornece alguns materiais]*”.

Vários aspectos sobressaem destes relatos (9.1, 9.2, 9.3) da actividade associativa do centro histórico que me importa salientar. De um modo geral, a crescente ocupação dos espaços urbanos reabilitados não trouxe às associações mais dinâmica e actividade que aquela que desenvolviam até à requalificação e à classificação de Património da Humanidade. Aquilo que é programado para espaços públicos tem cada vez mais adesão- caso do cinema ao ar-livre, do cortejo do 1º de Dezembro ou das procissões e festas organizadas na Rua Egas Moniz- mas as sedes das associações

⁷⁸ As associações “constituem-se como autênticos nós de redes de inter-relações, individuais e institucionais, criando fluxos de comunicação entre diferentes zonas da cidade” (Cordeiro, 1991: 218).

perderam importância como lugares de intensa sociabilidade, de ocupação de tempos livres e de vida colectiva por falta de condições materiais e oferta limitada em termos de programação cultural. A frequente organização de espectáculos no centro histórico por parte da Câmara Municipal, atraiu um público cada vez menos identificado com os seus aspectos sociais, exigindo simplesmente qualidade e profissionalismo e afastou, em grande medida, a presença das associações que deixaram de poder competir nessas circunstâncias. Aconteceu isto com algumas festas tradicionais- por exemplo, S. Pedro- que foram substituídas por espectáculos integrados no *Verão Vale a Pena...*, organização da Câmara.

Numa zona urbana caracterizada por fáceis relações de vizinhança e intensa interacção social, poder-se-ia, por isto mesmo, manter a actividade das associações como há décadas atrás, escapando à superficialidade com que muitos contactos se dão actualmente nos meios urbanos⁷⁹? Provavelmente não, mas a actividade das associações foi, no entanto, referida por todos os dirigentes como fundamental para a vida do centro histórico: movimentam largos e ruas, previne o vandalismo, atrasa a desertificação, divulga cultura, entretém e educa. E junta as pessoas de uma forma que tende a perder pertinência na vida social quotidiana das sociedades modernas uma vez que mantemos com os outros laços cada vez mais impessoais e descontextualizados, com excepção dos que têm por base a família e o trabalho: “Particularmente em muitos cenários urbanos, interagimos mais ou menos continuamente com outros que não conhecemos bem, ou que não conhecemos de todo- mas essas interacções assumem a forma de contactos relativamente fugazes” (Giddens, 1996a: 56).

A presença e manutenção das associações continuam importantes como espaços privilegiados de sociabilidades que se constroem e mantêm pelas afinidades mais diversas- socioculturais, espaciais, históricas, religiosas ou comportamentais- mas igualmente como espaços de debate, análise e intervenção mobilizadores, que incitem à participação e reivindicação, condições fundamentais da prática da cidadania. O encontro em espaços independentes do poder político e dos seus interesses pode ser a forma mais eficaz de criação de uma opinião pública actuante que apresente modelos e discursos próprios, sejam eles políticos, estéticos, éticos, culturais ou patrimoniais.

⁷⁹ Para Castells o meio ambiente espacial não está na base da especificidade dos comportamentos e das representações: “Si las formas espaciales pueden acentuar o modificar ciertos sistemas de comportamiento, por medio de la interacción de componentes sociales que se combinan en ellas, no hay independencia de su efecto y, por consiguiente, no hay ligazón sistemática de los diferentes contextos urbanos a los modos de vida” (Castells, 1991: 133).

9.4 Retrato de uma rua “à moda antiga”: trabalhar “por gosto” para manter ou recriar rituais.

Para melhor se entender o papel que as duas senhoras, J. e D. G., moradoras na Rua Egas Moniz- ou Rua Nova como muitos continuam a dizer-, de que fala J. T., desempenham na vida colectiva de toda uma rua, é importante que primeiro faça um retrato, pessoal, da estrutura social e espaço urbano onde tudo isto se realiza. A Rua Egas Moniz, onde estas festas e procissões têm lugar, foi, recentemente, objecto de reabilitação do espaço público e intervenções em algumas fachadas, acompanhando o processo de requalificação urbana de todo o centro histórico. Desde sempre conotada com “má fama”, começa, por força de alguma desertificação, afastamento da prostituição de rua, melhoria geral das condições de vida e a referida reabilitação, a perder essa marca que foi “cartão de visita” até há pouco tempo⁸⁰. Para G. F., morador na rua desde que nasceu, ser da Rua Nova dava-lhe jeito: “*Ninguém se metia connosco. Agora essa fama já se perdeu. Também há muito poucas crianças neste momento na Rua Nova; já não se vê ninguém a brincar na rua. Se ficam com os avós durante o dia, não se repara*”. D. G., a “Mestra” da organização das festas, diz sobre isto: “*A rua agora está vazia. Dantes era uma rua de povo alegre. Às vezes havia discussões, mas era raro*”⁸¹. Pelo conhecimento que tenho, não era tão raro assim, mas estava, certamente, dentro dos padrões normais de uma rua com estas características e com tão elevada densidade populacional. Herzfeld (2001: 225) refere-se a estes desentendimentos como experiências regulares da vida em sociedade: em cada unidade social, o desejo de «fazer as coisas de modo diferente» ameaça a harmonia comunitária, produzindo a realidade da vida social tal como a conhecemos. Se vivêssemos em isolamento total, seríamos animais; se vivêssemos em perfeito acordo, seríamos divinos:

⁸⁰ Concluído o arranjo, a rua tornou-se via de circulação obrigatória para quem se desloque de carro do Largo Condessa do Juncal para qualquer ponto da cidade, contribuindo, também este facto, para gradualmente se perder a ideia de rua impenetrável e perigosa.

⁸¹ D. G. Nasceu na casa onde ainda reside, no nº 71. Teve quatro filhos mas nunca quis casar. Ficou viuva ao fim de 21 anos. Foi ama de crianças: “*Criei mais de 50 crianças; todas me chamam mamã*”. Para além dos filhos, educou também seis sobrinhos de um irmão. Adoptou dois rapazes, um dos quais ainda vive com ela. O outro não dá notícias há anos e por isso chegou a ir ao Ponto de Encontro. Nesta tarefa de educar crianças foi sempre ajudada por duas irmãs, que ainda vivem com ela. A casa onde mora (todo o 1º andar) era antes ocupada por três famílias. Explica-me que a família dela ocupava, então, uma única sala, o que me parece inacreditável: chegaram a morar juntos os pais de D., ela própria, o marido, quatro filhos, seis sobrinhos, duas irmãs solteiras e, durante o dia, algumas das crianças de quem cuidava como ama. Quando lhe mostro o meu espanto, comenta com um sorriso: “*Dantes era tudo assim, menina*”.

a discórdia e o conflito, na prática, são parte integrante da experiência comum e aumenta com a proximidade.

Casas maioritariamente sobrelotadas deram lugar a situações de abandono ou de ocupação mais restrita ou envelhecida, o que faz a rua “*parecer mais triste*”. E mais calma e bem-comportada também. “*Esta rua foi sempre conotada com a prostituição. E era também a rua do Zé Lingrinhas*⁸². *Morreu há meses num confronto aqui na rua, morto com um tiro. Ficou aí estendido na rua*”. Se casos de violência como este, relatado por G. F., são raros, a prostituição, por seu turno, mantém-se. “*A prostituição é aceite, só na rua é que não. Acabaram com isso aí há uns 10 anos. Mas continua a haver em várias casas. Todas as tascas são casas de prostituição: os quartos são por cima. Outras vão para quartos alugados. Os clientes não são da cidade: são gente dos arredores, operários e lavradores. Isto é aceite porque nesta rua há uma grande familiaridade com a miséria. São tudo vidas marcadas pela miséria. É por isso que toleram: há uma grande compreensão pelas dificuldades dos outros*”.

D. G., a “Mestra”, conta-me que há 10 anos interveio activamente nesse processo de “*limpeza da rua*”: “*A prostituição estava cada vez pior. Havia facadas, roubava-se. Estavam [as prostitutas] aí nas beiras dos passeios e insultavam quem passava. Um dia, meia dúzia de homens juntaram-se e foram dizer-lhes que tinham que acabar com aquilo. Os chulos apareceram e foi o fim do mundo. Durou um mês a guerra: era por turnos, homens e mulheres. Vigiávamos a rua noite e dia. Veio a TV e o Presidente [da Câmara] e a polícia meteram-se nisso. Aos poucos lá foram saindo. Foi assim que se limpou a rua. As mais educadas ficaram aí, arranjaram casa, algumas até tiveram filhos*”. Durante o meu trabalho de pesquisa, testemunhei por várias vezes, a familiaridade com que, na rua ou nas tascas, a prostituição coabita com outras sociabilidades. A proverbial tolerância e compreensão das dificuldades dos outros é aqui uma prática. E uma lição de vida.

Mais tarde, a dinâmica criada durante este episódio foi utilizada para práticas mais lúdicas e convivências menos tensas. “*As mesmas pessoas que lutaram para acabar com a prostituição, tomámos conta de uma loja e criámos uma associação: é «Os Egas Moniz». Não havia aqui na rua nenhum café. Agora, os rapazes e os homens jogam dominó à hora do almoço e do jantar. A gente vai lá, serve-se do bar e põe o dinheiro na gaveta. E funciona tudo bem, o dinheiro nunca faltou. A renda é 40 contos*

⁸² Conhecido delinquente da cidade, nascido e criado na Rua Egas Moniz com um longo historial de pequenos crimes associados ao contrabando, assaltos e intimidação a troco de dinheiro.

por mês. Os sócios pagam, são cotas de 100 escudos. Não se serve a ninguém de fora. São todos daqui da rua: são os que acabaram com a prostituição”. Três ucranianos são exceção, diz ainda D. G.: “Moram na rua, mas estão cá há pouco tempo. Também colaboram com as festas. Gostam. Deitam os papeis com alegria⁸³”. Pelas informações que obtive, esta é a mais jovem associação do centro histórico, criada numa altura em que outras perdem vitalidade ou acabam mesmo por fechar. Neste caso, os frequentadores encontraram num mesmo espaço físico a forma de prolongar afinidades surgidas de um acontecimento que deixou laços estreitos de vivência colectiva: a luta contra a prostituição de rua. A colectividade mantém-se fechada ao exterior- aos de fora da rua- porque imperam as relações- então fortalecidas- que têm esse momento como aglutinador das sociabilidades geradas.

As festas, cortejos e procissões que têm lugar na Rua Egas Moniz não são tradição, isto é, não são práticas sociais com passado remoto; são quando muito, *tradições inventadas*, termo usado por Hobsbawm (1983) para definir, entre outras⁸⁴, práticas de natureza simbólica ou ritual não formalmente instituídas mas rapidamente estabelecidas. “*Isto dura há 7 anos*”⁸⁵, diz D. G., referindo-se-lhes⁸⁶. Pela coincidência das datas, penso que a sua organização teve origem nesse momento de intensa vivência colectiva- a “limpeza da rua”- que reforçou os laços de vizinhança já existentes.

É a única rua do centro histórico que organiza voluntariamente procissões, festejos e ornamentos, envolvendo globalmente toda a rua, em que despesas, responsabilidade e trabalho são partilhados por todos os moradores sem excluir ninguém, nem haver quem se auto-exclua. São momentos que, vividos colectivamente, deixam transparecer traços significativos da vida quotidiana, legitimando a realidade social: as sociedades têm para cada época os deuses de que precisam e, conseqüentemente, “Os interesses religiosos são apenas a forma simbólica de interesses sociais e morais” (Aron, 1994: 338). Indiscutivelmente, manifestações religiosas como procissões ou romarias são festas rituais que englobam a realidade nos seus diversos aspectos- religioso, cultural, lúdico, estético, moral, político, económico, etc.- e são, além das suas funções terapêuticas e turísticas, reflexos das relações entre os indivíduos,

⁸³ Refere-se aos pequenos papeis que lançam das janelas quando passam cortejos ou procissões.

⁸⁴ “«Invented tradition» is taken to mean a set of practices, normally governed by overtly or tacitly accepted rules and of a ritual or symbolic nature, which seek to inculcate certain values and norms of behaviour by repetition, which automatically implies continuity with the past” (Hobsbawm, 1983: 1).

⁸⁵ Poder-se-á chamar tradição a uma prática com sete anos?

⁸⁶ Em 2003 realizava-se a Festa do Senhor dos Desamparados pela 4ª vez.

na medida em que propiciam a coesão social e traduzem os códigos e funções sócio-culturais (Barroso, 2004: 21).

Os rituais proporcionam uma riquíssima fonte de informação sobre as culturas e, por isso, o seu estudo e análise suscitou, desde sempre, um enorme interesse junto dos antropólogos. Durkheim, para quem o ritual assegura e reproduz a ordem social, defendeu que era reunindo-se com outros, em rituais, que o homem primitivo experimentava a sua pertença à sociedade e sentia a “efervescência colectiva” que mantinha a solidariedade: em *As formas Elementares da Vida Religiosa*, Durkheim (1985) apresenta, a partir de dados recolhidos junto dos aborígenes australianos, a religião como representação dos poderes da sociedade como comunidade moral que gera vínculos de solidariedade em rituais e festividades sempre renovados. Apesar de muitos dos rituais associados a festividades cíclicas em Portugal se terem perdido recentemente, acompanhando uma tendência sem recuo de adesão a modos de vida urbanos e massificados, é, no entanto, significativo o número de pessoas que participa ainda nestas festividades: mais ou menos frequentes, mais ou menos formais, mais ou menos magnificentes, os rituais encontram-se em todas as sociedades como eventos de reflexão e acção social e apresentam-se sob tão diversas formas que aquilo que define uma determinada manifestação ritual não é exactamente o que define uma outra (Ribeiro, 2001:21).

“O urbanismo não é a mesma coisa em todos os tempos e lugares. (...) Comunidades onde há laços de amizade ou de parentesco são mais correntes nas colectividades urbanas modernas do que ele supôs”, diz o autor referindo-se a Wirth, para quem todas as cidades modernas são impessoais (Giddens, 1997: 672). Giddens (1997) sublinhou a importância das relações organizadas em termos de lugar, onde o lugar não foi ainda transformado por relações distanciadas no espaço-tempo. Predominante nas culturas pré-modernas, a comunidade local continua, mesmo em meios urbanos como o desta rua, a proporcionar vínculos de ligações sociais que se entrelaçam e cujo âmbito espacial limitado lhes garante solidez no tempo (Giddens, 1996: 72). Qualquer que seja o espaço físico ou o contexto social e cultural, os rituais permitem a coesão e a integração sociais (Turner, 1974); integrando os indivíduos numa causa comum, o convívio festivo proporcionado por estes cortejos e procissões tem um efeito nivelador e restaurador do equilíbrio num mundo onde impera um grande individualismo e a família é a primeira forma de organização social. E não é pelo facto

de não terem “tradição” que as três festas/procissões organizadas e realizadas na Rua Egas Moniz são menos importantes para quem nelas participa.

As duas senhoras, J. e D.G., organizam, “*por gosto*”, três festas anuais na rua, uma das quais é o desfile do 1º de Dezembro, em colaboração com “Os 20 Arautos”. Esta colaboração consiste em enfeitar a rua para a passagem desse cortejo, tendo cada uma das senhoras um cargo definido para tal: J. é a “Presidenta” e D.G. a “Mestra”. Pedi-lhes para me fazerem uma descrição pormenorizada dessa preparação, que me impressionou, sobretudo, pelo entusiasmo que evidenciou. Foi a “Mestra” quem mais interveio neste relato: “*Começamos a cortar papeis à mão, verdes e brancos [as cores da cidade], pelo menos mil e tal folhas. São folhas de 60 por 40. Corta-se sem régua, às tiras e depois aos quadrinhos de 5 por 5. Mete-se esses bocadinhos todos em saquinhos de plástico e distribui-se por todos os moradores. Sim, todos, todos. Também se distribui bandeiras. As bandeiras foram oferecidas pela Câmara: são cento e tal, duas por cada sacada. Vamos buscar 50 vasos e pômo-los de cada lado da rua, espaçados por igual. Mandamos vir de Braga umas grisetas em sebo. São tacinhas de barro: vêm mais ou menos 200. À entrada da rua pomos dois fachos; nas duas entradas da rua e ao meio. Na altura do desfile há uma batalha com os papelinhos verdes e brancos. Só os que estão nas varandas. Parece neve. O desfile entra pelo lado do Museu [de Alberto Sampaio]. Toda a gente colabora. Quem já está a descansar [o desfile tem início às 23 horas], levanta-se e vem à varanda, para participar. Toda a gente aceita. Nunca houve uma pessoa que não participasse. Isto dura há 7 ou 8 anos. A primeira vez foi surpresa [para as outras associações]. Tudo igual ao que fazemos agora. Onde não há ninguém a morar, sobem de escadote, rapazes e raparigas, para as varandas e ficam à espera que passe o cortejo. No fim a Câmara limpa. O Presidente da Câmara participa no cortejo. No fim, vai quase toda a gente da rua participar no copo-de-água oferecido pelos 20 Arautos. É bem servido. Já saímos de lá às 6 horas da manhã. Os 20 Arautos dão-nos dinheiro para as despesas, mas quando não chega, somos nós que pomos o que falta. É um gosto que temos. Enquanto pudermos...”*

Relataram-me igualmente a preparação da Procissão do Corpo de Deus, que se realiza em meados de Junho: “*Sai a procissão da Santíssimo pelas ruas da cidade. Atravessa o Largo condessa do Juncal e entra na Rua Egas Moniz. Fazemos um tapete de flores naturais, arranjadas nas aldeias. Vamos as duas de autocarro. Quem tem carro também ajuda. Nada é comprado. A Junta da Oliveira dá 30 contos para enfeitar o Senhor [oratório na rua]. Nunca chega. Moradores, quatro ou cinco, dão o resto. Fica*

mais ou menos por 70 contos. Toda a gente colabora, homens e mulheres, a fazer o tapete de flores. É por grupos. Cada grupo começa num sítio da rua e ao fim o tapete está acabado. Não se põe nem um bocadinho de serrim. Quando entra o Santo Pálio há uma batalha de papelinhos, azuis e brancos. Somos nós as duas que cortamos os papelinhos. Raramente alguém ajuda a cortar. Põe-se colchas de damasco nas sacadas cada um põe o melhor que tem. Nas varandas onde não vive ninguém sobem em escadotes e enfeitam com as próprias colchas. Também põem bandeiras. Enquanto passa a procissão há sempre papéis a cair das varandas. Há que chegue até acabar a procissão. São mais de 3000 pessoas que assistem a fazer o tapete, começa por volta das 2 horas e a pôr as colchas. O Senhor já fica arranjado de véspera. Temos bem que lhe dar durante dois dias, nem tempo temos para comer. A festa é sempre à Quinta. Começamos no Domingo a cortar flores e a separar por cores. Os verdes também são separados por qualidades: murta, hera, diversos verdes. Sentamo-nos no passeio ou na Travessa [Rua de Donães] que não tem carros, em bancos, aos bandos de pessoas a trabalhar: 10, 15 pessoas. Quando começamos o tapete, nós é que mandamos [D. e J.], cada grupo escolhe um desenho mas nós é que dizemos como queremos. Enquanto formos vivas, depois não vai haver ninguém para fazer isto. Antes da procissão, a rua é arruada pela banda de música. Passam pelos lados do tapete para não estragar. É uma gentileza que a banda faz em honra de um músico da rua que morreu. A procissão sai às cinco da Oliveira. Aqui na rua passa por volta das seis e meia. Dura meia hora. Tantos dias de trabalho para meia hora...”.



Figura nº 7- Moradores da Rua Egas Moniz preparando a passagem da Procissão de Corpo de Deus, à entrada da rua.



Figura nº 8- Momentos antes da passagem da Procissão de Corpo de Deus.



Figura nº 9- Passagem da Procissão vista de uma varanda.

Finalmente, descreveram, com menos detalhe, a forma como organizam a Festa do Senhor dos Desamparados, em meados de Setembro: *“Há vinte e tal anos fiz uma festa ao Senhor dos Desamparados, foi uma promessa. Aí há uns quarenta anos houve outra festa, vai ser a 4ª vez. É em Setembro, de 18 a 21 [em 2003], por volta disto, à Quinta, Sexta, Sábado e Domingo. Quinta e Sexta há música gravada. Sábado e Domingo é os conjuntos. Começa à tarde e vai até à noite. Tem sido o Abílio de S. Torcato. Encostam o palco a uma casa vazia. Toda a gente dança. Passam aí muitos estrangeiros e dançam. É um bailarico bonito. Dançam umas com os maridos das outras. A Câmara fornece a iluminação. O dinheiro para pagar os conjuntos vem de um peditório. Vamos as duas pelas ruas pedir: na Oliveira, Rua da Rainha, Juncal, aqui na rua. No Tournal temos vergonha. Com ajuda dos mordomos e mordomas da rua pagamos muitas despesas. Mordomos são filhos de gente da rua. São todos da rua, não é só os que têm mais possibilidades. São vinte e tal e oferecem um cabaz de prendas que são leiloadas ao público, na rua. O dinheiro é para pagar despesas feitas”*.

Quando em 19 de Junho de 2003 assisti pela primeira vez a uma destas festas, a Procissão do Corpo de Deus, senti, como poucas outras vezes com esta intensidade, o quanto este trabalho me tinha aberto portas para aceder a um universo de vivências que enriqueceram a minha percepção da realidade social do núcleo urbano de que faço parte. De facto, a descrição que me tinha sido feita pelas duas organizadoras (J. e D.G.) só ficou completa quando eu própria presenciei os preparativos e pude testemunhar os laços de solidariedade e união que ligam os membros desta comunidade de rua: só então compreendi o significado de *“Toda a gente colabora, homens e mulheres...”*, transmitido pela “Mestra”. A azáfama que antecede a passagem da procissão envolve, de facto, todos os moradores, que seguindo as instruções da “Mestra” carregam cestos de flores, compõem desenhos no pavimento da rua, estendem colchas às varandas, regam para que se mantenha as cores. E quando a procissão passa, acompanhada de uma banda de música, a nuvem de papéis coloridos que sai continuamente de todas as janelas lembra a todos como valeu a pena trabalharem juntos.

Obviamente, quem passa na rua fora destas datas dificilmente presenciará momentos marcados por uma solidariedade e união excepcionais. Ainda hoje há quem fale do mau ambiente da rua pois *“Pegam-se e insultam-se muito”*, (M.G.). Estas três festas são três dias que marcam a diferença e, seguramente, deixam marcas: ligando o indivíduo à comunidade e aumentando o sentido de pertença, os rituais são importantes para a manutenção da coesão dos membros de uma sociedade (Durkheim, 1985).

A requalificação da rua, por outro lado, marcou de forma permanente os moradores da rua: “A rua estava um cangalho durante as obras, mas toda a gente sabia que era para melhorar. Agora está mais limpa, há contentores para o lixo, é lavada duas vezes por semana”. Para D. G. toda a cidade melhorou muito, ficou tão bonita que nenhuma cidade se lhe compara. “Nem Santiago de Compostela. O Porto é abafado. Lá o sol não é brilhante como o nosso, nem o ar que se respira é como o nosso”.

Apesar de haver menos gente na rua, D. G. continua a gostar de se sentar num banco no passeio e ficar a conversar com quem passa. Gostava, por isso, que se retirasse o trânsito: “Os carros estragam tudo. É uma alegria quando há festas e cortam o trânsito. E tudo se arranja. Ao Domingo não há trânsito e está tudo no meio da rua. As crianças já podem brincar”. Desde a classificação- “a coisa mais linda do mundo”-, a novidade são os turistas, que antes raramente passavam na Rua Egas Moniz: “Gosto de ver. Quando asso sardinhas no passeio, ofereço e eles pegam. Eles gostam. No S. João ponho uma mesa ali na viela, onde se corta os papelinhos para a festa, mesmo ao lado do Senhor, arranjo sardinhas e quem passa come”. Há turistas com sorte: aqui não é preciso dar para receber.

9.5 Ceias, saudades e convívios.

Fora do âmbito das associações, mas também no centro histórico, a dependência do Lar de Sto. António e o Albergue de S. Crispim, mais do que espaços de lazer e convivialidade, representam, para quem os frequenta, um porto-de-abrigo feito de sólidos gestos de humanidade. J. T é o responsável por toda a actividade da Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano, colaboração que presta gratuitamente há muitos anos: “O Albergue foi o primeiro hospital de Guimarães. Dava apoio aos peregrinos de Santiago. A lenda diz que S. Crispim deixou moedas para dar uma ceia de Natal a vinte pobres, todos os anos”. Para seguir esta tradição, continuam ainda hoje a organizar essa ceia, servida a quem estiver presente⁸⁷. “Na ceia de 2002 apareceram 52 pobres. Os

⁸⁷ Para além da ceia, o Albergue mantém actividade ao longo de todo o ano, acolhendo senhoras sem família e sem recursos económicos: “Neste momento é habitado por cinco senhoras. Há dez quartos de dormir. Para habitar o Albergue cada qual tem de ser autónoma, tem que se governar. Têm que ser pessoas válidas”, diz J. T. A cozinha é comum mas cada uma tem o seu fogão e os seus utensílios de

pobres que agora aparecem são sobretudo toxicodependentes e prostitutas. Vêm de muitos lados, não é só de Guimarães. A Câmara dá um subsídio e a família G.A. o vinho de quinta. Por Deus há sempre quem dê". Quinze pessoas ajudam regularmente na confecção da ceia de Natal. A família de J. T. ajudou sempre e por isso sempre começaram a ceia familiar depois de todos servidos e tudo arrumado no Albergue. *"Já aconteceu irmos para casa às 4 horas da manhã. Era quando havia mais pobres. Nessa altura, a ceia era servida na viela [porque não cabiam todos dentro da sala do Albergue]. A viela era fechada do lado da Rua da Rainha com um muro e do outro com um portão. Cobria-se com uma cobertura de zinco e montava-se mesas que iam de uma ponta à outra da viela. A polícia estava sempre a controlar porque era muita confusão: muitos queriam comer mais do que uma vez e bebiam também de mais"*. Hoje em dia a ceia faz-se dentro do Albergue, num salão mal iluminado, com mesas e bancos corridos, chão em terra batida e paredes de pedra caiadas de branco. *"Muita gente vem espreitar a ceia, os curiosos"*. Na impossibilidade de satisfazer a minha curiosidade, limito-me a imaginar o cenário dickensiano destas ceias de Natal, concluindo, uma vez mais, que desconheço muito do que me rodeia, apesar do meu interesse, da reduzida dimensão da cidade e da mediatização que recentemente a tem envolvido.

A dependência do Lar de Sto. António no centro da cidade, vulgarmente conhecida por "Casa dos Pobres", é um outro convívio possível para os mais envelhecidos e carenciados. Situado no centro histórico, entre a Rua Egas Moniz e a Rua João de Melo, este espaço colectivo é um dos exemplos que me fazem acreditar na sinceridade da proposta do G. T. L. de devolver a cidade aos seus cidadãos: contra a vontade de muitos que viam nesse imóvel um local apetecível para o comércio ou restauração, insistiu-se em "desperdiçar" esse espaço destinando-o a um lar de idosos.

A educadora social responsável, N. R., foi quem me orientou neste terreno de dependências e saudades, vida nas margens para novos e velhos, que funciona com três valências: cozinha económica, centro de dia e banhos. À cozinha económica todos chamam "Sopa dos Pobres", utentes ou não. *"Há em média 30 a 40 pessoas ao almoço e ao jantar: 90% são toxicodependentes e prostitutas. As figuras típicas já não vêm aqui. A maior parte morreu. Agora é toxicodependentes. Todos os arrumadores da cidade comem aqui. As prostitutas também são toxicodependentes e o problema do álcool que está também associado. Há também famílias mas pouco"*. Este serviço funciona todos

cozinha. A estadia, totalmente grátis, pode durar décadas: *"A última senhora que saiu daqui para o lar, viveu aqui trinta anos. Normalmente estão menos tempo. É conforme"*.

os dias do ano, com exceção de Natal, jantar de Sábado e Domingo. *“Há gente que vem aqui regularmente, almoço e jantar, há 10 anos. Têm lugares fixos: são eles que marcam os lugares pelo hábito de ficarem sempre no mesmo. Dizem: - Sai daí, que aí é o meu lugar!”*. Quanto aos banhos, a regularidade não é a mesma das refeições, diz N. R.. *“É porque são desleixados porque não têm necessidade de andar sujos. Também temos aí sempre roupa lavada que eles podem usar. Deitam a que trazem no momento fora, ao lixo, e podem pegar em roupa limpa e ficar com ela”*.

O centro de dia serve gente idosa mas que ainda se pode deslocar com alguma facilidade, não precisando, por isso, de dormir no Lar. No Verão, N. R. acompanha os que têm mais facilidade de se deslocar em passeios curtos pelo centro histórico. *“É mais de manhã. De tarde há o lanche e também gostam de ficar por aqui a jogar às cartas ou a conversar”*. Partilham o espaço com quem lá passa as tardes, não pagando nada, nem mesmo o lanche, chamando-se esta valência o centro de convívio. *“Estes são todos da cidade e daqui de perto. Vêm a pé. No Inverno ficam aqui toda a tarde mas no Verão dão uma volta. Os homens saem mais. Quando há festas há sempre gente da Rua Egas Moniz e circundantes a assistir”*. Mesmo sem ser dias de festa, encontrei aqui muitos dos moradores da Rua Egas Moniz- sobretudo senhoras, que entretanto conhecera durante os preparativos das procissões- que se juntam aos idosos neste espaço em que a nostalgia faz o tempo andar mais lentamente.

Os problemas sociais e económicos uniformizam quem frequenta o centro de dia: discriminados pela idade, experimentam uma transição crucial que pode significar uma perda de rendimentos e uma mudança de posição social, podendo constituir um processo perturbador e solitário, pois as pessoas têm de reestruturar a maior parte das suas rotinas diárias (Giddens, 1997: 726). Partilhar este espaço obrigará a essa reestruturação mas parece a forma possível de manter laços sociais⁸⁸. Fora dele, até estes mesmos laços se interrompem pois *“Os idosos não prolongam o convívio em casa”*, diz N. R.. Regressados a casa, esperam-nos longas horas de silêncio que transforma as memórias em labirintos de saudade.

⁸⁸ “A velhice é frequentemente um período de perda de relações: a reforma significa não só a perda de um emprego, como também a do contacto com outros no trabalho. (...) As consequências sociais e psicológicas da reforma variam de acordo com as experiências de trabalho e os padrões de vida anteriores. Numa sociedade em que o trabalho é um valor central, a reforma significa muitas vezes uma perda de posição social e a ausência de rotinas que podem ter estruturado uma vida individual durante meio século, criando um vazio difícil de preencher. Devido ao ritmo das inovações tecnológicas e de outras mudanças, conhecimento e as capacidades adquiridas ao longo de uma vida já não granjeiam o respeito dos jovens, como acontecia na maioria das culturas tradicionais” (Giddens, 1997: 722- 723).

9.6 Janelas (in)discretas.

De um modo geral, todos os cafés, restaurantes, feiras de velharias (chamadas Feiras do Entulho), bibliotecas, museus, ruas e praças, mercearias ou quaisquer outras lojas comerciais, podem representar, para quem as frequenta, locais de intensa sociabilidade e interação ou, paralelamente, lugares de contactos fugazes que dificilmente quebram momentos de solidão, dependendo dos laços que se estabelece, da proximidade com o meio físico e social ou mesmo das rotinas.

No centro histórico, muitos outros espaços servem de ponto de encontro e favorecem a convivialidade. É o caso das janelas que podem aqui ser pontos de sociabilidade, acrescentando esta função à de exibir sardinheiras ou pendurar roupa a secar. Assim, é comum ver gente a conversar de janela para janela ou da janela para a rua, privilégio que só tem quem mora em casas feitas à sua dimensão. E das janelas também se observa o mundo, desde a classificação de Património da Humanidade mais variado, cosmopolita e próximo. É agora que vale a pena estar à janela: há sempre quem elogie ou leve essa imagem registada para mais tarde recordar. “*Depois mandam-nas, de todos os países. Gostam muito*”, como diz a vendedeira de fruta da Rua de Sta. Maria, sabendo que faz, ela própria, parte das curiosidades que encantam os turistas.



Figura nº 10- Conversa entre vizinhas na Praça de Santiago.

Pontos de sociabilidade são também as soleiras das portas: abrigam da chuva pares de namorados, servem de assento aos mais jovens que, de copo na mão, adiam o descanso nocturno, retêm quem passa devagar para observar um gato a dormir ao sol. E, se na Rua Egas Moniz as soleiras que serviram durante muito tempo para contactos fugazes que antecediam prazeres ilícitos estão agora vazias, em muitos outros locais as soleiras cumprem a função que sempre tiveram: sala-de-visitadas sempre aberta pois, como diz G. F. *“não se visita a casa de ninguém. Não me parece que os outros vizinhos abram a casa aos outros. Não são pessoas de convivência. Se for na rua tudo bem”*.

Também uma pequena sala de arranjos de roupa, na Rua Gravador Molarinho, pode ter este papel facilitador das relações sociais e ser importante por isso para quem lá vai. M.A.T., quem faz esses arranjos de roupa, afirma conhecer bem a maior parte dos seus clientes: mesmo que não saiba o nome, tem referências. Para além do muito trabalho que tem, recebe constantemente a visita de pessoas- sobretudo senhoras- que a procuram unicamente para conversar, para passar um bocadinho de tempo. *“São pessoas sozinhas. Chegam a descoser a roupa para ter o pretexto de se sentarem aqui e conversar”*. Sabe que isto é verdade porque já o disse a algumas que o confirmaram: responderam que não têm coragem de ir para ali só para conversar por receio de a aborrecer. Pagando, adquirem, de certo modo, esse direito, concluiu eu. Sabe também que muitas dessas pessoas não têm pressa nenhuma que a roupa esteja arranjada *“mas vêm constantemente perguntar se já está. É um pretexto para saírem de casa e passarem por aqui. Muitas delas, aí pelos seus 70 anos, são de classe média-alta e não vivem no centro histórico. Outras são. Cada vez que entram para perguntar se já está pronto, sentam-se e conversam”*. *“Este trabalho faz falta a todos. Não é só a mim; também a quem pára aqui”*.

Há janelas que dão para a rua e de dentro pode-se ver quem passa. São vizinhas e dizem bom-dia, mesmo da porta. Algumas só batem nos vidros e continuam. M.A.T. tem a sensação de conhecer toda a gente do centro histórico: *“Passam por aqui todos os dias. Se uma tem uma dor de barriga, a gente sabe logo: não passou na rua... Sabe-se logo que estão doentes”*. Pergunta às vizinhas e há sempre alguém que sabe o que se passou. Às vezes, pensa, envolve-se de mais com as clientes e a família (das clientes) não compreende isso: *“A família não percebe essa amizade. Há pessoas que passam aqui o tempo, sentadas nesse banco, mas a família nunca chega a saber”*. Ela, no entanto, sabe que pessoas da vizinhança contam com ela para as ajudar a resolver uma

grande variedade de problemas e que muitas usam a expressão “*Vou à minha consultora*” para se referirem a ela própria.

São vivências que constroem relações de vizinhança já que o termo vizinhança sugere não só um determinado território a que os indivíduos estão ligados mas também um certo sentido de coesão enquanto grupo: vizinhança é um espaço onde há o hábito de visitar outros, trocar certos bens e serviços e, de um modo geral, fazer coisas em conjunto (Herbert e Thomas, 1990: 267). Mas que princípios produzem essa regularidade estatística, essa ordem observada? Como se geram essas práticas? Para Bourdieu (2000) para quem tudo se explica em função do espaço social

“as estruturas que são constitutivas de um tipo particular de meio ambiente (*e. g.* as condições materiais de existência características de uma condição de classe) e que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma das regularidades associadas a um meio ambiente socialmente estruturado produzem habitus, sistemas de disposições duradouras, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como tal, ou seja, enquanto princípio de geração de e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objectivamente reguladas e regulares sem em nada serem o produto da obediência a regras, objectivamente adaptadas ao seu fim sem suporem a mira consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para os atingir, e sendo tudo isto, colectivamente orquestradas sem serem o produto da acção organizadora de um maestro de orquestra” (Bourdieu, 2000: 163-164).

Por hábito, por condições objectivas e por práticas concretamente compatíveis com essas condições objectivas, M. A. T. nunca deixará este espaço onde vive há trinta anos; unicamente pensou acabar com os arranjos de roupa- “*a vista está a ficar cansada*”- e fazer alguma coisa relacionada com turismo, agora que atribuíram a classificação de Património da Humanidade à área onde está instalada: “*Um quiosque com café, com jornais, um quiosque de multi-coisas, onde possa estar sempre em contacto com pessoas. As pessoas fazem-me falta*”.

Para além de abrir perspectivas em termos profissionais, a classificação trouxe-lhe um orgulho redobrado pelo sítio onde mora e trabalha, “*Uma certa alegria de ouvir Guimarães nas bocas do mundo. Gosta-se de viver aqui. Há um conjunto de coisas que nos orgulham: os monumentos, as ruas, é um conjunto de coisas. A gente acordar de manhã e ver alguém a fazer a higiene das ruas, como na nossa própria casa...É bom para nós e para o turismo e dentro de pouco tempo é disso que vamos viver. Mais do turismo que doutra coisa qualquer*”.

10. O PASSADO COMO DESTINO TURÍSTICO: PERFIL DE UM IMPACTO ANUNCIADO.

10.1 Obras da “engenharia cultural”.

Obter a condição de Património da Humanidade é, para qualquer cidade, uma honra porque supõe o reconhecimento mundial da sua excepcionalidade e o compromisso da sociedade internacional para a sua protecção, mas não a garante na totalidade, afirma Gloria Gómez em *Patrimonio, Museos y turismo cultural: claves para la gestión de un nuevo concepto de ocio* (1998: 87-88). A «Convenção» não prevê uma «tutela coercitiva» e as cidades reconhecidas continuam a reger-se pelas leis sobre Património Cultural do país em cujo território se encontram- para aceder ao título já tinham que ter leis protectoras, não as melhorando normalmente com a Convenção. Também a possibilidade de obter ajudas económicas é mínima: as cidades declaradas estão obrigadas a assumir a sua própria conservação e os gastos que ela comporte. Quanto a acompanhamento técnico para a sua preservação, as cidades Património da Humanidade podem pedir ajudas para formação de profissionais em conservação e reabilitação- fundo que está, no entanto, destinado prioritariamente a apoiar intervenções de bens em perigo.

À vista de tudo isto, pergunta ainda Gloria Gómez (1998: 88): que vantagens tem para uma cidade o reconhecimento como Património Mundial? O benefício mais imediato é, sem dúvida, o económico: “O que move os municípios, não é o carácter único desses aglomerados urbanos e a vontade profunda da sua manutenção, mas os proventos turísticos que daí podem tirar” (Pinto, 2003: 21).

A classificação é por si só um potencial de riqueza porque automaticamente a converte em meta de numerosos programas turísticos⁸⁹ pois vivemos actualmente numa

⁸⁹ “E a introdução do turismo, tal como ele hoje é entendido, implica alterações profundas na estrutura de uma cidade e na sua própria vivência, ou seja, as classificações como Património da Humanidade têm contribuído tanto para a manutenção imagética das cidades assim classificadas, como para a sua destruição dissimulada. É evidente que há casos e casos, mas o facto é que muitos dos que pugnam pela classificação de «Centros Históricos», se fosse necessário, não hesitariam em trocar pedras verdadeiras por reproduções de plástico, se estas por qualquer motivo fossem mais fáceis de manter. A troca de traves de madeira por vigas de betão revestidas a madeira é frequente e dá indicações que a minha ironia não está infelizmente longe da verdade” (Pinto, 2003: 21).

cultura do descartável que nos leva a conceber a própria memória como objecto consumível e descartável (Nunes, 2003: 61).

O património cultural constitui um dos recursos que devemos valorizar e transformar em produto ao serviço de um desenvolvimento local duradouro, diz Tresserras (2001: 203), acrescentando que “El patrimonio pasa de ser un recurso a convertirse en un producto capaz de generar riqueza y empleo, aunque es necesario poner una especial atención en su conservación y mantenimiento, así como garantizar el disfrute del mismo a la propia población residente”. A lógica do capitalismo é isto: tudo é passível de ser consumido e a cultura não escapa a esta máquina mercantil.

Lowenthal (1998: 31) reconheceu este fenómeno generalizado no mundo ocidental: “El recuerdo de los tiempos pasados es un negocio floreciente en casi todos los países y cualquier época le vendrá bien” O desenvolvimento do sector terciário com serviços direccionados aos turistas, nomeadamente a dinamização da actividade hoteleira e comercial, bem como a própria produção artesanal, permitiram a criação de inúmeras pequenas empresas e novos postos de trabalho. Nesta perspectiva, a antiguidade e os seus símbolos tornam-se recursos de estratégias que procuram converter a marca de tradição em capital de inovação (Fortuna, 1997: 235) citado por (Fortuna e Peixoto, 2002: 22).

A cultura é, de facto, uma das principais motivações para as deslocações das pessoas e, conseqüentemente, sem cultura o turismo não existiria (Barré, 1996: 7) por não satisfazer um tipo específico de turistas para quem as viagens são provocadas pelo desejo de ver coisas novas, de aumentar os conhecimentos, de conhecer as particularidades e os hábitos doutras populações, de conhecer civilizações e culturas diferentes, de participar em manifestações artísticas ou, ainda, por motivos religiosos. Os centros culturais, os grandes museus, os locais onde se desenvolveram no passado as grandes civilizações do mundo, os monumentos, os grandes centros de peregrinação ou os fenómenos naturais ou geográficos constituem a preferência destes turistas (Cunha, 1997: 23). O património cultural transforma-se num artigo de consumo- o turismo cultural- e adquire a nova conotação de valor económico.

Para Herbert (1997: 2), não ocorrerá sempre deste modo: património, lazer e turismo, que podem incluir-se nos maiores fenómenos de crescimento dos finais do século XX, estão interrelacionados mas não interdependentes, pois o património tem autonomamente um papel de educação formal, pesquisa e conservação que não precisa

de estar relacionado com turismo e lazer, muito do tempo livre é passado sem ser em turismo e muitos turistas não visitam património quando viajam.

De um modo geral, pode-se dizer que muitas das novas relações entre a «arte» e o «mercado» e entre a «indústria» e a «cultura» são protagonizados por criadores em áreas onde as fronteiras se encontram pouco nítidas no que respeita à sua classificação e, por isso mesmo, áreas onde são possíveis confluências- estéticas, tecnológicas, mediáticas- de recursos e linguagens (Santos e Abreu, 2002: 247). Para Françoise Choay, esta metamorfose dos monumentos e do património em produto cultural só foi possível graças à “engenharia cultural”, vasta empresa pública e privada ao serviço da qual trabalha uma multidão de animadores, comunicadores, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais, cuja tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios possíveis, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes (Choay, 1992: 163).

Trata-se de forjar níveis de satisfação antecipada nos consumidores potenciais e procurar concretizá-la, através do património tornado objecto de consumo: sob a cultura do consumo, a «indústria» do turismo vende e promove *experiências* de modo semelhante ao que ocorre com as estratégias de promoção e consumo dos bens materiais (Fortuna, 1995: 23). Frente às pressões dos processos económicos dominantes, a retórica política dos governantes tende a concentrar-se à volta da necessidade de desenvolver estratégias que promovam as cidades como actores políticos, económicos e culturais: a mediatização das cidades surge como uma forma de marketing urbano através do qual as cidades se auto-representam e publicitam, criando-se para tal uma dinâmica marcada pela globalização económica e cultural (Peixoto, 2000).

Um dos aspectos através dos quais as cidades são hoje percebidas é, assim, pelas suas políticas culturais: designar cidades como capitais de cultura, Expos mundiais e internacionais ou Património da Humanidade tem sido uma das estratégias de as envolver de um manto de cultura, o que permite pensá-las por outra perspectiva. Hoje pensa-se a cidade como um projecto cultural (Leite, 2003: 24) permitindo vê-la de um modo novo: torna-se cada vez mais uma coisa que imaginamos e não vivemos, um objecto estético criado pela cultura que se afasta da cidade “verdadeira” à medida que perde autenticidade e especificidade. Manipulada pela cultura com o objectivo de potenciar locais atractivos para o turismo, a cidade *sacralizada* e *mitificada* ganha uma tonalidade próxima dos ambientes festivos que, como todos os ambientes de festa tendem a ser consumidos de forma sôfrega e intensa (Fortuna, 1995).

Em Guimarães, mesmo que de forma incipiente, a promoção turística recorreu desde sempre ao seu património histórico e cultural. O Castelo e o Paço dos Duques converteram-se durante décadas num destino que combinou perfeitamente experiência cultural, riqueza patrimonial e actividade lúdica, respondendo a um gosto generalizado pelo passado evidenciado, antes e agora, por turistas nacionais e estrangeiros⁹⁰.

Distinguindo-se dos concelhos limítrofes pelo seu património monumental e pela forte actividade industrial, em Guimarães o turismo tinha alguma expressão mas nunca contribuiu de forma significativa para a formação do PIB regional ou local, assegurado maioritariamente pelas indústrias têxteis e de vestuário, que, de qualquer modo, contribuíram durante décadas, mesmo que de forma não intencional, para a manutenção de uma afluência regular de turistas na cidade⁹¹.

Em 1997, num estudo solicitado pela A.C.I.G. em parceria com a Câmara Municipal de Guimarães, A.M.A.V.E. e Sol do Ave para a elaboração do *Projecto Especial de Revitalização Comercial do Centro Histórico de Guimarães* podia ler-se (pag. 117): o principal factor de atracção para o turismo é a riqueza patrimonial e histórica do Centro Histórico dado que 50% destes visitantes apontam este facto como motivação da sua presença. A qualidade ambiental de Guimarães é referenciada por 21% dos inquiridos que consideram a cidade «bonita». Estes aspectos deverão ser tidos em conta na concepção das campanhas de promoção do Centro Histórico, nomeadamente do seu comércio tradicional. Torna-se fundamental a associação entre diversos elementos, tais como a riqueza do património edificado, a história e as tradições que deverão constituir as temáticas fundamentais para dinamizar e, consequentemente, valorizar o Centro Histórico de Guimarães.

⁹⁰ “Os turistas inquiridos na Zona de Intervenção eram, em 52% dos casos, visitantes nacionais. No total verificou-se que 34% provinham do Norte de Portugal e 11% do Sul, 38% eram originários de países europeus e 5% do continente americano”, in *Projecto Especial de Revitalização Comercial do Centro Histórico de Guimarães*, estudo realizado por Associação Comercial e Industrial de Guimarães em parceria com Câmara Municipal de Guimarães, AMAVE e Sol do Ave, 1997, pag. 115.

⁹¹ “O facto do concelho de Guimarães e região envolvente serem fortemente industrializados, o que reduz o peso relativo do sector do turismo, tal não significa que a procura destes como destino turístico seja diminuta. Muito pelo contrário. As actividades industriais existentes contribuem para aumentar a afluência de visitantes nacionais e estrangeiros que, embora se desloquem à região por razões de negócios, podem usufruir de todo um conjunto de infra-estruturas de apoio bem como dispor de amplos motivos de interesse paisagístico, cultural e histórico para ocupação dos tempos livres próprios ou dos respectivos acompanhantes. Ou seja, as actividades económicas dominantes potenciam as de turismo, contribuindo para o aumento do número de visitantes com poder de compra”, in *Projecto Especial de Revitalização Comercial do Centro Histórico de Guimarães*, estudo realizado por Associação Comercial e Industrial de Guimarães em parceria com Câmara Municipal de Guimarães, AMAVE e Sol do Ave, 1997, pag. 11.

Segundo dados da Zona de Turismo de Guimarães (*Síntese de resultados estatísticos 2002*), nestes últimos anos foi feito um grande esforço promocional e de divulgação, patente no reforço de documentação disponível nos hotéis, principalmente mapas da cidade, e ainda o trabalho promocional junto a operadores turísticos, agências de viagens, jornalistas e do público em geral, nomeadamente através da participação em feiras de turismo em que foi distribuído material promocional que permitisse ao turista chegar a Guimarães mais e mais bem documentado. A mesma *Síntese de resultados estatísticos 2002* refere que para isto muito contribuiu, para além do esforço promocional dos últimos anos, a classificação de Património Cultural da Humanidade obtida no final de 2001.

Em 2002, um ano depois da classificação de Património da Humanidade, a Zona de Turismo de Guimarães (Z.T.G.) registava um aumento de 64,2% na afluência de visitantes aos Postos de Turismo de Guimarães em relação a 1998. Os principais responsáveis pelo aumento desses visitantes foram os portugueses, com um aumento de 46,2%, os espanhóis com 20,3% e os franceses com 42,3%⁹². Num inquérito aos turistas⁹³, no que se referia aos motivos de visita e deslocação a Guimarães, 71,7% dos inquiridos apresentaram a Classificação de Património da Humanidade como um dos motivos, seguido-se os monumentos e museus, referidos por 41,4%. É visível não só um aumento no número de visitantes mas também uma melhoria da sua qualidade.

Para Jordi Juan i Tresserras (2001: 204) cada vez há turistas mais exigentes, sensibilizados pelo meio ambiente e pela diversidade cultural, que procuram novos produtos fugindo dos modelos turísticos convencionais caracterizados pela massificação e escassa qualidade da oferta. A qualidade do destino chega-lhes garantida por marcas avaliadas com distintivos como bandeiras azuis ou declarações de Património da Humanidade. Carlos Fortuna (1995) define este turismo como turismo cultural: desenrola-se em contextos urbanos, particularmente os que registam uma forte incidência de factores arquitectónicos, históricos e monumentais e que, sem escapar às tendências de organização e mercantis do chamado turismo de massas, regista uma preponderância de turistas isolados ou viajando em pequenos grupos, que utilizam meios próprios de transporte e têm autonomia sobre os itinerários e calendários da sua visita.

⁹² Estas três nacionalidades representaram, em 2002, 70,7% do total de visitantes, cabendo 34,1% a portugueses, 22,3% a espanhóis e 14,3% a franceses (*Síntese de resultados estatísticos 2002 da ZTG*).

⁹³ Inquérito promovido pela Z.T.G. durante os meses de Maio a Setembro de 2002: foram realizados 428 inquéritos a turistas através de entrevista e com a colaboração de hotéis da cidade.

10.2 Os turistas parecem-se com os carneiros.

Em Guimarães, um aumento tão significativo de turistas (64,2% em 2002) constituiu certamente um aumento de rendimento quer para o sector público, quer para o privado. Era, por isso, de esperar que tal não passasse despercebido e muitos tentassem tirar partido, de uma forma ou outra, deste aumento do turismo e da procura de património que o assemelha a um qualquer artigo de consumo. Assim, foi notório o aumento do número de cafés e bares neste período, sobretudo na Praça de Santiago, Largo da Oliveira e Largo João Franco; em 1997 havia seis lojas de artesanato no centro histórico⁹⁴ mas em 2002 registei catorze. As entrevistas aos proprietários de todas estas lojas revelaram, porém, grandes diferenças na forma como relacionam a sua actividade comercial com a classificação de Património da Humanidade e o consequente aumento de afluência de turistas e visitantes.

Para F. R., proprietário de uma loja de artesanato na Rua de Santa Maria desde 1995, o que encontrou de mais positivo na classificação de Património da Humanidade foi ter aumentado muito o número de visitantes e, por isso, o número de clientes. Vendeu muito mais em 2001 e 2002 do que em qualquer dos outros anos anteriores, o que se compreende dada a localização: esta loja de artesanato situa-se em frente à Câmara Municipal e está no percurso mais usado pelos turistas- descida “obrigatória” do Castelo para o centro histórico-, quer os que se deslocam em grandes grupos, quer aos pares ou individualmente, tirando partido de passos tão previsíveis e condicionados. Isto mesmo pude constatar durante as minhas pesquisas no centro histórico: incontestavelmente, a Rua de Sta. Maria é a que apresenta o maior número de turistas de todo o centro histórico.

Na Rua da Rainha, muito próximo do Largo da Oliveira, contactei outra proprietária de uma loja de artesanato, M.C.R.⁹⁵, que registou igualmente um significativo aumento nas vendas desde a classificação de Património da Humanidade, sobretudo a turistas nacionais: *“Sabia pelas notícias que o centro histórico ia ser classificado. Havia uma fezada que o negócio ia melhorar...e melhorou. Há cada vez*

⁹⁴ Dado obtido a partir do *Projecto Especial de Revitalização Comercial do Centro Histórico de Guimarães*, 1997, pag. 46.

⁹⁵ Tem esta loja há 20 anos. Começou como loja de pronto-a-vestir e passou depois a loja de bordados da Madeira (feitos na China). Só em 1994 começou a vender bordados artesanais regionais, maioritariamente de Guimarães. *“Os turistas procuravam bordados regionais”*, diz a proprietária, revelando um grande sentido comercial. Tem bordadeiras a trabalhar para a loja em exclusivo (*“há muitas na zona de Guimarães”*). Encomenda o que é tradicional, criando de novo um ou outro artigo (ex: pequenos lenços feitos de bocados de linho que sobram, bordados com cores).

mais turistas. Quem compra são os nacionais. Os estrangeiros ficam maravilhados mas compram muito menos”.

A. A., também comerciante de bordados⁹⁶, - única loja na Praça de Santiago- recorda Dezembro de 2001 como um momento “*formidável, encantador*”. O número de turistas e compradores aumentou nessa altura: “*Era uma loucura*”, diz esta senhora, a mais antiga moradora da Praça e uma das pessoas mais entusiasmadas com a requalificação e classificação do centro histórico que conheci ao longo do meu trabalho. “*Os turistas nacionais aumentaram, são os que compram mais. Sobretudo os de Lisboa. Sobretudo linhos*”.

Embora menos entusiasmado do que esta senhora, D. S., comerciante de artesanato em frente ao Paço dos Duques há 15 anos (referido já na pag. 46), registou também aumentos nas vendas e no número de visitantes desde 2001. Para além disto, notou mudanças no tipo de clientes: os turistas são cada vez mais exigentes e informados. Os nacionais- em maioria- procuram sobretudo artesanato relativo a Guimarães: “*Que esteja lá escrito Guimarães*”. Os estrangeiros compram coisas mais diversas: “*Bordados, louças utilitárias, louças decorativas, figurados de Barcelos*⁹⁷”.

Estes quatro comerciantes de artesanato foram os únicos para quem a classificação de Património da Humanidade trouxe um significativo crescimento do volume de vendas. As quatro lojas estão situadas nos principais pontos de passagem dos turistas- em frente ao Paço dos Duques, Rua de Santa Maria, Praça de Santiago e Rua da Rainha, junto ao Largo da Oliveira-, quer dos que visitam Guimarães em grandes grupos, quer dos que podem gerir tempos e percursos ao seu gosto e ritmo. Contrariando um evidente aumento de visitantes na cidade, todos os outros comerciantes (dez) se mostraram desiludidos e de certo modo descontentes perante o facto de o volume de vendas se ter mantido ou mesmo diminuído, em alguns dos casos.

Tendo por base as suas declarações, para a maioria dos comerciantes de artesanato, o volume de negócios não aumentou desde a classificação de Património da Humanidade. Reconhecem que há mais turistas nas ruas mas afirmam não corresponder a quaisquer melhorias dos seus negócios. As razões são comuns pois todos repetem as mesmas frases: “*Os turistas passam muito pouco por aqui: a zona nobre passou a ser a*

⁹⁶ Abriu a loja em 1999, com apoios do PROCOM. Não era uma loja de artesanato que queria (já trabalhava antes em costura, no mesmo espaço) mas reconhece que isto está mais de acordo com a Praça de Santiago. Vende bordados e algumas cantarinhas de Guimarães. Tem também bordados e rendas da Lixa e tapetes de Arraiolos. Muitos dos bordados são feitos por ela própria

⁹⁷ O seu sonho era ter só artesanato de Guimarães, mas não há, segundo este comerciante, artesãos. “*Guimarães quase não tem artesanato*”, diz D. S.

Rua de Santa Maria, a Oliveira e a Praça de Santiago. É para lá que são canalizados pelos guias turísticos” e “Os estrangeiros não compram, principalmente os que vêm em grupos”.

Denotando alguma desilusão, estes comerciantes atribuem o fracasso dos seus negócios ao comportamento estereotipado de muitos turistas, que visitam a cidade usando percursos pré-definidos ou sugeridos por informação turística, que exerce, de certa forma, controlo sobre aquilo que deve ser visto. Para Urry e Crawshaw (1995: 55) é, contudo, possível praticar uma espécie de antiturismo que supõe um confronto poético com os «recantos obscuros» habitados pelos despojados e pelos marginais das cidades e vilas, ou seja, conhecer a experiência de uma vida supostamente «real» e «autêntica», desobstruída das imagens visuais dominantes do lugar em questão. Para estes autores há maneiras de se ser turista que, de facto, desafiam e desestabilizam as construções dominantes dos espaços das cidades: enquanto o «flâneur» da classe média- o viajante que, deambulando a pé, é capaz de viajar, chegar, mirar, prosseguir viagem e permanecer anónimo, numa espécie de zona liminar- se sente atraído pelos recantos obscuros da cidade e pelos encontros fortuitos com o inesperado, muitos turistas actualmente limitam-se a vaguear pelos locais devidamente assinalados. Baseando-me na informação prestada pelos comerciantes de artesanato e na minha própria observação, em Guimarães a maioria dos visitantes “atravessa” a cidade sob o olhar vigilante dos promotores turísticos que escolhem, solicitamente, a paisagem urbana mais facilmente reconhecida por todos, mesmo que mais superficial ou encenada que outras áreas e, talvez por isso mesmo, menos interessante.

A. M. constitui um desses exemplos de comerciantes desiludidos: durante três anos manteve a loja de artesanato- uma das poucas lojas de artesanato contemporâneo, de gosto cuidado e revelando apertado critério de selecção por parte da proprietária- que abriu em 1998 na Praça de Santiago, na expectativa da classificação de Património da Humanidade. “*Era um negócio pouco rentável e continua a ser mesmo agora*”, afirma esta jovem proprietária. Não vê mesmo qualquer diferença a partir de Dezembro de 2001. Está informada pelo Posto de Turismo que o número de visitantes aumentou muito mas descreve essas visitas do seguinte modo: “*As camionetas deixam-nos em frente ao Paço dos Duques, fazem uma visita rápida e descem até á Rua de Santa Maria, Praça de Santiago e Largo da Oliveira, quase sem parar, até chegarem novamente à camioneta que os espera no largo de S. Gualter. Têm meia hora para fazer todo este percurso, não podem parar para comprar o que quer que seja*”. Por esta

razão, a maior parte dos seus clientes é constituída pelos que vêm aos pares ou isoladamente; nunca lá chegam turistas em grupo e em grande número. São sobretudo portugueses, muitos dos quais colecionadores, seguidos pelos espanhóis: *“Os nacionais e os espanhóis compram mais, sobretudo os casais”*. A procura por parte dos vimaranenses foi aumentando gradualmente, segundo esta comerciante num contacto posterior, fruto de um gosto surgido entretanto, que levou muita gente a procurar artesanato decorativo, demarcando-se de uma determinada imagem que imperava em lojas desta especialidade: *“As pessoas chegaram à conclusão que uma loja de artesanato não tem de ser um sítio confuso onde tudo está amontoado”*. Os gostos, como as outras escolhas feitas por uma determinada pessoa, são o produto do encontro entre o gosto do artista e o gosto do consumidor: só falta compreender como acontece que em determinada altura haja bens para todos os gostos (Bourdieu, 1980b: 163).

Mesmo ao lado, na estreita Rua Dr. A. M. Prego, situa-se outra das poucas lojas com artesanato contemporâneo de qualidade: peças de joalharia e artigos de artesãos portugueses, espanhóis e alemães. Segundo a sua proprietária não vende muito a turistas. Muitos dos seus clientes são vimaranenses que *“procuram uma peça diferente para ter em casa ou oferecer”*. Sabe que há mais turistas estrangeiros do que antes de 2001 mas não chegam a passar em frente da sua loja. Descreve estes percursos ainda com mais pormenor do que A. M.: *“Descem do Castelo pela Rua de Santa Maria abaixo, atravessam a Praça de Santiago encostados às casas do topo da Praça, passam por baixo dos arcos, param por momentos na Oliveira e vão a correr como carneiros para as camionetas que estão na Senhora da Guia. É só 3ª idade e esses não compram artesanato. Os estrangeiros não compram nada”*.

M. G., proprietária de uma loja na Rua Egas Moniz desde Outubro de 2001, atribui o pouco interesse dos turistas pelos artigos de artesanato que vende a razão diferente: o mau ambiente da rua. *“Atiram água pela janela, põem roupa a secar e a pingar. Aqui é um atraso de vida. A Câmara devia proibir a roupa a secar. Eles proibiram mas não cumprem. Devia haver vigilância. Em 20 anos não evoluíram nada. Fazem fogueiras na rua para assar sardinhas, sentam-se em bancos nos passeios a falar. Sacodem os tapetes à janela. Pegam-se e insultam-se muito. É falta de cultura”*. E conclui: *“Isto afasta os turistas. O aspecto das pessoas assusta os turistas. Têm medo de ser assaltados. Não sorriem, não cumprimentam, não param. Fotografam sempre a correr. Prejudica o turismo e o comércio”*.

A proprietária da loja mais antiga em frente ao Paço dos Duques⁹⁸ (já referida na pag. 45) aponta duas razões diferentes destas para a redução nas vendas: a abertura de uma loja dentro do Paço- onde os guias aconselham a comprar- e maior brevidade na permanência na Colina Sagrada para poder visitar o centro histórico: “*Descem todos por aí abaixo: muitos mal param aqui*”, diz M. F. manifestamente desalentada.

Nas lojas mais antigas- sobretudo de bordados- nem o aumento de turistas nem o de clientes, em geral, é reconhecido. “*A maioria dos clientes é de Guimarães. Há uma clientela fidelizada. O centro histórico está a ficar desertificado e o comércio ressentese disso. Não anda ninguém na rua*”, diz P., dono de uma loja de bordados há 40 anos⁹⁹. A proprietária de outra destas lojas, M. L. N., afirma vender cada vez menos: “*Há 18 anos era outra coisa. Depois abriram muitas lojas, o Continente tirou gente. O comércio tradicional está a desaparecer*”, atribuindo o decréscimo do seu negócio a razões independentes da classificação de Património da Humanidade ou da requalificação urbana. Tudo isto lhe foi indiferente: desconhece os limites do centro histórico e só sabe que a sua loja faz parte porque “*a Câmara está sempre a proibir*”, referindo-se a eventuais obras no estabelecimento. Também não reconhece que se tenha valorizado a parte antiga pois diz que “*Está tudo igual*”.

Uma das alterações esperadas pela maioria dos comerciantes é, no entanto, a proibição de trânsito de automóveis nas ruas do centro histórico. Pelas queixas de muitos comerciantes, é notório que as regras que a Câmara foi impondo progressivamente, limitando o trânsito em várias ruas durante certas horas do dia, não satisfizeram suficientemente. De facto, a maioria dos comerciantes de artesanato concorda com os limites de trânsito impostos pela Câmara, considerando-os mesmo determinantes para a animação do centro histórico. “*As pessoas vinham aqui mais, havia mais espaços para esplanadas e seria mais seguro para as crianças*”, diz M. F. referindo-se mais aos vimaranenses do que aos turistas, já vende muito pouco a turistas, sendo a maior parte dos seus clientes de Guimarães. Se o trânsito fosse retirado de vez, “*Os turistas teriam mais condições para passear e ver montras em segurança*”, diz também M.C.R., que como muitos outros, vêem na facilidade de circulação de peões melhorias para o comércio.

⁹⁸ Vende um artesanato de fraca qualidade, misturando um pouco de tudo: pequenos objectos em barro, bonecos de plástico, atoalhados fabricados industrialmente. O que tem mais procura são os gelados e postais do Castelo.

⁹⁹ Esta loja na Alameda pertence à área classificada mas situa-se fora da zona intra-muros.

10.3 Turistas Ocidentais.

A Zona de Turismo de Guimarães, através de inquéritos já referidos anteriormente neste capítulo, definiu um perfil de turistas que visitam Guimarães: os inquiridos pertencem maioritariamente ao segmento da população activa (49,5% têm entre 41 e 65 anos); os turistas nacionais representam 31% seguindo-se os espanhóis com 14% (perfazendo juntos 45% do total); o nível de escolaridade é, em 71,5% de nível superior, o que está directamente relacionado com produto *Turismo Cultural* que Guimarães oferece. À semelhança da maior parte dos destinos turísticos internacionais, Guimarães sofre do efeito da sazonalidade com picos de procura nos meses de Verão, principalmente Agosto, e quebras nos meses de Inverno. Finalmente, apesar dos aumentos nos números de visitantes nos postos de turismo e nos museus, a taxa média de ocupação-quarto na hotelaria registou um decréscimo, situando-se nos 50,4% (dados obtidos a partir da *Síntese de Resultados Estatísticos 2002*).

Jordi Juan i Tresserras define da seguinte forma os clientes do turismo cultural: “El turista cultural apuesta por la calidad del producto y exige un nivel más alto de infraestructuras y servicios; busca una oferta personalizada; no está tan sujeto a la estacionalidad; visita monumentos, museos, celebraciones tradicionales, etc.; manifiesta interés por el contacto con las gentes y sus tradiciones; gasta más dinero que el turista tradicional; tiene mayor tendencia a alojarse dentro de la comunidad que visita que en *resorts* turísticos especializados; pasa más tiempo en el área objeto de su visita; es más educado con el medio y la cultura local; y posee nivel cultural medio-alto” (2001: 218).

Penso que desta definição só o último aspecto- possui nível cultural médio-alto- se pode, em parte, confirmar em Guimarães tendo por referência os dados da Z. T. G. e as declarações dos comerciantes de artesanato entrevistados: vários se referem ao nível socio-cultural mais elevado dos turistas desde a classificação de Património da Humanidade, com frases do género “*Aumentou a qualidade dos turistas. Mais interessados em conhecer*” ou “*Hoje há uma procura de qualidade. Casais de 45/50 anos, que procuram mais qualidade*”. A alegada procura de qualidade por parte dos turistas talvez seja uma das razões por que dez dos catorze comerciantes se queixam de não vender: com excepção das duas lojas de artesanato contemporâneo, as restantes apresentam, de modo geral, um amontoado de objectos a que dificilmente se pode chamar artesanato e que só eventualmente pode interessar a um turista cultural, tal como definido anteriormente por Tresserras (2001) ou ainda por Fortuna (1995): o turista

cultural pertence a estratos sociais médios e médios altos, tem um nível de capital escolar e cultural relativamente elevado, é membro do grupo de profissões intelectuais, técnicas, científicas e artísticas, tem, na sua maioria, idades compreendidas entre os 20 e os 39 anos e tende, quanto à sua divisão por sexos, a repartir-se de igual modo. De um modo geral, os visitantes de estratos sociais superiores são mais motivados por interesses históricos, patrimoniais e educacionais do que os grupos de estratos inferiores; contrariamente, os visitantes mais jovens têm menos interesse por castelos, monumentos antigos e história, comparando com grupos mais velhos (Thomas, 1989).

Quanto às questões ter “mayor tendencia a alojarse dentro de la comunidad que visita” e passar “más tiempo en el área objeto de su visita”, a taxa média ocupação-quarto em Guimarães contraria essas características, pois houve um decréscimo desde 2001. O mesmo se pode dizer em relação à sazonalidade que em Guimarães segue os padrões do turismo de massas pela acentuada concentração de visitantes nos meses de Verão, sobretudo em Agosto, escapando a uma das características do turista cultural que é não estar “tan sujeto a la estacionalidad”. Se a procura de “una oferta personalizada” não pôde ser testemunhada, já a visita a “monumentos e museos” é possível contabilizar: o Paço dos Duques registou uma subida de 23.750 visitantes de 2001 para 2002 e o Museu de Alberto Sampaio uma subida de 8.698, no mesmo período de tempo.

Muitos comerciantes se referiram à falta de tempo de que os turistas dispõem para visitar a cidade o que pode explicar a sua falta de “interés por el contacto con las gentes y sus tradiciones”. Para Krippendorf, esses contactos, por si só, também nunca contribuíram para a criação de laços de amizade ou aproximação verdadeira entre turistas e autóctones: “Na maioria dos casos, o encontro segue a lógica de um clichê, é artificial e enganador. Neste caso, em que domina a motivação da fuga e do egocentrismo, onde a invasão das massas não pode ser dominada senão pela massificação dos serviços, (...) é inevitável que o coração não participe e que qualquer tipo de encontro se torne impossível. Mesmo quando os cidadãos das nações industriais se dirigem às regiões turísticas do seu próprio país e podem, portanto, travar contactos em um nível social equivalente, raramente ocorre uma aproximação real” (1989: 110).

Qual é, então, o perfil do turista que visita o centro histórico de Guimarães? Cerca de metade tem mais de 40 anos, a maioria é de nacionalidade portuguesa ou espanhola e possui um nível de escolaridade médio-superior. Grande parte procura Guimarães por ser Património da Humanidade e por questões culturais, visita museus e monumentos, não permanece mais que um dia na cidade. Em grande grupo não adquire

artesanato ou quaisquer outros bens de consumo, não manifesta interesse em contactos pessoais com os residentes e desloca-se em tempos e percursos predefinidos. Com a família, em pequenos grupos ou individualmente, os visitantes têm mais tempo e propensão para, de forma directa ou indirecta, conhecer o património cultural, arquitectónico e natural de Guimarães.

10.4 Sectorização, standardização e *tax-free*.

O impacto sociocultural provocado pelo turismo- sobretudo quando há uma grande diferença socioeconómica entre turistas e locais- interessa desde há décadas aos antropólogos, preocupados com as mudanças culturais ocorridas, essencialmente, em comunidades indígenas do terceiro mundo (Nash, 1989; Smith, 1989; Crick 1989; Nunez, 1989; MacCannell, 1992; Cohen, 1993 a, b; Santana, 1997; Krippendorf, 1989). Progressivamente, estes estudos foram-se estendendo aos países desenvolvidos, também eles destinos turísticos que suscitam preocupações com a sustentabilidade do turismo (Brunt e Courtney, 1999; Ryan, 1991; Wahab e Pigram, 1997; Lozato-Giotari, 1990; Gamper, 1981).

Entendendo turismo como “as actividades realizadas por indivíduos durante as suas viagens e estadas em lugares distintos do seu ambiente habitual, por um período de tempo consecutivo e inferior a um ano, com fins de lazer, negócios ou outros motivos” e por comunidade de acolhimento aquela que vive num destino turístico, “um local visitado durante uma viagem ou estadia (turística)” (Eurosart, 1998: 2-7) importa, então, definir impactos socioculturais: “sont ceux où le tourisme contribue à changer les systèmes de valeurs, les comportements individuels, les conduites morales, les styles de vie collectifs, ou encore les cérémonies traditionnelles de la société d’accueil” (Guay e Lefebvre, 1995: 24). Referindo mudanças nos comportamentos individuais e colectivos e apontando a possibilidade de uma pluralidade de impactos, esta definição localiza as mudanças explicitamente na sociedade de acolhimento. “On pourrait encore mieux les définir par les «effets engendrés par les déplacements touristiques sur le genre de vie et sur les relations amicales ou autres que les individus entretiennent entre eux quand ils sont touchés de quelque façon par le phénomène touristique»“ (Gauthier, 1982: 108 *cit. in* Guay e Lefebvre, 1995: 24).

Reconhecendo a dificuldade de separar o social do cultural, numa outra definição precisa-se a distinção entre impactos sociais e impactos culturais, sendo os primeiros, mudanças na vida das pessoas que vivem nas comunidades de destino e estão associadas a um contacto mais directo entre residentes e turistas, e os segundos, mudanças nas artes, artefactos, costumes, rituais e arquitectura das pessoas, mudanças de longa duração que resultam sobretudo do desenvolvimento turístico¹⁰⁰ (Gee e Fayos-Solá, 1997: 234). Os impactos não se limitam, nesta definição, à dimensão comportamental- comportamentos individuais, condutas morais, estilos de vida colectiva- e simbólica- cerimónias e rituais- e estendem-se à dimensão cultural, consubstanciada nas artes, artefactos e arquitectura. Para além disto, refere o processo de comercialização da cultura ao estabelecer uma relação directa entre as produções locais e o desenvolvimento do turismo.

Esta visão em que os impactos eram, de um modo geral, apresentados como inevitavelmente negativos e o turismo visto como sinónimo de destruição cultural foi sendo reequacionada pela necessidade de reconhecer que as culturas não são blocos estáticos, encerrados em esquemas chamados tradição- ideia que a história ajudou a reforçar. Essa postura de relativismo cultural afirmou uma concepção plástica e porosa de cultura em que turismo podia não ser mesmo o maior agente de mudança, mas um entre vários. Ou ter efeitos biunívocos: para Barré (1997: 7) qualquer forma de turismo pode provocar um efeito cultural tanto no visitante como em quem recebe.

Valene Smith escreveu em *Hosts and Guests* (1989) que o grau até ao qual o efeito de demonstração pode directamente ser atribuído ao turismo, em contraste com outras influências externas da modernização incluindo os media e os imigrantes, permanece muito obscuro. Também Greenwood (1989: 181) levantou dúvidas a esse respeito: terá o turismo efeitos únicos? Serão as suas manifestações culturais sempre negativas? Outros autores levantaram dúvidas semelhantes (Crystal, 1989; Ryan, 1991). A literatura antropológica procura ainda compreender os efeitos do turismo.

A perspectiva do impacto sociocultural do turismo parece, no entanto, manter-se válida e a UNESCO continua a patrocinar estudos e conferências sobre a temática

¹⁰⁰ “Social impacts, as a rule, refer to changes in the lives of people who live in destination communities, and are associated more with direct contact between residents and tourists. Cultural impacts refer to changes in the arts, artefacts, customs, rituals and architecture of a people, and are longer term changes which result more from tourism development. Because most tourism consequences involve changes to both daily life and culture, the term **sociocultural impacts** is used to refer to changes to residents’ everyday experiences as well as to their values, way of life, and intellectual and artistic products” (Gee e Fayos-Solá, 1997: 234).

(Pandey, 1995; Barré, 1996; Soubert, 1995). Significativamente, à medida que o turismo se torna uma parte integrante do sistema de recepção, são os residentes locais que se têm que adaptar para manter o equilíbrio (Jafari, 1989: 39); o problema fundamental é saber como equilibrar o desenvolvimento económico perseguido pelo turismo com a preservação e protecção da herança cultural e identidade (Barré, 1996: 48).

A lógica de satisfação do turista-consumidor tem efeitos não desprezíveis sobre os locais de destino turístico, desde a submissão à lógica mercantil de numerosos aspectos materiais e não-materiais da sociedade, da economia e da cultura locais, até à alteração da fisionomia ambiental e morfológica dos lugares (Fortuna, 1995: 15). Se em Guimarães dificilmente se pode falar de impacto cultural, tal como definido por Gee e Fayos Solá (1997: 234), pode-se, em contrapartida, observar algumas mudanças económicas e sociais decorrentes dessa lógica de satisfação que, certamente, despertarão o interesse não só da antropologia mas de outras ciências sociais.

Mesmo sujeitos a uma significativa sazonalidade, restaurantes, bares e lojas de artesanato não param de surgir, contrariando a ideia com que se fica, depois de um contacto pessoal com os comerciantes, de que *“não se vende quase nada, isto está mau”* e alterando a fisionomia do centro histórico que começa a evidenciar alguma sectorização e conseqüente abandono de actividades comerciais mais diversificadas e moradores. Gloria Gómez alerta para este problema das cidades históricas com uma condição de cidades vivas: *“integrar el turismo en la vida de la ciudad y no supeditar la ciudad al turismo, porque con ello se convertirían en «ciudades museos», en centros unifuncionales sin otra función mas que la turística. Son Patrimonio Cultural de la Humanidad, pero antes son Patrimonio Cultural de sus residentes”* (Gómez, 1998: 91).

Ao nível do artesanato, o impacto não é de subestimar, mas não exactamente da mesma forma que Cohen (1993 a, b) identificou em países subdesenvolvidos em que a comercialização turística do artesanato implica, em função dos gostos e necessidades da procura, grandes alterações formais ou estéticas e a standardização¹⁰¹ e onde *“Motifs and designs are often innovative, even unrelated to the culture of the producers”* (Cohen, 1993a: 5). No comércio de artesanato vimaranense, os bordados repetem motivos e cores, aplicados, no entanto, em modelos que se vão renovando, as *“cantarinhas”*, que poucos vendem, mantêm o modelo e técnicas tradicionais, os

¹⁰¹ *“One of the principal trends of change in many tourist arts is towards simplification of motives and designs, as a consequence of economic constraints and the need to parry down complex themes to a few easily recognizable marks”* (Cohen, 1993a: 5).

“registos” *parecem* antigos. Com excepção destes artigos, tudo o resto é feito fora de Guimarães: recriações em barro de casas do centro histórico, “D. Afonso Henriques” a imitar bronze, pratos de louça de Alcobaça onde se lê “Lembrança de Guimarães”, muralhas pintadas às cores, castelos pintados nos mais diversos suportes, azulejos “barrocos” parecendo *recém-retirados* de capelas de casas senhoriais, figuras de presépio acolhidas sob baldaquinos góticos. “Nace así el souvenir, donde las nuevas formas deben responder a lo que el comprador potencial, normalmente desconocedor de la artesanía tradicional-funcional, piensa y espera encontrar en el área. (...) En términos generales, el turista, cuando adquiere el objeto artesano como souvenir está comprando un reforzador de recuerdos y una demostración del «estar allí» que le diferencie del resto” (Santana, 1997: 101- 102). Por isso é pouco exigente.

“*Guimarães quase não tem artesanato*”, diz D. S., justificando-se do facto de vender bordados industriais, louças utilitárias, louças decorativas de Alcobaça, figurados de Barcelos e inúmeros outros objectos cuja proveniência dificilmente se adivinha, pela vulgaridade. Nada é feito em Guimarães porque “*não há artesãos*”, diz D. S. contrariado. F. R. faz questão de só vender artesanato português: peças em barro de proveniência variada, muitas das quais feitas de encomenda para Guimarães: o mais vendido é uma pequena representação da muralha onde se pode ler “Aqui nasceu Portugal”, fabricada em Barcelos em exclusivo para a sua loja. O artesanato contemporâneo vendido em duas outras lojas é interessante, mas sem revelar qualquer pretensão de manter a tradição local ou mesmo recriá-la. Algumas lojas de bordados acrescentam lingerie, roupa de cama e tapetes a montras com o distintivo *tax-free*.

A pressão do turismo em Guimarães criou empregos ao nível dos serviços mas não reactivou as actividades artesanais locais. O seu impacto levou, antes, à criação espontânea de produtos para consumo turístico, que foram evoluindo em função dos mercados¹⁰² (Cohen, 1993b) e geram significativa riqueza em zonas tradicionalmente ligadas à produção de artesanato em Portugal: Barcelos, Alcobaça, Alentejo, Viana do Castelo. Só o reduzido artesanato feito em Guimarães- bordados e cantarinhas- tem alguma tradição enquanto tal e se mantém relativamente inalterado.

¹⁰² “Tourist arts, as commercialized folk arts, never remain identical for long with the baseline products from which their development had taken off. Owing to the imperatives of the market, representing the tastes, preferences and demands of the novel, external public to which the producers have to respond, at least partially, if their business is to remain viable, changes are introduced into materials, sizes, forms, coloration, functions, and production techniques of tourist art products. There is hardly any tourist art anywhere that after commercialisation remained viable as well as unchanged” (Cohen, 1993b: 157).

11. TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE: MARGENS E CONFLUÊNCIAS.

11.1 O património como espelho dos valores de uma comunidade.

Efeito perverso da globalização que torna as cidades «tecnicamente reproduzíveis» à medida que nelas se implantam as mesmas redes de pronto-a-vestir e pronto-a-comer, os mesmos sistemas de transportes e comunicações, os mesmos hotéis e lojas comerciais, a experiência de visitar cidades tende a ver diminuído o seu encantamento. Assim, é na minúcia do exemplar histórico e monumental da cidade, nas suas ruínas e edifícios decadentes, na exemplaridade histórico-temporal da sua arquitectura que se vislumbram hoje os traços da sua singularidade (Fortuna, 1995: 25).

Na origem do surto de patrimonializações e de relançamentos de tradições¹⁰³ na Europa contemporânea estão, conseqüentemente, não só a perspectiva de promoção cultural e económica, mas igualmente a vontade de tornar visível e exclusivo um território, visando quer a reconstituição de fronteiras que tendem a confundir-se ou a construção de uma nova entidade espacial (de dimensões mais restritas ou mais largas que a tradicional), processo que pode transformar um não-lugar num território singular, contribuindo para criar um lugar: em qualquer dos casos, as configurações espaciais resultantes desses relançamentos surgem certificadas, dilatadas e singularizadas, podendo afirmar identidades ameaçadas (Bromberger e Chevallier, 2004). Pela transmissão, o património, tal como a etimologia o atesta, participa na conservação da identidade (quer seja de uma linhagem familiar, de uma empresa ou de uma nação (Guillaume, 1997: 40).

Os bens, entretanto, considerados património são resultado de escolhas em que participam os diversos actores sociais, tendo por objectivo atingir determinados fins

¹⁰³ “Par relance, nous entendons l’ensemble du processus, de sa genèse à sa mise en scène, et de la configuration qui le sous-tend: une adaptation de pratiques et de savoirs obsolètes ou dormants à une nouvelle demande; l’élaboration de modèles et de normes attestant de leur authenticité; l’insistance emphatique sur la singularité du territoire où est circonscrit le phénomène; le recours à l’histoire et à la mémoire pour garantir la typicité du produit; la mobilisation de réseaux d’acteurs (individus, institutions) concourant au projet et à sa promotion auprès du public. On peut distinguer la relance d’une pratique disparue, essoufflée ou en crise, de la réactivation d’un usage encore vif par le recours à divers procédés d’authentification (l’attribution d’un label, la construction d’une histoire légendaire,...) et, plus généralement, pour les produits de terroir qui reçoivent une appellation d’origine contrôlée)” (Bromberger e Chevallier, 2004: 13).

(económicos, artísticos, arquitectónicos, históricos, etc. , implicando, por isso, que possam mudar historicamente de acordo com os critérios e interesses do momento): inventar património não se pode entender sem hegemonia social e cultural e nenhuma activação patrimonial é, por isso, neutral ou inocente (Prats, 1997: 20-32). Expressão da sua natureza e das suas escolhas, o património reflecte verdadeiramente uma sociedade, mesmo que (ou sobretudo quando) as escolhas dos poderes públicos- classificando monumentos, sítios, etc.- possam não coincidir com as escolhas de cada indivíduo- que pode não considerar ou aceitar essas classificações- (Le Goff, 1998: 430).

É a intersecção de interesses, tais como os económicos privados, protecção estatal e diferentes horizontes históricos, muitos deles em conflito e contradição, que faz considerar o património como uma pluralidade de dimensões e sentidos que obriga a estratégias de «resistência», «manipulação» e «controlo» por parte da população e dos distintos poderes¹⁰⁴ (Alcantud, 2003: 28). Sendo facilmente reconhecido o valor histórico do património arquitectónico e artístico e sabendo, também, que há evidentes interesses económicos privados que defendem a protecção patrimonial, torna-se necessário compreender que interesses pode ter nisso o Estado. A “produção” do passado tornou-se uma actividade essencial dos Estados modernos- e elemento seguro da sua política do espectáculo (Guillaume, 1980: 178)- pois o ideal do Estado moderno é assegurar o monopólio da memória, reduzindo a memória do todo à memória conservada, autorizada (Guillaume, 1980: 16). Foi com este objectivo que os governos dos países ocidentais enriqueceram os seus arsenais de propaganda com um artifício novo: a política do património (Guillaume, 1980: 13).

Verdadeira política por se tratar de um vasto conjunto de ideologias, instituições e técnicas, a política de conservação do património serve de fronteira que nos separa das sociedades tradicionais- nas sociedades holistas, por exemplo, estas práticas relevam da sociedade civil e da sua estrutura simbólica, sendo conservados materialmente ou salvos do esquecimento os objectos e os factos que a tradição designa- pelo contraste das suas políticas de conservação e memória em relação às nossas e pelo espaço que é deixado ao poder político neste domínio: “Dans toutes les sociétés qui reconnaissent un pouvoir

¹⁰⁴ “Así lo vio para «Rethemnos», en Creta, Michael Herzfeld, quien detecta en los conflictos patrimoniales de la ciudad histórica, un control muy estricto del Estado, contraproducente incluso para la propia conservación del patrimonio. Junto a ello existirían estrategias de manipulación de los vecinos para sortear estos obstáculos, amén de la presencia de un conflicto simbólico entre el horizonte veneciano y el turco en la arquitectura urbana, del cual se infieren diferentes líneas de restauración (Herzfeld, 1991: 258-259). La responsabilidad política del Estado sobre el patrimonio se ha querido equilibrar y desplazar incluso con una concepción resistente del mismo” (Alcantud, 2003: 28).

politique, ce dernier symbolise sa prééminence et assure son empreinte par la création et la conservation de quelques emblèmes (monuments, médailles, archives, tombeaux, etc.), fragments matérialisés de son histoire. De ce dernier trait il résulte d'ailleurs une apparente continuité, de l'Antiquité jusqu'à nous, en ce qui concerne ces objets emblématiques et l'histoire dont ils sont les supports" (Guillaume, 1980: 111-112).

Na verdade, a antiguidade, ao ajudar-nos a ordenar e a dar um sentido ao que nos rodeia por via das referências identitárias que oferece, não se limita a fomentar a integração e a orientação sociais dos sujeitos e dos grupos: a antiguidade adquire um valor estratégico fundamental no sentido em que, por um lado, fornece recursos materiais e simbólicos que alimentam a indústria do turismo cultural e patrimonial por que muitas cidades competem, e, por outro lado, porque o recalcar do passado apela à continuidade e à legitimação de protagonismos e hierarquias, preenchendo, assim, uma expressiva função política (Fortuna e Peixoto, 2002: 23). Por isso o poder político- ou a sociedade civil mas, necessariamente, com o apoio do poder político- mobiliza os recursos necessários para patrimonializações e relançamentos de tradições que se tornam facilmente numa imagem de marca de uma comunidade, espelho dos seus valores e referência identitária.

A tradição, mesmo quando inventada, condensa mecanismos de identificação simbólica indispensáveis à constituição das novas identidades (Hobsbawm, 1997). No caso de Guimarães, diz Silvano (1997) que estudou aí a questão da identidade cultural a partir da relação que as comunidades e os indivíduos estabelecem com o espaço, não se trata de invenção de tradições mas de utilização de tradições: no mito de fundação, a narrativa integra os factos históricos numa leitura autocentrada glorificante e a celebração ritual do "nascimento da nacionalidade" através da valorização simbólica da sua localização¹⁰⁵ é rendibilizada localmente; nas Gualterianas, o momento mais alto do ciclo festivo da região, a narrativa é ritualmente actualizada, sobretudo durante o cortejo alegórico- chamado Marcha Gualteriana, que costuma juntar nas principais ruas da cidade cerca de 100 mil pessoas. Ambos produzem um efeito de reconhecimento de uma identidade (face a si próprio e aos outros, mesmo não tendo a expressão nacional desejada por muitos vimaranenses), conseguido pela repetição periódica e ritualizada de uma narrativa e ambos permitem a negociação/ transformação dessa mesma identidade.

¹⁰⁵ O mito da fundação produz, ao localizar na Colina Sagrada a origem da nacionalidade, um fenómeno de aglutinação espacial. Do ponto de vista do mito, o território português contrai-se para se sobrepor morfológicamente ao recorte espacial correspondente a essa colina. Virtualmente, todo o país está lá. (Silvano, 1997: 56).

Ao afirmar a sua origem histórica, Guimarães põe mais uma vez a funcionar o dispositivo simbólico que constitui a identidade da cidade por referência ao passado (Silvano 1997: 54). A história não é, no entanto, a única referência pois, apesar da centralidade dos traços identitários de cidade histórica nos discursos representacionais da cidade, e a despeito de D. Afonso Henriques ser indiscutivelmente a principal personagem histórica vista como identificadora de Guimarães, a «Cidade berço» é, numa outra dimensão representacional, uma cidade industrial. As próprias Festas Gualterianas, não só por terem sido criadas no início do século por iniciativa da associação Comercial de Guimarães, mas também por terem uma vertente comercial e industrial muito notória, simbolizam e valorizam esta dimensão representacional da cidade. Os têxteis e as cutelarias e, mais recentemente, a indústria do calçado e dos plásticos, conferem a Guimarães uma imagem de cidade industrial “onde predominam «impressionantes gestos de afirmação bairrista» (Garibáldi, 1971) característicos da sociabilidades operárias” (Fortuna e Peixoto, 2002: 31-32).

Presença constante nos debates antropológicos, o conceito de identidade tem oscilado entre ser ou não ser objecto social, termos só aparentemente contraditórios e exclusivos (Bromberger, Centlivres, Collomb, 1989: 137-138)¹⁰⁶. Para Silvano (1997) é através das representações do espaço que os indivíduos conferem uma especificidade ao seu território e reconhecem uma identidade à sua colectividade, o que significa que se estabelece um laço indissociável entre o sentimento de pertença a uma colectividade e o sentimento de pertença a um território. Para a antropologia, o território é uma forma de a cultura estruturar a sua relação com os objectos (com a materialidade) e as representações do espaço são, enquanto configuração simbólica, um dos meios de constituição desse mesmo território (Silvano, 1997: 11).

Assim, a identidade fornecida por um lugar é tanto mais simbólica (nomeada) quanto mais existir somente um pulular de passantes, uma rede de estradas tomadas de empréstimo, um universo de deslocações por um não-lugar ou por lugares sonhados

¹⁰⁶ “Le débat autour du concept d’identité est sans doute un détour obligé des disciplines anthropologiques (...). Il s’organise autour de deux termes, que l’on pourrait résumer par deux propositions: -l’identité n’existe pas comme objet social, ce que rappelait Claude Lévi-Strauss en conclusion d’un séminaire consacré à cette notion: «l’identité se réduit moins à la postuler ou à l’affirmer qu’à la refaire, la reconstruire», elle est «une sorte de foyer virtuel auquel il nous est indispensable de nous référer pour expliquer un certain nombre de choses, mais sans qu’il ait jamais d’existence réelle»; - l’identité apparaît comme indissociable de la formation sociale, modalité de l’existence du groupe, qui ne peut se reconnaître comme tel qu’à travers un principe d’unification identitaire. Ces deux termes, qui ne sont certes pas contradictoires ni exclusifs, restent, semble-t-il, malaisés à penser conjointement, et la prise en charge du concept d’identité se fait le plus souvent au travers d’une oscillation constante entre ces deux polarités, entre objectivation et perte dans l’historicité”(Bromberger, Centlivres, Collomb,1989).

(Certeau, 1994: 183) e tanto mais real quanto os indivíduos se identificam com uma multiplicidade de figuras e compõem uma constelação identitária que é pessoal e única, através da construção de uma relação coerente entre diferentes divisões espaciais (Silvano, 1997: 8).

Para Le Goff, (1998: 428-434) o laço entre identidade e lugar¹⁰⁷ é mesmo um dos elementos fundamentais das paixões identitárias e patrimoniais porque defender uma identidade e defender um património é também defender lugares e muitas vezes um lugar. Aos que não têm nem território nem identidade, só lhes resta uma possibilidade que é reconstruir *raízes*, um espaço compensatório no passado para tentar recriar artificialmente as diferenças que o presente não tolera; para assegurar esta ficção, as máquinas da memória (arquivos, museus, monumentos, cidades conservadas) estendem os seus domínios de intervenção (Guillaume, 1980).

11.2 Metonímia (in)voluntária.

Como é usada em Guimarães a noção de património? Também aqui se faz um uso encantatório da noção de “património”, demasiadas vezes meramente retórico e na verdade desprovido de considerações acerca das implicações económicas e sociais de uma verdadeira política de tipo patrimonialista (Durand, 2003: 299)? Nesta cidade, o valor do património já era reconhecido muito antes de o poder político iniciar a sua requalificação e dar origem a um processo de revalorização posteriormente reconhecido institucionalmente. Não aconteceu, obviamente, só em Guimarães: “Se há uma imagem comum que resulta da análise das monografias históricas de Aveiro, Braga, Coimbra e Porto é o peso que a antiguidade assume enquanto característica identitária de cada uma dessas cidades. Bem patente no material analítico menos recente, a antiguidade é um elemento que continua a ser posto em evidência nos panfletos e guias turísticos dos nossos dias” (Fortuna e Peixoto, 2002: 21). Observou-se, então, um relançamento patrimonial que se traduziu numa espécie de acréscimo torrencial de patrimonialização que ampliou o valor de uma parte para o fazer coincidir com o todo, metonímia de que acaba por beneficiar o conjunto, transformando, injustificadamente, a *cidade* de

¹⁰⁷ Para Le Goff, o lugar é um espaço particularmente passional porque há sempre uma ligação intrínseca entre espaço e tempo: é a razão porque a noção de território vem perdendo pertinência (Le Goff, 1998).

Guimarães em Património da Humanidade. Estatuto atribuído pela UNESCO ao centro histórico (rigorosamente delimitado pelas muralhas medievais), é toda uma cidade que, no discurso local e repetido também fora, sai valorizada patrimonialmente de modo consensual, originando um reforço do espaço social e das identidades colectivas.

Se concebermos a cidade como um objecto que se pode auto-representar enquanto produto que é alvo da procura dos consumidores, a imagem da cidade condiciona fortemente a sua procura; esta ideia tem vindo a apoderar-se dos eleitos locais e reflecte-se claramente no modo como eles estão a privilegiar as políticas de concepção e de gestão de imagens (Peixoto, 2000: 104-105). Desde a classificação pela UNESCO, a frase “Guimarães, património mundial” surge como rótulo em todos os folhetos e guias da cidade editados pela Zona de Turismo de Guimarães, publicações da Câmara Municipal e *outdoors*, a par dessa outra, mais antiga mas igualmente simbólica, “Guimarães aqui nasceu Portugal”, só que sobrevalorizada pelo tamanho da letra e destacando-se ao meio das capas, relegando esta para o fundo à direita. Em todas estas publicações passa, por isso, a ideia de que é a cidade e não só uma parte, a área classificada. Não é o caso, no entanto, do número zero da revista de Cultura Arquitectónica do Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho (*Laura*), que apresenta na página 1 “Guimarães- património cultural da humanidade-centro histórico”, evidenciando um rigor terminológico ausente nas publicações de responsabilidade da Câmara, referidas anteriormente.

Por que se usa este recurso que faz passar a ideia de que toda a cidade é património? Claramente para que todo o conjunto beneficie. Será um abuso? Para Debray (1999: 18-21) é disto que se trata, referindo-se à inflação de edifícios e sítios protegidos ou de interesse público do ponto de vista histórico ou artístico: é um abuso pois, quando tudo se torna monumento por um acto administrativo de classificação, a própria antiguidade já não é requerida e edifícios dos anos 50 e 60 podem ser “históricos”.

Em Guimarães o que foi efectivamente classificado, monumentalizado e protegido foi uma área delimitada pelas muralhas, o centro histórico, e não as zonas circundantes, mas igualmente centrais, nem as zonas suburbanas modernas, alargamento hipotético que acarretaria enormes dificuldades de gestão (sobretudo para o poder local e o Estado) e uma desvalorização simbólica do próprio centro histórico. Se amanhã tudo se tornar monumento, que sentido poderá manter o termo? “Nous en connaissons tous,

de ces lieux de mémoire où l'on accède de mieux en mieux aux lieux et de moins en moins à la mémoire” (Debray, 1999: 19), o que é também um abuso monumental.

O próprio centro histórico se revelou, à luz de abordagens feitas em *L'abus monumental?* (Debray, 1999), um exemplo de conjunto monumental involuntário: casas, igrejas, palácios e castelo, não foram construídos para serem monumentalizados e protegidos, não foram construídos a pensar em tal. Tão involuntários como a Torre Eiffel...: “Construite en ce lieu vide que le centenaire de la Révolution rend plus symbolique encore, la Tour est-elle un monument par intention ou par accident, par choix significatif du site ou choix hasardeux, ou tout simplement par privilège et rente de situation? La question peut s'étendre à d'autres monuments” (Gaillard, 1999: 114).

Este alargamento, abrangendo não só monumentos (voluntários e involuntários) mas igualmente etno-saberes ou recursos ameaçados por uma possível escassez (como é o caso da água) aproxima-nos novamente da questão do património e património colectivo: não só mudou a natureza dos bens actualmente patrimonializados como também mudaram as suas funções e as relações que os actores sociais têm com eles (Durand, 2003). O problema é que o património ou os patrimónios estão a passar por tratamentos diversos.

O património arquitectónico de Guimarães, valioso por ser histórico, artístico e autêntico não tem todo o mesmo tratamento. Os edifícios de habitação ou públicos e os monumentos que estão dentro do perímetro do centro histórico são *mais* património que os outros: diversos monumentos classificados, como é o caso das capelas de S. Lázaro e Santa Luzia e casas nobres urbanas do século XVII até ao século XIX (entre outros) não são sequer referenciados em mapas e guias da cidade fornecidos nos Postos de Turismo e distribuídos, de um modo geral, em todos os eventos organizados ou apoiados pela Câmara Municipal por estarem “fora” do “centro”¹⁰⁸, distorção que Debray (1999) considerou um perigo do abuso monumental. Um monumento é algo que se torna interessante através de livros, guias, comentários, desenhos, fotos, anúncios e desse modo lembrado e celebrado “accumule anonymement noeuds de représentation et boucles d'itinéraire” (Debray, 1999: 20). Por isso pergunta ainda Debray: haveria a classificação de património mundial da UNESCO sem o Boeing e sem o Airbus?

¹⁰⁸ Mapas e guias assinalam fora do centro histórico: Capela dos Passos da Paixão de Cristo, Igreja dos Santos Passos, Igreja de S. Francisco, Palácio Vila-Flor, Igreja de S. Pedro, Igreja de S. Domingos, Museu Martins Sarmento, Igreja e Convento das Dominicás, Rua de D. João I e Igreja de S. Dâmaso.

Excluindo o centro histórico classificado, toda a cidade é mostrada nos mapas fornecidos nos Postos de Turismo como uma mancha indistinta onde sobressaem ruas que parecem servir unicamente para se aceder ao burgo antigo, esse sim, com casas, monumentos, serviços, árvores, jardins e, subentende-se, pessoas. Fora do centro histórico só o estádio de futebol se destaca nos mapas pela dimensão e cores usadas. No entanto, monumentalizados, protegidos e patrimonializados como os do centro histórico, muitos outros locais da cidade permitiriam, de igual modo, “fruir a História e a atmosfera medieval dos primórdios da nacionalidade”¹⁰⁹. Na realidade, o património arquitectónico do centro histórico, de medieval, tem tanto quanto ruas circundantes como a Rua de D. João I, Rua de Camões, Rua Dr. Bento Cardoso (zona poente da cidade) ou Largo V. Moreira de Sá (zona sul da cidade)¹¹⁰.

11.3 Querer e poder.

Se só os edifícios do centro histórico são Património da Humanidade, dependeu de quem o afirmou e reafirmou e não unicamente do seu valor histórico, arquitectónico e artístico. Em Guimarães, como Marc Guillaume afirma em *La politique du patrimoine* (1980) ser característica das sociedades modernas, tornar-se património depende, por isso, do local que o poder político elegeu e escolheu para classificação. Também só o seu peso institucional levaria à classificação pela UNESCO, pois só o poder político está em condições de accionar os meios financeiros e técnicos de uma política patrimonial. Só o Estado está em excelente posição de tomar a seu cargo um discurso fundado na apologia da conservação, cruzando os seus poderes regulamentares e as suas intervenções autoritárias (Guillaume, 1980: 163).

¹⁰⁹ Frase incluída num dos folhetos editados pela Zona de Turismo de Guimarães e distribuídos nos Postos de Turismo.

¹¹⁰ Comparando roteiros turísticos do Porto e de Guimarães é possível encontrar semelhanças e diferenças na forma como a classificação de Património da Humanidade é usada para valorizar as duas cidades. Tal como em Guimarães, o que é evidenciado é *Porto. Património Mundial*, ideia que surge, no entanto, acrescentada de: “depois de visitar o Centro Histórico, descubra o resto da cidade, passeando de eléctrico ao longo do rio, descansando numa esplanada ou num jardim, fazendo compras nas zonas comerciais, indo a um teatro ou a um bar”. Reafirmando este apelo a que se passe “as fronteiras” da zona classificada, o mapa incluído no roteiro representa todo o centro da cidade de igual forma, usando unicamente uma linha para delimitar o centro histórico. A zona classificada não surge nos mapas sobrevalorizada em relação ao resto da cidade, sendo, à primeira vista, difícil de destacar e identificar.

O poder político local, reforçado depois da descentralização, procura, sobretudo desde a década de 90, multiplicar as ocasiões que lhe garantem o acesso aos palcos mediáticos: forja, por isso, uma nova representação da cidade, promovendo a transformação da identidade simbólica através da instrumentalização e criação de símbolos ou da obtenção de um novo estatuto (Peixoto, 2000: 103).

Em relação à questão de definir quem deve liderar o processo de preservação da memória, F. Conceição (Povo de Guimarães, 12-12-2003) defendeu a seguinte opinião: “A tendência, muitas vezes, é considerar que são os outros que têm de fazer isso e neste caso os outros é o Estado, ou é a Câmara. Na realidade isto é um movimento que pode vir das pessoas ligadas aos acontecimentos. Para mim o ideal era partir de associações. (...) Não tem que ser a Câmara Municipal ou o Estado a criar as condições para esse trabalho, embora possam apoiar de diversas formas. Esse movimento deve vir de baixo para cima, precisamente para ser autêntico, genuíno. (...) O que é preciso é devolver o património à estima do cidadão. Isto é, fazer com que ele se aperceba do valor intrínseco do património. Amar esse património é a melhor maneira de o proteger e o divulgar”.

A Carta Urbana Europeia, refere, precisamente, esse envolvimento, não só por parte de associações mas também de cidadãos: “A política urbana interessa, ao mesmo tempo, à colectividade no seu conjunto e aos particulares, em diversos aspectos da sua vida privada. É uma forma importante de intervenção e de direcção dos poderes públicos; convém igualmente que resulte de uma cooperação permanente e regularmente renovada, entre eleitos e o público. Faz parte do património institucional democrático das cidades” (Ferreira, 1998: 95). É que, de facto, se fosse “património”, aquilo a que chamamos património, pelo facto de necessitar de ser preservado para sobreviver, estaria em estado de perpétua falência e aquilo a que chamamos cultura funcionaria como uma espécie de código imposto por alguns grupos de decisão, eventualmente cúmplices daqueles que detêm o poder real, grupos esses que, cumprindo uma estratégia de destruição da tradição, poderiam fabricar uma memória artificial que permitiria a supressão efectiva da memória genuína, verdadeiramente actuante da sua cultura (Jorge, 2003: 13).

O caso da revitalização do Caminho de Santiago é um bom exemplo de como o envolvimento das associações pode ser importante para as activações patrimoniais¹¹¹,

¹¹¹ “Las declaraciones en el año 1987 por parte del Consejo de Europa del Camino como Primer Itinerario Cultural Europeo y en 1993 como Patrimonio Mundial da Humanidad por la UNESCO constituyen el

mas, igualmente, de como o poder político se apropria desse capital simbólico para implementar políticas patrimoniais, cujo fim é, essencialmente, o desenvolvimento turístico. Foi a partir das reivindicações e iniciativas das associações de amigos que as instituições políticas foram tomando consciência do enorme potencial do caminho. As contradições entre os objectivos de uns e dos outros surgiram entretanto: se, para as associações, o fundamental era a “experiência” do caminho, para as instituições políticas interessava definir estratégias mais ambiciosas, directamente dirigidas ao turista consumista que utiliza meios de transporte e serviços de hotelaria e restauração. Só um aspecto dos caminhantes interessou às instituições: a imagem do peregrino, uma marca de autenticidade que se pode usar tanto para a promoção de valores como para a venda de produtos (Pérez, 2003: 364-365).

O património no seu contexto, não devia, efectivamente, ser assunto exclusivo de especialistas e depender de decisões políticas, pois trata-se também da vontade de uma comunidade guardar ou encontrar as suas raízes. O domínio associativo, se a sua acção for bem controlada, pode trazer um contributo eficaz ao esforço de protecção, mobilizando-se para participar em trabalhos de restauro ou alertando os poderes públicos para os perigos que ameaçam certos edifícios, sítios ou conjuntos de objectos (Babelon e Chastel, 1994: 311). O envolvimento das instituições locais permite ser reconhecido mais amplamente pela comunidade de base: primeiro nível da responsabilidade colectiva, perto do terreno e da população, o sistema associativo é precioso para o futuro de uma cultura partilhada. Que estrutura pode melhor que as associações, dar a conhecer, difundir, interessar? Quem melhor pode fazer amar o património e fazê-lo assumir a sua função social primordial que é ajudar a fundar a comunidade e a legitimar os laços sociais? É desejável, por isso, que em matéria de defesa do património se encontre os princípios de um novo contrato entre o Estado e as colectividades locais, nomeadamente as associações, entre os profissionais e os voluntários, para que se opere o alargamento da base cultural, que é o objectivo menos procurado pelas políticas públicas (Colardelle, 1998: 132-135).

A actividade associativa em Guimarães, tão dinâmica noutros domínios- como referi anteriormente em **9. Territórios de Sociabilidade-**, não foi, de um modo geral, actuante em matéria de política urbana. Sobretudo a partir do início da década de 80, houve denúncias importantes, mas essas mensagens obtiveram um alcance deficiente,

marco legal de todo este proceso en el contexto del cual adquiere su especificidad la peregrinación actual...” (Pérez, 2003: 358).

não impedindo, desde essa data, a destruição de edifícios antigos no centro histórico- caso, por exemplo, de habitações no Largo Condessa do Juncal (referido na pag. 114)- e não originando um mais amplo reconhecimento público do valor dos bens culturais e arquitectónicos da cidade: por um lado não dispunha dos meios económicos e jurídicos que só o poder político pode assegurar e, por outro, manifestou uma grande dificuldade de mobilizar os grupos mais populares- ao contrário das outras associações do centro histórico-, neste caso, uma grande parte dos moradores e comerciantes do centro histórico. O fenómeno ocorreu em Guimarães, como, de um modo geral, ocorreria noutro local, pois o Portugal contemporâneo é ainda um país em que se verifica uma grande distância entre elites culturais e classes populares- característica que depende em grande parte do grau de desenvolvimento económico e social e não da «natureza» dos portugueses-, e em que aquelas têm tendência para hipostasiar a realidade portuguesa sem que, no entanto, sejam capazes de analisar objectivamente a realidade social nem desencadear nenhum movimento social significativo (Mattoso, 2001: 100-102).

11.4 Balanço com sinal intermitente.

Em Dezembro de 2003, dois anos depois da decisão da UNESCO, cabe ao poder político local, pela voz do Presidente da Câmara- rosto de todas as decisões em matéria de política local-, fazer um balanço da classificação que elevou o centro histórico de Guimarães a Património da Humanidade: “Dois anos depois, o que mudou? É indiscutível que mudou o olhar do Mundo, dos media, dos profissionais de turismo, dos investigadores em História, em património, em arquitectura, sobre Guimarães. O primeiro ano após a classificação (2002), foi exemplar. Muitos vieram conhecer-nos, sentir ao vivo um cenário que os transportava até à Idade Média que conheciam dos livros, estudar, investigar como fizemos, quais as políticas aplicadas, como reagiram os residentes, como foi possível deslocar para aquele espaço o coração do convívio de uma Cidade que dele esteve afastada durante décadas. É certo que no 2º ano (2003), passada a moda, houve uma pequena diminuição de visitantes, estabilizou a procura. Mas a Cidade continua nos media da especialidade, nas revistas de turismo e nas publicações disciplinares de arquitectura e reabilitação urbana” (Povo de Guimarães, 12-12-2003, pag. 3).

É sem dúvida um balanço positivo o que o autarca faz, mas contém sinais de alerta que não podem ser descurados: as cidades Património da Humanidade são centros culturais reconvertidos em centros turísticos que dão vida ao turismo cultural e situam-se, por isso, no âmbito da chamada «cultura produtiva», isto é, a cultura capaz de gerar riqueza, facto que abre novos caminhos para levar a cabo uma reelaboração do mesmo em termos de rentabilidade económica¹¹² (Gómez, 1998: 91-92). No entanto, o turismo não é um fim em si mesmo mas antes um factor de desenvolvimento económico e social que deve estar ao serviço dos grandes objectivos do desenvolvimento do país como sejam a atenuação dos desequilíbrios e assimetrias regionais e a melhoria da qualidade de vida das populações (Cunha, 1997: 221). Guimarães tem, pois, que continuar a integrar o turismo na cidade pois não pode desperdiçar a riqueza por ele produzida mas para isso é preciso continuar a investir sustentadamente, pois lidamos aqui com um *produto* que, como todos produtos, passa de moda¹¹³. Espera-se, igualmente, que o poder autárquico encontre um melhor desempenho dos objectivos contidos nas leis que regulam o património e aplique ao património não monumental as mesmas garantias de conservação que tem concedido aos bens de interesse cultural protegidos (Morales, 1998: 30).

Desde a primeira fase de trabalho de campo até esta altura, fui constatando algumas mudanças na forma como o poder político local procurava rentabilizar o património histórico de Guimarães, deixando-me apreensiva não só em relação à preservação do próprio património mas também em relação às conclusões que poderia apresentar para finalizar esta trabalho. Lembra-me, vezes sem conta, das palavras premonitórias de Cardeira da Silva, se bem que aplicadas noutra contexto: “Tudo parecia perfeito, com um pequeno senão: a sensação crescente de que quanto mais tempo ficasse no terreno mais riscos havia de algum pequeno pormenor derrubar o esquema harmonioso” (Cardeira da Silva, 1991: 135). O primeiro sinal de algum afastamento por parte da autarquia em relação a esse investimento que tem que se continuar a fazer, sob pena de desperdiçar uma parte substancial dos recursos aplicados

¹¹² Sem, no entanto, esquecer o seu valor de memória e de legado colectivo a conservar, isto é, a obrigação que impõe a «Convenção» (Art. 4) de «identificar, proteger, conservar, reabilitar y transmitir» às gerações futuras essa herança cultural (Gómez, 1998: 92).

¹¹³ “Pode, então, afirmar-se que o mercado turístico se caracteriza pela instabilidade levando a que, logo que se alcança uma posição de ajustamento entre a oferta e a procura, surja um novo desequilíbrio pela acção de um conjunto de circunstâncias muito variadas que influenciam a actividade. Esta característica do mercado turístico obriga a um constante acompanhamento da actividade e impõe a programação de sucessivos objectivos que permitam determinar as necessidades futuras e as acções a desenvolver para as colmatar. Caso contrário, compromete-se o seu futuro (Cunha, 1997: 189).

à conservação patrimonial e a dar vida ao turismo cultural, foi o abandono progressivo de cartazes e outdoors que anunciavam aos forasteiros (e relembavam aos nativos) a beleza e valor cultural do centro histórico de Guimarães. É importante que não se esqueça que o *marketing* é a alma (e a imagem) do negócio: vende bens culturais como vende roupa de marca, mesmo quando fora de moda. Por isso as cidades cada vez investem mais na gestão estratégica das suas imagens (Peixoto, 2000).

A cidade foi perdendo o ar de festa e o entusiasmo esmorecendo, também, gradualmente. “*A menina dos olhos do Presidente*” - como chamou uma moradora ao centro histórico- não resistiu a algum desgaste e “A (nossa) promoção, a nível da Zona de Turismo de Guimarães, teve naturalmente de se adaptar. Guimarães- Cidade Património passou a ser a nossa âncora, mas aproveitamos para lhe associar outros aspectos do Concelho, a Montanha, os equipamentos de lazer, as Termas, a arqueologia industrial e neste próximo ano de 2004, o Europeu de Futebol. (...) Guimarães passou a ser um destino com imagem e marca, mas só poderá ser promovida com outros pontos de atracção que possam ser apresentados globalmente”, escreveu, ainda, o Presidente da Câmara no texto *Dois anos depois...*(Povo de Guimarães, 12-12-2003).

Num outro texto escrito por essa altura¹¹⁴ (1-11-2003) na edição Páginas Amarelas 2003/2004 para o Concelho de Guimarães, o mesmo representante do poder local especificava qual desses pontos de atracção interessava a partir de então promover para afirmar a cidade no exterior: desta vez um acontecimento desportivo, o Euro 2004. Nessa mensagem, o Presidente da Câmara Municipal, refere-se-lhe, então, nos seguintes termos: “Será indiscutivelmente a realização de sempre com maior notoriedade pública da cidade, presença no universo mediático de todo o mundo”, acrescentando, ainda, que os milhares de adeptos de futebol “irão estabelecer a relação Cidade Património/ Cidade Euro” e “promoverão toda uma imagem patrimonial, de ambiente natural e de vivência urbana que constituirá grande razão da nossa atracção futura”. Em matéria de protagonismo, o poder político em Guimarães espera agora o seu ponto alto, o seu momento de glória, a realização com maior notoriedade pública da cidade desde sempre¹¹⁵, o que me faz vacilar diante das seguintes hipóteses: a presença de Guimarães no universo mediático- através do futebol- ganhará em relação à sua presença no

¹¹⁴ *Mensagem do Presidente da Câmara Municipal de Guimarães*, Edição Páginas Amarelas 2003/2004 para o Concelho de Guimarães.

¹¹⁵ Em 21 Dez. 2001, o Presidente da Câmara escreveu no jornal O Povo de Guimarães: “A decisão agora votada em Helsínquia, às 15h. 53m. do dia 13 de dezembro de 2001, pelo Comité do Património da UNESCO vai registar esta data como um momento dos mais significativos da História de séculos de Guimarães”.

universo cultural- através do património? Se ganhar a primeira, *Guimarães, Cidade Futebol da Humanidade* será uma classificação a pensar...Só que, desta vez, as organizações cívicas teriam mesmo de intervir.

Esta colagem do património ao futebol, assumida de forma inegável por quem tem localmente responsabilidades políticas ao mais alto nível, acompanhou igualmente mudanças na forma como mapas, fornecidos pela Câmara Municipal, representam a cidade, nessa mesma edição das Páginas Amarelas. A mancha referente ao centro histórico não tem qualquer destaque- ao contrário dos mapas de alguns folhetos que, de qualquer modo, continuam a ser distribuídos pela Zona de Turismo de Guimarães-, surgindo sobrevalorizadas (pela cor) quatro grandes áreas: Colina Sagrada (Castelo e Paço dos Duques de Bragança), Estádio D. Afonso Henriques, Complexo Desportivo do Vitória de Guimarães e Cemitério, as quatro enquadradas em zonas verdes, de considerável dimensão. Não há melhor modo de atrair adeptos do futebol- tanto residentes, como visitantes-, se não através da ideia que Guimarães é uma cidade vivida entre relvados imensos. O poder político não desconhece, certamente, que o futebol é um dos três acumuladores de capital simbólico- distintos em termos espaciais- de que Guimarães dispõe: é menos globalizante e menos mobilizador do que o mito da fundação ou as Gualterianas¹¹⁶ (não implica toda a comunidade e não se condensa numa só manifestação anual) mas permanece como um fundo de identidade que se ritualiza de forma contínua ao longo do ano (Silvano, 1997).

Aparentemente, pelo menos, pouco mais de dois anos após a classificação de Património da Humanidade não é o histórico, o arquitectónico e o cultural que importa ao poder político assinalar e dar destaque, através de esquemas tão sugestivos e apelativos como são mapas. Fazer depender a valorização patrimonial única e exclusivamente do poder político tem estes riscos: se, por um lado o poder dispõe dos mecanismos- funções consultivas e executivas- e recursos que possibilitam a preservação e requalificação do património, por outro, facilmente pode decidir mobilizar esses mesmos recursos (orçamento cultural) para outros interesses que não os patrimoniais, abandonando ou preterindo estes em favor de quaisquer outros ou alterando o projecto político. A própria mudança de poder político é frequente

¹¹⁶ As festas Gualterianas produzem um movimento centrípeto dirigido para a cidade e organizam a sua centralidade ritual. Espacialmente, trata-se de uma representação organizada pela relação centro/periferia, colocando-se Guimarães no centro de um recorte espacial cujos limites não são definidos (Silvano, 1997: 50-57).

redefinição de prioridades políticas podem ser, só por si, ameaças à coerência de todo um projecto cultural.

Opções políticas que impliquem uma diminuição na atenção prestada a uma área classificada pela UNESCO podem, inclusivamente, ser um risco em relação à própria manutenção da classificação. Em 20 de Março de 2004, um artigo do jornal O Público (texto de Luís Filipe Sebastião) noticiava (pag. 46- 47) a existência de cinco “sítios classificados como património mundial com queixas na UNESCO”: Sintra, Angra do Heroísmo, Alto Douro Vinhateiro, Tomar e centro histórico do Porto. Em relação a Sintra, o referido artigo apontava a possibilidade de um “ultimato” por parte da UNESCO: “O Comité do Património Mundial decide em Julho se o plano de gestão preliminar apresentado por Sintra basta para afastar um cenário de eventual retirada do estatuto de Património da Humanidade. A missão portuguesa junto da UNESCO avisou o Governo de que uma penalização para a vila sintrense será prejudicial também para a imagem do país, que tem assento no comité, e poderá comprometer futuras candidaturas nacionais”. E, com mais detalhe, expunha mais adiante: “O comité tem vindo a tomar posições cada vez mais rigorosas para a conservação dos sítios classificados, que poderão levar à transferência de bens para a lista do património mundial em perigo, mesmo sem a aprovação do respectivo Estado, ou na simples desclassificação dos bens que perderam as suas características. Por isso, embora salvaguardando que Sintra não se encontra entre as situações mais graves, a nota diplomática prevê que a UNESCO adopte “uma reacção muito negativa” pela incapacidade das entidades portuguesas de elaborarem, ao fim de uma década, um plano de gestão “articulado, detalhado e eficaz”. Esta situação, segundo a mesma fonte, prejudica a imagem e prestígio de Sintra, mas também do país, que além de pertencer ao comité, continua a apresentar novas candidaturas- na próxima sessão serão analisadas as Ilhas Selvagens e Paisagem Vinhateira do Pico [entretanto classificado, em 2-7-2004]. Tudo isto quando, perante os restantes países, não consegue assegurar a conservação dos bens já classificados”.

Ainda segundo o referido artigo do jornal O Público, este desagrado deveu-se à demora na aplicação das recomendações feitas pelos técnicos do Comité do Património Mundial no sentido de Sintra recuperar os seus parques históricos, considerando que as intervenções têm sido insuficientes e não têm assegurado uma visão de conjunto da zona classificada e das áreas “tampão” (que cobre a serra até ao mar) e de “transição” (incluindo a área do Parque Natural). Igual desagrado mostrava (ainda no mesmo artigo) o arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles ao afirmar que “O problema da paisagem

Cultural não é exclusivamente a serra de Sintra. É toda a envolvente. Só faz sentido manter a classificação se os princípios do plano de gestão forem integrados no PDM, com a criação de uma estrutura ecológica”¹¹⁷.

Em relação ao centro histórico de Angra do Heroísmo- classificado em 1983 e apontado como exemplo de conservação graças ao trabalho do Gabinete da Zona classificada-, o sinal de alerta chegou depois da reformulação da legislação em vigor para a zona classificada que permitirá ao município “passar a ter mais responsabilidades e conciliar a salvaguarda do património com traços de contemporaneidade”, levantando receios de que um gabinete de gestão com menos poder deixará a cidade sujeita aos interesses imobiliários. Quanto ao Alto Douro Vinhateiro (classificado em 2001), muitas das exigências da UNESCO estão igualmente por cumprir: “a vinha continua a plantar-se sem controlo e as lixeiras multiplicam-se como cogumelos. À parte a recente criação de gabinetes técnicos locais, as medidas de requalificação de alguns centros urbanos e da própria paisagem classificada também estão por executar”. Em Tomar as queixas devem-se à construção de um parque de estacionamento de três pisos junto ao morro de suporte do convento e no Porto receia-se que diminua a atenção prestada ao centro histórico classificado uma vez que a Câmara Municipal optou por extinguir a entidade especificamente vocacionada para a recuperação do seu património edificado (CRUARB/CH), passando este trabalho a ser assumido por um departamento da Direcção Municipal do Urbanismo, facto que motivou a perda de autonomia do centro histórico.

O caso do Vale do Côa é, por isso, pertinente para se compreender a importância que a salvaguarda de toda uma paisagem envolvente pode ter como meio de fazer sobressair o valor patrimonial, histórico e científico de achados arqueológicos, objectivo que imperou na campanha que se desenvolveu entre 1994 e 1995 e da qual resultou a criação do Parque Arqueológico do Côa. Defender a paisagem significava, para todos quantos participaram nessa campanha, garantir a preservação não só das gravuras rupestres mas também da beleza e história do lugar. Oliveira Jorge, um dos defensores do património arqueológico do Côa, escreveu, então, a esse propósito: ”Painéis com

¹¹⁷ Contrariando a opinião dos técnicos do Comité do Património Mundial, da responsável pela missão de Portugal em Paris (Ana Paula Zacarias), do Presidente da Comissão Nacional da UNESCO (José Sasportes), do ex-presidente do Ippar (Nuno Santos Pinheiro), preocupados com a possibilidade de Sintra ser desclassificada, surgem no referido artigo do Público (20-3-2004, pag. 47) a posição de Edite Estrela, ex-presidente da Câmara sintrense, afirmando que “De maneira nenhuma Sintra será desclassificada. Isto é um perfeito disparate” e a de Fernando Seara, actual presidente, que garante não temer uma eventual desclassificação.

gravuras e sem gravuras, acidentes de terreno, cursos de água, toda a geomorfologia do vale é, em suma, neste caso, a verdadeira valência cultural” (Jorge, 1995a: 365, *cit. in* Xavier, 2000: 110). A paisagem exerceu um forte fascínio em todos quantos na altura descobriram o Vale do Côa e teve, por isso, um papel central na preservação das gravuras, pois é através da noção de paisagem que os diferentes lugares arqueológicos se inserem num todo coerente e integrado que lhes confere sentido. O sentido de cada lugar é construído através da relação que estabelece com todos os outros, e a paisagem do Côa institui-se como um texto- a retórica da paisagem surge como uma estratégia de acesso a todo um território- que, veiculando uma imagem da região, ajuda o turista a ler e a interpretar os lugares que visita (Xavier, 2000: 117).

Em Guimarães, a rigidez e cuidado que têm caracterizado as intervenções no seu centro histórico contrastam, de forma grosseira e chocante, com a falta de planos coerentes e equilibrados para o resto da cidade, opção que desprestigia e desvaloriza a cidade como um todo. Ignorando formas mais harmoniosas e planeadas de pensar a cidade, edifícios, ruas e alguns (poucos) espaços públicos vão crescendo desordenadamente à volta de um “centro”, parecendo resultar mais da acumulação de elementos avulsos, sujeitos a tratamentos díspares e incongruentes do que da resposta às necessidades quotidianas de quem vive num espaço urbano. Não podendo ser a cidade, como um todo, considerada património cultural ou natural, deseja-se, no entanto, um espaço coerente onde se reconheça características próprias que permitam processos identitários fortes e duradouros.

Para F. Brandão Alves (2000: 68) o problema não está na arquitectura mas na falta desta pois existe uma lacuna substancial entre o conhecimento dos arquitectos no que respeita às implicações entre formas rigorosas, fronteiras e heranças arquitectónicas e o poder de decisão. Esta distância tem, no entanto, enormes consequências sociais: “É a organização do espaço e suas propriedades que dá sentido à forma como as áreas urbanas se tornam mecanismos poderosos para gerar, manter e controlar os padrões de movimento e a conduta dos indivíduos no espaço. A organização espacial ainda que sujeita aos efeitos provocados pela localização das actividades e pela densidade populacional, tem um efeito determinante na forma como os indivíduos se movem numa determinada área e, conseqüentemente, na forma como os mesmos se aproximam ou afastam uns dos outros” (Alves, 2000: 69)¹¹⁸. Ver a cidade como uma dicotomia

¹¹⁸ “A pesquisa de alguns anos levada a cabo por Bill Hillier e equipa- Unit for Architectural Studies, Bartlett School- vieram a demonstrar esta teoria” (Alves, 2000: 75).

maniqueísta que opõe uma ideia positiva de centro histórico- “bonito”, símbolo de valores culturais, sociais e históricos, ou seja, de um património a preservar- a uma ideia negativa das periferias de urbanização recente- “feias”, caóticas, densas, reflexo de tudo o que se aponta como negativo na sociedade actual: especulação imobiliária, desenraizamento, individualismo, stress- é, no entanto, uma abordagem simplista¹¹⁹, pois a realidade é muito mais complexa, na articulação de pontos de atractividade e linhas de percurso: aquilo que é uma periferia para uns, pode ser um centro para outros (e vice-versa), de acordo com a experiência de uso dos espaços de cada um (Fernandes, 2003, 9).

11. 5 A identidade reconstruída.

Na relação que os indivíduos mantêm com o património, mostrando dinâmicas de apropriação desse mesmo património, as manifestações do passado são usadas como recursos culturais para construir as identidades do presente (Pérez, 2003: 351). Não é verdade que o imaginário colectivo se construiu a partir de um passado real ou imaginário onde se fixaram os modelos que dão sentido às imagens pelas quais a sociedade se, e nos, representa (Jorge, 2003: 12)?

Em As Encrobas (Galiza), Nieves Pérez observou como o reconhecimento do valor patrimonial de um conjunto paroquial (igreja e cemitério) ameaçado¹²⁰, protagonizado pelos paroquianos, “no se basó en la importancia histórico-artística del edificio, algo que la mayor parte de ellos ignoraban, sino que se cifró exclusivamente en su valor como espacio ritual, de cuyo mantenimiento se veía depender la continuidad de la parroquia como tal y, con ella, la pervivencia de un marco de referencia fundamental

¹¹⁹ “Mas torna-se extraordinariamente apelativa quando partimos do pressuposto teórico de que a cidade são as coisas (as ruas, as praças, os parques, os edifícios, etc...) e que, portanto, deve ser entendida, analisada e classificada pela forma e pela sua imagem, tal como tradicionalmente tem sido feito na civilização ocidental, por sucessivas gerações de arquitectos, desde Vitruvio e Alberti a Rossi e Lynch, passando por Howard e Le Corbusier; e é certo que, do ponto de vista da forma e da imagem, centro e periferia são entendíveis, analisáveis e classificáveis como duas realidades não só distintas como opostas” (Fernandes, 2003: 9).

¹²⁰ “En el año 1975 se inició la instalación de una mina de lignito a cielo abierto en el centro de su territorio, un valle agrícola en el que se distribuían un gran número de pequeñas aldeas que desaparecieron (Herrero Pérez 1995b). La progresiva profundización de la mina y de las peculiaridades geológicas dieron lugar a su vez a importantes corrimientos de tierra que ocasionaron el agrietamiento del terreno y el derrumbe de edificaciones y viviendas en las aldeas circundantes. Por ello, en el año 1995, éstas debieron ser también desalojadas” (Pérez, 2003: 352-353).

de la identidad” (Pérez, 2003: 354). Produzindo uma reelaboração cultural, o conjunto paroquial, trasladado para outra aldeia para escapar à destruição (à qual não escaparam as habitações, obrigando todos os moradores a partir), adquiriu uma nova significação: tornou possível a manutenção de um espaço de encontro permanente para todos os que foram obrigados a deixar As Encrobas. “Lo que nos interesa resaltar aquí, en relación con nuestra tesis, es que la reelaboración cultural se da a partir de la significación y el papel que la iglesia parroquial posee en el sistema socio-cultural del campesinado como espacio ritual para la construcción simbólica de la comunidad y del sentido de pertenencia e identidad” (Pérez, 2003: 355).

Não sendo, tal como o anterior, um caso de desagregação da população, em Catalfaro (Sicília), Palumbo (2001: 97-110) encontrou uma comunidade que marcou igualmente as relações sociais e a história local pela forma como, até aos nossos dias, manteve um conflito que teve por base disputas sobre duas igrejas cujos partidários pretendiam distinguir como matriz. A “guerra” entre S. Nicola e S. Maria gerou, de modo inequívoco, dinâmicas que se repercutiram em vários planos da vida colectiva desta pequena cidade: cerimonial- com a celebração de duas festas-, arquitectural- com a realização de edifícios mais altos e mais ricos do que os vizinhos-, artístico- com a produção, controlo e exposição de importantes obras de arte. Entretanto, neste contexto fortemente conflitual, arquivos e documentos foram sistematicamente profanados¹²¹ ou fabricados, criptas e túmulos manipulados, a fim de construir ou desconstruir o sentido de continuidade e pertença dessa comunidade: uma longa série de artifícios retóricos e cerimoniais que, manipulando objectos- ossos, objectos de arte, documentos de arquivos-, espaços e lugares- sepulturas, criptas- e acontecimentos- incêndios, momentos de conflitos-, permitiu estabelecer uma continuidade e uma comunidade imaginadas¹²² (Anderson 1983, *cit. in* Palumbo, 2001: 108).

O terceiro caso é sobre a revitalização do Caminho de Santiago que levou a um processo de patrimonialização com início em 1987, ano em que o Conselho da Europa

¹²¹ “Des incendies provoqués- dit-on – par la faction adverse et qui ont privé les deux églises des documents qui auraient pu attester de la véracité des titres et des prérogatives revendiquées. De plus, toutes deux ont été plusieurs fois «profanées» par les clans adverses ” (Palumbo, 2001: 102).

¹²² Benedict Anderson (1991) definiu nação como uma comunidade imaginada, construção ideológica que tenta estabelecer um elo entre um grupo cultural e um Estado e em que a maioria das pessoas não conhece os outros elementos que habitam o mesmo território mas alimenta, no entanto, uma ideia de comunhão. Foi sobretudo a partir de programas nacionalistas que se afirmou, na maioria dos cidadãos dos Estados modernos, uma imagem da sua comunidade nacional (repetindo em muitos casos as anomalias que os estados coloniais tinham provocado). Anderson apontou a importância do capitalismo de imprensa na criação dessas comunidades imaginadas.

declarou o Caminho como Primeiro Itinerário Cultural Europeu e que culminou em 1993 com a classificação de Património da Humanidade pela UNESCO. Nieves Pérez (2003: 358-367) viu nesta activação patrimonial mais um exemplo de como os recursos culturais do passado podem ser usados para reconstituir identidades do presente. Tal como em As Encrobas, houve uma reelaboração do seu potencial simbólico: transformou-se o sentido religioso da peregrinação para dar lugar a experiências centradas na natureza, história e autenticidade bem como à busca de uma espiritualidade secular, elaborada de forma livre e individual, e à busca do sentido da vida e da identidade pessoal. “De modo que a partir de su recuperación y patrimonialización, ese camino físico se convierte en un ámbito de evocaciones y significaciones vinculadas a esa metáfora (“la vida es un camino”) y no exclusivamente circunscritas a su sentido cristiano, sino más ampliamente espirituales, poéticos y filosóficos. Al mismo tiempo, la recuperación y patrimonialización del camino hace posible la apropiación de esas significaciones mediante la dramatización basada en una ejecución ritual que consiste en seguir «las huellas de la historia». La identidad que asumen estos peregrinos es pues una identidad mediada por la reflexividad y la referencia al pasado” que “puede ser apropiada como experiencia real del presente” (Pérez, 2003: 359).

São, provavelmente, casos como os acima expostos que fizeram Centeno Jorge e João Ramos (2003) assumir que a atitude do homem moderno das sociedades industrializadas perante a sua própria existência é equívoca e contraditória pois quer viver no presente e, se possível, tornar tangível o futuro, mas receia o desaparecimento das marcas do passado. Sendo neste contexto que se desenvolve a noção de património, “As acções daqueles que pretendem conservá-lo inscrever-se-ão, pois, numa estratégia geral de preservação de algo cuja matéria, a não ser determinada com rigor, levará à confusão entre objectos e sujeitos, entre ambiente e cultura e, em suma, entre factos e mitos, o que virá certamente comprometer a eficácia dessas acções” (Jorge e Ramos, *cit. in* Ramos, 2003: 9).

Em Guimarães, acrescentou-se o património arquitectónico, monumental e cultural do seu centro histórico ao conjunto de acumuladores simbólicos já existentes, transformando manifestações do passado para construir identidades do presente, tal como referido por Pérez (2003). Foi um processo gradual que permitiu que se interiorizasse uma nova forma de estar e conviver com o passado: “*Primeiro os passeios, depois casas, depois flores nas varandas*” (G. F.), cada um foi-se reajustando

ao novo espaço, encontrando na valorização do património a solidificação das suas referências, identidades (Esperança, 1997: 107) e auto-estima.

“*Os antigos que vissem isto até morriam de pasmo*” (G.F.) é sinal da grande distância que se pode sentir em relação ao passado, mesmo o recente. Mas não se cortou com o passado, foi o passado que, presentemente modificado, veio dar mais sentido ao presente: requalificação urbana e classificação de Património da Humanidade produziram um efeito de reconhecimento identitário de que usufruíram moradores e comerciantes, face a si próprios e aos outros, alargando a constelação identitária pessoal e única de cada indivíduo (Silvano, 1997). Por isso, sabendo que o risco de desclassificação por parte da UNESCO é real, o poder político local não poderá nunca descurar os cuidados que o centro histórico e toda a cidade envolvente necessitam: a classificação faz falta, sobretudo aos seus moradores e comerciantes. São as implicações sociais das políticas do património: preservando e valorizando o património, preservamos igualmente memórias e identidades. De facto, muitas das novas atitudes do homem contemporâneo relacionam-se com a sua necessidade de garantir o futuro vivendo o presente e assumindo o passado, material ou imaterial, como elemento da sua contemporaneidade. Por isso devemos cada vez mais reconhecer a importância do património, da sua riqueza mas também da sua vulnerabilidade, nos contextos sociais, culturais, económicos e políticos de um mundo ou de uma sociedade que se confronte com a “ameaça” ou o “perigo” da globalização (Leite, 2003: 23-24).

Nas sociedades contemporâneas, as cidades resistirão às crises mais ameaçadoras- desertificação, envelhecimento, desemprego- se se conservar a sua essência, os elementos que lhe dão carácter e servem de referência, quanto mais se investir na auto-estima dos seus cidadãos, propiciando “mecanismos de acción para sensibilizar á cidadanía no seu compromisso para coa cidade” (Daviña, 2001). O investimento público a que os governantes se têm comprometido não é, de facto, suficiente pois falta implicar os cidadãos: para se sentirem plenamente integrados, todos têm que assumir a memória de um determinado espaço; se não se assume essa memória e não se produz essa integração, a valorização do espaço é indiferente e converte-se em impessoal, ficando esse espaço indefeso perante a especulação que pode propiciar o seu desaparecimento. É, por isso, fundamental que os cidadãos sejam educados para defender um legado que lhes pertence, desde que assumem ser cidadãos de um determinado território.

12. CONCLUSÕES.

Muitas horas, passos, conversas, leituras, angústias e algumas alegrias depois chego ao fim deste trabalho, sabendo que escrevo a palavra fim a pensar num sem-fim de questões que não me abandonarão nunca. As análises que fiz foram possíveis a partir daquilo que pude observar e interpretar, obviamente uma parte limitada de um universo complexo que só um trabalho de campo mais longo me permitiria aprofundar. As *verdades* aqui apresentadas são as de um tempo preciso e calculado, sempre medido ao ritmo de um calendário fugaz e impenitente.

Da minha relação com os espaços, objectos e pessoas resultou um olhar subjectivo sobre um pedaço de cidade, isto é, uma forma pessoal, espontânea e original de ver e reproduzir o visível de uma realidade ambígua, complexa e em constante movimento. Abordar o património pela via das emoções foi, assim, uma tentação que procurei manter mesmo quando me orientava pelos corredores marcados pela universalidade da antropologia, da rigidez da história, da impessoalidade da estatística, da desordem do urbanismo, da subjectividade da arte ou das análises dos autores. É um novo mapa urbano que, conciliando vida e ciência, aqui se propõe: uma topografia que, sem considerar dados demográficos quantitativos ou caracterizações socioeconómicas aprofundadas e tendo origem na minha experiência, também a visão de cidadão comum, e na proximidade que estabeleci com lugares e pessoas, deixa ver um percurso de valorização patrimonial encaixado entre memórias, esquecimento, direitos, manifestações de poder, modos de vida, rituais, práticas culturais, noções de património, classificações, normas e interpretações.

Depois de um longo período de imobilismo, a morfologia do espaço confinado pelas muralhas apresenta agora novas configurações. Inegavelmente, uma área restrita do aglomerado urbano vimaranense mudou, quase de uma forma brusca se considerarmos as décadas em que outras áreas foram beneficiando de intervenções que visavam a exaltação do valor histórico de determinados monumentos, melhoria das condições de habitabilidade ou se assistia simplesmente ao alargamento da cidade em relação à cidade antiga, deixando esta parada no tempo. Foi o que a salvou: quando finalmente se lembraram, na década de 80, da área intra-muros, o poder político e técnicos mais atentos às preocupações entretanto reafirmadas por consecutivas

directivas internacionais que impunham a necessidade de defender o património artístico, histórico e arquitectónico local, recuperaram de forma gradual muitas habitações, optando na maior parte por conservar, sempre que possível, o edificado e introduzindo o mínimo de elementos modernos para não alterar a coerência e harmonia que caracterizam esta área urbana.

A prática demolidora que existia desde sempre, muitas vezes orientada pelo simples sentido prático e necessidades imediatas, que teve recentemente um ponto alto com o Estado Novo que destruiu ruas inteiras do que é actualmente a área classificada por serem “consideradas carentes de significado histórico e dignidade, [estavam] já em clara contradição com as contemporâneas directivas das Cartas de Atenas e de Veneza” (Ferrão, 1998: 29) mas vai continuar em Guimarães até à década de 70.

Quando em 1983 é criado o Gabinete do Centro Histórico- mais tarde Gabinete Técnico Local-, assegurando a gestão e a coordenação das acções privadas e públicas e a definição de uma estratégia para a intervenção municipal, dar-se-á prioridade a edifícios que pela sua localização, tipologia, estado de conservação e vocação podiam servir como marcos exemplares para toda a operação; quanto aos imóveis a adquirir pelo município, a escolha recairia nos de maior carga significativa ou qualidade arquitectónica, enquanto objectos isolados ou parte integrante de um conjunto (Gesta, 1987: 93). Procedeu-se durante quinze anos à requalificação de ruas, praças, edifícios municipais e privados- aos quais o G.T.L. deu apoio técnico, tendo uns beneficiado de financiamento da Administração Central e Local mas outros sido totalmente suportados por iniciativa privada-, restaurando o que era possível preservar e construindo de novo, sobretudo ao nível dos espaços públicos, melhorando a “feição urbana vimaranense dos finais da Idade Média ...onde hoje ninguém quereria viver” (Neves, 2001) e devolvendo, finalmente, a cidade aos seus cidadãos. Nos anos 90, vários prémios reconheceram já a qualidade dessas intervenções e reafirmaram uma visão qualificadora que não se limitava apenas a monumentos, edifícios de arquitectura erudita ou conjuntos urbanos ou rurais com interesse, mas que considerava toda a área urbana um «valor cultural» (Ferrão, 2002) e, conseqüentemente, um valor patrimonial.

Passando a considerar património os objectos e os conjuntos de objectos ligados a uma actividade humana e ao edifício que lhe dá abrigo (Poisson, 1996), alargou-se a noção de património a uma concepção antropológica, oferecendo-nos, depois da contemplação do «hombre primitivo», do camponês e do «hombre tercermundista» a possibilidade de, no contexto urbano, se estudar «otros mundos» e «otros paraísos» em

«nosotros» (Santana, 1997). Este alargamento que passou a abranger não só monumentos (voluntários e involuntários) mas igualmente etno-saberes ou recursos ameaçados é prova de que não só mudou a natureza dos bens patrimonializados como também mudaram as suas funções e as relações que os actores sociais têm com eles (Durand, 2003). Para Bensa (2001), foi a verdade sociológica que se evidenciou em relação à verdade histórica. O património de hoje é de natureza social e identitária: ligando os indivíduos à comunidade através de traços culturais que reconheça e ajudando a ordenar e a dar sentido ao que nos rodeia por via das referências identitárias que oferece, surgiu um generalizado entusiasmo pelo património que se alimenta da obra *in situ* mais do que pelo objecto de arte isolado (Furet, 1996). O mesmo património deslocado em museus ou recriado em ecomuseus teria o mesmo público?

Um generalizado entusiasmo, por isso, em deslocações a centros históricos, onde, longe da agitação e solidão da cidade moderna, se “encontra” raízes, valores, autenticidade e uma continuidade com o passado que assegura a identidade do presente e do futuro, o que fez com que a noção de património evoluísse, assim, em sentido contrário ao processo de urbanização dominante: à medida que o espaço urbano se vai modificando e se vai destruindo as cidades antigas, mais estes espaços ganham identidade conceptual e aumenta a vontade de os proteger e conservar (Choay, 1992). Apesar de haver épocas estereotipadas que são privilegiadas, como é o caso da Idade Média, os monumentos não são protegidos pelo seu valor histórico e artístico mas pelo seu carácter e charme de cenário, como um espectáculo que se tem de dar a ver da forma mais favorecida (Choay, 1992).

Para Guillaume (1980) não foi, no entanto, a valorização do passado que produziu a conservação mas sim a conservação que deu ao passado um novo valor: foi a *invenção* de uma política do património que engendrou o interesse recente pelo passado e a necessidade de o conservar e não o contrário. Os bens considerados património são, assim, resultado de escolhas- em que podem participar os diversos actores sociais- que têm por objectivo atingir determinados fins- económicos, artísticos, arquitectónicos, históricos, etc- o que implica que possam mudar de acordo com os critérios e interesses de um dado momento. Nenhuma activação patrimonial é, por isso, neutral ou inocente (Prats, 1997). Expressão das suas escolhas, o património reflecte verdadeiramente uma sociedade mesmo quando as escolhas dos poderes públicos (ou sobretudo quando) não coincidem com as escolhas de cada indivíduo (Le Goff, 1998).

A antiguidade adquiriu um valor estratégico fundamental no sentido em que, por um lado, fornece recursos materiais e simbólicos que alimentam a indústria do turismo cultural e, por outro, porque o recalcar do passado apela à continuidade e à legitimação de protagonismos e hierarquias, preenchendo uma expressiva função política (Fortuna e Peixoto, 2002). A definição de políticas patrimoniais surgiu, assim, como um dos principais desafios dos Estados modernos. A inflação de edifícios e sítios protegidos ou de interesse público do ponto de vista histórico ou artístico, entretanto ocorrida um pouco por toda a Europa, fez Debray (1999) questionar-se sobre a manutenção do próprio valor desses edifícios e sítios: se amanhã tudo se tornar património, que sentido poderá manter o termo?

Na sua ampla concepção contemporânea, o património cultural inclui o etnográfico, que não encaixava no termo tradicional de património histórico-artístico, apesar de responder a valores e práticas populares derivados de usos e costumes que se transmitem de geração em geração e que são dignas de conservação como manifestações típicas da cultura popular. Expressão de uma identidade colectiva, usos e costumes, valorizados, contribuem fortemente para a consolidação da identidade local: por isso a identidade colectiva é um valor inseparável do património e talvez seja esta a explicação para considerar património tudo aquilo que nos está próximo (Morales, 1998).

Tradições, usos e costumes fazem parte de um património intangível, em constante renovação, que, por ser mais dificilmente classificável é mais difícil conservar e por isso mais vulnerável. A fragilidade destas formas de cultura foi recentemente reconhecida pela UNESCO que criou uma distinção internacional intitulada “Proclamação das Obras-primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade” para distinguir os exemplos mais notáveis de espaços culturais, formas de expressão popular e tradicional ou formas tradicionais de comunicação e informação, de modo a encorajar os Governos, o poder e comunidades locais a salvaguardar, revitalizar e promover o seu património oral e imaterial. A Praça das Palavras em Marraquexe, causando surpresa no início, beneficiou deste novo conceito de património pois viu classificado o património oral de um povo com um elevado nível de analfabetismo e um consequente desfasamento entre fala e escrita, que perderia, irremediavelmente, grande parte das sua literatura à medida que morressem os contistas que cada tarde acorrem à praça.

A revalorização patrimonial de que o centro histórico de Guimarães foi alvo ao longo de mais de uma década, culminando com a classificação de Património da

Humanidade, foi pretexto para cruzar inúmeras reflexões que permitem considerar o património na sua pluralidade de sentidos e dimensões. Naturais e visitantes não ficaram indiferentes perante todo um processo que juridicamente modificou um espaço já anteriormente com grande força significante. Guimarães “Berço da Nacionalidade”, ligado indissolúvelmente às origens de Portugal, volta a ter visibilidade pública e é novamente a época medieval que, através dos seus monumentos e bens arquitectónicos, é exaltada. O património arquitectónico que hoje subsiste foi, de facto, definido na candidatura como um tecido urbano de origem medieval, que embora tipologicamente diferenciado, mantém uma forte unidade espacial decorrente de uma perfeita articulação de materiais comuns, uso dos mesmos elementos e de técnicas de construção tradicionais.

Procurando preservar a autenticidade e integridade da linguagem construtiva que constituem uma herança cultural que é imperioso salvaguardar, o G.T.L. orientou a reconstrução a partir de técnicas e materiais originais ou tradicionais para a qual organizou cursos de formação específicos nessas áreas. Com excepção dos edifícios que foram adaptados a novas funções ou daqueles cuja autenticidade construtiva não foi possível manter dado o estado de degradação, evitou-se o fachadismo e intervenções de grande impacto que romperiam os laços estreitos entre tipologia e morfologia urbana da cidade histórica. Não é esvaziando as construções das suas funções vitais- mantendo apenas uma *pele*-, adulterando a sua envolvente e ambiente natural, alterando o sistema construtivo- introduzindo elementos estranhos e contraditórios-, reconstruindo modelos pseudo-históricos, mantendo apenas a fachada para a rua e encaixando programas e funções totalmente incompatíveis com a construção, desvalorizando a essência da edificação, que se respeita o património construído. Aguiar (2002) colocou, a propósito, questões fundamentais: “como conciliar a preservação da autenticidade do património urbano com o poder da mudança? (...) Como impedir, ou conduzir mudanças que sabemos imprescindíveis para melhorar as condições de vida e para garantia do funcionamento das actividades produtivas nas cidades históricas, sem as quais estas podem definharem e morrer (ou musealizar-se)?”.

Hoje existe património que faz, cada vez mais, parte integrante das cidades, porque se deseja que estas sejam dinâmicas e participem no seu desenho e confronto de épocas, tempos e modelos e na criação de um território vivo em confronto e conjugação: quer pelas suas características intrínsecas, que revelam pouco interesse formal, construtivo ou de inserção na paisagem, quer pelo seu estado de degradação quase

absoluto e irrecuperável, todas as construções possuem o seu lugar próprio na história, dependendo este da sua relevância para a compreensão e valorização da memória colectiva e correspondente afectividade dos cidadãos (Fontes, 2003: 48).

No capítulo 8. que denominei “**Outras classificações: um debate alargado**” exprimi, quer pelas próprias palavras, quer por palavras minhas, o que de mais significativo compreendi daquilo que muitos moradores e comerciantes sentem em relação ao novo espaço entretanto surgido a que todos chamam centro histórico. O preço a pagar de imediato pela requalificação foi o prejuízo que muitos comerciantes tiveram que suportar como consequência de obras prolongadas que impediam o acesso, quer de carro, quer a pé, a muitos estabelecimentos. Responsabilizando a Câmara por esses prejuízos, “*chegaram a insultar o Presidente. Passava na rua e era insultado*” (V.B.). De facto, só os comerciantes se queixaram, apresentando mesmo essa razão para não terem estado presentes em qualquer das festas organizadas pela Câmara Municipal para celebrar a classificação de Património da Humanidade. E independentemente da requalificação, o comércio na área intra-muros era desde há anos pouco motivador, afastando-se gradualmente da tendência que se verificava nas ruas adjacentes de alguma modernização. Esta diferença acentuou-se quando, acompanhando a requalificação, se retirou do centro histórico alguns dos serviços que dinamizavam a área: “*o Centro de Saúde, a Polícia, o Grémio da Lavoura. É por isso que se vende muito menos...*”.

Há, por outro lado, quem relacione a requalificação com a perda de sentido de um espaço social que era antes mais rico pois dantes “*Toda a gente se conhecia. Eram amigos. Davam-se bem. O convívio era interessante. Agora não.*” (T.): desejando uma continuidade sem quebras e que os objectos permaneçam para que se mantenha a memória de um tempo passado, para este morador a classificação foi indiferente. Optando entre o que conservar e o que requalificar, o poder político, através dos seus técnicos, pode perturbar a sobrevivência de muitas memórias sem as quais, em rigor, não seria sequer possível conceptualizar o património: são os riscos de uma reapropriação da cidade, em que se transforma um espaço social concreto num espaço (abstracto) de lazer e local de encontro de forasteiros.

Este desencanto não foi, no entanto, unânime e muitos outros moradores se referiram à classificação em termos elogiosos, atribuindo-lhe mesmo a razão porque cada vez estimam e gostam mais de viver no centro histórico. Contrastando com o actual optimismo, ouvi histórias de vida que lembram dificuldades passadas em casas sobrelotadas- por exemplo, famílias inteiras a viver no mesmo quarto- e insalubres. Para

muitos, no entanto, as condições em que vivem nem mudaram assim tanto pois não beneficiaram directamente da requalificação urbana que reabilitou mais espaços e edifícios públicos do que edifícios privados- que muitos proprietários não puderam reconstruir ou recuperar por não terem rendimentos ou os terem arrendados.

Os comentários “*dos de fora*”, reafirmando quotidianamente a importância de viver num espaço diferente, não são vistos pelos naturais como uma invasão de privacidade ou ameaça ao meio ambiente: “*Até é bom. Sinto-me sempre acompanhada*”, diz H.F., lembrando que tudo na cidade- por exemplo, andar pela rua- pode ser um acto cultural, não arbitrário (Certeau, 1994). Pelo contrário, compensam largamente todo um passado marcado pelo estigma de morar numa das zonas mais degradadas da cidade, longo percurso em que cada um se foi ajustando ao novo espaço, encontrando na requalificação urbana e na valorização do património uma forma de se promoverem e melhorarem os níveis de auto-estima. É, de facto, genuína a estima que passaram a sentir pelo sítio onde moram e trabalham, sinal de como o passado pode dar mais sentido ao presente, alargando a constelação identitária pessoal e única de cada indivíduo (Silvano, 1997).

Que novas configurações apresenta, então, a morfologia das relações sociais na área intra-muros? A estruturação da vida social conhece hoje novas modalidades, resultantes da transformação do espaço físico: os casos de gentrificação vão aumentando; moradores mais jovens- nascidos e criados no centro histórico- procuram novas áreas residenciais onde o acesso à habitação seja mais fácil e cómodo- não conheci um único caso onde houvesse elevador apesar de alguns prédios terem três andares; outros moradores, por lamentarem não se poder fazer obras nos interiores das casas e terem de subir três pisos com garrafas de gás ou outros pesos- pois as cozinhas são invariavelmente no último-, programam ir viver para apartamentos; a sectorização, que se manifesta essencialmente pela abertura de lojas de artesanato, cafés e restaurantes, vai evidenciando o desinteresse de todos- turistas e naturais- por um comércio que não se modernizou e que se sente prejudicado pelas demoradas obras de requalificação dos espaços públicos, tendendo, por isso, a acabar; as associações, sobretudo as mais populares, perderam dinâmica por verem a sua actividade e iniciativas substituídas por uma programação cultural camarária- cara e mediática- com a qual não podem concorrer; certos comportamentos referidos por muitos como anti-sociais- deitar lixo ao chão, atirar água pela janela, estender roupa à janela ainda a pingar, participar em zaragatas e discussões violentas-, são hoje uma raridade que não

deixa saudade a nenhum dos entrevistados e estar em esplanadas, mesmo sabendo que nem todos as frequentam, tornou-se uma prática corrente no centro histórico, facilitando momentos de lazer. Fenómenos sociais comuns, são, por isso, mudanças que ocorreriam, no entanto, em qualquer outro centro histórico: no caso de Guimarães, a classificação só acelerou um processo que outras mudanças políticas, económicas e sociais provocaram noutros locais.

Pressionados pelo poder local, muitos moradores/comerciantes renunciaram a alguns dos seus interesses particulares para acompanharem as políticas de requalificação entretanto definidas: não podem reconstruir os edifícios de habitação de acordo com gostos particulares e confortos modernos, não podem circular de carro até às suas casas, a não ser em determinadas horas, aguentam o barulho de espectáculos, bares e restaurantes durante toda a noite (sobretudo ao fim-de-semana), perdem alguma privacidade por verem espaços públicos e privados continuamente *invadidos* por estranhos. Ganham, porém, outros interesses, mesmo que aparentemente mais superficiais. Apesar de haver menos zaragatas, estar à janela, por exemplo, vale mais a pena desde a classificação de Património da Humanidade: o mundo visto de lá é agora mais cosmopolita e variado e há sempre a hipótese de ouvir elogios a vasos de sardinheiras, tratados com orgulho por se saber que fazem também parte das curiosidades que encantam presidentes, fotógrafos, turistas, técnicos e especialistas e a que todos chamam património. Por isso se elogia o Presidente da Câmara numa área urbana onde a maior parte dos moradores continua a afirmar que “*está tudo a cair*” e se aceita que em muitos casos só as fachadas fossem reparadas para que se mantivesse a autenticidade e integridade que fazem do centro histórico de Guimarães um **vestígio único de um tipo particular de concepção da cidade**, devido à morfologia do seu tecido urbano medieval, que conforma uma sucessão de praças de grande valor formal e qualidade ambiental bem como de **um tipo particular de construção**, nomeadamente, um edificado tipologicamente diversificado, integralmente erguido com sistemas construtivos tradicionais (*Proposta de Candidatura a Património Mundial*).

Como foi usada em Guimarães a noção de património? De forma encantatória, meramente retórica e desprovida de considerações acerca das implicações económicas e sociais de uma verdadeira política de tipo patrimonialista? (Durand, 2003). Mesmo sem se poder avaliar o futuro das iniciativas implementadas, é já no presente que se observa como a política cultural decidiu entre o que lembrar e o que esquecer: foi a época medieval que foi novamente exaltada e invocada pelo poder político, escolha,

obviamente, cujo objectivo tem o propósito de «domesticar a história» (Fabre, 2000) para atrair visitantes e ganhar prestígio junto dos naturais. O poder político afirmou o valor histórico de um sítio, chamou-lhe património e usou-o fora do âmbito cultural, educação formal, pesquisa e conservação que são objectivos de historiadores e arqueólogos. Daí termos que suspeitar sempre: a busca da memória é uma das actividades fundamentais das sociedades desenvolvidas de hoje, razão pela qual se tornou um dos objectos da sociedade de consumo que se vende bem.

Por outro lado, em Guimarães, o património arquitectónico não teve todo o mesmo tratamento pois os edifícios privados ou públicos situados fora das muralhas- cujo valor histórico e artístico estaria assegurado se estivessem dentro do perímetro das muralhas- surgem, aos olhos de naturais e visitantes, à margem, e conseqüentemente, desvalorizados: à força de serem vistos em livros, guias, fotos e anúncios e sempre lembrados e celebrados, na área intra-muros são mais património e mais merecedores de conservação e requalificação. E também estima.

A requalificação e a posterior classificação deram ao centro histórico um protagonismo que o faz prevalecer sobre a área envolvente, quer a histórica quer a contemporânea. Ganhou uma unidade que antes não possuía, tornado mais perceptível o seu estatuto de intra-muros e reforçando a sua coerência como cidade histórica: a apertada dimensão e a condição de espaço demarcado e exclusivo- pela classificação de Património da Humanidade- fizeram-no parecer-se mais com um bairro, pelo menos, segundo a concepção que Certeau (1998) tem de bairro.

Falta “cerzir o tecido da cidade antiga com as zonas mais recentes”, disse o Presidente da Câmara de Guimarães (Público, 14-12-2003), dois anos depois da classificação, revelando a intenção de ampliar para fora da zona da muralha- a zona tampão- o movimento de renovação e recuperação que deu prioridade à requalificação dos espaços e edifícios que são da exclusiva responsabilidade do município- e que continuou depois de 2001, concluindo a recuperação do Complexo de Couros, fora das muralhas, o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, o Tribunal da Relação, o Espaço Internet na Rua Egas Moniz, e vários edifícios privados. A urgência desta intervenção prende-se com a degradação física dos espaços que acentua a diversidade de critérios e regras fora e dentro das muralhas e tem originado um crescente despovoamento da zona envolvente do centro histórico. Este protagonismo *fabricado* pelo poder político deu também origem a acusações (por parte de cidadãos moradores fora da cidade ou organismos políticos) de que “Guimarães despreza património concelhio” (Diário do

Minho, 30-7-2003) referindo-se ao abandono do património cultural situado fora da cidade, como é o caso da Citânia de Briteiros.

O património não devia, de facto, ser do domínio exclusivo de especialistas e depender de decisões políticas. O poder político local, procurando multiplicar ocasiões que lhe garantam popularidade e mediatização, forja uma nova representação da cidade, promovendo a transformação da identidade simbólica através da criação de símbolos ou da obtenção de um novo estatuto (Peixoto, 2000). Para ser autêntico e permanente é fundamental o envolvimento de particulares e das associações, um movimento de baixo para cima (Conceição, 2003) que se mobilize para participar em trabalhos de restauro ou alerte os poderes públicos para as ameaças a edifícios, sítios ou conjuntos (Babelon, 1996). Mesmo que posteriormente o poder político se aproprie desse capital simbólico para implementar políticas patrimoniais cujo fim é o desenvolvimento turístico de uma determinada região. Ao contrário de casos apresentados- revitalização do Caminho de Santiago, por exemplo-, em Guimarães a actividade associativa não foi actuante em matéria de política de gestão e conservação dos bens culturais e patrimoniais da cidade. Denunciou-se a degradação de edifícios do centro histórico mas o alcance dessas posições foi limitado pela dificuldade de mobilizar os grupos mais populares, uma grande parte dos seus moradores e comerciantes, revelando uma distância entre elites culturais e classes populares bem característica em Portugal, resultado de um deficiente desenvolvimento económico e social.

No espaço urbano limitado pelas muralhas, a vivência colectiva mantém uma estrutura forte pois é um espaço urbano que se tornou, como um bairro, não somente o objecto de um conhecimento mas o lugar de um reconhecimento. É um espaço onde se acham reunidas todas as condições para favorecer o exercício de apropriação do espaço público pelos seus usuários: conhecimento dos lugares, trajectos quotidianos, relações de vizinhança, relações com os comerciantes, sentimentos difusos de estar no próprio território (Certeau, 1998). A prática quotidiana de gestos, hábitos, rotinas e a manutenção de determinadas tradições- mesmo que recentes, como é o caso de certas procissões que se realiza no centro histórico- são rituais organizadores da vida social que se desenrola nesse lugar e constituem, por isso, comportamentos sociais que traduzem uma forte ligação desta comunidade com o espaço físico onde reside. A degradação das habitações e espaços públicos que marcou a história recente do centro histórico não impediu- e provavelmente, até favoreceu- vivências sociais ricas e solidárias desenvolvidas em inúmeras associações culturais, recreativas ou desportivas,

tascas, cafés, mercearias, ruas e praças. Claro que não há também, fora das muralhas, ruas como as do centro histórico onde se possa conversar durante horas sem ser interrompido pelo movimento dos carros.

Sabendo que o sentimento de pertença a uma colectividade faz parte do sentimento de pertença a um território (Silvano, 1997), a identidade fornecida por um lugar é tanto mais simbólica e frágil quanto mais existir somente um pulular de passantes, um universo de deslocações por um não-lugar (Augé, 1992) ou por lugares sonhados (Certeau, 1994) mas a identidade fornecida por um lugar é tanto mais real quanto mais os indivíduos se identificam e compõem uma constelação identitária que é pessoal e única, através da construção de uma relação coerente entre diferentes divisões espaciais (Silvano, 1997).

O património não devia, por isso, depender unicamente de decisões políticas e contar com a intervenção atenta dos directamente interessados pois trata-se claramente da necessidade de uma comunidade guardar ou encontrar as suas raízes. A escola, as associações e uma participação pública activa podem fazer amar o património e fazê-lo assumir a função social primordial que é ajudar a fundar a comunidade e a legitimar os laços sociais, sobretudo quando se trata, como no centro histórico de Guimarães, de uma população formada maioritariamente por classes populares, mais vulneráveis por ausência de reflexão crítica sobre questões a isto associadas.

A educação será primordial neste processo pela capacidade inigualável de formar cidadãos livres e críticos e melhorar a sua consciência cívica, de divulgar o legado histórico-artístico entre os jovens, de propiciar mecanismos de acção para sensibilizar para a cidadania no seu compromisso para com a cidade, incentivando trabalhos de carácter didáctico sobre os aspectos mais característicos da identidade e divulgando-os através de campanhas nas escolas, fomentando e apoiando iniciativas que tratem temáticas relacionadas com a cidade, criando um debate permanente entre os distintos sectores que conformam a cidade: no fundo é uma simples questão de educação para a responsabilização dos cidadãos para com o seu património cultural, para que estes possam e decidir sobre o seu futuro com fundamento (Daviña, 2001).

A legitimação do valor histórico da cidade reforçada pela classificação de Património da Humanidade pode proporcionar benefícios económicos e protagonismo político no curto prazo mas incertezas quanto à preservação do património e ao impacto sobre as populações locais e o meio no futuro. Há casos em que se tornou evidente o impacto negativo de actividades turísticas e culturais intensas e um uso diferente dos

monumentos: em Carcassonne, por exemplo, a maior parte dos habitantes abandonou as casas para as entregar à actividade comercial e turística, colocando enormes problemas de conservação e transformando irreversivelmente a imagem da cidade que perdeu, assim, a sua identidade própria. No caso de Guimarães, o aumento repentino de bares, restaurantes e lojas de artesanato tem que ser interpretado como um sinal de perigo mesmo que até ao momento a maior parte dos moradores faça uma avaliação positiva da requalificação do centro histórico e que a intenção inicial do poder político local e dos seus técnicos fosse a de conservar as coisas e as pessoas, relação íntima entre património construído e social de que resulta uma imagem coerente de cidade (Gesta, 1998). O novo uso dado aos espaços facilmente acarretará especulação imobiliária, quebra de laços profissionais e de vizinhança e afastamento da população original que pode, em pouco tempo, ser substituída por uma população (*marginal*) sem qualquer ligação ao espaço entretanto *fabricado*. Não se pode actuar sobre a estrutura espacial sem que a estrutura social seja beliscada.

Sabendo que a Convenção para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural só pode fazer recomendações aos Estados membros, cabendo a cada um a obrigação de assegurar a identificação, protecção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural (Artigo 4º) “cabe preguntarse: qué ventaja tiene para una ciudad el reconocimiento como Patrimonio Mundial?” (Gómez, 1998). As vantagens de uma classificação de Património da Humanidade são sobretudo económicas: um sítio classificado converte-se, de imediato, em destino turístico muito apetecível para particulares e operadores, fazendo com que o património cultural se transforme em «cultura produtiva», isto é, a cultura capaz de gerar riqueza e de se transformar em artigo de consumo.

O aumento de turistas em Guimarães- em 2002, registava-se um aumento de 64,2% em relação a 1998- deveu-se não só à classificação de Património da Humanidade (71,7%) e à publicidade que esta distinção implicitamente acarreta, mas igualmente a um esforço promocional de divulgação do centro histórico, por parte do poder local, através de uma programação regular de eventos culturais realizados nos espaços públicos, estratégia de construção e projecção de imagens que constitui um recurso incontornável para a entrada nas redes de fluxos culturais globalizados (Featherstone, 1995, *cit. in* Santos e Abreu, 2002). Com o objectivo de criar ambientes atractivos e agradáveis para reforçar o seu carácter exclusivo e atrair turistas, o centro histórico de Guimarães foi transformado em palco dos eventos muito diversos mas

comuns em certos aspectos: nem pertencem à cultura erudita, nem à popular, realizam-se ao ar-livre, são inter-geracionais e trans-classistas.

Reequacionando o seu papel como agente regulador dos mercados culturais, o poder político local proporcionou o aumento do consumo da cultura de massas que, suportada pela dinâmica dos sistemas nacionais de ensino e a emergência e expansão das sociedades de consumo, alargando o conteúdo do conceito de prática cultural, passou a incluir o consumo de bens e acontecimentos circulantes nos mercados da cultura de massas, do lazer e entretenimento e trouxe mais a prática de cultura para o terreno social da vida quotidiana e do modo como nela se combinam, designadamente em ambiente urbano, a exposição aos *media*, a deambulação pelo espaço público e o usufruto do comércio e dos serviços característicos das sociedades industriais (Silva, Brito, Santos, Abreu: 2002). A cultura erudita e a popular ficaram, mais uma vez, arredadas dos projectos do poder político local, que não arrisca perder popularidade a troco de levar ao centro histórico música erudita ou poesia; nem a incentivar ofícios e técnicas artesanais ou promover a reflexão sobre temas ambientais e históricos que uma Feira Medieval, por exemplo, pode proporcionar para além do simples entretenimento.

Os moradores do centro histórico estão hoje mais sensibilizados para a preservação do património (serão, só por isso, melhores cidadãos?) mas estarão mais bem informados/educados para pensar de forma livre e crítica ou mais atentos às diversas expressões da cultura- erudita, popular, contemporânea, etc.? A cultura de espectáculo- consumida gratuitamente, em esplanadas e espaços de um modo geral ruidosos- nas praças, por exemplo-, tornou-se já uma rotina ao alcance de todos, proporcionando (apenas) práticas intensas de sociabilidade e reforçando a auto-estima de quem vê acorrer milhares de pessoas a um local que, provavelmente, só na memória dos seus moradores e comerciantes mais velhos esteve degradado. A auto-estima sai necessariamente reforçada de contactos- não só com turistas, mas com todos os que de algum modo se interessam pelo centro histórico como fotógrafos, estudiosos, etc.- que recordam continuamente aos moradores que o seu “marco de vida”- este espaço- pode ser para os outros um objecto de curiosidade e admiração (Augé, 1998).

A valorização do património artístico e arquitectónico da área intra-muros não promoveu só o turismo, o poder político, o estudo da história ou a economia local: de forma gradual, requalificação e classificação de Património da Humanidade entraram na vida particular e social de todos e aí se instalaram, acrescentando um sentido novo às estórias de cada um, riqueza que constitui um património igualmente a promover.

BIBLIOGRAFIA

- AFFERGAN, F.
1987, *Exotisme et Altérité*, Paris, Presses Universitaires de France.
- AGUIAR, José
2002, “A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares”, in *Guimarães, Cidade Património Mundial, Um objectivo Estratégico*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães (nova edição da obra publicada em 1998).
- ALCANTUD, J. A. González
2003, “Patrimonio y pluralidad. El largo camino conjuntivo de la alteridad y la materialidad cultural”, in José Antonio González Alcantud (org.), *Patrimonio y pluralidad. Nuevas direcciones en antropología patrimonial*, Granada, Biblioteca de Etnología- Centro de Investigaciones Etnológicas Ángel Ganivet.
- ALTHABE, Gérard
1990, “Production des patrimoines urbains”, in Henri Pierre Jeudy (org.), *Patrimoines en folie, Cahier 5*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de L’homme.
- ALVES, F. M. Brandão
2000, “A Construção do Lugar Urbano- Ima(r)gens, Desvios e Confluências”, in *Margens e Confluências*, Guimarães, Escola Superior Artística do Porto- Extensão de Guimarães.
- ALVES, J. M. Gomes
1984, *Património Artístico e Cultural de Guimarães*, II Volume, Guimarães.
- ANDERSON, B.
1991, *Imagined Communities: Reflections on the origins and spread of Nationalism*, London, Verso.
- ARON, R.
1994, *As Etapas do Pensamento Sociológico*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- ASHWORTH, G.
1997, “Heritage, Tourism and Europe: a European Future for a European Past?”, in D. Herbert (org.), *Heritage, tourism and Society*, London, Pinter.
- AUGÈ, Marc
1989, “L’ autre proche”, in Martine Segalen (org.), *L’ autre et le semblable*, Paris, Presses du CNRS.
1992, *Non-lieux: introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Paris, Éditions du Seuil.
1998, *El viaje imposible*, Barcelona, Gedisa Editorial.
- BABADZAN, Alain
2001, “Les usages sociaux du patrimoine”, in *Ethnologies comparées n° 2*, Le CERCE.
- BABELON, J-P. e CHASTEL, A.
1994, *La notion de patrimoine*, Paris, Éditions Liane Levi.
- BARRÉ, Hervé
1996, “General introduction to the debates”, in *Culture, tourism, development: crucial issues for the XXIst century*, Paris, UNESCO.

- BARROCA, M.
 2000a, “O século de Mumadona”, *Mil anos a construir Portugal*, Câmara Municipal de Guimarães, Instituto Português de Museus, Museu de Alberto Sampaio.
 2000b, “Tempos de consolidação”, *Mil anos a construir Portugal*, Câmara Municipal de Guimarães, Instituto Português de Museus, Museu de Alberto Sampaio.
- BARROSO, Paulo
 2004, *Romarias de Guimarães- Património Simbólico, Religioso e Popular*, Guimarães, NEPS, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- BENSA, Alban
 2001, “Fièvres d’histoire dans la France contemporaine”, in Daniel Fabre, Alban Bensa (orgs.), *Une histoire à soi*, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l’homme.
- BRUNT, P. e COURTNEY, P.
 1999, “La Percepción de los Impactos Socioculturales del Turismo por la Población Residente”, in *Annals of Tourism Research en Español*, Vol. I, nº2.
- BOURDIEU, Pierre
 1980a, *Le sens pratique*, Paris, Les Éditions de Minuit.
 1980b, *Questions de Sociologie*, Paris, Les Éditions de Minuit.
 1987, *Choses dites*, Paris, Les Éditions de Minuit.
 1989, *O poder simbólico*, Lisboa, Difel.
 2000, *Esboço de Uma Teoria da Prática, Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila*, Oeiras, Celta Editora.
- BROMBERGER, C., CENTLIVRES, P. e COLLOMB, G.
 1989, “Entre le local et le global: les figures de l’identité”, in Martine Segalen (org.), *L’autre et le semblable*, Paris, Press du CNRS.
- BROMBERGER, C. e CHEVALLIER, D.
 2004, “De la métamorphose de la châtaigne à la renaissance du Carnaval. Relances de traditions dans l’Europe contemporaine”, in Bromberger, Chevallier e Dossetto (orgs.), *De la châtaigne au Carnaval*, Éditions A Die.
- CALDAS, Padre A J. F.
 1996, *Guimarães- Apontamentos para a sua história*, Guimarães, Edição de Câmara Municipal de Guimarães.
- CARDEIRA da SILVA, M.
 1991, “A Angústia do Antropólogo no Momento do Trabalho de Campo”, *Revista Ethnologia*, Nº 5.
 1999, *Um Islão Prático: o Quotidiano Feminino em Meio Popular Muçulmano*, Oeiras, Celta Editora.
- CARVALHO, S. L.
 1989, *Cidades Medievais Portuguesas*, Lisboa, Livros Horizonte.
- CASTELLS, Manuel
 1991, *La cuestión urbana*, México, Siglo Veintiuno Editores.
- CERTEAU, M.
 1994, *A Invenção do cotidiano. Artes de fazer*, Petrópolis, Editora Vozes.
 1998, *A Invenção do cotidiano 2*, Petrópolis, Editora Vozes.
- CHASTEL, André
 1997, “La notion de patrimoine”, in P. Nora (org.), *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard.

- CHICÓ, Sílvia
1999, “Anos 70- Antes e Após o 25 de Abril de 1974”, in F. Pernes (org.), *Panorama Arte Portuguesa no Século XX*, Porto, Campo das Letras e Fundação de Serralves.
- CHIVA, Isac
1991, “Le patrimoine ethnologique: l'exemple de la France”, *Encyclopedia Universalis*, Vol. Symposium.
- CHOAY, Françoise
1992, *L'Allégorie du Patrimoine*, Paris, Éditions du Seuil.
- COELHO, O.
1992, *Do Patrimônio Cultural*, Rio de Janeiro, O. G. P. C.
- COHEN, Erik
1993a, “Introduction- Investigating tourist arts”, in *Annals of Tourism Research*, Vol. 20, pag. 1- 8.
1993b, “The heterogeneization of a tourist art”, in *Annals of Tourism Research*, Vol. 20, pag. 138- 163.
- COLARDELLE, Michel
1998, “Les acteurs de la constitution du patrimoine: travailleurs, amateurs, professionnels”, in Jacques Le Goff (org.), *Patrimoine et passions identitaires*, Paris, Éditions du Patrimoine.
- COLIN, M-G
2000, “La cité de Carcassonne entre patrimoine d'exception et tourisme de masse”, in Daniel Fabre (org.), *Domestiquer l'histoire*, Collection Ethnologie de la France, Cahier 15, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'homme.
- CONCEIÇÃO, Fernando
2001, “Honra e Responsabilidade”, in *Jornal O Povo de Guimarães*, 21-12-2001.
2003, “As outras faces do Património”, in *Jornal O Povo de Guimarães*, 12-12-2003
- CORDEIRO, Graça Índias
1989a, *Um Lugar na Cidade- Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, Coleção Portugal de Perto, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
1989b, “Jogo, sociabilidade, cultura: o ritual da laranginha em Lisboa”, in F. O. Baptista, J. P. Brito, M. L. Braga, B. Pereira (orgs.), *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Instituto Nacional de Investigação Científica.
1991, “Bases éticas para práticas lúdicas: associativismo e sociabilidade numa colectividade de Lisboa” in Brian O'Neil e Pais de Brito (orgs.), *Lugares de Aqui- actas do seminário «Terrenos Portugueses»*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- CRICK, M.
1989, “Representations of International Tourism in the Social Sciences”, *Annual Review of Anthropology*- 18.
- CRYSTAL, E.
1989, “Tourism in Toraja (Sulawesi, Indonesia)”, in V. Smith (org.), *Hosts and Guests*, Philadelphia, University of Pennsylvania.
- CUNHA, Licínio
1997, *Economia e política do turismo*, Alfragide, Editora McGraw-Hill de Portugal.

- CUSTÓDIO, Jorge
1993, “Salvaguarda do Património- Antecedentes históricos”, in *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- DAVIÑA, Luís
2001, “Coñecer o noso patrimonio, salvar a nosa identidade”, in Arquivos da memória, Nº duplo 10/11, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, Edições Colibri.
- DEBRAY, Régis
1999, “Le monument ou la transmission comme tragédie”, in Régis Debray (org.), *L’abus monumental?*, Actes des Entretiens du Patrimoine, Paris, Éditions du Patrimoine.
- DÉOTTE, Jean-Louis
1990, “L’art à l’époque de l’apocalypse”, in Henri Pierre Jeudy (org.), *Patrimoines en folie*, Cahier 5, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l’homme.
- DIAS, Jorge
1990, *Estudos de Antropologia*, Vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda.
- DURAND, Jean-Yves
2003, “A diluição do consenso: a água, de “fonte de vida” a “património colectivo”, *Etnográfica*, Vol. VII (1), pp. 15-31.
- DURKHEIM, E.
1985, *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*, Paris, Presses Universitaires de France.
- ESPERANÇA, E. J.
1997, *Património e Comunicação- Políticas e práticas culturais*, Lisboa, Vega.
- FABRE, Daniel
1997, “Le patrimoine, l’ethnologie”, in Pierre Nora (org.), *Science et conscience du patrimoine*, Paris, Éditions du Patrimoine.
2000a, “L’ethnologie devant le monument historique”, in D. Fabre (org.), *Domestiquer l’histoire*, Collection Ethnologie de la France, Cahier 15, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l’homme.
2000b, “Ancienneté, altérité, autochtonie”, in D. Fabre (org.), *Domestiquer l’histoire*, Collection Ethnologie de la France, Cahier 15, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l’homme.
- FALCÃO, C. P. F.
2004, “Os gatos na cidade”, *Revista Bumerangue* Nº5, pag.48.
- FALCÃO FERREIRA, M. C.
1989, *Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval (1376/ 1520)*, Guimarães, Edição da Câmara Municipal de Guimarães.
2000, “Duas vilas um só povo”, in *Mil anos a construir Portugal*, Câmara Municipal de Guimarães, Instituto Português de Museus, Museu de Alberto Sampaio.
- FERNANDES, Eduardo J.
2003, “Seven, os sete pecados urbanos”, in *Laura-* Revista de cultura arquitectónica, Número zero, Guimarães, Departamento Autónomo de arquitectura da Universidade do Minho.

- FERRÃO, Bernardo
 1998, “O Conceito de Património Arquitectónico e Urbano na Cultura Ambiental Vimaranesa”, in *Guimarães, Cidade Património Mundial, Um Objectivo Estratégico*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães.
 2002, “O Conceito de Património Arquitectónico e Urbano na Cultura Ambiental Vimaranesa”, in *Guimarães, Cidade Património Mundial, Um Objectivo Estratégico*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães (nova edição da obra publicada em 1998).
- FERRÃO, B. e AFONSO, J. F.
 1998, “O Património Habitacional de Guimarães”, in *Guimarães, Cidade Património Mundial, Um Objectivo Estratégico*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães.
 2002, “A Evolução da forma Urbana de Guimarães e a Criação do seu Património Edificado”, in *Guimarães, Cidade Património Mundial, Um Objectivo Estratégico*, Vol. I, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães (nova edição da obra publicada em 1998).
- FERREIRA, Jorge A. B.
 1998, *Direito do Património Histórico- Cultural – Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais- Actos Comunitários*, Coimbra, Centro de estudos e Formação Autárquica.
- FERREIRA DE ALMEIDA, C. A.
 1993, *Património- Riegl e hoje*, Separata da «Revista da Faculdade de Letras», II Série- Vol. X- Porto, págs. 407 a 416.
- FONTE, B.
 1993, *Paço dos Duques de Bragança*, Lisboa, ELO-Publicidade, Artes Gráficas, Lda
 1991, *Guimarães-Roteiro Turístico*, Guimarães, Edição de autor.
- FONTES, F.
 2003, “O Património”, in *Tribuna do Público, Jornal O Público*, 4 de Março, pag.48.
- FORTUNA, Carlos
 1995, “Turismo, Autenticidade e Cultura Urbana: percurso teórico, com paragens breves em Évora e Coimbra”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº43, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais.
 1997, “Destradicionalização e imagem da cidade”, in C. Fortuna (org.), *Cidade , cultura e globalização*, Oeiras, Celta.
 1999, *Identidades, percursos, paisagens culturais: estudos sociológicos da cultura urbana*, Oeiras, Celta Editora.
- FORTUNA, C. e PEIXOTO, P.
 2002, “A recriação e reprodução de representações no processo de transformação das paisagens urbanas”, in Carlos Fortuna e A. Santos Silva (orgs.), *Projecto e circunstância- culturas urbanas em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.
- FOUCART, Bruno
 1997, “Viollet-le-Duc et la restauration”, in P. Nora (org.), *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard.

- FRANÇA, J. A.
1991, *A Arte em Portugal no Século XX, 1911-1961*, Lisboa, Bertrand Editora.
- FRAZÃO, M.
2002, “O G.T.L. e o Planeamento Urbanístico do Conselho”, in *Guimarães, Cidade Património Mundial, Um Objectivo Estratégico*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães (nova edição da obra publicada em 1998).
- FURET, François
1996, “Conclusion des Entretiens”, in François Furet (org.), *Patrimoine, temps, espace- patrimoine en place, patrimoine déplacé*, Paris, Éditions du Patrimoine.
- GAEHTGENS, Thomas
1996, “Présentation historique de la problématique du contexte :XIX-XXsiècle”, in François Furet (org.), *Patrimoine, temps, espace- patrimoine en place, patrimoine déplacé*, Paris, Éditions du Patrimoine.
- GAILLARD,
1999, “Le monument involontaire: le cas de la Tour Eiffel”, in Régis Debray (org.), *L’abus monumental?*, Actes des Entretiens du Patrimoine, Paris, Éditions du Patrimoine.
- GALHANO, Fernando
1989, “Evocação”, in F. O. Baptista, J. P. Brito, M. L. Braga, B. Pereira (orgs.), *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- GAMPER, Josef
1981, “Tourism in Austria- A Case Study of the influence of Tourism on Ethnic Relations”, in *Annals of Tourism Research* VIII (3).
- GASPAR, J.
2002, “Guimarães: Cidade e Urbanidade”, in *Guimarães, Cidade Património Mundial, Um Objectivo Estratégico*, Guimarães, Câmara municipal de Guimarães (nova edição da obra publicada em 1998).
- GEE, Chuck Ed e FAYOS-SOLÁ, Eduardo
1997, *International tourism: a global perspective*, Spain, World Tourism Organization.
- GEERTZ, Clifford
1973, *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro, Zahar.
- GESTA, Alexandra
1987, *Relatório de Estágio*, Porto, ESBAP (policopiado).
1998, “Sentimentos nativos”, in *Guimarães, Cidade Património Mundial, Um Objectivo Estratégico*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães.
- GIDDENS, Anthony
1994, *Capitalismo e Moderna Teoria Social: uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber*, Lisboa, Editorial Presença.
1996, *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta editora.
1997, *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GOFF, J. Le
1984, “Memória”, in *Memoria/História*, Enc. Einaudi, Vol. 1, Lisboa, INCM.
1991, “Construcción y destrucción de la ciudad amurallada. Una aproximación a la reflexión y a la investigación”, in Cesare de Seta e Jacques Le Goff (orgs.), *La ciudad y las murallas*, Madrid, Catedra.
1998, *Patrimoine et passions identitaires*, Paris, Éditions du Patrimoine.

- GÓMEZ, Gloria
1998, “La Unesco y las ciudades patrimonio de la humanidad: cultura o turismo”, in F. Morales e M. Gant (orgs.), *Patrimonio, museos y turismo cultural: claves para la gestión de un nuevo concepto de ocio*, Córdoba, Servicio de Publicaciones Universidad de Córdoba.
- GREENWOOD, D.
1989, “Culture by pound: an anthropological perspective on tourism as cultural commodization”, in V. Smith (org.), *Hosts and Guests*, Philadelphia, University of Pennsylvania.
- GUAY, Pierre-Yves e LEFEBVRE, Sylvain
1995, “Univocité et variabilité des impacts sociaux du tourisme international: quelques éléments de réflexion”, *Revue de Tourisme*, nº4.
- GUILLOME, Marc
1980, *La Politique du Patrimoine*, Paris, Éditions Galilée.
1997, “Économie et Patrimoine”, in Pierre Nora (org.), *Science et conscience du patrimoine*, Paris, Éditions du Patrimoine.
- GUIMARÃES, Alfredo
1930, *Guimarães Monumental*, Porto, Marques Abreu.
1940, *O Castelo e as Muralhas de Guimarães*, Porto, Edição de autor.
- HANNERZ, Ulf
1993, *Exploración de la ciudad*, Madrid, Fondo de Cultura Económica.
- HERBERT, D.
1997, “Heritage Places, Leisure and Tourism”, in D. Herbert (org.), *Heritage, Tourism and Society*, London, Pinter.
- HERBERT, D. e THOMAS, C.
1990, *Cities in space: city as place*, London, David Fulton Publishers.
- HERNÁNDEZ, J. B. e TRESSERRAS, J. J.
2001, *Gestión del patrimonio cultural*, Barcelona, Editorial Ariel.
- HERZFELD, Michael
2001, *A Antropologia do outro lado do espelho*, Lisboa, Difel Difusão Editorial.
- HEWISON, Robert
1997, “La prise de conscience du patrimoine en Grande-Bretagne”, in Pierre Nora (org.), *Science et conscience du patrimoine*, Paris, Éditions du Patrimoine.
- HOBSBAWM, E.
1997, *Nations and nationalism since 1780: programme, myth, reality*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HOBSBAWM, E. e RANGER, T.
1983, *The invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HORNSBY-SMITH, M.
1993, “Gaining Access”, in Nigel Gilbert (Org.), *Researching Social Life*, London, Sage Publications.
- ITURRA; Raúl
1987, “Trabalho de campo e observação participante em Antropologia”, in A. S. Silva e J. M. Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Apontamento.

- JAFARI, Jafar
 1989, "Sociocultural dimensions of tourism- An English Language Literature review", in *Tourism as a factor of change- A socio-cultural study*, Viena, European Coordination Centre for Research and Documentation on Social Science.
 1996, "Tourism and culture. An inquiry into paradoxes", in *Culture, tourism, development: crucial issues for the XXIst century*, Paris, UNESCO.
- JEUDY, Pierre
 1990, *Patrimoines en folie*, Cahier 5, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'homme.
- JOHNSON, Peter e THOMAS, Barry
 1997, "Heritage as Business", in D. Herbert (org.), *Heritage, Tourism and Society*, London, Pinter.
- JORGE, J. Duarte Centeno
 2003, "A Matéria do Património", in Manuel João Ramos (org.), *A Matéria do Património- Memórias e Identidades*, Lisboa, Edições Colibri.
- KNECHT, M e NIEDERMULLER, P.
 2002, *The Politics of Cultural Heritage: An Urban Approach*, *Ethnologia Europaea*, 32:2:89- 104.
- KRIPPENDORF, Jost
 1989, *Sociologia do Turismo*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- LEACH, Edmund
 1982, *A Diversidade da Antropologia*, Lisboa, Edições 70.
- LEAL, João
 1996, "Prefácio", in J. Leite de Vasconcelos (org.), *Signum Salomonis, a físga, a barba em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- LEFEBVRE, Henry
 2000, *La production de l'espace*, Paris, Éditions Anthropos.
- LEITE, A. Cristina
 2003, "Lisboa: Memórias da Cidade Intangível", in Manuel João Ramos (org.), *A Matéria do Património- Memórias e Identidades*, Lisboa, Edições Colibri.
- LENCLUD, G.
 1986, "En être ou ne pas en être", in *L'Homme*, n°s 97-98, pp. 151-161.
 1992, "Le grand partage ou la tentation ethnologique", in G. Althabe, D. Fabre, G. Lenclud (orgs.), *Vers une Ethnologie du Présent*, Éditions de la Maison des Sciences de L'Homme.
- LÉVI-STRAUSS, C.
 1989, *Antropologia Estrutural Dois*, Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Universitário.
- LINO, António
 1984, *Monografia de Guimarães e seu termo*, Lisboa, Instituto Fontes Pereira de Melo.
- LOURENÇO, Eduardo
 2001, *A Europa desencantada- para uma mitologia europeia*, Lisboa, Gradiva.
- LOZATO-GIOTARI, J.-P.
 1990, *Geografía del Turismo- Del Espacio Contemplado al Espacio Consumido*, Barcelona, Masson, SA.

- LOWENTHAL, David
 1998, *El pasado es un país extraño*, Madrid, Ediciones Akal, S. A.
 2003, *The heritage crusade and the spoils of history*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MACCANNELL, Dean
 1992, *Empty Meeting Grounds*, London, Routledge.
- MAC GREGOR, Neil
 1996, “La migration des patrimoines artistiques en Europe”, in François Furet (org.), *Patrimoine, temps, espace- patrimoine en place, patrimoine déplacé*, Paris, Éditions du Patrimoine.
- MACHADO, J. M. M.
 1985, “A Muralha”, in *Guimarães do Passado e do Presente*, Guimarães, Edição Câmara Municipal de Guimarães.
- MARTINS, A C. N.
 1999, “Martins Sarmento e Possidónio da Silva. Um olhar sobre a troca epistolar”, in *Revista de Guimarães*, Actas Congresso de Proto-História, Volume 1, Guimarães, Edição da Sociedade Martins Sarmento.
- MATTOSO, José
 1993, *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa.
 1998, “Guimarães, A Origem de Portugal”, in *Guimarães, Cidade Património Mundial, Um Objectivo Estratégico*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães.
 2001, *A Identidade nacional*, Lisboa, Fundação Mário soares, Gradiva Publicações, Lda.
- MAUSS, Marcel
 1993, *Manual de Etnografia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- MORAES, M. A.
 2002, “Toponímia”, in *Guimarães, Cidade património da Humanidade, Um Objectivo Estratégico*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães (nova edição da obra publicada em 1998).
- MORALES, F.
 1998, “Patrimonio y turismo cultural”, in Castro Morales e Bellido Gant (org.), *Patrimonio, museos y turismo cultural: claves para la gestión de un nuevo concepto de ocio*, Córdoba, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba.
- NASH, D.
 1989, “Tourism as a form of Imperialism”, in V. Smith (org.), *Hosts and Guests-The Anthropology of Tourism*, Philadelphia, University of Pennsylvania.
- NEVES, A.
 2001, “Celebrar o Património com o Olhar no Futuro”, in *Jornal O Povo de Guimarães*, 21-12-2001.
- NORA, Pierre
 1997a, “Présentation”, in P. Nora (org.), *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard.
 1997b, “Entre Mémoire et Histoire”, in P. Nora (org.), *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard.
- NUNES, E. E.
 2003, “Discussão”, in Manuel João Ramos (org.), *A Matéria do Património-Memórias e Identidades*, Lisboa, Edições Colibri.

- NUNEZ, T.
1989, “Touristic studies in anthropological perspective”, in V. Smith (org.), *Hosts and Guests- The Anthropology of tourism*, Philadelphia, University of Pennsylvania.
- OLIVEIRA, M. Alves
1985, “A Cidade de Guimarães no Séc. XIX num Plano de Urbanização”, in *Guimarães do Passado e do Presente*, Guimarães, Edição Câmara Municipal de Guimarães.
- PACHECO, Helder
1996, *Porto- A cidade é um sentimento*, Porto, Fundação para o desenvolvimento da Zona Histórica do Porto.
- PALUMBO, Bernardino
2000, “Poétique de l’histoire et de l’identité dans une ville de Sicile orientale”, in Daniel Fabre (org.), *Domestiquer l’histoire*, Collection Ethnologie de la France, Cahier 15, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l’homme.
2001, “Faire et défaire les «monuments»”, in *Rester liés*, Terrain 36, Paris, Éditions du Patrimoine.
- PANDEY, R.
1995, *Case study on effects of tourism on culture and environment, Nepal*, Bangkok, Unesco.
- PEIXOTO, Paulo
1995, “A Sedução do Consumo. As novas superfícies comerciais urbanas: um estudo de caso”, in Revista Crítica de Ciências Sociais Nº43, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais.
2000, “Gestão estratégica das imagens das cidades: Análise das mensagens promocionais e de estratégias de *marketing* urbano”, in Revista Crítica de Ciências Sociais Nº56, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais.
- PEREIRA, J. F.
1992, *Arquitectura barroca em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Breve.
- PÉREZ, Nieves Herrero
2003, “Resemantizaciones del patrimonio, reconstrucciones de la identidad: dos casos para la reflexión”, in *Etnográfica*, Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social, Vol.VII, Nº 2, Lisboa, Celta Editora.
- PINTO, Fernando
2003, “Ler o Património”, in Manuel João Ramos (org.), *A Matéria do Património- Memórias e Identidades*, Lisboa, Edições Colibri.
- PIRES, O. J.
2002, “Guimarães nas Letras”, in Guimarães, *Cidade Património Mundial, Um Objectivo Estratégico*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães (nova edição de obra publicada em 1998).
- POIRIER, J., CLAPIER-VALLADON, S. e RAYBAUT, P.
1999, *Histórias de vida*, Oeiras, Celta Editora.
- POISSON, Olivier
1996, “Trésors d’église et musées d’art sacré”, in François Furet (org.), *Patrimoine, temps, espace- patrimoine en place, patrimoine déplacé*, Paris, Éditions du Patrimoine.

- POMIAN, Krzysztof
 1984, “Coleção”, *Memória/História*, Enc. Einaudi, Vol. 1, Lisboa, INCM.
 1990, “Musée et patrimoine”, in Henri Pierre Jeudy (org.), *Patrimoines en folie*, Cahier 5, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l’homme.
- PRATS, Llorenç
 1997, *Antropología y Patrimonio*, Barcelona, Editorial Ariel S. A.
- RAMOS, M. João
 2003a, “Apresentação”, in Manuel João Ramos (org.), *A Matéria do Património- Memórias e Identidades*, Lisboa, Edições Colibri.
 2003b, “E Tudo o Fumo Levou: as Memórias e as Identidades”, in Manuel João Ramos (org.), *A Matéria do Património- Memórias e Identidades*, Lisboa, Edições Colibri.
 2003c, “Discussão”, in Manuel João Ramos (org.), *A Matéria do Património- Memórias e Identidades*, Lisboa, Edições Colibri.
- REIS, M.
 2003, “Discussão”, in Manuel João Ramos (org.), *A Matéria do Património- Memórias e Identidades*, Lisboa, Edições Colibri.
- RIBEIRO, Rita
 2001, *As Lições dos Aprendizés*, Braga, Universidade do Minho.
- ROBSON, Colin
 1993, *Real World Research: A Resource for Social Scientists and Practitioner- Researchers*, Oxford, Blackwell Publishers.
- ROSAS, Fernando
 1994, *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa.
- ROSSA, Walter
 1995, “A cidade portuguesa”, in Paulo Pereira (org.), *História da Arte Portuguesa*, Vol. III, Círculo de Leitores.
- RYAN, C
 1991, *Recreational tourism, a social science perspective*, London, Routledge.
- SANTANA, Agustín
 1997, *Antrología y turismo*, Barcelona, Editorial Ariel, S. A.
- SANTOS, Helena e ABREU, Paula
 2002, “Hierarquias, fronteiras e espaços: O(s) lugar(es) das produções intermédias”, in Carlos Fortuna e Augusto Santos Silva (orgs.), *Projecto e circunstância- culturas urbanas em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.
- SEGALEN, Martine
 1989, “Introduction”, in Martine Segalen (org.), *L’autre et le semblable*, Paris, Presses du CNRS.
- SILVA, A., BRITO, P., SANTOS, H. e ABREU, P.
 2002, “As práticas e os gostos: Uma sondagem do lado das procuras de cultura e lazer”, in Carlos Fortuna e Augusto Santos Silva (orgs.), *Projecto e circunstância- culturas urbanas em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.
- SILVANO, Filomena
 1997, *Territórios da Identidade- Representações do espaço em Guimarães, Vizela e Santa Eulália*, Oeiras, Celta Editora.
- SIMÕES, Santos
 1985, “Defesa do Património”, in *Guimarães do Passado e do Presente*, Guimarães, Edição Câmara Municipal de Guimarães.

- SIZA, Álvaro
 2001, “Não tenham pressa...”, in Centros Históricos, Revista da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, Out / Dez, nº 9.
 2003, “Entrevista”, Semanário Expresso, 6-12-2003, Suplemento Actual, pag. 21.
- SMITH, Valene
 1989, *Hosts and Guests- The anthropology of tourism*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- SOUBERT, S.
 1995, *Case Study on effects of tourism on culture and environment, Cambodja*, Bangkok, Unesco.
- STEWART, P. J. e STRATHERN, A.
 2003, “Introduction”, in Stewart e Strathern (orgs.), *Landscape, Memory and History*, London / Sterling-Virginia, Pluto Press.
- TÁVORA, Fernando
 1985, “O «Plano de Alargamento» ou Guimarães entre o sonho e a realidade”, in *Guimarães do Passado e do Presente*, Guimarães, Edição Câmara Municipal de Guimarães.
- TESTARD, A.
 1986, “L’objet de l’anthropologie social”, in *L’homme*, Nºs 97-98, pp.147-150.
- THOMAS, Colin
 1989, “The roles of historic sites and reasons for visiting”, in D. T. Herbert, R. C. Prentice e C. J. Thomas (orgs.), *Heritage sites: strategies for marketing and development*, Aldershot, Ashgate.
- TORRES, Cláudio
 1989, “Arqueologia, História local e Desenvolvimento”, in F. O. Baptista, J. P. Brito, M L Braga, B. Pereira (orgs.), *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Instituto de Investigação Científica.
- TOSTÕES, A. C.
 1995, “Arquitectura Portuguesa do Século XX”, in Paulo Pereira (org.), *História da Arte Portuguesa*, Vol. III, Barcelona, Círculo de Leitores e Autores.
- TRESSERRAS, J. J.
 2001, *Gestión del patrimonio cultural*, Barcelona, Editorial Ariel, S. A.
- TURNER, Victor
 1974, *O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura*, Petrópolis, Editora Vozes.
- URRY, John e CRAWSHAW, Carol
 1995, “Turismo e Consumo Visual”, in Revista Crítica de Ciências Sociais Nº43, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais.
- VIEIRA BRAGA, A.
 1953, *Administração Seiscentista do Município Vimaranesense*, Edição da Câmara Municipal de Guimarães.
- WAHAB, S. e PIGRAM, J.
 1997, *Tourism, Development and Growth*, London, Routledge.
- WIESAND, A. J.
 1997, “La demande sociale et les publics du patrimoine en Allemagne”, in Pierre Nora (org.), *Science et conscience du patrimoine*, Paris, Éditions du Patrimoine.
- WIRTH, Louis
 2001, “O urbanismo como modo de vida”, in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta Editora.

XAVIER, A.

2001, “O Nosso Centro histórico”, in Jornal O Povo de Guimarães, 21-12-2001, pag. 41.

XAVIER, Sandra

2000, “«O monumento é o vale»: a retórica da paisagem no Parque arqueológico do Côa”, in Etnográfica, Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE), Vol. IV, N°1, Lisboa, Celta Editor.